



UnB

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Ângela Maria Carrato Diniz

Uma história da TV Pública brasileira

**Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau Doutor em Comunicação
pelo Programa de Pós-Graduação da
Universidade de Brasília.**

Orientador: Murilo César Ramos

**Brasília, Distrito Federal
2013**

À memória de Sofia e Osório, meus pais.

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Murilo César Ramos pela competência e
sensibilidade;

À Faculdade de Comunicação da UnB, em especial ao professor Sérgio Porto e
aos professores da linha de Pesquisa em Políticas de Comunicação e Cultura;

Ao Guy de Almeida, pela amizade de sempre;

À minha irmã Sofia e ao meu companheiro Ricardo, pelo carinho e apoio;

Aos amigos Celene Brant, Fábio Martins, Geraldo Elísio, Gilmar José dos
Santos, Luis Carlos Bernardes, Márcia Mendonça, Márcio Macedo, Maria do
Carmo Vilela, Vânia Curi, Virgílio Dutra Pena e Yonne Grossi pelo estímulo
que nunca me faltou;

Aos amigos que já se foram Antônio Carlos Gomes da Costa e Harley Carneiro,
por tudo o que me ensinaram.

Ângela Maria Carrato Diniz

Uma história da TV Pública brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade de Brasília, e defendida sob avaliação da Banca Examinadora
constituída pelos professores:

Fernando Paulino

Laurindo Leal Filho

Murilo César Ramos

Nélia Del Bianco

Thereza Negrão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - O QUE É UMA TELEVISÃO PÚBLICA.....	26
1.1 Estados Unidos e Grã-Bretanha e os primórdios da TV.....	27
1.2 TVs Públicas, TVs Estatais e TVs Governamentais.....	30
1.3 BBC e PBS, os modelos mais conhecidos de TVs Públicas.....	33
1.3.1 A BBC e as origens do serviço público de TV.....	34
1.3.2 O PBS e o modelo de interesse público.....	38
1.4 O avanço do modelo privado e a crise das televisões públicas na Europa.....	44
1.5 Seis concepções sobre o sistema público de radiodifusão.....	50
1.5.1 Elitista.....	50
1.5.2 Educativa.....	51
1.5.3 Alternativa ao modelo comercial.....	52
1.5.4 Sistema público não estatal.....	52
1.5.5 Culturalista.....	54
1.5.6 Aparelho de Estado.....	54
1.6 Televisão Pública e “Campo Público”.....	56
CAPÍTULO 2 - MARCOS CONCEITUAIS PARA A HISTÓRIA DA TV PÚBLICA NO BRASIL.....	57
2.1 A História, entre o passado e o presente.....	57
2.1.1 A importância das falas para a construção de um destino coletivo.....	60
2.1.2 A necessidade de se desfazer evidências.....	61
2.1.3 É preciso deixar falar os acontecimentos.....	61
2.1.4 A opinião não é uma seleção de instantâneos.....	62
2.1.5 O sofrimento.....	62
2.3 A incompreensão do presente e a ignorância do passado.....	63
2.3.1 História e memória	64
CAPÍTULO 3 - A PROPÓSITO DO LIBERALISMO E DA MODERNIDADE NO BRASIL.....	71
3.1 Sérgio Buarque de Holanda e as “Raízes do Brasil”.....	74

3.2 Coronelismo, favor e tráfico de influências.....	76
3.3 Raimundo Faoro e “Os Donos do Poder”	79
3.4 Liberalismo e as “Ideias fora do lugar”	84
3.5 Cidadania e as inversões brasileiras.....	88
3.6 Repensando a ideia de sociedade civil.....	92
3.7 O público e o privado na radiodifusão.....	96

CAPÍTULO 4 – CHATEAUBRIAND VERSUS ROQUETTE-PINTO, UMA HISTÓRIA ESQUECIDA.....100

4.1 Roquette-Pinto, do pioneirismo no rádio à transmissão de imagem pela TV.....	100
4.2 Chateaubriand, os interesses e o poder.....	108
4.3 Os favores de Dutra para Chateaubriand.....	112
4.3.1 O Projeto da TV Educativa de Roquette-Pinto “desaparece” dentro das gavetas do Palácio Guanabara.....	116
4.3.2 TV Comercial, a naturalização de uma escolha.....	121

CAPÍTULO 5 – RÁDIO NACIONAL, A PRIMEIRA EMISSORA BRASILEIRA DE “INTERESSE PÚBLICO”.....126

5.1 De Farquhar a Getúlio, os primórdios da Rádio Nacional.....	129
5.2 Rumo à liderança absoluta.....	132
5.3 A luta pelo canal de TV.....	137
5.3.1 A tentativa de transferir a Rádio Nacional para o Ministério da Educação.....	138
5.3.2 Ameaças de Chateaubriand e a concessão do Canal 4 para Roberto Marinho.....	142
5.4 O declínio e o legado da Rádio Nacional.....	148

CAPÍTULO 6 – ROBERTO MARINHO VERSUS TVS EDUCATIVAS. DOIS EXEMPLOS DE MODERNIDADE À BRASILEIRA.....151

6.1 A mídia comercial e o enfraquecimento das instituições.....	151
6.2 O potencial mercado brasileiro, a TV Globo e a parceria com o grupo Time Life.....	154
6.3 Da educação popular à educação à distância.....	156
6.4 TVS Educativas: restrições e ausência de política pública.....	158
6.4.1 O sucesso e as pressões contra o Projeto SACI.....	162
6.5 Os primeiros passos da TV Globo em teleeducação.....	163

6.6 A Fundação Roberto Marinho e a tentativa (frustrada) de monopolizar a teleducação no Brasil.....	166
6.6.1 O Convênio SUBIN, BID, FRM e UnB e os “mimos” do reitor Azeredo.....	168
6.6.2 O uso do bem público para fins privados ou a parceria entre a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Roberto Marinho.....	171
6.6.3 TV Globo e o “Ministério da Educação Alternativo”.....	175
6.7 O Canal Futura e a tentativa (bem sucedida) da FRM obter privilégios.....	178
6.7.1 A Fundação Roberto Marinho e a benevolência do governo Lula.....	170

CAPÍTULO 7 – O campo público, entre o “coronelismo eletrônico” e a fragmentação.....183

7.1. A constituição do “campo público” da televisão no Brasil.....	186
7.2 A Rede Educativa da TV Cultura e a criação da ABEPEC.....	192
7.2.1 A ABEPEC e a tentativa de transformar TVs Estatais em TVs Públicas.....	199
7.2.2 Rede Pública de Televisão (RPTV), uma ideia que não funcionou.....	200
7.3 As TVs Educativas e o “coronelismo eletrônico”.....	204
7.3.1 RTVs e RpTVs como moedas de troca política.....	207
7.4 A Lei do Cabo e as emissoras de interesse público.....	210

CAPÍTULO 8 – TV Cultura e TV Minas: trajetórias distintas, problemas semelhantes.....218

8.1 TV Cultura, a prima pobre da TV Tupi.....	219
8.1.2 A nova TV Cultura: o apoio da inteligência paulista e o desprezo ao governo federal.....	221
8.1.3 O impacto da “filosofia” Maluf.....	222
8.1.4 Muylaert e o salto de qualidade da TV Cultura.....	223
8.1.5 Apoios institucionais e os cortes no orçamento.....	227
8.1.6 A mídia comercial e o boicote à taxa para financiar a TV Cultura.....	228
8.1.7 Sayad e o “desmonte” da TV Cultura.....	232
8.2 TV Minas, começo tardio e a atuação dos adversários.....	234
8.2.1 TV ou “repartição pública”?.....	236
8.2.2 De TV Minas a Rede Minas.....	238
8.2.3 Do caos à nova grade de programação.....	240

8.2.4 Emissoras comerciais partem para o ataque.....	243
8.2.5 O drible do Governo na TV Minas e no Ministério Público e as reivindicações das “afiliadas”.....	245
8.2.6 TV Minas e ADTV, uma parceria feita às pressas.....	248
CAPÍTULO 9 – TV Pública no Brasil e os desafios do presente.....	251
9.1 O anúncio de Hélio Costa e as reações dentro do governo e junto aos movimentos sociais.....	252
9.2 A Lei nº 11.625 e a estrutura da EBC.....	255
9.3 Empresa estatal e pública, marcas distintivas da EBC.....	258
9.4 Financiamento, um gargalo para a EBC.....	262
9.5 Marco Regulatório e a articulação da EBC com os demais canais do campo público.....	264
9.6 A “inquietante inércia” do governo federal.....	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	273
REFERÊNCIAS.....	278
ANEXOS.....	288

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é contar a trajetória das emissoras não comerciais no Brasil. História “lenta”, especialmente se comparada à história “rápida” das emissoras comerciais. A TV Educativa, enquanto ideia e proposta lançada e defendida por Roquette-Pinto, foi contemporânea da TV Comercial de Chateaubriand. A diferença-las estavam os propósitos: Roquette-Pinto queria ensinar e educar o maior número possível de pessoas. Chateaubriand sonhava com aquela nova tecnologia para sobrepujar-se aos inimigos.

A TV minuciosamente planejada por Roquette-Pinto “desapareceu” em alguma gaveta do Palácio Guanabara – a prefeitura do Distrito Federal naquela época. A de Chateaubriand foi, mesmo que improvisadamente, ao ar. Ao contrário de países tão admirados pelas elites brasileiras, como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá e Japão, onde a TV Pública possui relevância para a sociedade, aqui televisão tornou-se sinônimo de Televisão Comercial. Durante décadas, a força da TV Comercial, associada à visão excludente reinante entre as elites brasileiras e ao desconhecimento da maioria da população, quase inviabilizou quaisquer modalidades de emissoras que não se pautassem pelo mercado e pelo lucro.

A presente pesquisa visa resgatar essa história, partindo dos primórdios da televisão no país e chegando até a criação da EBC e da TV Brasil, em 2007. De uma ideia “fora do lugar”, para utilizar o conceito de Schwarz (2000) ao criticar a assimilação truncada e falseadora em termos das ideias liberais pela elite brasileira, a TV Pública no Brasil pode e precisa tornar-se o espaço para que as ideias de cidadania e inclusão social sejam efetivamente colocadas no lugar.

Contar a história da televisão pública brasileira exige, assim, um mergulho crítico nas raízes históricas brasileiras e também um mergulho em aspectos da história da própria Televisão Comercial no país, que omitiu, truncou e contou, à sua maneira, essa história. A trajetória da TV Pública que se procura traçar nesta pesquisa, a contra-história das TVs Comerciais, não se pautou apenas pelo resgate do passado. Ela se nutriu do passado, isto é, de outra visão do passado, buscando contribuir com o pensamento e a construção de um futuro menos desigual em termos de cidadania no Brasil.

Palavras-chave: Televisão Pública, História da Televisão, Cidadania.

ABSTRACT

The objective of this research is to tell the history of non-commercial TV stations in Brazil. This can be said to be a "slow" History, especially if compared to the "fast" history of commercial broadcasters. The Educational TV, as an idea and proposal presented and defended by Roquette-Pinto, was contemporary of the Chateaubriand's Commercial TV. However, the differences between the two resided in their purposes: while Roquette-Pinto wanted to teach and educate as many people as possible, Chateaubriand dreamed of this new technology as a means to overcome his enemies.

The meticulously planned TV by Roquette-Pinto "died" in a drawer of the Guanabara Palace, the City Hall of the Federal District at that time; on the other hand, Chateaubriand's TV went on broadcasting in an improvised way. Differently from countries so admired by the Brazilian elites, such as England, United States, Canada and Japan, - where the Public TV has relevance to society -, in Brazil television has become synonymous with Commercial Television. For decades, the strength of the Commercial TV, associated with the exclusionary vision reigning among the Brazilian elite and the ignorance of the majority of the population, almost prevented any arrangements for TV stations not ruled by the market and profit.

This research aims to rescue this history, from the early days of the Brazilian television up to the creation of the EBC and TV Brazil in 2007. From the Schwarz (2000) concept of an "out of place" idea in criticizing the falsifying and truncated assimilation of liberal ideas by the Brazilian elite, Public TV in Brazil can and must become the environment for effectively putting in place the ideas of citizenship and social inclusion.

To tell the history of the Brazilian public television thus requires the scrutiny of the Brazilian History, and the History of the Brazilian Commercial Television, which the latter has omitted and distorted its own history. By doing so, the counter-history of the Commercial TVs is also sought. The trajectory of Public TV, which is traced in this research, is seen not only by the lenses of the past but also aiming at the future. This new look in the past is aimed to the thinking and building of a future less unequal in terms of citizenship in Brazil.

Keywords: Public Television, Television History, Citizenship.

INTRODUÇÃO

A televisão constitui-se na arena por excelência do espaço público nacional. É através dela que o Brasil se conhece e se reconhece. Presente em 98% dos lares, a TV é também o principal meio de que dispõe a população para se informar. Pesquisa realizada em agosto de 2013, pela Fundação Perseu Abramo, aponta que a televisão aberta, apesar do avanço da internet, é o meio utilizado por 94% dos brasileiros no que se refere à informação e ao entretenimento.¹ De acordo com essa pesquisa, 82% dos brasileiros assistem TV todos os dias.²

A internet, na soma de portais, blogs e indicações de amigos, aparece na terceira colocação, com as redes sociais virtuais já ultrapassando o jornal como meio habitual para se informar sobre o Brasil e o mundo.³ 57% dos brasileiros leem jornais, mas quase a metade (46,2%) só lê o do bairro ou da cidade onde mora.⁴ A pesquisa revelou, por outro lado, que os chamados “jornalões” não têm a projeção nacional que apregoam.⁵ Em que pese a importância que vêm assumindo sites e blogs alternativos⁶ especialmente junto aos jovens, estes ainda estão distantes de qualquer comparação em relação ao poder da televisão.

A título de exemplo, as manifestações de junho de 2013, que aconteceram em diversas cidades brasileiras, foram inicialmente convocadas pelas redes sociais, independente do controle da velha mídia ou mídia tradicional (jornais, revistas, rádios e TVs). Apesar disso, a maioria dos participantes, formada por jovens, mesmo não utilizando a mídia tradicional para se informar, se divertir ou se expressar, dependeu dela para alcançar visibilidade pública.

¹ Essa pesquisa, intitulada “Democratização da Mídia”, foi feita entre os dias 20 de abril e 6 de maio e divulgada em 16/08/2013, tendo ouvido 2.400 pessoas em todas as regiões brasileiras. Realizada pela Mark Sistemas de Pesquisa, sob a orientação de Gustavo Venturi, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), e de Vilma Bokamy, do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores (PT), teve como objetivo investigar a percepção dos brasileiros sobre os meios de comunicação de massa no país. A íntegra pode ser acessada em <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-pesquisa-democratizacao-da-midia.pdf>>. Acesso em 17/09/2013.

² Pesquisa citada, p.04.

³ Na internet, o Facebook (38,4%) e o Twitter (25,5%) são os preferidos dos brasileiros. Os portais de notícias – Globo (16,7%), UOL (12,6%) e Terra (7,3%) – vem depois; 6 em cada 10 entrevistados dizem buscar informações e notícias nestes sites. Pesquisa citada, pp. 9 e 10.

⁴ Pesquisa citada, p. 6.

⁵ Os leitores dos jornais Folha de S. Paulo (4,5%), O Globo (3,1%) e O Estado de S. Paulo (3%) estão concentrados na região Sudeste. Pesquisa citada, pp. 11 e 12.

⁶ Por sites e blogs alternativos entendem-se aqueles que veiculam conteúdo diferente ou divergente em relação às mídias tradicionais. São exemplos de sites e blogs alternativos: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>, <<http://www.brasilianas.org.br>>, <<http://www.cartamaior.com.br>> e <<http://www.conversaafiada.com.br>>.

Vale dizer: para serem incluídos no espaço público. Em outras palavras, como alerta Lima (2013: 90), “este aparente paradoxo decorre do fato de que a velha mídia, sobretudo a televisão (ainda) controla e detém o monopólio de ‘tornar as coisas públicas’” (Lima *in* V.A., 2013: 90).

Na preferência dos brasileiros, o rádio aparece como o segundo veículo mais utilizado, por 79% das pessoas, sendo que 69,2% o ouvem diariamente.⁷ Além desses dados, sabe-se que o índice de leitura do brasileiro é baixo⁸ e que uma das razões que explicam esse fato é o analfabetismo funcional, ainda presente em nossa sociedade.⁹

Ao contrário de nações como a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá e Japão, onde a Televisão Pública tem relevância para a sociedade, aqui a televisão é sinônimo de TV Comercial, fato que deixa nítida a importância que as emissoras comerciais assumiram em nosso país historicamente. Tal importância está longe de ter correspondência em termos de sua qualidade. Como assinala o ex-ministro da Cultura, Juca Ferreira, “a qualidade da televisão brasileira é muito baixa”, acrescentando que “nenhum país democrático do mundo permite que os radiodifusores transmitam o tempo todo em cadeia nacional”,¹⁰ como acontece no Brasil.

A força da TV Comercial no Brasil praticamente inviabilizou as modalidades de TVs não comerciais. A fragilidade destas emissoras acabou sendo utilizada por seus adversários como uma espécie de atestado de superioridade. Teve início, assim, um círculo vicioso para as TVs não comerciais, algo que está longe de ser rompido.

A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)¹¹ e a estreia da TV Brasil, no dia 2 de dezembro de 2007, como parte integrante desta empresa, culminaram, como assinala Ramos (2012: 16), “um processo de décadas de lutas no país pela instalação de um sistema público de comunicação, ou, dito de outro modo, de um sistema de rádio e de TV de serviço

⁷ Pesquisa citada, p. 06.

⁸ A média de leitura do brasileiro é de apenas 2,1 livros por ano, de acordo com a 3ª Edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, divulgada em 28/03/2012. A pesquisa, encomendada pelo Instituto Pró-Livro, foi realizada pelo Ibope Inteligência e ouviu a 5 mil pessoas em 315 municípios brasileiros entre junho e julho de 2011.

⁹ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) 2013, do IBGE, o total de analfabetos funcionais no país é de 27,8 milhões. Considera-se analfabeto funcional a pessoa com mais de 15 anos, que tenha menos de quatro anos de estudos completos. Em geral, essa pessoa lê e escreve frases simples, mas não consegue interpretar textos.

¹⁰ “A qualidade da TV brasileira é muito baixa”, entrevista do ministro Juca Ferreira à revista *Caros Amigos*, edição nº 157, abril de 2010, p. 12.

¹¹ A Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 25 de outubro de 2007, por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União. Uma vez aprovado, este decreto transformou-se na lei nº 11.625, sancionada em 07 de abril de 2008. Ela instituiu “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidade de sua administração indireta, através de autorização a cargo da Empresa Brasil de Comunicação”.

público sem finalidade comercial e fins lucrativos”. Transcorridos alguns anos, a avaliação que Ramos (2012: 22) faz é a de que “entre vícios e virtudes normativas, o modelo institucional da EBC ostenta muito mais estas do que aqueles.” Ele não deixa de observar, por outro lado, que

a virtude da simples existência, por mais relevante que seja, não pode abafar o debate sobre os eventuais vícios que ameacem aquela que deve ser a essência de uma radiodifusão não comercial de serviço público: a sua autonomia. Autonomia diante do governo, acima de tudo, mas também diante dos partidos políticos e de qualquer interesse singular – de classe social, de religião ou culto, de gênero, raça, e assim por diante – que a ameace. A essência do respeito à coisa pública está na capacidade de saber diferenciá-la da coisa meramente privada. (Ramos, 2012: 22)

Novas e intensas batalhas ainda terão que ser vencidas para que a TV Brasil se consolide como uma emissora televisiva efetivamente pública. Essas batalhas têm muitos adversários, a começar pela mídia comercial, as estreitas relações entre parte significativa dos políticos brasileiros e a mídia comercial, a falta de conhecimento da população sobre o que é uma emissora pública, mas, sobretudo, a realidade histórica, cultural e social brasileira, com suas conformações e deformações.

O desconhecimento dos primórdios e da história da TV não comercial no país contribuiu para criar junto à população a convicção de que só existe a Televisão Comercial. A título de exemplo, 71,2% dos brasileiros não sabem que as TVs são concessões públicas,¹² acreditando que elas são empresas comerciais como outras quaisquer. Os problemas, o silêncio e a penumbra que cercaram e ainda cercam tudo o que diz respeito às emissoras não comerciais consolidou junto aos profissionais, e mesmo entre a maioria dos estudiosos e pesquisadores, a falsa convicção de que o “protagonismo” da TV Comercial era inevitável.

A bibliografia sobre a história da televisão no Brasil praticamente ignora outra modalidade de emissora que não seja a comercial.¹³ Disciplinas sobre produção, programação e jornalismo em emissoras públicas de televisão inexitem nos departamentos e nas faculdades de Comunicação brasileiras. As poucas referências às TVs não comerciais¹⁴ servem para reforçar a impressão de que aqui não há lugar para a TV Pública. Algo que teria a ver apenas com outros países e culturas distintas da nossa. Afinal, qualquer pessoa pode,

¹² Pesquisa citada, p.7.

¹³ É o caso, por exemplo, de *História da Televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*, organizado por Ana Paula Goulart, Igor Sacramento e Marco Roxo, publicado pela Editora Contexto em 2010.

¹⁴ É o caso de Sérgio Mattos que, no livro *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política* (2000) aborda apenas a historiada TV comercial. É o caso, também do livro *60 anos de telejornalismo no Brasil*, organizado por Alfredo Vizeu, Flávio Porcello e Iluska Coutinho que, mesmo tendo sido lançado 10 anos depois, acaba seguindo a mesma lógica de periodização proposta por Mattos, transformando a história da TV comercial na história da TV brasileira.

com alguma facilidade, concluir que se em seis décadas de existência da televisão, a emissora pública não encontrou lugar, é porque não tem ou realmente não merece ter lugar em nossa sociedade.

Seis famílias controlam a Televisão Comercial aberta no Brasil.¹⁵ Ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, onde a propriedade cruzada dos meios de comunicação foi e continua sendo alvo de legislação rígida, aqui os proprietários de jornais são também os donos de revistas, emissoras de rádio, televisão por assinatura e de portais de internet. Durante as últimas quatro décadas, a emissora de uma dessas famílias, a Rede Globo, foi líder absoluta tanto em audiência como na participação no bolo publicitário nacional. A TV Globo conserva a posição de liderança, mesmo que enfrentando a eventual concorrência da TV Record, do SBT, da Rede Bandeirantes e também em função de outras modalidades de TV, como os canais pagos e as alternativas possibilitadas por novas tecnologias, especialmente a internet,¹⁶ nessa época de convergência dos meios.

A perda da liderança absoluta por parte da TV Globo não significou, entretanto, qualquer tipo de avanço para a ideia de emissoras não comerciais, pautadas pela informação, educação e cultura. Vale dizer: uma televisão comprometida com o avanço da cidadania.

A cena televisiva brasileira segue comercial e oportunidades de mudança continuam sendo perdidas, como na discussão sobre a adoção do modelo digital de televisão em 2006. Ela poderia ter sido a oportunidade para um debate político mais amplo, incluindo a própria situação das concessões. Mas o que se verificou foi a centralização do debate nos aspectos técnicos envolvendo a nova tecnologia.

O que se pretende com esta pesquisa é confrontar a história da TV brasileira com a história do Brasil, visando entender as razões pelas quais o país, até agora, não possui uma efetiva TV Pública. Ao contrário de nações tão admiradas por nossas elites e pela maioria dos brasileiros como Estados Unidos e Grã-Bretanha, onde as emissoras públicas há muito fazem parte do cenário midiático, aqui ela permanece uma ilustre desconhecida, quando não uma adversária a ser combatida.

Na medida em que a TV Pública no mundo, em suas diversas versões e acepções, como a britânica BBC, a estadunidense PBS ou a japonesa NHK são reconhecidas pela excelência de sua programação, quais as razões para o governo e a sociedade brasileira não

¹⁵ As famílias são: Abravanel (SBT), Dallevo e Carvalho (Rede TV!), Marinho (Organizações Globo), Macedo (Record) e Saad (Bandeirantes).

¹⁶ Cruz Brittos, Valério & Kalikoske, André. "TV aos 60 anos. Desafios para a programação televisiva", *in* <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em 05/10/2010.

apostarem efetivamente em uma televisão assim? As dimensões do Brasil e a necessidade, reconhecida por todos, de se elevar o nível educacional da população não seriam motivos extras para que uma televisão nesses moldes fosse adotada? Como lembra José Marques de Melo,

Os brasileiros estão servidos por uma televisão tecnologicamente moderna e esteticamente satisfatória, embora disseminando conteúdos distantes das necessidades educativas de vastos contingentes de concidadãos, que permanecem excluídos do banquete civilizatório. (Melo, 2010: 10)

O que leva as nossas elites a combater a TV Pública de forma tão acentuada e permanente? Considerando-se a televisão como parte da mídia que, por sua vez, é fruto do ideário liberal na Europa e nos Estados Unidos e que as elites brasileiras desde os tempos do Império se consideram, em sua grande maioria, liberais, esse posicionamento torna-se, no mínimo, contraditório. O que faz com que partidos políticos que têm em seus programas a defesa de ideais liberais, dentre as quais se destaca a liberdade de informação e expressão, critiquem, de forma tão acentuada, esse tipo de emissora?

Diante de tantas questões, cabe uma pergunta mais incisiva: a TV Pública é uma ideia fora do lugar no Brasil? Fundamental para a consolidação e o avanço da democracia em outras partes do mundo, aqui ela não passaria de mais um artificialismo? A questão retoma uma conhecida indagação de Roberto Schwarz (2000) sobre a disparidade entre as ideias adotadas no país, as nossas instituições e a realidade. No Império, o estatuto da escravidão impedia a prática das ideias liberais por incompatibilidade. O ideário liberal não era viabilizado, mas nossas elites também não o descartavam, temendo se passarem por retrógradas. Daí o arremedo de realidade que marcou e continua marcando a vida cultural e intelectual do Brasil, com as ideias, a exemplo do liberalismo, sendo esvaziadas de qualquer conteúdo que não seja do interesse da elite.

Desconhecer a existência da TV Pública ou combatê-la ao máximo, quando esse desconhecimento não for mais possível; descaracterizá-la, mantendo-a numa posição subalterna, confinada a uma situação irrelevante em termos de influência e de audiência, não seriam partes de um mesmo processo? Não seria a maneira de garantir, como assinala Schwarz, “a comédia ideológica” entre nós? Comédia na medida em que essa televisão, mesmo existindo, estaria fadada a não cumprir, ou cumprir de forma pífia, as suas razões de ser.

Responder a essas questões exige que se coloque em discussão o liberalismo no Brasil, enquanto tradição de pensamento que situa no centro de suas preocupações a liberdade

do indivíduo e tem na liberdade de informação e expressão uma de suas pedras angulares. Até porque nossos liberais, sempre que lhes foi conveniente, apelaram para a intervenção dos militares na política, censuraram a imprensa e descartaram a livre concorrência. Daí a importância de se retomar a história da Televisão Comercial sob a perspectiva de uma história contra-hegemônica, de sua contra-história, que é a TV Pública.

O meu interesse pelas emissoras públicas surgiu quando era bastante jovem e, junto ao meu pai,¹⁷ ouvia à noite, programas de rádio da BBC. Foi ele quem me explicou que a BBC, por ser uma rádio pública, era muito mais confiável do que as emissoras que tínhamos no Brasil, especialmente naquele período de censura prévia à imprensa. Em 1982, ao lado de jornalistas e intelectuais, assinei o manifesto em prol da criação da TV Educativa em Minas Gerais. O documento foi entregue a todos os candidatos que disputavam o Governo do Estado.

Uma vez eleito, Tancredo Neves determinou que o secretário de Cultura, José Aparecido de Oliveira, tomasse as providências para criar, o mais rápido possível, a TV educativa estadual.¹⁸ Quando a TV Minas entrou no ar, em 1984, acompanhei com entusiasmo os seus primeiros tempos. Decepcionei-me depois com o oficialismo que passou a exibir e o descaso com que foi tratada em administrações posteriores. Sobretudo, lutei contra a tentativa de privatizá-la por parte do governo Newton Cardoso. Em 2003, fui convidada pelo neto de Tancredo Neves, Aécio Neves, para dirigi-la. Nos pouco mais de dois anos em que estive à frente da emissora, não medi esforços para transformá-la em uma TV Pública, batalha em que fui derrotada, mas que serviu de estímulo para aprofundar meu conhecimento sobre a complexa realidade do setor. As dificuldades que havia enfrentado na TV Minas eram apenas a ponta de um enorme *iceberg* envolvendo as TVs não comerciais no Brasil.

A televisão pensada e planejada por Edgard Roquette-Pinto, o pai da radiodifusão não comercial no Brasil, e a televisão da Rádio Nacional, ambas da década de 1950, não saíram do papel por interferência direta do primeiro magnata das comunicações no país, Francisco de

¹⁷ Meu pai, Osório da Rocha Diniz, além de engenheiro e economista, era professor universitário e assinava coluna sobre economia no Diário do Comércio. Ele foi um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e participou ativamente da criação de duas outras faculdades – uma de Engenharia e outra de Agrimensura – depois que foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5, em dezembro de 1968. Nacionalista de esquerda, ele é um dos autores do anteprojeto da lei 2004/1954, que criou a Petrobras. Possui vários livros publicados, entre eles os clássicos *A Política que convém ao Brasil* e *O Brasil em face dos imperialismos modernos*, ambos pela Coleção Brasileira.

¹⁸ A coordenação do grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto da Fundação TV Minas Cultural e Educativa ficou a cargo do jornalista Guy de Almeida, tarimbado profissional que atuou também em veículos de comunicação na América Latina e na Europa.

Assis Chateaubriand, articulado aos interesses estadunidenses e contando com o beneplácito dos governos Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek.

Outro magnata da mídia, Roberto Marinho, cujas empresas, em termos de importância, sucederam aos Diários Associados de Chateaubriand, também é responsável pela ideia de uma TV Pública não avançar entre nós. Aliás, para provar que o Brasil não precisa de uma emissora pública, acabou criando, quatro décadas depois, o Canal Futura, uma espécie de TV Educativa do empresariado.

As televisões não comerciais atendem, no Brasil, por nomes diversos a exemplo de TVs Educativas, TVs Culturais, TVs Comunitárias, TVs Universitárias, TVs Institucionais e TVs Legislativas (Câmara, Senado e Assembleias Legislativas) e TVs Públicas. Em comum, guardam a baixa audiência e recursos insuficientes para viabilizar uma programação adequada. As TVs Legislativas são exceções nesse quadro, na medida em que o poder ao qual estão vinculadas lhes destina orçamento razoável.

A existência de todas essas emissoras, pulverizadas como se encontram, tem servido, sobretudo, aos propósitos de seus adversários, na medida em que podem ser apresentadas como a “prova indiscutível” da superioridade da TV Comercial. Talvez a única exceção seja a TV Cultura de São Paulo. Não é por acaso que periodicamente ela se vê envolvida em crises financeiras que nada mais são do que reflexos de crises políticas mais amplas,¹⁹ de embates entre diferentes concepções sobre o papel do Estado no Brasil.

A pesquisa com qualquer objeto num contexto histórico comporta desafios, mas esses se tornam maiores quando envolve a televisão, um objeto multifacetário. A partir da centralidade que a televisão assume nas sociedades contemporâneas, muito da história, da história conhecida e “vívda” pelas pessoas e pelas coletividades acaba sendo a história por ela mostrada. Em se tratando da história da própria televisão, é preciso estar atento para o fato de que esta história tem sido escrita mais a partir da visão que os veículos têm de si mesmos e dos seus interesses do que dos interesses ou percepções da sociedade. Mais ainda: há uma

¹⁹ A mais recente dessas crises envolveu a saída de João Sayad da presidência da emissora e o retorno de Marcos Mendonça ao cargo que exerceu de 2004 a 2007. Mendonça assumiu a presidência da Fundação Padre Anchieta (FPA) em 14 de junho de 2013, para um mandato de três anos, em meio a denúncias veladas de corrupção na emissora, formuladas por Sayad. Em 01/08/2013, a coluna James Akel, vinculou Mendonça a todo um processo de corrupção envolvendo a TV Cultura e a TV Minas, que teria tido início no governo do tucano mineiro Eduardo Azeredo (1995-1999). Para mais detalhes, ver “Misterioso presidente Marcos Mendonça”. In: coluna James Akel <<http://www.rd1.ig/01/08/2013>>. Acesso em 18/09/2013. Some-se a isso o explícito processo de “tucanização” de tradicionais programas da emissora, como “Roda Viva”, que passou a ser comandado pelo jornalista Augusto Nunes.

inegável influência da televisão na própria visão que as pessoas têm sobre o que acontece e como acontece.

Para entender os motivos pelos quais uma TV Pública no Brasil ainda não teve lugar, esta pesquisa faz uma investigação que parte da revisão bibliográfica sobre a história da TV no país. História que é confrontada com a própria história brasileira nas últimas seis décadas, quando a TV entra na cena nacional e, rapidamente, assume papel protagonista.

Não há como separar a história da televisão brasileira do contexto no qual ela está inserida. E, muito menos, deixar de levar em conta que nessa história a televisão tem duplo papel: narradora e personagem da história narrada. A visão de história que será adotada nesta pesquisa é a utilizada por Le Goff (1984), ao resgatar o seu significado primeiro, enquanto “investigação” e “procura” e também o de Veyne, ao assinalar que:

A história é cheia de possibilidades frustradas, de acontecimentos que não se realizaram; ninguém será historiador se não perceber, em torno da história que se produz realmente, uma multidão de histórias possíveis, de coisas que podiam ser de outra maneira. (Veyne, 2008: 94)

À relação essencial entre presente-passado, Le Goff acrescenta o horizonte do futuro, pois só assim a história pode ser uma sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões.

Esses dois autores e também Foucault,²⁰ que mesmo não sendo historiador revolucionou a maneira de se pensar a história, são fundamentais para se perceber que as formas que os objetos adquirem só podem ser explicadas pela própria história. Mais ainda: tão importante quanto os documentos para esta pesquisa são as perguntas feitas a eles e as conexões que se podem estabelecer entre esses documentos e as séries de eventos que estão sendo analisados.

O próprio passado só adquire forma e é desenhado na batalha que os homens travam no presente, visando dar a ele suporte para novos projetos e estratégias. É necessário desnaturalizar e desconfiar, como ensina Foucault (1996) dos objetos que já são considerados plenamente definidos no tempo, como é o caso da TV Comercial, pois eles o foram não para sempre, mas num dado momento, numa dada configuração de forças. Portanto, mais do que tentar explicar os fatos, é fundamental seguir suas linhas de constituição, suas lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, sem perder de vista os silêncios, as lacunas, que também são elementos de sua tessitura.

²⁰ Da vasta obra de Foucault a pesquisa se vale, principalmente, de dois títulos: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984 e *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

Como toda organização do passado é provisória, é fundamental igualmente estar alerta para o fato de que algumas visões, uma vez cristalizadas, dificultam a emergência de outra forma de olhar para o passado e também de se pensar o futuro. A toda história, dominante ou história dos vencedores corresponde uma contra-história. Contra-história no sentido que lhe dá Losurdo (2006: 11-12), para quem é necessário focalizar o objeto não em sua pureza, mas em sua concreção. Vale dizer: através das relações políticas e sociais nas quais ele se manifesta.

Em termos metodológicos, como guias para a revisão do passado da TV brasileira, duas obras clássicas que abordam a origem e formação da identidade nacional são tomadas como ponto de partida: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro. Afinal, é disso que se trata quando se fala na ausência de lugar para uma Televisão Pública entre nós. Além desses autores, a pesquisa se vale de nomes que têm na busca de interpretação sobre a realidade brasileira, com suas inclusões e exclusões, sua preocupação maior: José Murilo de Carvalho, Octávio Ianni, José Carlos Reis, Wanderley Guilherme dos Santos e Jessé Souza.

Os anos de 1930 foram de intenso debate, época de radicalização ideológica e política. Em 1935, quando *Raízes do Brasil* é publicado,²¹ era nítida a distância entre a sociedade civil e o Estado, entre o Brasil real e o Brasil legal, entre a realidade brasileira e as ideias que dificultavam o conhecimento dessa realidade.

O Brasil fazia a transição de uma sociedade baseada na economia agropecuária para uma sociedade dominada pelo capitalismo industrial, com seus sujeitos característicos: a burguesia, o proletariado e as classes médias. A Revolução de 1930 não foi longe o bastante para romper com a organização social vigente, mas abalou e pôs em xeque a validade das interpretações até então produzidas sobre o país.

Sérgio Buarque de Holanda está incluído na corrente dos “redescobridores do Brasil”, que procuram conhecer o país em suas peculiaridades, desde desigualdades regionais, heterogeneidade étnica, heranças do escravismo, peso das oligarquias, predomínio do privatismo sobre a vida pública, personalismos e lutas em prol da cidadania.

Os Donos do Poder segue por trilha semelhante, mesmo que a preocupação maior de Faoro seja com a formação da elite de poder no Brasil. Com sua primeira edição tendo

²¹ O livro foi bastante modificado na década de 1940, mas suas teses essenciais se mantiveram.

acontecido em 1958,²² a obra retoma a herança portuguesa, analisada por Sérgio Buarque, para mostrar que, de D. João I até o final da década de 1920, a estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais.

De 1930 para cá, o Brasil passou por grandes transformações. Hoje, o país é uma democracia estável, com instituições bastante sólidas e eleições regulares. É a sexta economia do mundo e, na última década, tem obtido significativos resultados na redução da pobreza, com políticas públicas direcionadas a diminuir o seu grande déficit social e educacional. Apesar dos avanços, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do planeta no que se refere à distribuição de riqueza entre seus habitantes.

Quando do seu surgimento, a televisão se apresentava como a grande novidade, capaz “de informar a todos e trazer o mundo para perto de cada um.”²³ Só que essa promessa continua longe de ser cumprida, especialmente em se tratando da Televisão Comercial, na qual o telespectador é apenas um consumidor e um número no rol da audiência; um ser que continua aliado do “banquete civilizatório”. Não passa de falácia, portanto, a amplamente difundida maneira como a TV Globo, sem qualquer modéstia, se apresenta como uma das melhores TVs do mundo. Melhor para quem, deve-se perguntar.

Tendo como pano de fundo os aspectos levantados por Le Goff, Veyne e Foucault, esta pesquisa propõe uma nova periodização para o estudo da história da TV brasileira, diferente da estabelecida pela maioria dos estudiosos²⁴ que, a título de fazerem a história da televisão no Brasil, contemplam apenas a história da TV Comercial. A periodização proposta

²² A primeira edição de *Os Donos do Poder* aconteceu em 1958, em Porto Alegre, e ficou restrita aos círculos acadêmicos. O livro possuía apenas um volume, com 271 páginas. A segunda edição aconteceu apenas em 1975, fruto de um convênio com a Editora da Universidade de São Paulo. Nesse meio tempo, o prestígio da obra cresceu e Faoro deu-lhe feição nova, com dois volumes e 750 páginas. Para efeito desta pesquisa, será utilizada a segunda edição da obra.

²³ O texto faz parte de anúncio sobre a chegada da TV no Brasil, publicado nos jornais da cadeia dos *Diários Associados*, nos meses de outubro a dezembro de 1950.

²⁴ Em sua *História da televisão no Brasil*, Sérgio Mattos aborda superficialmente a TV Pública. Seu trabalho enfoca apenas a história da TV comercial, para a qual propõe uma periodização que pretende explicar o desenvolvimento da televisão no país e tem servido de referência para a maioria dos pesquisadores sobre o tema. Em termos de fases, ele cita as seguintes: a fase Elitista (1950-1964), quando o televisor era considerado um luxo ao qual apenas a elite econômica tinha acesso; a fase Populista (1964-1975), quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível ocupavam grande parte da programação; a fase do Desenvolvimento Tecnológico (1975-1985), quando as redes de TV se aperfeiçoaram e começaram a produzir, com maior intensidade e profissionalismo, os seus próprios programas com estímulos de órgãos oficiais, visando, inclusive, a exportação; a fase da Transição e da Expansão Internacional (1985-1990), durante a Nova República, quando se intensificam as exportações de programas; a fase da Globalização e da TV Paga (1990-2000), quando o país busca a modernidade a qualquer custo e a televisão se adapta aos novos rumos da redemocratização; e a fase da Convergência e da Qualidade Digital, que começa no ano 2000, com a tecnologia apontando para uma interatividade cada vez maior dos veículos de comunicação, principalmente a televisão, com a Internet e outras tecnologias da informação. Essas fases não se aplicam às demais modalidades de televisão, a Pública e a Estatal.

não privilegia a TV Comercial e enfatiza os momentos mais significativos para a trajetória da TV Pública; está dividida em cinco fases:

1. Fase de Definição (1950-1955), quando são travadas no país as primeiras disputas entre as ideias de TV Educativa e TV Comercial;
2. Fase da 1ª Tentativa de Crescimento (1965-1969), quando o Ministério da Educação e da Cultura formaliza o pedido de reserva de 98 canais de televisão para fins educativos e acontece a venda da TV Cultura de São Paulo, até então uma emissora comercial vinculada ao Condomínio dos Diários e Emissoras Associados, para a Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa;
3. Fase da 2ª Tentativa de Crescimento (1982-1985), quando é criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério das Comunicações e as emissoras educativas, em especial a TV Cultura, têm papel importante nas lutas que passam a acontecer no país, a exemplo da campanha pelas eleições diretas para presidente da República;
4. Fase da Criação de Múltiplos Canais de Acesso Público (1995-1997), quando é aprovada a Lei do Cabo, que obrigava as operadoras a exibirem, gratuitamente, seis canais de utilidade pública, como o Comunitário, e surgem emissoras não comerciais como a TV Senado, a TV SENAC e o Canal Futura, este último implantado pela Fundação Roberto Marinho.
5. Fase de Visibilidade, que começa em 2003, quando os debates envolvendo a TV Pública ganham espaço junto a diversas entidades sociais, culminando com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que tem a missão de implantar e gerir o sistema público de comunicação no país.

Ao descrever os problemas e entraves que marcaram e marcam a história da TV Pública no Brasil (em suas diversas acepções, a começar pelas TVs Educativas) muito estará sendo dito sobre a própria TV Comercial que existe no país e sobre a configuração da modernidade brasileira. Uma “modernidade” que resiste a republicanizar-se e convive com traços do que há de mais arcaico. Afinal, a Constituição de 1988, no capítulo 5, define como sendo complementares os sistemas privado, público e estatal de televisão e isso nunca foi levado em conta. Mais ainda: a falta de um efetivo marco político e normativo para a

radiodifusão continua inviabilizando a existência de uma comunicação democrática e plural entre nós.

A pesquisa está dividida em nove capítulos. O capítulo 1, **“O que é uma Televisão Pública”** aborda as diversas visões existentes no mundo sobre o tema, a fim de mostrar suas possibilidades. A maioria dos estudiosos concorda que uma televisão, para ser considerada pública, deve preencher dois requisitos: autonomia administrativo-financeira e independência editorial. No entanto, outros aspectos são igualmente importantes para se classificar uma emissora como tal, a exemplo da qualidade e do compromisso de sua programação com a cidadania. Alguns pesquisadores, inclusive, assinalam que ao lado das TVs Públicas existem as chamadas emissoras “de interesse público”,²⁵ que cumprem um importante papel ao não se pautarem apenas pela audiência e pelos interesses do mercado.

No capítulo 2, **“Marcos conceituais para a história da TV Pública no Brasil”**, é discutida, a partir de autores como Bloch, Le Goff, Farge e Foucault a relação entre passado e presente e entre presente e futuro, com o objetivo de construir uma nova visão para a história dessa modalidade de emissora no país. É feita, igualmente, a discussão entre história e memória, pois se a história não pode ser reduzida à memória, o silêncio não é sinônimo de esquecimento.

“A propósito do liberalismo e da modernidade” é o título do capítulo 3. Nele é feito um mergulho na história com o objetivo de entender a conformação e a peculiaridade tanto do Estado como da sociedade brasileira. Se de um lado os clássicos nos apontam a herança portuguesa como uma das razões para a permanência de traços e expedientes nada republicanos entre nós, a modernidade à brasileira, com a adoção do que pode ser chamado de “exclusão seletiva”, também pouco tem contribuído para o avanço da ideia de uma Televisão Pública.

São analisados aspectos da relação social no Brasil como a “cordialidade”, o “coronelismo”, com os expedientes do “favor”, do “tráfico de influência” e do famoso “jeitinho”. Expedientes que inviabilizam uma clara delimitação entre público e privado, contribuindo para perpetuar relações nada republicanas no Estado e na sociedade.

É importante não perder de vista que essa problemática acontece em meio à permanente adoção, por parte da elite brasileira, de ideias vindas de fora. Ideias que, em solo nacional, são descaracterizadas de seus aspectos essenciais ou críticos, para tornar possível

²⁵ O conceito é adotado, por exemplo, pelo jornalista e pesquisador Gabriel Priolli, que implantou e dirigiu, por 10 anos, o Canal Universitário de São Paulo.

sua adaptação à realidade local. O liberalismo, tão apreciado pela elite nacional, talvez seja o exemplo mais eloquente e persistente. Não é por acaso que para se entender a falta de lugar para a TV Pública no Brasil é preciso percorrer também o caminho das ideias liberais em nossa sociedade.

“Chateaubriand versus Roquette-Pinto, uma história esquecida” que dá nome ao capítulo 4, recupera uma parte deixada de lado e pouco conhecida da contra-história da televisão no Brasil: a derrota do projeto de Televisão Educativa de Roquette-Pinto para a TV Comercial de Chateaubriand. Ao contrário da emissora improvisada e sem qualquer compromisso com os interesses da população brasileira que o dono dos *Associados* colocou no ar, Roquette-Pinto tinha elaborado um projeto de emissora educativa que se tornou referência internacional. Projeto que “desapareceu” em meio à burocracia e aos interesses dos veículos comerciais.

O capítulo 5, **“Rádio Nacional, a primeira emissora brasileira de ‘interesse público’”**, faz uma releitura da história da emissora apresentando-a como precursora dos veículos dessa natureza, que só surgiriam oficialmente no país nem meados da década de 1990. Cultural e nacionalista ao contrário de getulista ou estatal, como lhe rotularam seus adversários, a Rádio Nacional por pouco não conseguiu viabilizar sua emissora de TV. O capítulo aborda essa luta, ao mostrar que a derrota do projeto de televisão da Rádio Nacional é mais uma vitória de Chateaubriand e dos “liberais” brasileiros contra o surgimento de TVs Culturais e Educativas.

“Roberto Marinho versus TVs Educativas. Dois exemplos de modernidade à brasileira”, título do capítulo 6, expõe as tentativas de avanço e as interdições que a ideia de uma TV não comercial no Brasil passa a enfrentar a partir de meados da década de 1960, período marcado pela chegada dos militares ao poder e pelo surgimento da TV Globo. Nesse capítulo são abordadas duas tentativas das Organizações Globo de monopolizar a produção teleducativa no país. A primeira delas se deu através do que ficou conhecido como Projeto Global de Teleducação. A segunda tentativa acontece a partir de 1997. Na mesma linha de tentar obter vantagens e monopolizar a produção teleducativa, as Organizações Globo criam o Canal Futura. A partir de então, esse Canal e a própria Fundação Roberto Marinho passam a se apresentar como entidades de “assistência social”, pleiteando vantagens e isenções exclusivas de quem efetivamente presta assistência social. Em ambos os casos, a pesquisa se vale de documentação inédita, que confirma aquilo que Faoro já denunciava nos anos de 1950 a propósito dos limites do liberalismo brasileiro.

O capítulo 7, **“O campo público entre o ‘coronelismo eletrônico’ e a fragmentação”**, aborda a situação das TVs do chamado “campo público” – TVs Educativas, TVs Legislativas, TVs Culturais, TVs Comunitárias e TVs Universitárias – mostrando as dificuldades que enfrentam. A maioria dessas emissoras só pôde ser criada graças à Lei do Cabo (Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995) que, ao regulamentar esse serviço no país, obrigou as operadoras a carregarem, sem custos, o sinal de seis canais básicos de utilização gratuita (Canal Legislativo Municipal, Canal Câmara dos Deputados, Canal Senado Federal, Canal Universitário, Canal Educativo-Cultural e Canal Comunitário). A Lei do Cabo ficou longe do que a ‘sociedade civil’ inicialmente queria. Sua força, no entanto, residiu no fato de ser o resultado de um amplo, ainda que contraditório, acordo que possibilitou a introdução de uma série de avanços no cenário televisivo nacional. Mesmo tendo origem democrática, essa legislação não evitou que os novos “canais básicos” passassem a enfrentar problemas no que se refere à sobrevivência. Em outras palavras, o “campo público” continua experimentando as velhas dificuldades: recursos para financiar-se e falta de organização dos seus integrantes, além da pressão contrária dos canais comerciais.

O capítulo 8, **“TV Cultura e TV Minas: trajetórias distintas, problemas semelhantes”**, é um duplo estudo de caso. Nele são discutidas as trajetórias da TV Cultura, de São Paulo, e da TV Minas, de Belo Horizonte, marcadas por situações que ilustram os problemas e contradições que caracterizam a realidade brasileira. A saber: o “jeitinho”, o empreguismo, a predominância dos interesses privados e pessoais sobre o interesse público além de administrações pouco republicanas. A problemática brasileira estudada de maneira conceitual no capítulo 3 ganha, assim, materialidade.

“TV Brasil e os desafios atuais”, título do capítulo 9, aponta possíveis caminhos para que a pesada herança que impede o desenvolvimento dessa modalidade de televisão entre nós comece a ser superada. Tarefa que envolve não só os setores mais diretamente comprometidos com o avanço da cidadania no Brasil, mas o governo e a sociedade como um todo.

A título de conclusão, a contra-história da Televisão Comercial no Brasil que é traçada nessa pesquisa, pode ser um primeiro passo para que a TV Pública encontre seu lugar entre nós. Está passando da hora de argumentos como “as TVs Públicas não sabem fazer televisão” ou “elas apenas gastam o dinheiro do contribuinte” serem sepultados de vez. Não apenas por se tratarem de argumentos falaciosos, como também pela necessidade que tem a cidadania de receber informações, entretenimento e lazer de maneira plural. **Está passando da**

hora, igualmente, da complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, prevista na Constituição, sair do papel.

Por tudo isso, a história da TV Pública no Brasil que se procurou traçar nesta pesquisa, a contra-história que as TVs Comerciais sempre tentaram evitar que fosse conhecida, não mira somente o resgate do passado. Ela se nutre do passado, de outra visão do passado, para contribuir com o pensamento e a construção de um futuro menos desigual. Futuro que passa pelo fortalecimento da TV Brasil e do “campo público” da comunicação no país.

CAPÍTULO 1

O QUE É UMA TV PÚBLICA

Este capítulo visa caracterizar as três modalidades básicas de televisão existentes: Pública, Comercial e Estatal. Busca, especialmente, detalhar as características de duas Televisões Públicas consideradas paradigmáticas: a inglesa British Broadcasting Corporation (BBC) e a estadunidense Public Broadcasting Service (PBS), respectivamente um modelo de Televisão de Serviço Público e um modelo de Televisão de Interesse Público, sobre as quais sempre se reporta quando se trata de discutir Televisão Pública. Serão igualmente analisadas as variações dessas modalidades de Televisão Pública, privilegiando-se sempre a visão histórica, política e institucional.

Para efeito desta pesquisa, que tem como objetivo escrever a história da Televisão Pública no Brasil, as emissoras de rádio serão, com frequência, mencionadas e algumas delas serão alvo de detalhamento em se tratando de sua origem e trajetória. Isso porque a implantação da TV ocorreu a partir dessa experiência e como parte dos investimentos originários do setor radiofônico, do qual também vieram os técnicos e os artistas que passaram a atuar no novo meio.

Tendo em vista as inúmeras e variadas conceituações existentes sobre a TV Pública, é nosso objetivo compreender como se deu o surgimento do chamado “campo público” da televisão, que tantas e tão importantes implicações envolve em se tratando do avanço da ideia de Televisão Pública no Brasil. Serão discutidos, também, os problemas que as TVs Públicas passaram a enfrentar nas últimas décadas, especialmente na Europa e nos Estados Unidos.

1.1 Estados Unidos e Grã-Bretanha e os primórdios da TV

Durante décadas existiram no mundo dois modelos de radiodifusão claramente diferenciados: o do rádio e televisão públicos, em princípio de “serviço público”, e o rádio e televisão “privados”, comerciais, definidos assim pela venda de espaço publicitário em sua programação. O modelo da Televisão Pública é europeu. O modelo da televisão surgido nos Estados Unidos é comercial ou privado.

O rádio, em ambos os lados do Atlântico e em várias outras partes do mundo, estava bem estabelecido em meados da década de 1930, independentemente do padrão adotado. Já a palavra “experiência” sempre é mencionada quando se trata de televisão nas décadas de

1920-1930. Nos Estados Unidos, a primeira transmissão de televisão aconteceu na cidade de Nova York em 1928. A ela tiveram acesso pouquíssimas pessoas e a transmissão foi de baixíssima qualidade (Barnouw, 1992: 26-30).

Apesar de terem sediado as experiências pioneiras com a televisão²⁶, a situação econômica desfavorável nos Estados Unidos acabou possibilitando que a Inglaterra assumisse a liderança no processo. A partir de 1936, serviços televisivos eram oferecidos pela BBC. Somente em 1941, ano em que os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial, duas empresas, NBC e CBS, que se tornariam arquirrivais com o passar dos anos, iniciaram, a partir de Nova York, algumas transmissões de televisão, limitadas e em horários definidos.

A BBC é um dos modelos de referência de comunicação pública no mundo e foi a precursora na concepção desse tipo de serviço. Ela surgiu em 1922 como um conglomerado de grupos empresariais ligados à fabricação de equipamentos eletrônicos²⁷. Cinco anos depois, o governo britânico assumiu a companhia e tornou o rádio um monopólio público. Os serviços televisivos da BBC foram interrompidos, por questão de segurança, durante a Segunda Guerra Mundial. O conflito mundial serviu para alavancar o desenvolvimento dos aparelhos televisivos, devido às intensas pesquisas sobre transmissões realizadas naquela época, mas não conseguiu fazer grandes alterações no que se refere à visão que se tinha de que somente os grupos de alto rendimento pudessem ser atraídos por esses aparelhos.

Num primeiro momento, a televisão foi alvo de temor, pois era mais inquietante do que o rádio (Wolton, 1996: 25). Todos ainda tinham em mente a utilização que italianos e

26 A Televisão (do grego *tele* - distante e do latim *visione* - visão) envolveu um longo processo de pesquisa até ser possível a sua utilização pelas pessoas. O pioneiro nesse processo é o inventor e engenheiro russo Vladimir Zworykin que, em 1919, imigrou para os Estados Unidos e, em 1920, foi admitido no Laboratório de pesquisas da Westinghouse. Em 1924, registrou a patente do tubo iconoscópico para câmeras de televisão, o que tornou possível a televisão eletrônica. O primeiro sistema semimecânico de televisão analógica foi demonstrado em fevereiro de 1924 em Londres, e, posteriormente, imagens em movimento em 30 de outubro de 1925. Um sistema eletrônico completo foi demonstrado por John Logie Baird e Philo Taylor Farnsworth em 1927. O primeiro serviço analógico foi a WGY, em Schenectady, Nova York, inaugurado em 11 de maio de 1928. Os primeiros aparelhos de televisão eram rádios com um dispositivo que consistia num tubo de neon com um disco giratório mecânico (disco de Nipkow) que produzia uma imagem vermelha do tamanho de um selo postal. O primeiro serviço de alta definição apareceu na Alemanha em março de 1935, mas estava disponível apenas em 22 salas públicas. Uma das primeiras grandes transmissões de televisão foi a dos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936. O uso da televisão aumentou enormemente depois da Segunda Guerra Mundial devido aos avanços tecnológicos surgidos a partir das necessidades da guerra e à renda adicional disponível. Na década de 1930, os televisores custavam o equivalente a atuais US\$ 7 mil e havia pouquíssima programação disponível. Para um maior detalhamento sobre esses primórdios, consultar Barnouw (1992).

²⁷ Para uma história detalhada da radiodifusão no Reino Unido, consultar o livro de Briggs (1995). Especificamente sobre a BBC, consultar, do mesmo autor, Briggs (1985). Ainda do mesmo autor, em parceria com Peter Burke, vale consultar *Uma história social da mídia* (2004). Igualmente importante é o livro de Leal Filho (1997).

alemães haviam feito do rádio. As mídias de massas eram consideradas perigosas e, por isso, deveriam ser controladas pelo poder público. Houve, em seguida, uma reação negativa contra o modelo privado da televisão estadunidense que havia se desenvolvido durante a guerra. Os primeiros profissionais da televisão inglesa, políticos, intelectuais e a elite culta em geral acreditavam que a televisão, se utilizada de forma adequada, poderia ser um excelente instrumento de democratização cultural. É, portanto, de forma pública que se organizaram as televisões na Europa, tanto na Grã-Bretanha, na Alemanha Ocidental, na França, na Itália e na Escandinávia, para citar alguns dos países e regiões mais conhecidos (Wolton, 1996: 26). O financiamento destas emissoras, mesmo guardando peculiaridades em cada país, não se dava via publicidade.

Nos Estados Unidos, entre 1947 e 1952, a produção de aparelhos de televisão cresceu consideravelmente. Em 1948, a revista *Business Week*, chamou a televisão de “o mais recente e valorizado bem de luxo do cidadão comum”, proclamando aquele como sendo o “ano da televisão” (Briggs & Burke, 2004: 238). Em 1952, havia mais de 20 mil aparelhos em uso naquele país. Ao contrário do que aconteceu quando do nascimento do rádio, não houve pressão e mesmo as discussões foram muito limitadas no que se refere ao modelo de organização que deveria ser adotado para o novo meio de comunicação.

Não houve nada semelhante aos grupos de “radioamadores”, que desempenharam um papel crítico nos anos iniciais do rádio. As decisões sobre a televisão foram tomadas de cima e pelos grandes interesses do rádio. Debatiam-se apenas questões ligadas à tecnologia, envolvendo a televisão em cores, e a escolha de VHF em vez de UHF. A televisão seguiu o modelo comercial praticado pelas emissoras de rádio, em que pese existir, de forma minoritária, na sociedade estadunidense daquele momento, descontentamento com a situação.

O sistema de televisão pública nos Estados Unidos só foi criado no final dos anos de 1960 (Sanchez Ruiz, 1991: 29-52; Silveira, 2002). Ele é formado por organizações nacionais e emissoras locais. Não se trata propriamente de uma rede, mas de uma organização que reúne emissoras locais e canais nacionais como a *Public Broadcasting System (PBS)* e a *Corporation for Public Broadcasting (CPB)*. Criado pelo *Public Broadcasting Act* de 1967, a CPB passou a distribuir os recursos federais entre as emissoras para as suas operações e o seu desenvolvimento de programação. A lei também instituiu que a CPB não poderia centralizar a execução dessa tarefa, mas apenas administrar a distribuição dos fundos. Assim,

a CPB provê os fundos e a PBS, uma entidade privada sob propriedade das emissoras públicas, executa o serviço.²⁸

Ao longo do tempo, os dois modelos passaram por modificações. O Modelo Comercial, de propriedade privada, é mais homogêneo em sua forma de operação e articulação com as instâncias governamentais, a economia e a sociedade civil, bem como o seu sustento básico através da publicidade nos mais diversos países. Mesmo assim, há diferenças, a começar por aqueles que atuam em mercados mais competitivos e aqueles que enfrentam monopólios. No decorrer de sua história, o modelo de televisão aberta comercial tem enfrentado desafios e buscado alternativas para superá-los.

1.2 TVs Públicas, TVs Estatais e TVs Governamentais

Na Televisão Pública, desde o começo, a diversidade foi grande, tanto no que se refere à sua forma de organização financeira, operação e articulação com o Estado, como em relação à economia e à sociedade civil (Intervezes, 2009). Motivo pelo qual existem muitas maneiras de se entender Televisão Pública, como também para entender o “serviço público” que se lhe atribui. Em muitos países, existem modelos mistos, pelo menos em termos de propriedade (empresa privada/Estado). Na própria Inglaterra, desde 1954, se estabeleceu um duopólio público/privado, quando se autorizou à Independent Broadcasting Authority (IBA) estabelecer e operar concessões de rádio e televisão. A partir de 1955 existem na Europa dois modelos de Televisão Pública; um modelo inglês, durante muito tempo solitário, de coexistência relativamente equilibrada entre dois canais públicos e dois canais privados, e um modelo continental, do qual são exemplos a televisão francesa, a alemã e a italiana (Wolton, 1996: 26).

Um terceiro modelo de televisão é o Estatal. Conceituar essa modalidade de emissora constitui-se em um desafio, especialmente porque envolve, como ressaltam Scorsim (2007), Priolli (2008) e Ramos (2012), traçar a fronteira entre público e estatal. Em linhas gerais, a TV Estatal está vinculada à titularidade exclusiva e ao controle do Estado sobre a sua programação. Historicamente, emissoras desse tipo são associadas aos países socialistas, a começar pela ex-URSS e aos países do Leste europeu que adotavam esse regime. Televisões Estatais existem também em países capitalistas e são conhecidas por veicularem o ponto de vista do governo e do partido/coligação política no poder. Também nesse modelo existem gradações, pois muitas vezes uma emissora estatal pode se aproximar, em termos de

²⁸ Para uma visão mais detalhada desse processo, consultar Witherspoon & Kovitz (1987).

conteúdo de programação, de uma emissora pública. E vice-versa. Há, no entanto, incompatibilidade entre a televisão mantida pela publicidade (adepta da livre iniciativa e da primazia do mercado) e a TV Estatal.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) estabelece como definição aceitável para Serviço Público de Radiodifusão (SPR) aquele que é realizado, financiado e controlado pelo público e para o público. Não é comercial e nem estatal. É isento de ingerência política e pressões de correntes comerciais. Por meio do SPR, os cidadãos e cidadãs recebem informação, educação e entretenimento. Quando garantido com pluralismo, diversidade da programação, independência editorial, financiamento adequado, prestação de contas e transparência, o SPR pode servir de pedra angular da democracia (Unesco: Brasília, 2010: 37).

Apesar dos esforços realizados pela Unesco em prol da formalização desse conceito para a radiodifusão pública, existe uma enorme variedade de sistemas públicos de televisão no mundo. Sistemas que são acompanhados pela diversidade de definições, caracterizações e abordagens, cuja discussão é essencial para os objetivos desta pesquisa. É importante observar como diferentes países lidam com os conceitos de público e estatal, constituindo-se, muitas vezes, em um equívoco confundir estatal com governamental.

O conceito de radiodifusão de serviço público (*public service broadcasting*) é bastante claro para os britânicos, tanto para a BBC como para as emissoras que têm finalidade comercial e fins lucrativos, pois o que as diferencia fundamentalmente são as formas de financiamentos – fundos públicos x publicidade comercial – e o que chamam de governança. Isso não impede a BBC de ser, em sua essência, estatal. A sua licença de funcionamento, renovada a cada 16 anos, é uma *Royal Charter* (Carta Real), outorgada pela rainha, a chefe de Estado. O que a publiciza é o fundo público, um tributo – e só o Estado pode cobrar tributos –, cujas receitas advindas das taxas que o público inglês paga vão direto para o caixa da empresa. O governo, o gabinete, não tem o poder de nomear os executivos da BBC e nem os membros do seu conselho curador, o conselho de governadores como são denominados.

A ideia de serviço público é central também nos Estados Unidos. Ela está caracterizada no direito administrativo adotado naquele país de forma tão clara quanto no direito administrativo europeu (Ramos, 2012). Aliás, essa ideia está presente na própria denominação da PBS. Já os espanhóis, como assinala Ramos (2012), se valem de uma definição interessante: “televisão pública de titularidade estatal”. Enquanto isso, os franceses,

diante da complexidade em se precisar esse serviço, utilizam a expressão “missões de serviço público” (Scorsim, 2007: 168).

No Brasil, tem prevalecido uma permanente confusão entre os conceitos de público e de estatal em se tratando da radiodifusão. Confusão que não se sustenta quando se observa o que dispõe a própria Constituição de 1988. Elaborada num momento em que o país acabava de sair de uma ditadura que durou 21 anos, essa Constituição apresenta um perfil liberal e, de maneira inédita, dedica um capítulo inteiro à comunicação social.²⁹ A influência maior na escassa tradição liberal brasileira, no caso do capítulo sobre Comunicação Social, deriva da configuração republicana dos Estados Unidos. Nesta configuração, assinala Ramos (2012), destaca-se a Primeira Emenda à Constituição estadunidense, pela qual entre outros dispositivos de afirmação negativa de liberdades, ao Estado foi negado legislar sobre liberdade de expressão.

Nos Estados Unidos, como observa Ramos (2012), até mesmo na prática contemporânea das Ciências Sociais, em especial a Ciência Política, existe uma recusa ao uso da categoria mais abstrata de Estado, em favor da categoria mais concreta de governo. Já nas ciências sociais latino-americanas, o Estado, enquanto categoria, encontra ampla guarida, ainda que muitas vezes ao custo de, como no caso do Capítulo sobre Comunicação Social da Constituição brasileira, igualá-lo à categoria Governo, como se os dois conceitos fossem intercambiáveis. Igualmente acontece, no Brasil, de se contrapor à categoria Estado à de público, como se fossem mutuamente excludentes. Sobre este aspecto, afirma Ramos:

É meu entendimento, portanto, que o constituinte brasileiro de 1988, inspirado na matriz normativa estadunidense, fundiu estatal com governo e tratou de forma excludente o público e o estatal. Com isto, atingiu, deliberadamente ou não, dois objetivos paradoxais: afirmar um sistema privado que a própria Constituição nega no caput do Artigo em questão [artigo 223]; e negar igualmente a própria essência da República Federativa do Brasil, visto que, diferentemente da forma monárquica, a forma republicana das democracias contemporâneas, inclusive nos Estados Unidos, é aquela que se sustenta na relação indissociável entre a *res publica*, a coisa pública, e o estatal. (Ramos, 2012: 3)

Indo além, Ramos (2012) destaca que por mais generoso que possa parecer o dispositivo da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, previstos no artigo nº 223 da Constituição brasileira, a partir do momento em que o artigo se refere à “radiodifusão sonora e de sons e imagens”, fica claro que ele está se referindo

²⁹ O capítulo em questão é o V – Artigos 220 a 224.

primordialmente aos *serviços prestados em regime público*, mediante outorga de concessão e permissão, como o eram, então, e o são até hoje.

Tal como está, o artigo não comporta serviço de geração de radiodifusão prestado em regime privado. O que ele admite é a possibilidade de um agente privado prestar um serviço público, ainda que com finalidades comerciais. Da mesma forma, uma empresa pública ou uma prefeitura ou um governo de estado podem prestar o mesmo serviço público, sem finalidades comerciais. (Ramos, 2012: 4)

Diante destas considerações, Ramos conclui que:

O sistema privado de radiodifusão sonora de sons e imagens da Constituição brasileira é uma anomalia normativa e, como tal, está fora de lugar, como anômala é, também, a ruptura que o constituinte produziu entre o público e o estatal. Um público normativamente indefinido, mais próximo do privado do que do estatal, e um estatal que, ao se confundir com o governamental, perdeu a sua indissociável dimensão republicana. (Ramos, 2012: 4)

Há, portanto, que se ter cuidado com a conceituação de *público* e *estatal*. Esse aspecto será retomado mais à frente.

1.3. BBC e PBS, os modelos mais conhecidos de TVs Públicas

As concepções de Televisão Pública, por mais que tentem ser abrangentes, deixam nítido como estão marcadas por épocas determinadas e por uma específica concepção de Estado, do papel de suas elites e da própria sociedade. Televisões Públicas existem em dezenas de países, nos mais diversos continentes, desde as primeiras décadas do século passado. Países tão diferentes como Alemanha, Austrália, Canadá, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Japão, Portugal e Venezuela possuem sistemas públicos de televisão. Destas, a inglesa BBC e o estadunidense PBS são os mais conhecidos e também representam dois modelos distintos de Televisão Pública, motivo pelo qual conhecer aspectos de suas histórias será útil para se buscar entender o que se passou no Brasil.

Na Europa e nos Estados Unidos, as raízes do conceito de corporação pública, de serviço público, estão nos grandes empreendimentos públicos voltados para a distribuição de água e energia elétrica e, em especial, os correios (Sánchez Ruiz, 1991: 33-34). A Primeira Guerra Mundial torna mais fácil a adoção do conceito de “serviço de utilidade pública”, pois a distribuição de carvão, os serviços de saúde e o racionamento de comida impostos pelo Estado abriam caminho para que tal medida fosse aceita.

lógica do Estado de Bem-Estar Social, que se tornava hegemônico na Europa do pós Segunda Guerra Mundial.

A reação da BBC foi imediata: começou a investir em novos formatos de programas para atrair mais audiência. Por outro lado, a criação da ITV foi controversa, pois não se admitia que ela estivesse somente à mercê das regras de mercado e não se preocupasse com a qualidade da programação. Por isso, a sua legislação foi baseada na liberdade de escolha dos cidadãos em termos de o que queriam assistir e não se pensando nos lucros que os serviços de televisão poderiam proporcionar.

É inegável que as constatações do Beveridge Committee contribuíram, em muito, para reforçar a necessidade de uma televisão que fosse parte constitutiva dos esforços do governo inglês para superar algumas defasagens em relação a outros países. Durante os 18 meses de sua atuação, que contou com o apoio técnico do governo, foram recebidas diversas sugestões de entidades privadas e de figuras ilustres como o economista John Maynard Keynes. Os trabalhos tiveram ampla divulgação a fim de estimular a participação pública e nele foram eleitos os cinco maiores problemas que a sociedade inglesa deveria enfrentar, “os cinco gigantes”, como ficaram conhecidos: a doença, a ignorância, a miséria, a imundice e a desocupação.³³ Para tal enfrentamento, o rádio e a televisão rapidamente foram percebidos como importantes. Vale salientar que o Relatório Beveridge ofereceu uma ampla variedade de propostas assistenciais e ainda promoveu um “alto grau de desmercadorização”³⁴ que não era mais uma simples questão de seguridade social. Tratava-se de uma nova forma de assistência social que saía da esfera privada e se tornava objeto de política pública.

Há claras evidências de que as circunstâncias da época e do país colaboraram muito com o surgimento de um relatório nos moldes de Beveridge. A Inglaterra encontrava-se em uma posição geopolítica favorável, sendo um dos países mais avançados do mundo. Além disso, contou com apoio para reconstrução no pós-guerra através do Plano Marshall, que amenizou problemas econômicos e facilitou a aplicação de algumas medidas de bem-estar social (Esping-Andersen, 1991: 27). O conflito mundial foi um fator ainda mais importante,

³³ Aqui, seguimos de perto o primeiro capítulo do livro de Esping-Andersen (1990).

³⁴ Nas sociedades pré-capitalistas, poucos trabalhadores eram propriamente mercadoria no sentido de que sua sobrevivência dependia da venda de sua força de trabalho. Quando os mercados se tornaram universais e hegemônicos é que o bem-estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias. Despojar a sociedade das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho significou a *mercadorização* das pessoas. A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do *status* de pura mercadoria. A *desmercadorização* ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode se manter sem depender do mercado. (grifos meus). Esse conceito de desmercadorização está formulado em Esping-Andersen (1990: 15-16).

pois contribuiu para fortalecer a unidade nacional e permitiu profundas reflexões sobre o futuro da nação.

Em 1962, foi apresentado ao Parlamento Britânico e se tornou público o Relatório do Pilkinton Committee (1960-1962),³⁵ que analisou a conjuntura britânica após a quebra do monopólio da BBC. O Relatório Pilkinton também teve como preocupação destacar a função e os valores que deveriam nortear a televisão. Valores como a sua responsabilidade de educar, o entretenimento e a necessidade de informar os cidadãos. O referido relatório ainda assinalou que a televisão, para que fosse séria, não poderia temer o debate e nem deixar de transgredir regras estabelecidas.

Essa recomendação abriu espaço para inovações na programação e também para a criação, em 1964, de um novo canal destinado a pequenas audiências, o BBC 2. Dava-se, assim, liberdade criativa aos roteiristas para propiciarem novas experiências ao público, ao mesmo tempo em que o público tinha o direito de escolher e a responsabilidade de julgar os programas. Agindo assim, a BBC passava a dar prioridade à questão da qualidade de sua programação, que se tornou tema de discussão tanto por parte do governo como pela sociedade britânica.

O duopólio permaneceu durante 30 anos, até a década de 1980, quando as novas tecnologias passaram a colocar outras possibilidades de serviços para a comunicação. Em 1982, amplia-se a cobertura de televisão com a criação do segundo canal comercial do Reino Unido: o Channel 4. Em 1986, na gestão da conservadora primeira-ministra Margareth Thatcher, o relatório da Comissão Peacock (1985-1986)³⁶ defendeu a oferta de conteúdos audiovisuais para os cidadãos por intermédio das novas tecnologias, especialmente o satélite e o cabo que, entre 1984 e 1985, começaram transmissões de canais de televisão no Reino Unido. Em 1988, o governo publicou um *White Paper*³⁷ intitulado *Broadcasting in the 90s: Competition, Choice and Quality*, colocando a questão da qualidade na radiodifusão na agenda política. Um dos resultados foi o *Broadcasting Act*, que flexibilizou as restrições para a utilização da publicidade. Entre a publicação do *White Paper* e a promulgação do *Broadcasting Act*, houve uma ampla discussão sobre a qualidade na televisão, promovida por organizações como a *Campaign for Quality Television*.

³⁵ Para mais informações sobre o Pilkinton Committee, consultar Briggs (1985: 655-659).

³⁶ Para uma visão mais detalhada dos trabalhos desta comissão, consultar Briggs (1985: 490-523).

³⁷ *White Paper* (Livro Branco) é um documento emitido por qualquer departamento do governo inglês que contenha propostas detalhadas sobre a legislação. Equivale aos últimos trâmites antes da proposta ser enviada ao parlamento Britânico, na forma de projeto de lei. Geralmente tem o aval de um secretário de Estado.

Uma das medidas resultantes dessa nova legislação foi a autorização para o desmembramento do Channel 4 da ITV, o que ocorreu em 1993. O Channel 4 passou a funcionar inicialmente como uma emissora financiada pela renda de publicidade de outras emissoras de televisão e, anos mais tarde, ganhou autonomia para vender seus próprios anúncios. Ela torna-se, assim, um modelo peculiar de corporação pública financiada, em sua maior parte, pela publicidade. Ao lado desse desenho institucional, o canal se tornou o espaço privilegiado para atuar em uma produção caracterizada pela alta qualidade e pela inovação.

Nas décadas de 1980 e de 1990, o que era exceção começou a se tornar regra. Entram em cena na Europa os canais comerciais, que passam a concorrer com as emissoras públicas. Esse período coincide com o aguçamento do fenômeno da globalização, que tem na radiodifusão um dos seus pilares. Para Ianni (1999),

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala ainda, a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida desafiando práticas e ideias, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e voos da imaginação. (Ianni, 1999: 7)

Embora as origens da globalização da comunicação possam remontar a meados do século XIX, esse processo é tipicamente um fenômeno do século XX, pois foi durante esse século que o fluxo de comunicação e informação assumiu escala global, tornando-se também uma característica regular da vida social. De acordo com Thompson (2012), a globalização da comunicação tem sido um processo dirigido principalmente por atividades de conglomerados de comunicação em grande escala, que assumem, cada vez mais, caráter transnacional. Através de fusões, compras ou outras formas de crescimento corporativo, os grandes conglomerados passaram a ter uma presença cada dia maior na arena global do comércio de informação e comunicação. Crescimento que acabou colocando em cheque alguns sistemas nacionais de mídia, sobretudo os sistemas públicos.

Alguns pesquisadores como Giuseppe Richeri (1994) chegaram a falar em uma crise de legitimidade envolvendo as emissoras públicas. Outros, como Bustamante (2003), preferiram dividir essa crise em três aspectos: econômico-financeiro, político e sociocultural. O aspecto econômico-financeiro podia ser debitado ao fato de as taxas cobradas pelas emissoras públicas estarem deixando de ser pagas, seja por motivos políticos (quando extintas pelo governo), seja por falta de pagamento por parte do cidadão. Esse fato

representou uma substancial diminuição de receitas para essas emissoras, exatamente no momento em que enfrentavam a concorrência das emissoras comerciais e tinham que aumentar seus gastos com produções que atraíssem mais o interesse do telespectador, além de permanecerem mais tempo no ar.

Já o aspecto político tem início no momento em que diversos Estados na Europa retiraram das televisões públicas os meios necessários para que pudessem enfrentar a concorrência privada, obrigando muitas dessas emissoras a buscarem na publicidade um meio para complementarem o orçamento. Para Bustamante (2003: 62), “esta deslegitimação política tem como base a quebra de audiências das televisões públicas que, em média, passam em menos de dez anos, do controle da imensa maioria dos cidadãos a percentagens da ordem dos 40% a 50% dos respectivos públicos nacionais.” Por último, o aspecto sociocultural tem a ver com as transformações sociais e culturais pelas quais passou a Europa no período, onde um público homogêneo se fragmentou em grupos múltiplos com gostos diversos. A popularização do videocassete em muito contribuiu para ampliar ainda mais essa fragmentação da audiência, ao mesmo tempo em que os canais privados seduziram o público, com uma programação voltada prioritariamente para o entretenimento.

A queda da audiência nas emissoras públicas, por sua vez, acarretou, por parte dos governos, em uma redução das receitas, fazendo com que a crise econômico-financeira para essas emissoras se agravasse. Essa queda de audiência, por sua vez, levou a mudanças significativas em termos da programação, com essas emissoras, na Europa, passando a apresentar atrações em muitos aspectos semelhantes às das emissoras comerciais. Como assinala Atkinson (1998: 26), o telespectador, em muitas situações, não mais conseguia notar a diferença entre televisão pública e televisão privada.

1.3.2. O PBS e o modelo de interesse público

Nos primórdios do rádio nos Estados Unidos foram inúmeras e muito intensas as discussões envolvendo a maneira como ele deveria ser organizado e mantido. Nos anos 1920, aquela “maravilha tecnológica”, como era conhecida, transformou-se não só num meio de comunicação nacional, como se tornou também a indústria que cresceu mais rapidamente em toda a história. As estações mais populares não eram comerciais, mas geridas por universidades; pertenciam a estados, municípios ou distritos escolares. Milhões de americanos estavam sintonizados em conferências universitárias, faziam cursos por

correspondência através do rádio e escutavam peças teatrais, músicas e debates de suas comunidades (Bagdikian, 1993: 173).

A rádio comercial era operada por um cartel privado que se chamava Radio Corporation of America (RCA), cujos principais membros eram a General Electric, Westinghouse e a American Telephone & Telegraph Company. Por razões estratégicas que remontavam à Primeira Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos, em particular o Exército, participou de modo ativo da estruturação desse cartel, que passou por ajustes. Por ele, a General Electric e a Westinghouse operariam estações com o propósito de estimular a venda de aparelhos receptores domésticos que seriam fabricados por essas empresas e pela subsidiária da AT&T, a Western Electric.

Nessa fase, as estações não comerciais eram consideradas participantes lucrativas do plano, na medida em que seus programas induziam à compra de aparelhos fabricados sob os rótulos da RCA, da GE e da Westinghouse. A AT&T não cabia transmitir, mas ser a fornecedora exclusiva dos cabos que conectavam os estúdios e os transmissores. Após alguns anos, no entanto, a AT&T também começou a operar estações de rádios. Ao contrário de uma visão “purista” da história, é importante observar, como faz Sánchez Ruiz (1991), que, nos Estados Unidos, o governo teve influência determinante para estabelecer o sistema comercial-privado de radiodifusão, a serviço originalmente das maiores empresas fabricantes de aparelhos de rádio, a exemplo de o que havia se dado também na Inglaterra.

A veiculação do primeiro comercial de rádio nos Estados Unidos aconteceu no dia 28 de agosto de 1922, precisamente às cinco horas da tarde, na estação WEAJ, da AT &T, em Nova York (Bagdikian, 1993). A partir daí, “a radiodifusão estadunidense nunca mais foi a mesma” (Bagdikian, 1993: 173). Rapidamente as empresas perceberam que muito dinheiro poderia ser obtido com os comerciais.

As estações educativas deixaram de ser estimulantes lucrativos para as vendas de rádios; ao invés disso, transformaram-se em ameaça, porque seu grande número de ouvintes reduzia as audiências que as estações comerciais poderiam vender aos anunciantes. Foi então que, juntamente com as corporações relacionadas à RCA, usaram sua influência junto ao governo a fim de forçar as estações educacionais a abandonarem frequências e horários populares, transferindo-se para frequências mais baixas e, até mesmo, mudando-se para outras comunidades. (...) As corporações proprietárias de estações comerciais podiam desafiar as licenças educativas, podiam contratar firmas de advocacia e enviar representantes da companhia às audiências das comissões de regulamentação de Washington, enquanto as rádios educativas ameaçadas, operando com baixos orçamentos, não tinham condições para arcar com tamanho reforço lobista. Depois de doze anos, o poderoso sistema americano de radiodifusão não comercial havia sido destruído e, desde então, nunca mais recuperou a saúde. Por volta dos anos trinta, todo o

dinheiro do rádio provinha da publicidade e seus programas eram criados para apoiá-la. (Bagdikian, 1993: 174)

Até meados de 1923, como destaca Silveira (2002), existiam 500 estações de rádio nos Estados Unidos, atingindo a 2 milhões de pessoas. Em 1924, o número crescia para 1.105, dividindo as mesmas 89 frequências disponíveis. O cenário criava problemas internos e assustava aos ingleses. Se na Inglaterra o horror ao caos do modelo estadunidense e o caráter restrito do espectro eletromagnético levaram à escolha do modelo de serviço público para a radiodifusão, nos Estados Unidos, a preocupação com a liberdade de imprensa levou o modelo para o lado oposto.

A opção pelo modelo comercial não se deu sem disputa. Em 1927, as duas principais redes comerciais estadunidenses NBC e CBS, juntas, representavam algo em torno de 30% de tudo o que ia ao ar, enquanto que a produção no rádio não comercial se limitava a pouco mais de 2%. É importante destacar que as emissoras não comerciais enfrentavam uma série de restrições legais, como a de não poderem funcionar à noite. Entre 1930 e 1932, os integrantes do movimento reformista que lutavam contra a adoção do modelo comercial na televisão, defendendo o seu caráter público, chegaram a experimentar algum otimismo.

O ano de 1933 foi marcado pela estratégia última do movimento reformista de provocar o presidente eleito [Roosevelt] a defender publicamente o caráter público da televisão e assim se ver obrigado a se posicionar favorável ao movimento. Porém, o que os reformistas conseguiram foi apressar a decisão de uma legislação definitiva para o setor, com a consolidação do modelo comercial. Além do mais, a audiência não se incomodava com os anúncios e patrocínios como a dois ou três anos atrás, quando começaram os movimentos de reforma, pois o modelo já estava sendo absolvido pela população. (Silveira, 2002: 71)

Em 1934, o próprio Roosevelt, dentro das medidas do *New Deal*, criou o Federal Communications Commission (FCC), cujo objetivo era regular a área de telecomunicações e radiodifusão nos Estados Unidos. Além de fiscalizar, o FCC tinha a competência de atribuir canais de rádio e televisão. Como ressalta Silveira,

Quando a televisão entrou em cena nos Estados Unidos, o modelo comercial era o único em oferta para a radiodifusão. Nenhuma das estações em funcionamento antes da Segunda Guerra Mundial ou nos primeiros anos depois era educativa. O público estava ansioso com a ideia do novo veículo e, para atender a demanda, mais de 100 licenças foram dadas até 1948 para operação de televisões e todas elas comerciais, que seguiram os mesmos passos do rádio. (Silveira, 2002: 72)

Os antecedentes diretos da Televisão Pública nos Estados Unidos são o rádio e a televisão educativos. Apesar dos problemas envolvendo as rádios educativas, foram se formando alguns grupos e organizações, tanto no governo como na sociedade civil,

interessados no seu desenvolvimento e ampliação, a exemplo do Advisory Committee on Education by Radio, do Federal Radio Education Committee e do National Advisory Council on Radio in Education. Os resultados dos esforços desses grupos começaram a surtir efeitos quando foi reservado, em 1940, um pequeno número de frequências para o rádio educativo. Doze anos depois, respondendo a pressões de vários grupos ligados a instituições educativas, foram reservados 242 novos canais em diferentes partes do país (80 em VHF e 162 em UHF) para uso “não comercial” (Sánchez Ruiz, 1991: 34-35).

Apesar de haver interesse por parte de diversas universidades e instituições escolares para dar início à TV Educativa, apenas uma emissora pôde, em 1953, entrar no ar: a KHUT da Universidade de Houston, considerada a pioneira (Sánchez Ruiz, 1991: 36). É importante destacar que desde 1952, a Fundação Ford já havia se interessado em ajudar a TV Educativa, destinando recursos para a sua construção e apoiando a instalação de um centro de produção, o National Educational Television (NET), em Nova York.

Outra fonte importante de ajuda para o estabelecimento de emissoras educativas nos Estados Unidos, segundo Sánchez Ruiz (1991), foi a própria Televisão Comercial, incluindo as grandes cadeias como a CBS, que viam nas emissoras educativas uma maneira de manter à distância, fora de sua área, estações comerciais concorrentes. Dito de outra forma, as emissoras comerciais ajudaram financeiramente o estabelecimento de emissoras educativas em locais onde temiam que fossem instaladas competidoras comerciais. É importante destacar, por outro lado, que, desde o início, o desenvolvimento da TV Educativa nos Estados Unidos se deveu muito mais a mobilizações e apoios de grupos da sociedade civil do que de iniciativas governamentais.

Em 1955, por exemplo, a emissora KQED, de São Francisco, que chegou a ser uma das mais importantes da TV Pública estadunidense, um ano após ter iniciado suas atividades, esteve a ponto de ser dissolvida por seu conselho de administração, em virtude da crise financeira que enfrentava. Como assinala Sánchez Ruiz (1991: 36-37) ela foi salva pela ajuda de grupos da sociedade civil e de campanhas para a arrecadação de recursos, que contaram com a participação de personalidades e artistas. A resposta do público foi imediata e campanhas como essas acabaram se tornando anuais e adotadas por muitas outras estações de rádio e TV no país.

As contribuições dos telespectadores ajudavam, mas rapidamente se mostraram insuficientes para custear as emissoras educativas. A iniciativa privada não dava mostras de estar preocupada com o futuro das TVs Educativas. Nas décadas de 1950 e de 1960, apesar

da proliferação de estações, a radiodifusão educativa nos Estados Unidos enfrentou carências e limitações. Situação que a impediu de se constituir em uma verdadeira alternativa frente à Televisão Comercial, que crescia aceleradamente.

Em meados da década de 1960, as fontes governamentais eram responsáveis por 72% dos recursos da TV Educativa (os fundos municipais e estatais constituíam quase 60% deste total, com o governo federal aportando os restantes 12%) (Sánchez Ruiz, 1991: 37-38). O Congresso estadunidense, fiel à ideologia predominante de desconfiar de qualquer projeto que tivesse por base o financiamento ou o controle governamental, estabeleceu através de decreto, em 1962, a condição de que o governo federal proveria, em relação às emissoras educativas, um dólar por cada dois que fossem obtidos por outras fontes. O objetivo era evitar que o rádio e a televisão educativos dependessem majoritariamente do financiamento federal. Mesmo não tendo esse propósito, essa legislação acabou se transformando no primeiro mecanismo de ajuda federal à radiodifusão não comercial nos Estados Unidos.

Apesar dos esforços e desses apoios, a Televisão Educativa nos Estados Unidos diminuía de tamanho. Essa realidade levou à constituição da chamada Comissão Carnegie que, com apoio da fundação de mesmo nome e do governo, integrada por estudiosos e especialistas, tendo à frente o diretor do Massachusetts Institute of Technology, James Killan Jr., que assumiu a tarefa de analisar os problemas do setor e apresentar soluções. A exemplo da Ford Foundation, a Carnegie era outra grande instituição comprometida com a educação, baseando-se em preceitos como “educação e preocupação com os grupos desprivilegiados”.

Depois de três anos de estudos, vieram a público as recomendações da Comissão Carnegie, intitulada *Public Television: a program for action*,³⁸ que definia a TV educativa como instrucional e criava uma nova modalidade para a televisão americana, que ficava entre a instrucional e a comercial, de acordo com uma definição mais abrangente de educação. A recomendação que a Comissão Carnegie apresentou, em primeiro lugar, foi o desenvolvimento de um sistema de “Radiodifusão Público”, para distinguir entre Televisão Educativa, auxiliar das salas de aula, e um serviço mais amplo, dirigido ao público em geral.

Se fossemos resumir nossa proposta com maior brevidade, diríamos que recomendamos liberdade. Buscamos liberdade das restrições, de qualquer forma necessária em seu contexto, da televisão comercial. Buscamos para a televisão educativa liberdade das pressões do financiamento inadequado. Buscamos para o artista, o técnico, o jornalista, o intelectual, o servidor público, liberdade para inovar, liberdade para serem ouvidos mediante este meio de tão grande alcance. Buscamos para o cidadão a liberdade para

³⁸ A íntegra do relatório da Comissão Carnegie pode ser consultado na tradução elaborada por Pinto Leme (1967).

presenciar, para ver programas que o sistema atual, por suas insuficiências, lhe nega. (Pember, 1977: 223 *apud* Ruiz, 1990)

Um dos pontos em que havia insistência por parte do Relatório da Comissão Carnegie era a necessidade de se assegurar financiamento em longo prazo para apoiar o sistema único de televisões públicas, construído sobre a base do localismo. Para se chegar a esse objetivo, tornava-se necessária a autonomia e a independência das estações de televisão, mas se tornava necessário, também, um sistema para a produção e distribuição da programação nacional. Igualmente, era apresentada como de importância central a criação de uma corporação não lucrativa, não governamental, que receberia e distribuiria fundos, além de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento do sistema.

Por solicitação da Comissão Carnegie, o Congresso estadunidense aprovou o estabelecimento da Corporation for Public Broadcasting (CPB), criada por um decreto do presidente Lyndon B. Johnson, em novembro de 1967. A finalidade da CPB era apoiar o desenvolvimento das estações de rádio e televisões públicas, distribuindo fundos federais para a construção de estações, para a produção e a aquisição de programas. Por lei, a CPB não pode operar diretamente estações e redes e nem produzir programas.

Nos Estados Unidos, o sistema de televisão público é propriedade de um grande número de organizações. Quando do surgimento da CPB, esse número era de 124 emissoras, que têm como um de seus objetivos reforçarem a descentralização e o desenvolvimento local. Apesar da importância que se dá ao localismo na cultura estadunidense, nem todas as emissoras de televisão públicas existentes tinham capacidade de produzir e não era razoável querer que cada uma delas fosse autossuficiente em termos de programação, motivo pelo qual surgiu a necessidade de um sistema de distribuição e interconexão adequado para essas emissoras. Em negociação com as emissoras e com a Fundação Ford, foi proposto, em 1968, a criação de outra corporação privada, não lucrativa, constituída como cooperativa das estações de televisão: a Public Broadcasting Service (PBS).

Guardadas as peculiaridades existentes entre o modelo britânico e o estadunidense em termos de Televisão Pública, pode-se afirmar que ambos se desenvolveram a partir do fim da Primeira Guerra Mundial de acordo com os princípios vigentes em cada sociedade. No Reino Unido, a Televisão Pública visou cobrir todo o território, ser uma televisão plural (voltada para todos os gostos) e com vocação culturalista. Uma das missões da BBC é eternizar o patrimônio cultural inglês. Cumpria à BBC estabelecer padrões. “Ela deve levar para o maior número possível de lares o que de melhor houver em cada setor de conhecimento, esforço e

realização humanos” (Briggs, 2004: 225). Já nos Estados Unidos, a Televisão Pública foi e continua sendo uma espécie de “convidada” na casa das emissoras comerciais.

1.4. O avanço do modelo privado e a crise das Televisões Públicas

A partir de meados dos anos de 1970, a radiodifusão pública em todo o mundo começou a perder espaço ante a chamada globalização, com a tendência privatizante que a ela se seguiu. O final da década marcou na Europa um período de confronto para a Televisão Pública. Motivo de orgulho para esses países até então, ela passou a experimentar a insatisfação dos telespectadores com o tipo de programação ofertada. À medida que se ampliava o número de aparelhos de televisão vendidos e se difundia as ofertas de canais comerciais, as pessoas davam mostras de querer acesso a mais canais.

Diante da resistência de muitas emissoras públicas em se renovar, o telespectador, a princípio bastante fiel, começou a sonhar com o que Wolton denomina de “o fruto proibido”, no caso, as inúmeras ofertas de canais de televisões privados que começaram a se difundir pela Europa, a partir de países como a Bélgica. É importante ressaltar que por trás da oferta de novos canais estavam as TVs Comerciais, que dominavam o cenário midiático do outro lado do Atlântico. Emissoras que tinham o maior interesse em entrar no mercado europeu, visto como um espaço privilegiado para expansão de seus negócios e lucros.

Do ponto de vista mais amplo, acentuava-se o processo de globalização e a ascensão de governos neoliberais, com a vitória de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. As políticas econômicas nos países desenvolvidos foram progressivamente pautadas pelos motes da desregulação, privatização e redução de impostos. Os mercados financeiros foram liberalizados, os controles de capitais abolidos nos países desenvolvidos e os impostos reduzidos, principalmente sobre os mais ricos. Os sindicatos de trabalhadores foram deliberadamente enfraquecidos pelas políticas adotadas por Reagan e Thatcher. Dos dois lados do Oceano Atlântico, a nova mensagem era clara: o Estado deveria ter o menor tamanho possível e a mídia era uma das áreas nas quais a presença do Estado era profundamente indesejável aos olhos do capital. O neoliberalismo trazia consigo uma nova maneira de perceber o mundo, hedonista e individualista. Visão incorporada aos seriados

estadunidenses que passavam a fazer sucesso na Europa e em outras partes do mundo, dos quais *Dallas*³⁹ talvez seja o melhor exemplo.

O modelo de Televisão Pública na Europa se viu confrontado com as possibilidades que o avanço tecnológico trazia – diversificação e segmentação de canais –, que prometiam diversão em tempo integral, além de poder agradar a todos os gostos. Uma receita bem diferente da televisão voltada para a informação, a educação e a cultura com a qual estavam acostumados. Os defensores da TV Pública passaram a fazer discursos hostis à TV Comercial. Invocaram, entre outros argumentos, o de que a TV Comercial e seus seriados apenas reproduziam o modelo cultural estadunidense, inseparável de uma indústria cultural eficaz, criticando-o na maioria das vezes em nome da defesa das culturas nacionais ou mesmo de outra forma de abertura ao exterior (Wolton, 1996: 140). Argumento que se no passado surtiu efeito, naquele momento soava como ultrapassado.

O resultado imediato desse confronto foi negativo para a TV Pública. Incapaz de se renovar em termos de projetos, produções e também de suas equipes, ela acabou sendo identificada, por amplos contingentes da população, com discursos retrógrados e com a burocracia sindical e estatal. Em outras palavras, a incapacidade da TV Pública para se renovar além de sufocá-la, acabou funcionando como uma enorme contribuição para o avanço da ideia de TV Comercial entre os europeus.

Na França, um dos países mais ferrenhos, ao lado da Suécia, da Noruega e da Dinamarca, na defesa da Televisão Pública, do serviço público e do papel do Estado, multiplicou-se o número de canais, instituindo-se um sistema em que a Televisão Pública se tornou minoritária. Em 1983 havia na França somente três canais, todos públicos. Em 1988, esse número se ampliou para sete, quatro deles comerciais e um codificado. O monopólio da Televisão Pública chegou ao fim também na Itália, com o período 1980-1990 sendo considerado como “o decênio da inversão” de modelos.

Em quase toda parte a televisão privada se impõe, menos por suas virtudes próprias e mais por causa das repetidas insuficiências da televisão pública, que passa, muito além do que seria necessário, a imitá-la: mesma obsessão de audiência; mesma redução da diversidade da programação; mesma diminuição de documentários científicos, culturais e sociais; mesmo aumento da dimensão de ‘espetáculo’ na política... (Wolton, 1996: 30)

³⁹ *Dallas* é o nome de uma série de TV norte-americana criada por David Jacobs e produzida entre 1978 e 1991. Levada ao ar pela rede CBS, ela acabou sendo exportada para inúmeros países. Dinheiro, vingança, sexo, paixão, sede de poder e intrigas familiares eram os temas da série, que conquistou telespectadores por todo o mundo com seus melodramas e suspenses. No Brasil, *Dallas* estreou no início da década de 1980 pela Rede Globo, que exibiu inicialmente suas duas primeiras temporadas na faixa das 22 horas, como se fosse uma minissérie. Devido ao enorme sucesso, ela ganhou espaço fixo na grade da emissora nas noites de domingo, logo depois dos “Gols do Fantástico”.

A ideia que passava a prevalecer era a de que a televisão deveria ser desatrelada do Estado para que se tornasse livre. Nesse sentido, o modelo comercial surgia como uma garantia maior de liberdade do que a condição de serviço público. A hostilidade ao modelo público era tanta que acabou fazendo com que as pessoas não percebessem, ou preferissem ignorar, os inconvenientes do modelo comercial. É importante salientar que o modelo comercial na Europa fascinava não apenas aos telespectadores, mas também aos políticos, aos altos funcionários, aos governos e, naturalmente, aos empresários, convencidos de poderem encontrar nele uma maneira extra para obter lucros e influência. Até porque, aos olhos dos grandes conglomerados da mídia, a televisão era o único domínio da comunicação que permanecia interdito ao capital privado.

Mas, se as TVs Públicas diante da competição com as TVs Comerciais se tornaram, em vários países, caudatárias, as próprias TVs Comerciais passaram a ser desafiadas em função dos avanços colocados pelas novas tecnologias da comunicação e da informação (TICs). A primeira competição que o modelo comercial de televisão enfrentou no mundo foi a TV por assinatura – por cabo ou satélite (DTH). Nas décadas de 1980 e 1990, essa competição, nos Estados Unidos ficou mais centrada no cabo, enquanto que na Grã-Bretanha ela se deu através do satélite. A partir da década de 1990, entrou em cena a internet, com a tecnologia IP (*Internet Protocol*) introduzindo novas possibilidades para se assistir à TV. Mais recentemente, o grande desafio para as TVs Comerciais abertas passou a ser a recepção móvel, através de *smartphones* e *tablets*. Hoje, a competição maior vem dos chamados serviços *over-the-top* (conteúdo de vídeo entregue através de meios alternativos) como o Netflix, dos Estados Unidos, o Muu, da TV Globo, além de dispositivos como a Apple TV, e as novas TVs conectadas.⁴⁰

O que as grandes empresas de tecnologias e as empresas de mídia não esperavam é que, a partir de 2008, as potências mundiais passassem a sofrer as consequências de uma crise financeira internacional de enormes proporções. A crise teve origem nos Estados Unidos, com a falência do tradicional banco de investimento Lehman Brothers,⁴¹ mas

⁴⁰ TVs que possibilitam acessar aplicativos. De acordo com dados da LG, Samsung e Philips, dos 10 milhões de televisores com tela plana vendidos em 2012 no Brasil, 4 milhões pertencem a esta modalidade. Para mais informações, consultar Brentano, Laura. “Brasil venderá 4 milhões de TVs conectadas, prevê setor”. In: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/11/brasil-vendera-4-milhoes-de-tvs-conectadas-em-2012-preve-setor.html>>, 09/11/2012.

⁴¹ Para uma síntese sobre crise financeira de 2008, vários artigos e textos foram consultados, a exemplo de Oreiro, José Luis. “Origem, causa e importância da crise”. In: *Economia, opinião e atualidades* (blog do autor, disponível em <http://jlcureiro.wordpress.com>); Bresser Pereira, Luiz Carlos. “Crise e recuperação de confiança”.

rapidamente se alastrou pelo mundo. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram, no processo também conhecido como “crise dos *subprimes*”.⁴² Para evitar um colapso, o governo estadunidense reestatizou as agências de crédito imobiliário Fannie Mae e Freddie Mac, privatizadas em 1968, que passaram a ficar sob o controle do governo por tempo indeterminado. Na Europa, em outubro de 2008, a Alemanha, a França, a Áustria, os Países Baixos e a Itália anunciaram pacotes que somam 1,17 trilhão de euros (US\$ 1,58 trilhão, algo próximo a R\$ 2,76 trilhões) em ajuda aos seus sistemas financeiros. O PIB da Zona do Euro teve uma queda de 1,5% no quarto trimestre de 2008, em relação ao trimestre anterior e, de lá para cá, a região enfrenta um processo de recessão, que tem gerado grande instabilidade social, especialmente em países como Grécia, Espanha, Portugal e Itália.

A relação do processo de globalização com os meios de comunicação é nítida e uma análise mais cuidadosa permite observar o que se passou tanto em relação aos veículos comerciais quanto aos veículos de interesse público nos Estados Unidos. Como assinalam diversos estudiosos, o processo de globalização permitiu aos Estados Unidos, especialmente nos últimos 20 anos, drenar a poupança mundial e consumir muito mais do que produzia, com a mídia comercial estimulando ao máximo o desejo de consumir por parte das pessoas. Para a mídia comercial, no entanto, essa crise representou não apenas redução em seu faturamento,⁴³ mas frustrou uma parcela dos cidadãos que se sentiu traída por ela. Afinal, jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão teriam a responsabilidade de informá-los e alertá-los para o perigo que se desenhava e não o fizeram. A postura da mídia comercial estava coerente com o papel que desempenham nas sociedades atuais, no capitalismo

In: *Revista de Economia Política*, vol. 29. Nº 1 (113), pp. 133-149, jan-mar/2009; Carvalho, Fernando Cardin de. “Entendendo a recente crise financeira global”. In: *Dossiê Crise I*. Publicação da Associação Keynesiana Brasileira, disponível em <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>>, e Herman, Jennifer. “Da liberalização à crise financeira americana: a morte anunciada chega ao paraíso”. In: *Dossiê Crise I*, disponível em <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>>.

⁴² *Subprime* (do inglês *subprime loan* ou *subprime mortgage*) é um crédito de risco, concedido a alguém que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa (*prime rate*). Em sentido mais restrito, o termo é empregado para designar uma forma de crédito hipotecário (*mortgage*) para o setor imobiliário, surgida nos Estados Unidos e destinada a tomadores de empréstimos que representam maior risco. Esse crédito imobiliário tem como garantia a residência do tomador e muitas vezes era acoplado à emissão de cartões de crédito ou a aluguel de carros. Em sentido mais específico, *subprime* é derivado de *prime lending rate* – a taxa de juros contratada com os tomadores mais confiáveis. Assim, *prime lending* designa o crédito concedido aos tomadores confiáveis e *subprime lending* se refere ao crédito dado àqueles tomadores que têm maior risco de inadimplência.

⁴³ Para um aprofundamento e dados sobre o assunto, consultar: “Crise econômica piora situação de organizações de mídia”. In: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>, edição nº 710, de 04/09/2012.

neoliberal, ou nas “sociedades de controle”,⁴⁴ como a elas se refere o filósofo francês Deleuze (1992). Já na visão de Dines (2008),

(...) Quando a mídia americana lembrou-se de questionar a febre hipotecária, já era tarde. Quando alguns analistas começaram a reclamar contra os altos bônus pagos aos executivos das instituições financeiras, o mal era irreversível. Quando os grandes veículos começaram a admitir que o mercado financeiro precisava ser regulado, já não havia mais retorno. Isto vale, inclusive, para a grande imprensa brasileira que tem urticária só de ouvir a palavra regulação e controle público.⁴⁵

Deleuze (1992), ao discutir sobre as sociedades contemporâneas, cunhou o conceito de “homem endividado”, atribuindo à mídia não só a responsabilidade pela divulgação do apelo consumista, mas a de ser parte integrante do sistema que transforma a pessoa em um ser permanentemente endividado, sempre em dívida para com o mercado e para com as “novidades” que ele apresenta. Segundo ele, o papel exercido pela mídia, nas sociedades contemporâneas, absorve e neutraliza tudo o que se contrapõe ao mercado (Deleuze, 1992: 170). O que Deleuze coloca é, sem dúvida, preocupante e merece permanente atenção e reflexão, mas em se tratando da crise de 2008, a mídia comercial, ao ter elevado o mercado à condição de entidade quase divina, acima de qualquer crítica, acabou possibilitando que pelo menos uma parcela das pessoas, seja na Europa, nos Estados Unidos ou no Brasil, começasse a desconfiar desses poderes, possibilitando a emergência de uma consciência crítica.

A crise, por outro lado, não atingiu apenas a mídia comercial. A mídia pública também tem sofrido com ela. A BBC, por exemplo, está submetida a medidas de austeridade que a obrigam a fazer economias de 20% até 2017,⁴⁶ que se traduzirão na perda de cerca de mais dois mil empregos,⁴⁷ caso se concretizem. Segundo o Sindicato Nacional dos Jornalistas da Inglaterra (NUJ na sigla em inglês), a emissora já perdeu sete mil empregos desde 2004.⁴⁸ Em fevereiro de 2013, uma greve de funcionários chegou a tirar do ar, por um dia, vários programas da BBC, seja de suas emissoras de rádio ou de televisão, como o tradicional “BBC Breakfast”.⁴⁹

⁴⁴ De acordo com Deleuze, as sociedades de controle ou de comunicação funcionam não mais pelo confinamento, mas pelo controle contínuo e comunicação instantânea. Para um aprofundamento sobre o assunto, consultar Deleuze (1992: 219-226).

⁴⁵ Cf.: <<http://www.observatiodaimprensa.com.br>>, edição nº 710, de 04/09/2012.

⁴⁶ “Greve de funcionários da BBC em protesto contra cortes interrompe programação”. In: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/internacional/56803/greve+de+funcionarios+da+bbc+em+protesto+contra+cortes+interrompe+programacao>>, 25/02/2013.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

A esses problemas se somam, na Inglaterra, outros que não tem a ver diretamente com a crise financeira, mas que têm contribuído para a redução da credibilidade da mídia como um todo. É o caso do escândalo envolvendo as escutas telefônicas ilegais realizadas pelo tabloide News of The World, de propriedade do magnata das comunicações Rupert Murdoch, dono do grupo de mídia News Corporation. Os escândalos levaram à constituição de uma Comissão para analisar a situação da mídia impressa (jornais) no país e ao fechamento do tabloide. Depois de 18 meses de trabalho, a Comissão Leveson,⁵⁰ presidida pelo juiz de mesmo nome, concluiu pela necessidade da criação de uma instituição que regule a imprensa escrita, suscitando discussões sobre o assunto não só na Inglaterra, mas em vários outros países.⁵¹

Há décadas, o Reino Unido conta com leis que regulavam a radiodifusão. Em 2003, após a vigência do *Communications Act* de 2003, foi constituído o Office of Communications (Ofcom), uma agência com poderes para regular o segmento de radiodifusão, telefonia fixa e móvel, bem como outras atividades de comunicação que envolvessem o uso do espectro radioelétrico em seu território. O órgão incorporou as funções desempenhadas antes por outras entidades.⁵² Em linhas gerais, o Ofcom pode ser definido como uma agência independente, no âmbito do poder público, que responde ao parlamento, sendo mantida com recursos oriundos de taxaço recolhida no setor de radiodifusão e telecomunicações.⁵³

Lorde Puttnam, que presidiu a Comissão Conjunta de Análise para a Lei de Comunicações na Inglaterra, já alertava, em 2003, que:

Um ambiente de mídia bem-sucedido não acontece por acaso e, quando ocorre, pode e, na minha mente, deve absolutamente ser apoiado por uma regulamentação considerada e sensível. O certo é que a pluralidade e a diversidade não são, e jamais poderão ser, um “subproduto” natural das forças de mercado desreguladas. (“Pelo bom jornalismo”, Carta Capital, ed. nº 696, 9/05/201: 38)

Antes mesmo de divulgada a conclusão da Comissão Leveson, o Reino Unido era sacudido, em 2012, por outro escândalo que, dessa vez, atingiu, em cheio, a BBC: o caso das

⁵⁰ Para um resumo comentado do trabalho da comissão Leveson, acessar <<http://www.advivo.com.br/luisnassif/resumodorelatorioleveson>>, 04/12/2012.

⁵¹ Para uma discussão sobre o Relatório Leveson tendo como referência a mídia brasileira, ver o artigo de Rovai, Renato. “Relatório Leveson: a Inglaterra e a regulação independente da mídia”, disponível em <<http://revistaforum.com.br/blogdorovai/2012/12/04/relatorio-leveson-a-inglaterra-e-a-regulamentacao-independente-da-imprensa/>>, 04/12/2012.

⁵² O Ofcom reuniu as funções antes desempenhadas pelo Office of Telecommunications (OfTel), a Broadcasting Standards Commission, o Radio Authority e a Radiocommunications Agency.

⁵³ Dados sobre a história, como bem como legislação, atuação e orçamentos do Ofcom estão disponíveis na página da instituição: <<http://www.ofcom.org.uk>>.

denúncias de abusos sexuais contra menores praticados pelo ex-apresentador da emissora, Jimmy Savile.⁵⁴ Para tentar acalmar os ânimos, a BBC apresentou um pedido de desculpas pouco comum às supostas vítimas e prometeu rigor nas apurações.

A crise econômica enfrentada pela maioria dos países têm colocado em xeque as esperanças na lógica da concorrência de mercado e reduzido o apelo da TV Comercial. Já os demais problemas experimentados pelas TVs Públicas indicam que precisam não só de maior rigor em relação às suas equipes, mas também reflexão e criatividade. De pouco adiantará às TVs Públicas denunciarem que estão enfrentando redução de orçamento e demissões de funcionários se não contarem com uma postura e uma programação que efetivamente as diferencie das emissoras comerciais.

1.5. Concepções sobre o sistema público de radiodifusão

Mesmo sendo considerados paradigmáticos para muitos estudiosos, os modelos da BBC e do PBS apresentam variações e não são os únicos existentes. Tendo em vista o que se pretende nesta pesquisa, torna-se necessário a explicitação dessas principais variações. Como as concepções são diversas, optou-se por apresentar e, ao mesmo tempo, problematizar as modalidades de TV Pública sistematizadas pelo Coletivo Intervozes (2009). São elas: elitista, educativa, pública não estatal, pública como alternativa à mídia comercial, culturalista e aparelhos de Estado.

1.5.1. Elitista

Essa abordagem está na origem da construção de grande parte dos sistemas públicos europeus. Suas premissas são iluministas, para as quais o conhecimento e a razão são fundamentais para o entendimento das pessoas no mundo e para a sua inserção de maneira emancipadora na sociedade. Para cumprir essa missão, o rádio (e depois a televisão) deveria veicular “o melhor de tudo”, das ciências às artes, passando pela informação jornalística e pela educação.

⁵⁴ Falecido em 2011, aos 84 anos, Savile foi um dos mais conceituados apresentadores da BBC. Adorado por gerações de jovens entre os anos 1960 e 1990, ele caiu em desgraça um ano depois de sua morte, ao ser acusado de abusos sexuais contra menores, um escândalo que afetou a BBC, suspeita de ter feito vista grossa em relação ao caso. Mais detalhes podem ser obtidos em: “Ex-estrela da BBC caiu em desgraça após denúncia de abusos sexuais”. In: <<http://televisao.uol.com.br/noticias/afp/2012/10/11/ex-estrela-da-bbc-cai-em-desgraca-apos-denuncias-de-abusos-sexuais.htm>>, 25/02/2013.

Tal perspectiva partia da noção de que apenas a elite tinha condições de visualizar os conhecimentos necessários à população. Ela está presente nos escritos do primeiro diretor-geral da BBC, John Reith, que defendia uma espécie de “iluminação” radicalizada, pois ela deveria ser promovida não só junto às classes populares, mas ao conjunto da população. Para Reith, o êxito da mídia pública envolvia informar, divertir e educar. No quesito educação, o investimento em crianças era considerado estratégico, na medida em que enfrentava menos obstáculos, pois elas tinham menos vícios de formação e incidiria sobre as gerações que, em alguns anos, estariam nos postos-chave da administração do Reino Unido. Essa concepção de mídia pública não pode ser separada de uma visão mais ampla de que setores da elite do Reino Unido tinham em relação ao conjunto da sociedade e deixa nítido que nela a mídia é parte constitutiva da sociedade que se almeja construir e manter.

1.5.2 Educativa

Parte da premissa de que a mídia eletrônica constitui mecanismo fundamental de difusão de conteúdos perante a população. Em outras palavras, os representantes dessa corrente viam na mídia pública um instrumento para ampliar a formação da população. Essa visão apareceu com força na América Latina durante a segunda metade do século XX (período de industrialização mais intenso), tanto a partir das vozes de seus dirigentes políticos, como pelas agências internacionais que elaboravam políticas integradas para o continente. Essas nações viviam um momento de expansão de seus parques industriais em meio ao acentuado crescimento demográfico. Razão pela qual se colocava o desafio de atender à necessidade de mão de obra qualificada em um contingente populacional em rápido crescimento.

A radiodifusão educativa estava intimamente vinculada às políticas educacionais nacionais e regionais, seja substituindo as salas de aula onde elas estivessem em número insuficiente ou inexistente, seja complementando as aulas com conteúdos adicionais ou de aperfeiçoamento para alunos e professores. Não raro, essas políticas tinham influência direta dos Estados Unidos, preocupado não só em manter, mas em ampliar sua presença na região. Nesse processo, a televisão ganhou especial atenção por ser um meio em forte expansão nos países latino-americanos e por seu potencial em termos de educação ao combinar sons e imagens. Essa foi a conclusão do diretor do Programa de Pesquisas e Disseminação de Meios

do Serviço de Educação dos Estados Unidos, Thomas Clemens, mesmo deixando nítido que ela não substituíra as salas de aula (Bystrom *in* Schram, 1970 *apud* Intervozes, 2009).

Nos Estados Unidos, desde os primórdios da radiodifusão pública, procurou-se fazer distinção entre Televisão Educativa e Televisão Pública. O relatório da Comissão *Carnegie* de TV conceitua Televisão Educativa como sendo aquela que “visa aos estudantes na sala de aula ou fora dela, dentro do quadro geral do ensino formal”, enquanto a Televisão Pública “visa o público em geral” (Comissão Carnegie, 1967: 12).

1.5.3 Alternativa ao modelo comercial

Ao rejeitar as experiências de Televisão Educativa como modelo desejável para um projeto de TV Pública nos Estados Unidos, a Comissão Carnegie defendeu que ela deveria se pautar pelo atendimento de todas as demandas informativas não contempladas pelos veículos comerciais. Indo além, defendia que a TV Pública deveria se constituir como alternativa aos veículos comerciais.

Essa abordagem está presente na origem do PBS dos Estados Unidos e está presente também na criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em nosso país. Nessa concepção, o público designa tudo o que não é comercial. Nos Estados Unidos, a rede articulada em torno do PBS reúne tanto veículos mantidos por governos como emissoras operadas por entidades da sociedade civil sem fins lucrativos.

A distinção entre o campo comercial e o campo público tem como base a relação que cada um estabelece com seus receptores. Enquanto os meios com fins lucrativos (mídia comercial) tratam a audiência como massa, buscam o gosto médio para seus conteúdos e são bancados pela publicidade, os veículos públicos devem mirar na multiplicidade de públicos e dialogar com as demandas informativas de cada um deles. Some-se a isso que a TV Pública não se submete ao mercado publicitário.

1.5.4. Sistema público não estatal

O ponto central nesse sistema, da forma como apresentado pelo Intervozes, é a independência que mantém tanto das influências do mercado como do controle do Estado. Aqui cabe perguntar: controle do Estado ou do governo? A subordinação a qualquer um desses polos, segundo a conceituação do Intervozes, retiraria desse sistema a dimensão

universal de reflexão do público em favor dos interesses particulares, seja de um ou mais capitais, seja de um ou outro partido político. A posição da Unesco nesse aspecto, aliás, é semelhante:

Nem controlada pelo mercado e nem pelo Estado, a razão de ser da radiodifusão pública é o serviço público. Ela fala a todos como cidadãos. Radiodifusores públicos encorajam o acesso e a participação na vida pública. Eles desenvolvem o conhecimento, ampliam horizontes e permitem às pessoas entender melhor elas próprias por meio de um melhor entendimento do mundo e dos outros. (Unesco, 2000: 4)

Por essa visão, a radiodifusão pública, ao se afastar da dependência dos dois polos, garantiria a expressão do universal através do debate das ideias entre as diversas opiniões existentes sobre cada tema. Essa visão tem no conceito de “esfera pública” cunhado por Habermas (1961 e 2003) um forte referencial. Alguns autores (Dahlgreen, 1995; Garnham, 1990) consideram todo o sistema de mídia como uma esfera pública moderna, mas veem nas mídias públicas a expressão por excelência de seus princípios.

Para que um sistema seja efetivamente público, é fundamental que tenha autonomia em se tratando da administração e do financiamento da emissora. Sem o controle desse binômio, a desejada independência não se concretizará. Mas, retórica à parte, autonomia em relação a governos não significa ruptura em relação ao Estado. Caso contrário, a dimensão pública seria identificada muito mais com o privado, com o público passando a ser percebido como algo mais próximo do Terceiro Setor. Enquanto isso o estatal se assemelharia ao governamental, o que não é aceitável, pois assim se estaria perdendo, como alerta Ramos (2012: 4) o indissociável da dimensão republicana em nossas sociedades. Some-se a isso que tanto no Brasil como em vários outros países da América Latina, o Estado, na última década, tem sido fundamental na busca e na implementação de uma comunicação mais democrática. Dimensão que escapa à percepção de estudos como o do Intervezes e à visão da própria Unesco, que tem optado por dar mais ênfase à atuação do chamado Terceiro Setor.

Feitas essas considerações, não há razão para se negar a condição de estatal às emissoras públicas. Não há, igualmente, razão para se demonizar o Estado e muito menos confundi-lo com governo. Motivo pelo qual fica comprometida a própria ideia de um sistema público não estatal na radiodifusão, uma vez que todo sistema público é, necessariamente, estatal. A título de exemplo, as outorgas de concessão e permissão das TVs e rádios no Brasil são instrumentos de outorga de serviço público. Em outras palavras, as TVs Globo, SBT, Bandeirantes, Record e Rede TV! são tão estatais quanto a TV Brasil. O que as diferencia é a natureza jurídica, a forma de financiamento e a governança.

1.5.5. Culturalista

Essa definição é, no mínimo, polêmica. Está baseada em autores ligados à corrente dos Estudos Culturais na América Latina, que propõem uma definição de TV Pública marcada pela natureza autônoma, enquanto aspecto administrativo, e pelo compromisso cidadão com a diversidade cultural. Martin-Barbero, um dos mais influentes autores latino-americanos dessa corrente, utiliza o predicado “cultural” equiparando uma “Televisão Pública de Cultura” a uma “Televisão Pública de Qualidade”, que teria por características manter uma programação cultural própria, para todas as faixas de programação; desempenhar um papel alfabetizador da sociedade em relação às novas linguagens e possuir uma concepção multidimensional da competitividade envolvendo profissionalismo, inovação e relevância social de sua produção.

Em outras palavras, o projeto de uma TV culturalista procura se afastar da concepção educativa, especialmente se levando em conta o uso que foi feito dessa modalidade durante os regimes ditatoriais na América Latina. Uma TV de qualidade, por outro lado, não precisa ser necessariamente uma TV Pública. O Canal Futura,⁵⁵ das Organizações Globo, é um exemplo de emissora de qualidade para os fins aos quais se propõe, o que nem por isso o torna independente do mercado, vale dizer, não comercial. Como assinala Wolton (1996: 113) “a carteira de identidade de um canal de televisão, público ou privado, continua sendo a sua programação”. Daí não fazer sentido pensar em programação de qualidade como se isso fosse prerrogativa das TVs Públicas. Em outras palavras, a qualidade ou a ênfase na cultura, por si só, não caracteriza uma emissora como pública ou privada.

1.5.6. Aparelho de Estado

Nessa visão, os meios de comunicação públicos seriam aparelhos estatais cuja existência serviria para garantir os interesses gerais do Estado, cumprindo primordialmente a função de propaganda na construção de “consensos” a partir da tensão entre as posições hegemônicas e as demandas do público a quem se dirige. Além dessa dimensão ideológica, a mídia pública também seria um agente na concorrência da indústria cultural, dependendo de recursos para que possa realizar sua programação.

⁵⁵ O Canal Futura será objeto de análise no capítulo 6.

Valendo-se da visão marxista, a concepção de TV Pública, como aparelho de Estado, considera que as instituições públicas não existem fora do Estado. Ao contrário, são seus aparelhos. Dessa forma, não existiria uma Televisão Pública e outra Estatal, mas, sim, uma televisão mais democraticamente controlada no aparelho de Estado, pública, e outra controlada diretamente por um poder da República, ou governamental.

Se as decisões sobre o controle e a administração de uma emissora de televisão dependem diretamente do chefe do governo, tem-se uma televisão governamental. Caso contrário, se no processo de controle e administração da emissora estiverem presentes órgãos plurais e representativos do Estado, pode-se falar em Televisão Pública.

1.6. Televisão Pública e “campo público”

Na busca pela compreensão de como interagem as três principais modalidades de TV – Privada, Pública e Estatal – e também para se verificar como essa interação se processa dentro de cada uma dessas modalidades, é de grande importância o conceito de “campo”, na acepção que lhe dá Bourdieu (1983). Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.).

Nas sociedades atuais, o campo é constituído do conjunto de microcampos sociais relativamente autônomos e irreduzíveis às lógicas que regem os outros campos. (Bourdieu, 1983). Por outro lado, é importante observar que, dentro de um mesmo campo, nem sempre as posições são iguais e menos ainda harmônicas. Vale dizer: um campo é um espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham alguns interesses comuns, mas estão longe de serem iguais e possuem exatamente os mesmos objetivos.

Da mesma forma que as TVs Públicas constituem um campo específico, o mesmo pode ser dito em relação às TVs Comerciais e às TVs Estatais. E mesmo este pertencimento pode se alterar ao longo do tempo. A título de exemplo, a TV Cultura, de São Paulo, era, inicialmente, uma emissora comercial, tornando-se posteriormente uma emissora “quase”

pública. Por outro lado, a Rádio Nacional,⁵⁶ do Rio de Janeiro, surgiu como emissora comercial, depois foi incorporada ao patrimônio da União mantendo-se, durante mais de duas décadas, como emissora estatal, com ênfase no interesse público.

Após o percurso envolvendo a conceituação de TV Pública, o passo seguinte nesta pesquisa, alvo do próximo capítulo, é explicitar a visão de história com a qual se irá trabalhar. Aspecto fundamental para a compreensão da tortuosa trajetória dessa modalidade de emissora entre nós.

⁵⁶ A Rádio Nacional será objeto de estudo no capítulo 5.

CAPÍTULO 2

MARCOS CONCEITUAIS PARA A HISTÓRIA DA TV PÚBLICA NO BRASIL

Os estudos sobre a história da televisão brasileira abordam, na realidade, a história da TV Comercial. Quando muito, dedicam um capítulo ou parte de um capítulo às emissoras não comerciais, juntando em um mesmo pacote as emissoras educativas e as governamentais. Esse tipo de abordagem acaba sugerindo que as emissoras não comerciais, de tão poucas e frágeis, não têm, sequer, história digna de registro. Quanto à TV Pública, que passa a existir, oficialmente, a partir da criação da TV Brasil, em dezembro de 2007, a história dela ainda estaria por ser construída.⁵⁷ Não falta quem negue à TV Brasil a condição de emissora pública, preferindo considerá-la, como fazem seus críticos e a grande mídia comercial, como uma espécie de TV Estatal a serviço do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao contrário do que se possa imaginar, no entanto, existe uma história das TVs não comerciais no Brasil. História que precisa ser resgatada e divulgada. História que começa com a luta de Edgard Roquette-Pinto, nos anos de 1950, para criar-se uma TV educativa e desemboca, seis décadas depois, na criação da TV Brasil, em meio a todo tipo de críticas por parte dos dirigentes da mídia comercial e do desconhecimento da grande maioria da população de o que seja uma emissora pública. Entre o sonho de Roquette-Pinto e a instalação da TV Brasil tiveram lugar pressões, chantagens, avanços e recuos, algumas vitórias e muitas derrotas por parte dos defensores das emissoras não comerciais. Episódios que merecem ser conhecidos, na medida em que são fundamentais para se entender as razões pelas quais a mídia em nosso país tem a atual conformação.

O objetivo deste capítulo é, a partir da discussão da relação entre passado e presente e também da relação entre presente e futuro, estabelecer marcos conceituais para a história da TV Pública no Brasil. Para tanto, será fundamental, igualmente, a discussão entre história e memória. A história não pode ser reduzida à memória, da mesma forma que silêncio não é sinônimo de esquecimento. No Brasil, praticamente toda a história das TVs não comerciais está envolvida em esquecimento e marcada por um silêncio de proporção tamanha que chega a ser eloquente. Um silêncio sob o qual não é difícil perceber que aconteceram e continuam sendo travadas muitas batalhas.

⁵⁷ Para um detalhamento sobre a criação da TV Brasil, ver Valente (2009).

2.1. A História, entre o passado e o presente

Nos últimos anos, diversos livros sobre a televisão brasileira têm sido publicados. Muitos deles foram escritos por conhecidos homens da comunicação, preocupados em deixar registrado o que viveram em seu cotidiano de trabalho. Já os livros lançados no final dos anos de 1980 para cá, têm origem em atividades acadêmicas e teses sobre a televisão brasileira. No entanto, o início da televisão no país tem merecido quase que exclusivamente a atenção dos memorialistas, sendo poucos os pesquisadores que se dedicam ao assunto. Entre as exceções estão Inimá Simões e Amara Rocha, que estudam o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970 (Simões *in* Costa *et al.*, 1986; Rocha, 2007).

Escrita, assim, em grande medida por alguns de seus personagens, o registro dessa história se naturalizou de tal maneira os acontecimentos que acabou gerando uma visão parcial sobre a TV brasileira. Visão que contaminou a própria pesquisa acadêmica que, em se tratando desses primórdios, praticamente assimila e repete os relatos dos “pioneiros” (Barbosa Lima, 1991; Barbosa Lima & Clark, 1988; Silva Júnior, 2001), a ponto de confundir o princípio da televisão em nosso país com as ações de Assis Chateaubriand e a sua TV Tupi. Razão pela qual rever a história da televisão brasileira em seus primórdios é praticamente escrever sua história, na qual “existem inúmeros meandros a desvendar” (Baracho, 2007: 6). O fato de Chateaubriand não ser um empresário qualquer, mas o poderoso e o temido proprietário da maior rede de jornais e emissoras de rádio do Brasil na época, explica em parte, o peso que essa versão passou a ter. Mas não se pode debitar apenas a esse aspecto a prevalência, por tanto tempo, de uma visão que, longe de fazer jus à realidade, acabou condicionando a própria maneira como a televisão passou a ser entendida no Brasil.

Não se pretende buscar a verdade dos fatos, com a qual sonhavam os historiadores românticos como Michelet, ao propor “a ressurreição integral do passado” (Michelet, 1989) e nem se fazer uma história positivista, à maneira de Ranke, para quem era preciso encontrar “aquilo que realmente aconteceu” (Von Ranke, 1952). Marc Bloch,⁵⁸ um dos mais importantes historiadores de todos os tempos, não gostava da definição “a história é a ciência do passado” e considerava absurda a própria ideia de que o passado, enquanto tal, pudesse ser objeto da ciência. Para ele, a melhor definição para história era “a ciência dos homens no

⁵⁸ Para muitos, Marc Bloch (1886-1944) é considerado o maior historiador de todos os tempos. Um dos fundadores da Escola dos Annales, juntamente com Lucien Febvre, ele contribuiu para mudar a visão que se tem da história, ao defender, entre outros aspectos, o abandono da sequência de nomes e datas e estimular uma maior reflexão sobre a relação do homem na sociedade e as transformações daí decorrentes. Seus conceitos utilizados nesta pesquisa estão Bloch (2001).

tempo”. Ao pensar nesses termos, Bloch considerava que a história não deve só permitir compreender o “presente pelo passado” – atitude tradicional –, mas também compreender o “passado pelo presente”. Em outras palavras, não aceitava que o trabalho histórico fosse estritamente tributário da cronologia, considerando um erro grave pensar que a ordem adotada pelos pesquisadores em suas investigações devesse necessariamente se modelar pela cronologia dos acontecimentos.

Nos termos de Bloch, o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. À relação essencial presente-passado ele sugere que se deve acrescentar o horizonte do futuro, pois o passado não deixa de viver e se tornar presente, da mesma forma que a história recolhe, classifica e organiza os fatos passados em função de suas necessidades atuais. Essa organização do passado em função do presente é, aliás, o que Eric Hobsbawn (1972) considera como sendo “a função social do passado”.

A relação entre presente e passado na história traz em seu bojo um problema tradicional e permanente: a questão da objetividade. O pesquisador, para seu trabalho, precisa se apoiar em fontes, que tanto podem ser documentos como relatos e registros de quem participou ou tem algum conhecimento sobre determinada situação. Os relatos, assim como os documentos, podem ser verdadeiros ou possuírem graus variados de distorções. Daí a importância de se estabelecer a distinção entre objetividade e imparcialidade:

A imparcialidade é deliberada, a objetividade inconsciente. O historiador não tem o direito de prosseguir uma demonstração, de defender uma causa, seja ela qual for, a despeito dos testemunhos. Deve estabelecer e evidenciar a verdade ou o que julga ser a verdade. Mas é-lhe impossível ser objetivo, abstrair das suas concepções de homem, nomeadamente quando se trata de avaliar a importância dos fatos e as suas relações causais (*apud* Le Goff, 2008: 30; Génicot, 1980: 112)

Não se trata, igualmente, de propor como o fez Scott, que “os fatos são sagrados, mas a opinião é livre.” (*apud* Carr, 1961: 4). Isso porque em história, o campo da opinião é menos vasto do que se possa imaginar e também porque os fatos são, por vezes, menos sagrados do que se pensa. Em outras palavras, “o fato não é, em história, a base essencial de objetividade, ao mesmo tempo porque os fatos históricos são fabricados e não dados e porque, em história, a objetividade não é a pura submissão aos fatos” (Le Goff, 2008: 31).

Se a imparcialidade exige do pesquisador apenas honestidade, a objetividade supõe muito mais. Daí a importância de se entender que a objetividade histórica - sem dúvida um objetivo ambicioso – constrói-se, pouco a pouco, através de revisões incessantes do trabalho

histórico, de verificações sucessivas e de acumulação de verdades parciais. Adam Schaft sintetiza este processo da seguinte maneira:

O nosso conhecimento adquiriu necessariamente a forma de um processo infinito que, aperfeiçoando o saber sobre diversos aspectos da realidade, analisada sob diferentes prismas e acumulando verdades parciais, não produz uma simples soma de acontecimentos, nem modificações puramente quantitativas do saber, mas transformações qualitativas da nossa visão da história. (*apud* Le Goff, 2008: 33; Schaft, 1970: 338 e segs.)

Nas últimas décadas do século passado, à história dos vencedores, dos grandes, têm surgido outras visões da história, a história dos vencidos, que formam uma “tradição como meio de recusa”. Como assinala Le Goff (2008: 70) “uma história lenta dos vencidos é também uma forma de oposição, de resistência à história rápida dos vencedores”. Para se escrever esse tipo de história se torna necessário que as condições de produção dos documentos e das fontes sejam minuciosamente estudadas. Isso porque as estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis a orientar a história em um ou em outro sentido, além do poder que têm sobre a história futura, o poder de perpetuação, que deve ser reconhecido e desmontado. O pesquisador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”; deve ser capaz de avaliar a credibilidade de documentos e também ser capaz de desmistificá-los.

Essa é a visão de história sobre a qual a presente pesquisa se apoia. O trabalho levará em conta, para o seu desenvolvimento, as noções de documento, de fala, de acontecimento e de sofrimento/dor na perspectiva que lhe confere Farge (2011). De acordo com a autora, por documento entende-se todo e qualquer registro (escrito ou oral) que possa ser útil, em especial relatos, depoimentos, biografias e material jornalístico ou publicitário divulgado nos períodos preestabelecidos para a investigação. Quanto à dor e ao sofrimento, não se pode ignorá-los ou fingir que não existiram. Os tópicos a seguir se pautam pela conceituação de Farge.

2.1.1 A importância das falas para a construção de um destino coletivo

A construção da história exige, para a sua realização, a busca de informações e de dados, que podem ser obtidos a partir de documentos e de registros, mas também de relatos, depoimentos e entrevistas. Nas últimas duas décadas, a historiografia brasileira avançou

muito, a par das novas concepções colocadas em prática pela história dos *Annales*,⁵⁹ mas esse avanço não foi acompanhado em todas as áreas. Em algumas ainda prevalece a visão de que caberia ao pesquisador apenas registrar falas e, através delas, cimentar o acontecimento. Em outras palavras, o sentido e o conhecimento já estariam dados de antemão, não sendo devido ao pesquisador qualquer outro papel ou reflexão. É contra esse tipo de visão que se insurge Farge, ao lembrar que em história existe escolha e que “tão importante quanto partir das palavras daquele que fala (quando as fontes o permitem) é ao mesmo tempo interrogar aqueles que estão em relação hostil ou familiar com ele” (Farge, 2011: 65).

2.1.2. A necessidade de se desfazer evidências

Ao selecionar determinado acontecimento, o pesquisador deixa outros tantos de lado. Qual o critério para selecionar uns acontecimentos e deixar outros de lado? Farge ressalta que a memória não é a história, pois se sabe que “as palavras extraviam o curso da história ao mesmo tempo em que a fabricam” (Farge, 2011: 79). Dito de outra forma, ao se dar voz a determinadas personagens em detrimento de outras, constrói-se um tipo de história. O que não pode ser visto como natural e, menos ainda, inocente. Nesse contexto, não há como se falar em evidências, mas, sim, em escolhas.

2.1.3. É preciso deixar falar os acontecimentos

Entre o acontecimento e os indivíduos que dele tomam parte, alerta Farge, existe uma relação que é constituída pelo espetáculo do acontecimento em si e pela disposição de espírito daqueles que o assistiram. Some-se a isso que os acontecimentos envolvem emoções que mesmo efêmeras, marcam momentos precisos e traçam sulcos onde se alojam a memória e a visão do porvir. Situação que explica por que alguns acontecimentos ganham proporções diversas dependendo de quem dele participa ou relata. Assim, o mais adequado, quando se trata de história, é não se prender à visão de um dos participantes, mas confrontar visões e

⁵⁹ Em 1929, os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram uma revista acadêmica chamada *Annales d'histoire sociale et économique*, usualmente conhecida como *Annales*. No primeiro número, eles exigiam de seus colegas não só uma abordagem mais ampla da história, mas uma sensibilidade para aprender de outras disciplinas, especialmente as ciências sociais (economia, sociologia, psicologia social e geografia). Os dois sustentavam que somente com esse tipo de ajuda os historiadores poderiam se tornar conscientes do amplo escopo de questões significativas que poderiam apresentar a suas fontes. Em síntese, eles propuseram e colocaram em prática um trabalho interdisciplinar na escrita da história.

versões. Além do mais, “é necessário refletir sobre o modo como o escrito pode, de várias maneiras, desfazer ou apagar a fala” (Farge, 2011: 66).

2.1.4. A opinião não é uma seleção de instantâneos

Seja no passado ou nos dias atuais, a opinião não pode ser redutível à medida média de seus conteúdos ou ao inventário minucioso e exaustivo das reações singulares que a compõem. A opinião não pode ser objeto de uma “seleção de instantâneos”, pois extravasa amplamente o acontecimento sobre o qual se apoia. Em certa medida, a opinião constrói um acontecimento ou pode mesmo destruí-lo ao não dar lugar para outras possibilidades ou de nele não perceber formas de provir. Em torno de um fato que se está produzindo, existem tantos sentimentos expressos quantos pensamentos silenciosos. “As percepções de um mesmo fato são variáveis ao infinito: manifestas e imediatas, latentes ou caladas, cristalizam-se na hora ou, ao contrário, tardam a se transmutar em opiniões visíveis e perceptíveis” (Farge, 2008: 85). É preciso perceber que a opinião é “um lugar emaranhado onde a memória, o saber, a informação e a projeção sobre o presente e o porvir se mesclam para desenhá-lo.” (Farge, 2011: 86).

2.1.5. O sofrimento

Farge inova ao fazer uma indagação que é, ao mesmo tempo, um desafio: como o pesquisador pode dar conta do sofrimento que encontra? O questionamento não se refere apenas aos grandes sofrimentos experimentados em guerras, revoluções ou epidemias, mas naquele provocado por vulnerabilidades de todo tipo, pessoais ou coletivas, que podem ou não estar articuladas com sentimentos coletivos existentes ou por nascer. A dor, sensação física e emocional – que não se pode separar da mágoa –, é uma forma de relação com o mundo e com uma sociedade particular. Por isso mesmo possui um enorme poder sobre a expressão dos sentimentos dos seus membros. A emoção, os sentimentos, a dor e o sofrimento não podem ser considerados deficiências para a pesquisa. Ao contrário, deve-se servir deles como uma ferramenta de reconhecimento e conhecimento, especialmente quando se trata de uma “história lenta”, de uma história que é também uma forma de presença e de resistência.

2.3. A incompreensão do presente e a ignorância do passado

Foucault (1996) alerta para o fato de que a história, tal como praticada na atualidade, não deve se desviar dos acontecimentos, mas, ao contrário, “alargar sem cessar” o campo desses mesmos acontecimentos. Isso pode ser feito através da descoberta de novas camadas, “mais superficiais ou mais profundas”, que os compõem. As camadas de acontecimentos às quais se refere, não raro, isolam alguns deles e dão visibilidade a outros, tornando a sua constituição mais densa ou mais leve, dependendo de o que se encontra e de como se dá esse encontro. Implícito aí está o seu conceito de história como uma espécie de arqueologia do saber, na qual as descobertas muitas vezes vão acontecendo através da retirada de camadas que envolvem um determinado acontecimento, que impedem/ou dificultam a sua compreensão. Como assinala o próprio Foucault,

(...) O importante é que a história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração das curvas, sem querer determinar as condições das quais dependem. Certamente a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição. (Foucault, 1996: 57)

Isso explica o fato de que a relação entre o passado e o presente é mais pesada em algumas situações do que em outras. É o que, em outras palavras, Hegel costumava chamar de o “fardo da história” (Le Goff, 1974). Ter um fardo como passado é algo que pode ser alvo de muitos problemas. Por outro lado, a ausência de um passado conhecido e reconhecido pode ser também fonte de grandes problemas, especialmente no que se refere à identidade. O que vale tanto para uma jovem nação como para uma modalidade de emissora de televisão, como é o caso da TV Pública no Brasil. Por não dispor de uma história, por não possuir um passado conhecido e reconhecido, as emissoras não comerciais mantêm-se condenadas a uma espécie de ausência permanente. Ausência que faz com que toda tentativa de implantá-las remeta aos exemplos de TVs governamentais, os únicos conhecidos e, não raro, cercados por lembranças negativas por parte da população. Negar à TV Pública uma história tem sido, portanto, uma maneira de seus adversários impedirem sua existência.

A maior parte das sociedades considera o passado modelo do presente, entendendo-se por passado o período anterior aos acontecimentos de que um indivíduo se recorda

diretamente. Apesar dessa devoção pelo passado, há fendas através das quais a inovação e a mudança podem se colocar, na medida em que, várias vezes, já estavam presentes no próprio passado, mas não tiveram oportunidade de alcançar a sua plenitude. É preciso ter olhos para perceber a inovação e a mudança, pois muitas vezes elas acontecem sem que a própria sociedade se dê conta. Como alerta Bloch, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente” (Le Goff *apud* Bloch, 1941-1942: 47). Da mesma forma, pouca utilidade tem o passado e o próprio presente se ambos não puderem contribuir para o desenho do futuro que se pretende.

A título de exemplo, uma coisa é estudar a Rádio Nacional como emissora oficial que marcou a “época de ouro” do rádio no Brasil, com seus programas, cantores e artistas que deixaram saudade. Outra, bem diferente, é entendê-la como uma “emissora de interesse público” ou até mesmo a primeira emissora pública possível no país, como será feito no capítulo 5 desta pesquisa. A percepção de o que houve de inovação e de mudança na Rádio Nacional se torna importante não só para os dias atuais, como pode contribuir para o que se pretende em termos de futuro para as emissoras não comerciais no Brasil. Até porque a Rádio Nacional representa um caso de sucesso que calou fundo na memória dos ouvintes.

Em se tratando da Rádio Nacional é importante lembrar que ela, em meados dos anos de 1950, esteve prestes a colocar no ar uma emissora de televisão própria e que em termos de propriedade, não se pode, sob pena de não se fazer jus à verdade, defini-la apenas como uma emissora estatal. A Rádio Nacional chegou a elaborar até um projeto para tornar-se propriedade e ser gerida por seus funcionários. Aspectos que servem como pista para se entender as razões pelas quais histórias e trajetórias como essas tendem a ser esquecidas, ou lembradas apenas até onde convém, em um país em que as emissoras comerciais têm dado o tom não só sobre a memória individual, mas, sobretudo, são agentes de grande importância na constituição da memória coletiva.

2.3.1. História e memória

O acontecimento e seu relato estão ligados à memória. Cada pessoa guarda um conjunto de experiências, registros e informações que, independentemente de sua veracidade, oferece-lhe um sentido de identidade e um sentido de direção. Normalmente, os historiadores profissionais deploram a superficialidade do conhecimento histórico popular, mesmo sabendo

que sem esse tipo de conhecimento a pessoa é excluída do debate político e social, assim como a perda da memória desqualifica qualquer um para grande parte da interação humana cotidiana. Mesmo reconhecendo que a lembrança desempenha uma alta função, Eclea Bosi (1998: 87) adverte para a falta de memória provocada pelo excesso de informação:

O receptor da comunicação de massa é um ser desmemoriado. Recebe um excesso de informações que saturam sua fome de conhecer, incham sem nutrir, pois não há lenta mastigação e assimilação. A comunicação em mosaico reúne contrastes, episódios díspares sem síntese, é a-histórica, e por isso é que seu espectador perde o sentido da história.

A memória coletiva está marcada pelas mesmas distorções, à medida que as prioridades levam as pessoas a destacar alguns aspectos e a excluir outros. Para qualquer grupo social ter uma identidade coletiva é necessário que uma determinada interpretação dos eventos seja partilhada por aqueles que constituem esse grupo ao longo do tempo. Às vezes isso irá incluir uma crença sobre as origens do grupo, como é o caso de muitos Estados-nações, ou a ênfase pode ser dada a momentos marcantes ou simbólicos que confirmam a autoimagem e as aspirações do grupo. Como assinala Tosh (2011: 17) “os agrupamentos sociais precisam de uma recordação da experiência prévia, mas eles também demandam uma imagem do passado que serve para explicar ou justificar o presente”. Tosh lembra que a operação da memória social é mais clara nas sociedades nas quais não se pode apelar à recordação documentada como sendo um corretivo ou como sendo ela mesma uma autoridade de grau superior. Nesse sentido, o mito fundador, tão presente em sociedades primitivas e nas sociedades atuais também, não implica, necessariamente, que o relato é falso, mas apenas que foi transformado em uma versão simplista, geralmente rósea, dos acontecimentos.

É inegável a importância da memória para a história. Só que a memória faz parte do jogo do poder. Ela autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, dependendo se ela obedece a interesses individuais ou coletivos. Já a história, como todas as demais ciências, tem como norma a verdade. O passado não é a história, mas o seu objeto. Também a memória não é história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.

O conceito de memória, como propriedade de conservar certas informações, remete a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Desse ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psiquiatria e a própria psicanálise. São, portanto, inúmeras as concepções sobre memória, mas a que interessa diretamente a esta pesquisa diz respeito às

recordações e ao esquecimento. Psicanalistas e psicólogos insistem, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem sobre a memória individual.⁶⁰ Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta de forças sociais pelo poder. Como assinala Le Goff (1992: 422),

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Em se tratando da televisão, a questão da memória se torna crucial. Muito do que se convencionou chamar de memória, é a memória do que foi mostrado/destacado/veiculado pela própria televisão. Em outras palavras, a televisão tornou-se um dos elementos constitutivos da história individual e coletiva no Brasil. Some-se a isso que, sobre si mesma, a televisão comercial veicula (ou deixa de veicular) a história que lhe é conveniente.

As Organizações Globo têm sido acusada por jornalistas como Mino Carta e Paulo Henrique Amorim de tentar “reescrever a história do Brasil”, especialmente no que se refere à participação na derrubada do governo João Goulart e no apoio à ditadura civil-militar implantada no país a partir do ano de 1964. O jornalista Pedro Bial, autor da biografia de Roberto Marinho, também é acusado da mesma prática em relação ao seu biografado. Em editorial de 01/09/2013, o jornal o Globo admitiu que apoiou o golpe civil-militar de 1964. É importante ressaltar que esse fato teve lugar em meio à onda de protestos que tomou conta de várias cidades brasileiras em meados de 2013 (as chamadas “jornadas de junho”), sendo a própria atuação e cobertura da TV Globo alvo de críticas, protestos e de ataques⁶¹ por parte de setores dos manifestantes. De acordo com a publicação,

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. (O Globo, 01/09/2013)

⁶⁰ Para um aprofundamento sobre o assunto, ver Mezan (1995).

⁶¹ Vários carros de reportagem da TV Globo foram alvo de ataques e depredações, com suas equipes tendo que passar a fazer a cobertura desses protestos do alto: janelas, varandas, sacadas de prédios ou de helicóptero.

Aos olhos do jornalista Mino Carta, no entanto, o fato de O Globo admitir que cometeu um erro, não o redime:

Diz-se ali [no editorial] que apoiar o golpe de 64 foi erro nascido de um equívoco. Veio a ditadura, como sabemos, provocada pelos gendarmes chamados pelos donos do poder civil, entre os quais figurava, com todos os méritos, Roberto Marinho, e os anos de chumbo de alguns foram de ouro para a Globo. (Carta Capital, nº 765, 11 de setembro de 2013)

Se no passado os reis e os poderosos criaram instituições voltadas para a preservação da memória (ou do que entendiam ser a memória), a exemplo dos arquivos, bibliotecas e museus, as sociedades contemporâneas não só mantiveram essas instituições, como passaram a dispor dos recursos do som e da imagem, através da radiodifusão, que tanto podem conduzi-las ao entendimento de sua história ou distancia-las dela.

Nesse sentido, é possível distinguir pelo menos dois tipos de histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. É desejável que a informação histórica, produzida pelos historiadores profissionais, divulgada pelas escolas e pelos meios de comunicação, corrija a história tradicional, no que ela tem de falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros, mas nem sempre isso acontece. A história da televisão brasileira tem-se valido muito mais da memória de quem supostamente a fez ao invés da cuidadosa pesquisa que deveria cercar um objeto de tamanha magnitude e importância. Isso porque a memória não é neutra e está longe de ser objetiva. A memória é, em relação à história, um modo de seleção do passado, uma construção intelectual e não um fluxo interior ao pensamento. Assim, as lembranças, mesmo de quem teve papel considerado relevante neste ou naquele episódio, precisam ser relativizadas. Em outras palavras, é necessário revisitar não só as histórias conhecidas e aceitas como tal, como aquelas envoltas em áreas de sombras e penumbra, como é o caso das TVs não comerciais no Brasil.

As memórias coletivas, assim como as memórias individuais, estão sujeitas a múltiplas contradições, tensões e reconstruções. É por isso que o silêncio sobre determinado fato ou aspecto difere do esquecimento. É razoável que o empresário Assis Chateaubriand tenha merecido diversas biografias e ensaios abordando sua atuação como homem de imprensa e tido como responsável pelo surgimento da televisão no Brasil. É, no entanto, sintomático que sobre Edgard Roquette-Pinto, o pioneiro da radiodifusão no país, em especial da radiodifusão não comercial, permaneça o silêncio. É razoável que exista uma gama expressiva de publicações sobre a história da televisão comercial no Brasil. É sintomático, por outro lado, que as emissoras de televisão não comerciais não tenham merecido, até o

presente momento, mais do que rápidas menções. É sintomático que toda vez que se tenta criar uma emissora de Televisão não comercial no Brasil, ela rapidamente passe a ser considerada “estatal” ou “governamental”. É tão ou mais sintomático que, apesar de a BBC ser citada com frequência pelos jornais, rádios e TVs comerciais como “uma das melhores televisões do mundo”, estes mesmos veículos brasileiros nunca se lembrem de mencionar que se trata de uma televisão pública.⁶²

Por isso, é preciso cuidado com os aspectos enganosos da memória social. Todas as sociedades têm uma memória coletiva, um depósito de experiências que é delineada para oferecer certo sentido de identidade e um sentido de direção. Todos os julgamentos são permeados por um sentido do passado, mas é preciso diferenciar consciência histórica de memória social. A consciência histórica exige reflexão ao passo que a memória social comporta de tudo, em graus diferentes de lembrança e compreensão. Como o passado é conhecido e como ele é aplicado para a necessidade do tempo presente são temas em aberto, espaços em disputa. Sabe-se, a partir da experiência pessoal, que a memória não é nem fixa e nem infalível: nós esquecemos, nós revestimos memórias antigas como experiência posterior, nós alteramos a ênfase e nós cultivamos falsas memórias.

Como a televisão de Assis Chateaubriand foi ao ar e passou a ter história, ela organizou em torno de si um grupo de pessoas com experiências diretas e criou outro, muito maior, de pessoas que a ela assistiu, seus telespectadores. Ambos têm recordações, imagens do passado mostradas/criadas pela emissora, que serviram e servem para explicar ou justificar o passado e o presente. Como a TV sonhada por Roquette-Pinto não foi ao ar, o grupo em torno dela acabou se limitando aos seus idealizadores e durou menos de quatro anos, tempo em que o sonho levou para ser desfeito e seus integrantes perceberem que tinham sido derrotados. A derrota acabou transformando-se em uma não história. Ou uma história que, aos olhos de alguns de seus participantes, não valeria a pena ser contada.

Se a memória social guarda aspectos de enorme importância, ela também pode servir para sustentar o que Tosh (2011: 18) denomina de “senso de opressão ou exclusão”. Exemplos disso não faltam entre os movimentos sociais que se viram na arena política pela primeira vez e são particularmente conscientes das demandas absolutas do passado, como no caso do movimento dos negros nos Estados Unidos. Esse tipo de preocupação foi

⁶² A rádio CBN, de propriedade das Organizações Globo, mantém parceria com a BBC no que se refere à cobertura internacional. Através dela, as matérias dos repórteres da BBC Brasil são veiculadas também pela emissora do falecido Roberto Marinho. Na vinheta que abre essas reportagens, a BBC é apresentada como uma emissora importante, mas nunca caracterizada como rádio pública, induzindo o ouvinte a acreditar que se trata da equipe de uma rádio comercial, como a própria CBN.

manifestado por Malcolm X na década de 1960 e serve como tema para reflexão por parte de outros movimentos que têm como prioridade a luta em prol da cidadania, como é o caso dos que batalham pela democratização das comunicações no Brasil, das quais a criação de uma efetiva TV Pública tem sido um dos principais itens. Malcolm X alertava para o fato de que uma das razões para a opressão dos negros era exatamente a América branca os ter separado de seu passado.

Se não vamos ao passado para descobrir como chegamos a esta situação, pensaremos que sempre estivemos nesta situação. E se você pensar que sempre esteve na situação em que se encontra agora é impossível que tenha muita confiança em si mesmo, acabando por se desvalorizar, pensando que não vale quase nada. (*apud* Tosh, 2011: 18)

As palavras do líder negro norte-americano servem como uma luva para o que se pretende com esta pesquisa. Sem o conhecimento da história da Televisão não comercial no Brasil, jamais se conseguirá entender por que ela demorou tanto a ter espaço entre nós. E mesmo tendo demorado tanto, por que o seu espaço continua sendo pequeno, frágil e ainda sujeito à contestação.

A história da Televisão não comercial tem personagens, enredo, disputas e embates pouco conhecidos e menos ainda divulgados. Para entender o que se passou é preciso um mergulho na história do Brasil e também no que pode ser denominado de “pré-história” da radiodifusão brasileira para, a partir daí, recuperar não só o início dessa trama, como acompanhar os seus diversos desdobramentos. Afinal, toda história é também uma negociação entre a familiaridade e a estranheza, já que a passagem do tempo torna estranho o que antes parecia lugar-comum.

É com os olhos de estranhamento que, nos próximos capítulos, a história desses primórdios será percorrida. Também serão revistos os principais aspectos que marcam a história da televisão no Brasil nas últimas seis décadas, respeitando-se a autonomia do passado, mas buscando recolher nele o que não foi registrado e o que, por motivos diversos, ficou de fora da história “rápida” dos vencedores.

CAPÍTULO 3

A PROPÓSITO DO LIBERALISMO E DA MODERNIDADE NO BRASIL

Compreender as razões pelas quais uma modalidade de televisão, a televisão comercial, dominou a cena midiática no Brasil implica refazer um longo percurso histórico. Implica entender como se deu o estabelecimento do Estado e também as relações entre esse Estado e a sociedade. Apesar de a televisão existir no país há seis décadas, o percurso que será realizado neste capítulo envolverá épocas anteriores, na medida em que a televisão não só herda como é constituída por traços e estratégias que configuraram a realidade brasileira com seu peculiar liberalismo e com o complexo jogo de inclusões e exclusões que marcam a nossa modernidade. O objetivo deste capítulo é também entender os principais aspectos que constituem a realidade brasileira, pano de fundo essencial para a história da TV Pública no país.

O Brasil pertence ao grupo de países que, nos últimos 60 anos, adotaram uma economia capitalista moderna e internacionalizada. Todos os países que optaram por esse caminho criaram novas instituições, capazes de dar conta do desafio. O Brasil, no entanto, parece ter ficado no meio do caminho. Existiu (e ainda existe) uma modernidade branca e altamente excludente que moldou o país a partir de sua independência, na primeira metade do século XIX. Essas forças foram postas em xeque, pela primeira vez, na década de 1930. De lá para cá, o país alternou dois períodos de ditadura e dois de democracia.

O primeiro período democrático, de 1946 a 1964, foi mais curto e bem mais frágil que o segundo, que tem início com a Constituição de 1988 e que permanece até hoje. A partir de 1930, mesmo considerando-se os períodos ditatoriais, tem havido uma tendência à inclusão de um número cada vez maior de brasileiros como detentores de direitos civis, políticos e sociais. Inclusão que nem sempre implicou melhora das condições de vida das pessoas incluídas, uma vez que o processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferentemente dos capitais cultural e econômico, mas “uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, e esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem tal apropriação” (Souza, 2012: 25).

A história brasileira mostra, com muita clareza, as formas como diversos grupos sociais foram incluídos e excluídos desde 1824, data da primeira Constituição. Pensar a maneira como essas inclusões e exclusões se deram é tema a que se lançaram, no passado,

alguns dos mais importantes intérpretes do Brasil. Pensar a história da televisão a partir dessas inclusões e exclusões é considerar a comunicação e a informação como direitos que são, como parte do que é preconizado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, da qual o Brasil é signatário.

Observar a televisão no Brasil a partir de sua trajetória histórica e política pode, à primeira vista, parecer algo óbvio. Até o momento, no entanto, têm sido poucos os estudos que adotam tal perspectiva. Referindo-se ao panorama das pesquisas sobre a história do jornalismo brasileiro na última década, Melo (2011) o classifica como “desalentador”. Classificação que, sem risco de erro ou exagero, pode ser utilizada também para os estudos sobre a história da televisão. Enquanto, no meio acadêmico, as pesquisas são cada vez mais fragmentadas, as emissoras, TV Globo à frente, tentam, através do lançamento de livros e de programas especiais, reescrever a história a partir do seu ponto de vista. Some-se a isso a publicação de relatos autobiográficos de personagens que “fizeram” a televisão brasileira. Relatos que raramente ultrapassam o patamar do elogio e do autoelogio.

Entender as razões que levaram a esse panorama “desalentador” extrapola os propósitos desta pesquisa. Para o momento, é suficiente não cair nas explicações simplistas, ao mesmo tempo em que o objetivo é percorrer a história política, econômica e social do Brasil em busca de pistas que ajudem a entender a ausência de uma televisão pública ou o que pode ser considerado como uma espécie de seu avesso, a presença hegemônica de uma televisão estritamente comercial. Serão tomadas como pontos de partida, nesta investigação, as obras de Sérgio Buarque de Holanda e de Raymundo Faoro, dois intérpretes que se dispuseram a compreender o Brasil dentro do cânone liberal, o mesmo que possibilitou o surgimento e o desenvolvimento da mídia no país.

As visões desses autores clássicos, verdadeiros “redescobridores” do Brasil serão confrontadas e ampliadas por outros estudos que, mais recentemente, têm tematizado a formação do país. Não se trata de voltar a teses sobre o Brasil dual que marcaram o debate acadêmico e político nacional nas décadas de 1950 e 1960. Até porque a atenção mudou de foco. Não se trata mais, igualmente, de pensar a desigualdade como uma característica não moderna ou algo que impeça a modernidade, mas de entendê-la como parte constitutiva da própria modernidade brasileira.

Adotar essa perspectiva não quer dizer que se considere a desigualdade como um determinante histórico impossível de ser alterado. Nesse sentido, os trabalhos de Souza (2003, 2009 e 2010) serão extremamente úteis para esta pesquisa, por levantarem

interessantes aspectos e proporem novas interpretações sobre a nossa modernidade, especialmente no que se refere à constituição da massa de semicidadãos, da “ralé brasileira”. A modernidade brasileira, a seu ver, é híbrida não no sentido do encontro do tradicional com o moderno, nem tampouco no de abrigar resquícios da tradição. O hibridismo se sustenta porque ele está contido em cada aspecto que faz parte dessa modernidade. Nessa linha de raciocínio, a televisão comercial pode ser vista, simultaneamente, como um dos mais importantes aspectos desse hibridismo, além de agente dessa modernidade.

A prevalência absoluta do modelo de televisão comercial entre nós, longe de ser uma característica das ideias liberais aqui adotadas, configura-se, na realidade, na vitória dessa modernidade no que ela significa em termos de relações de poder e nas concentrações de poder da sociedade brasileira. A contradição entre o que se diz e o que se faz, por parte da elite brasileira, não é algo óbvio, simples, e nem percebido como tal pela maioria da população. Fala-se em liberalismo, mas o que se verifica é o predomínio do patrimonialismo. Fala-se em democracia, mas desde que prevaleça apenas um modelo de televisão, o que interessa aos concessionários que se julgam e agem como “os donos” dos canais e do próprio espectro eletromagnético. Fala-se em direitos, “mas o que se tem é um diuturno desfile de máscaras que constituem a base da dominação e da opressão social no sentido mais amplo e que garantem sua legitimidade e aceitação” (Souza, 2012: 42). Fala-se em cidadania, mas desde que o cidadão brasileiro aceite a mera condição de consumidor de mercadorias e ideias.

Alguns conceitos abordados por esta pesquisa são os de cordialidade, criado por Holanda, os de coronelismo e favor, estudados por Faoro, e o de “jeitinho”, alçado à condição de categoria capaz de explicar muito da realidade brasileira por DaMatta (1984) que, nas últimas décadas, produziu uma espécie de atualização das ideias de Holanda. Igualmente essenciais são os conceitos de liberalismo, sobretudo a partir da forma que assumiu no Brasil, aspectos tematizados por Holanda, por Faoro e retomados por Schwarz (2000) ao lançar a questão sobre a pertinência das ideias liberais em nosso país, a ponto de considerar que, aqui, elas não passam de “ideias fora do lugar”.

“Donos do poder” é outra categoria de análise fundamental para esta pesquisa. Ela está evidentemente calcada na expressão de Faoro, que dá nome à sua obra clássica. Não obstante a distância que existe entre os donos do poder tal como estudados por ele e os atuais empresários da mídia televisiva no Brasil, a noção que possuem sobre propriedade e sobre a separação entre público e privado é praticamente a mesma. Razão pela qual, patrimonialismo, entendido como sinônimo de uso desmesurado dos espaços e serviços públicos em benefício

de particulares, torna-se central para esta análise. Como pano de fundo para as preocupações maiores deste estudo encontram-se os conceitos de cidadania, com as inversões que caracterizam a realidade brasileira, e o de sociedade civil, com as cautelas necessárias para não considerá-lo uma espécie de bastião contra o Estado.

3.1. Sérgio Buarque de Holanda e as Raízes do Brasil

O ponto de partida é a década de 1930, período marcado por mudanças que iriam alterar a face do Brasil. A década coincide, também, com o início da radiodifusão no país. Uma crise aguda da ordem oligárquica leva ao poder Getúlio Vargas. Mas a revolução por ele encabeçada não foi longe o bastante para romper com a organização social vigente. É nessa época que surgem algumas das interpretações clássicas sobre a formação da sociedade brasileira. Interpretações que buscavam explicar as tradições, as heranças portuguesas, as marcas do escravismo, os obstáculos e as possibilidades de formação do povo, enquanto coletividade de cidadãos. Interpretações que buscam explicar, igualmente, os antagonismos entre o público e o privado, as contradições de classe, a democracia, o Estado forte, as debilidades da sociedade civil, o potencial das lutas no campo e na cidade, procurando reduzir o hiato entre o que acontecia aqui e no mundo.

Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936,⁶³ é uma das interpretações, talvez a principal delas, sobretudo por ter suscitado uma série de obras a respeito da identidade cultural, política e social do país.⁶⁴ Um dos aspectos mais importantes desse livro foi ter demonstrado que a independência do Brasil não se fez em 1822, pois a formação de uma nação não pode ser entendida apenas em termos de sua administração. Ao proclamar sua independência de Portugal, o Brasil herdou uma tradição pouco encorajadora, marcas que se faziam necessário superar. A principal e a mais problemática delas era a falta de uma efetiva identidade brasileira. Os traços da colonização portuguesa continuavam visíveis e profundos. Como assinala Holanda,

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes

⁶³ A primeira publicação de *Raízes do Brasil* teve apresentação de Gilberto Freyre.

⁶⁴ Sérgio Buarque de Holanda é apontado por pesquisadores como Sandra Jatahy Pesavento como um inovador e um antecipador em relação à Escola dos *Annales* e mesmo em relação a correntes contemporâneas como a chamada História Cultural.

desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.
(Holanda, 1993: 3)

O personalismo ibérico, fazendo apologia da autonomia da pessoa, concebia o trabalho de forma negativa, como algo que aviltaria e prejudicaria a própria dignidade humana. Transposta para o Brasil, a ordem social que passa a vigorar na colônia está, para Holanda, na raiz dos nossos problemas. O centro de toda organização dos domínios rurais era a família patriarcal, estruturada segundo as normas do antigo direito romano-canônico. Incluem-se no seu círculo não só os parentes de sangue, mas também os agregados, escravos domésticos e das plantações. Nela, o pátrio poder é quase ilimitado, manteve-se sempre imune às pressões ou restrições de fora.

A propriedade rural estava sujeita a esse poder rígido e compacto. Até 1889, os grandes proprietários rurais eram também proprietários de escravos. Embora ligada à escravidão, a grande propriedade rural possuía características próprias e teve vida muito mais longa. Ainda hoje, a grande propriedade improdutiva é uma realidade em várias regiões do país, envolvendo conflitos e problemas de ampla magnitude. O fator mais negativo para a identidade e a cidadania no Brasil foi, sem dúvida, a escravidão. A sociedade colonial era escravista de alto a baixo. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos adquiriam escravos. Que os grandes proprietários e senhores considerassem normal ou necessária a escravidão, é algo que pode ser entendido. Mas que escravos, uma vez libertos, adquirissem escravos é algo que merece reflexão.

A Independência não reduziu a importância dos senhores rurais, cujo poder, com poucas alterações, se mantém e atravessa toda a chamada República Velha (1899-1930). Na ausência de uma burguesia urbana independente, as principais ocupações na cidade acabaram sendo preenchidas por donos de engenhos, lavradores ou seus descendentes. Pessoas que transportaram para as cidades a mentalidade e o próprio estilo de vida dos domínios rurais. O indivíduo formado em um ambiente dominado pela escravidão e pelo patriarcalismo dificilmente conseguirá distinguir entre o domínio privado e o domínio público. Razão pela qual tende a comportar-se como um funcionário “patrimonial”, para o qual, segundo Weber (*apud* Carvalho, 2001: 105),

A própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que dele auferir, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem as garantias dos cidadãos.

No Brasil, essa realidade acabou predominando; tanto na administração pública quanto nas mais diversas áreas, o modelo de relações gerado na vida doméstica, a esfera dos laços afetivos e do parentesco, mostrava-se presente. A conformação da vida em sociedade pelo crivo da vida rural e patriarcal produziu, no plano psicossocial, o que Holanda considera “a contribuição brasileira para a civilização”: a cordialidade. Caracteriza o homem cordial a simpatia no trato, a hospitalidade, a generosidade, mas também a inimizade e outras condutas similares, desde que nascidas do coração. A cordialidade não tem nada a ver com boas maneiras, como poderia supor o senso comum, nem com a civilidade. Na realidade, o indivíduo, valendo-se da máscara da polidez, mantém sua supremacia sobre o social. Dito de outra forma, a cordialidade é a tentativa de reconstrução fora do ambiente familiar do mesmo tipo de sociabilidade da família patriarcal. Por essa visão, o Estado brasileiro seria dominado pelo “patrimonialismo”, ou seja, por uma gestão da política baseada no interesse particular por oposição ao interesse público. A partir daí, com a construção do binômio personalismo/patrimonialismo, tem-se a constituição de uma interpretação sobre o país que se tornaria dominante tanto na academia quanto no senso comum do brasileiro. E mesmo Holanda alertando que não haveria solução simples para o descompasso entre sociedade e política no Brasil e que seria necessário incluir no Estado as camadas sociais excluídas, ele não tinha ilusões quanto às dificuldades que seriam encontradas. O que não o impedia de ser otimista em relação ao futuro.

3.2. Coronelismo, favor e tráfico de influência

Podem ser considerados correlatos à cordialidade o coronelismo, o favor e o tráfico de influências. O coronelismo é um processo que vem de longa data no Brasil e foi estudado em profundidade por Leal (1977). Coronel era, no Império, o posto mais alto da hierarquia da Guarda Nacional e o coronel da Guarda era sempre a pessoa mais poderosa do município. Aliás, quanto menor o município, mais força possuía o coronel. Sua vitalidade era inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas. Desde o Império, o coronel exercia grande influência na política e, quando a Guarda perdeu sua natureza militar, restou o poder político de seus chefes.

O coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos como o voto. Ele impedia a participação política porque negava os direitos civis, ao negar o voto livre. Nas fazendas imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Os que

lá trabalhavam e seus dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, mas verdadeiros súditos do coronel. Quando o Estado tentava se aproximar, ele o fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governador, que, por sua vez, apoiava o presidente da República. Em troca, o coronel conseguia a indicação de autoridades locais como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos, o agente do correio e a professora.

Graças ao controle desses cargos, o coronel podia premiar os aliados e escapar dos impostos. “Fruto dessa situação eram as figuras do ‘juiz nosso’ e do ‘delegado nosso’, expressões de uma justiça e de uma polícia postas a serviço do poder privado” (Carvalho, 2001: 56). Assim se garantia que não aconteceriam mudanças indesejáveis no grupo dominante. Em outras palavras, o coronelismo materializava-se num “compromisso”, numa “troca de proveitos”, numa forma de incursão do poder privado no domínio público. Nesse processo, as práticas eleitorais eram as mais fraudulentas. Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores eram coagidos, enganados ou simplesmente excluídos. Não é por acaso que a República Velha ficou conhecida como “república dos coronéis”, com os historiadores concordando em afirmar que não havia eleição limpa.

Para os direitos civis, o coronelismo significava a sua impossibilidade. Como se falar em justiça, em direito de ir e vir, em direito de propriedade, em inviolabilidade do lar, na proteção da honra e da integridade física, em direito à manifestação, se todos ficavam dependentes do poder do coronel? Os amigos e aliados do coronel eram protegidos, enquanto seus inimigos eram perseguidos ou ficavam sujeitos aos rigores da lei. Como assinala Carvalho (2001), “várias expressões populares descrevem a situação: ‘para os amigos, pão; para os inimigos, pau’. Ou então: ‘para os amigos, tudo, para os inimigos, a lei’” (Carvalho, 2001: 78). Não havendo justiça, não havia poder verdadeiramente público, não havia cidadãos. Mesmo que pudessem votar, as pessoas não tinham as condições necessárias para o exercício independente desse direito político.

O coronel encarnava o compromisso que era percebido pelos indivíduos como um “favor”, uma gentileza, não uma questão de direito. O favor tem o poder de desmobilizar as demandas e reivindicações, na medida em que seu atendimento não se dá em função delas, mas em função da amizade, da gratidão, enfim, da relação pessoal entre as partes. O universo regido pelo favor remete à cordialidade, a indivíduos cuja conduta se pauta pela emoção. Indivíduos para os quais a sociedade é a encarnação de suas vontades, e não a impessoalidade das leis. O universo do favor, por sua vez, institui e mantém o tráfico de influências.

Ilegal e proibida no Brasil, essa prática sempre existiu e consiste em utilizar o poder pessoal e a influência dele advinda no interesse próprio ou de pessoas próximas, para obter vantagens junto aos poderes constituídos. Através do tráfico de influências se conseguia – e se segue conseguindo – vantagens diversas a exemplo de isenções de impostos e tributos, contratos públicos sem licitações, nomeações e demissões de funcionários nos diversos escalões administrativos, além de concessões de canais de rádio e televisão, aspecto que interessa diretamente a esta pesquisa.

Mas se o tráfico de influências continua presente em nossa sociedade, o coronelismo de tipo tradicional, que durante tanto tempo desafiou as tentativas de o Brasil se tornar moderno, parece sepultado. A ele se seguiram outros coronelismos, como o chamado “coronelismo eletrônico”, na acepção que lhe dá Lima (2011). De acordo com o autor, o coronelismo eletrônico “é um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século XX, que sofre uma inflexão importante com a Constituição de 1988, mas persiste e se reinventa depois dela” (Lima, 2012: 156). O coronelismo eletrônico é o tipo de poder exercido por emissoras de rádio e televisão, mantidas em boa parte pela publicidade, articuladas com as redes nacionais dominantes, e que dão origem a uma ação agora não mais coercitiva, mas criadora de consensos políticos. Consensos que facilitam a eleição e a reeleição de representantes de setores cujos objetivos são apenas os de promoverem a si mesmo e a seus aliados. Como explica Lima,

No coronelismo eletrônico, portanto, a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse de terra, mas no controle da informação, vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública. (Lima, 2012: 157)

Mesmo nos dias atuais, são precários os dados envolvendo esses coronéis de “tipo novo”. A legislação brasileira transforma em quebra-cabeças a tentativa de se obter informações sobre quem realmente são esses concessionários. Por lei, os parlamentares estão impedidos de ter concessões de rádio e TV, mas não faltam denúncias sobre a utilização de “laranjas”. Pessoas cujos nomes serviriam apenas para ocultar o dos verdadeiros titulares. Para efeito desta pesquisa, o importante é não perder de vista este “tipo novo” de coronelismo.

3.3. Raymundo Faoro e Os Donos do Poder

Publicado pela primeira vez em 1958, *Os Donos do Poder* constitui-se, ao lado de *Raízes do Brasil*, em um esforço no sentido de esclarecer aspectos da formação e da consolidação da sociedade e da política em nosso país. Abordando os mesmos seis séculos estudados por Holanda, ele o faz por outra ótica, como já antecipa o subtítulo do livro: “formação do patronato brasileiro”. Faoro detecta, ao longo de todo esse percurso e através de conjunturas políticas díspares, a permanência de um poder centralizador, o Estado patrimonial, que serve aos estamentos (grupos sociais com *status* próprio) e deles se serve. Dito de outra forma, o que sua tese pretende é a crítica histórica do Estado fundado sem contrato social democrático, encerrado em uma lógica patrimonial, sem a ordem simétrica de direitos e deveres, que se mantém pela ação política arbitrária e pela privatização de suas funções econômicas.

Enquanto grande parte das análises tradicionais sobre o Brasil colônia se fixaram na dicotomia senhor/escravo, correspondendo a uma transposição da visão feudal e penetrando apenas a realidade interna da colônia, a propriedade territorial, Faoro se propõe a ir além. Assinala que, no início do século XIX, os senhores territoriais já não eram mais necessários como exploradores de terras incultas e, dada a queda das exportações, o colapso do ouro, o retraimento do setor agrícola e do tráfico negreiro, a economia se voltava para a subsistência. Com isso, “de caçador de riquezas (o senhor territorial) converteu-se em senhor de rendas, a fazenda monocultora toma o caráter de latifúndio quase fechado” (Faoro, 2008, v. 1: 237).

Esse processo de transformação do empresário exportador em senhor de rendas e produtos coincidiu com a vinda da família real e com o amadurecimento de “um certo liberalismo” entre nós. Os fazendeiros ricos procuravam diminuir o poder dos reis e dos governantes para aumentar o seu próprio, numa partilha da qual ficavam excluídas as classes pobres, os agregados e dependentes que gravitavam em torno do fazendeiro. Faoro cita o exemplo da cidade do Rio de Janeiro de então, moradia da família real, que se transformava e aglutinava uma camada de funcionários em busca de empregos, dinamizando a formação social da colônia. O governante se via às voltas com a difícil tarefa de criar um Estado e possibilitar as bases econômicas da nação. Como sempre, o país era tratado como conquista a explorar. A partir de 1810, e com o predomínio britânico, o Estado patrimonialista se tornava simples cobrador de impostos. A classe lucrativa enfraqueceu-se; sobreveio o rápido

interregno do grupo de grandes proprietários rurais – fluminenses, mineiros e paulistas –, subitamente transformados em dignatários da Corte e aliados da burocracia colonial.

Após um primeiro momento de idílio mútuo, os brasileiros começaram a ser vistos com desconfiança, acentuada pela Revolução de 1817. O liberalismo da Revolução do Porto repercutiu na colônia e lhe imprimiu o desejo de liberdade e de fim do pacto colonial. No entanto, no país nascente, a estrutura política continuaria repousando na burocracia, agora nacionalizada, e no absolutismo banhado pelos ventos liberais. Entre a democracia e a liberdade, a primeira Constituição brasileira, a de 1824, optava pela liberdade, assegurando os direitos individuais e políticos, sem, contudo, tocar no problema da partilha do poder entre os cidadãos.

Uma vez imperador, D. Pedro I se engajou em correntes políticas sucessivas, enfraquecendo as bases do poder e concedendo honrarias para suprir deficiências. Soberano e país eram realidades diversas. O soberano tendia para o absolutismo, enquanto o país tendia para a anarquia. Liberal na aparência e absolutista no conteúdo, o Estado buscou rearticular-se. A organização política, com a coroa à frente, era incompatível com a democracia, mas não com o liberalismo. A partir de 1836, a história política do império se resume à luta dos dois grandes partidos políticos, o Liberal e o Conservador, cujas linhas no começo eram bastante distintas. Inicialmente, o Liberal se mostrou comprometido com a ideia de soberania popular, sendo mais democrático do que propriamente liberal. Já o Conservador reverenciava o trono e a tradição. O partido Liberal se encontrava mais próximo da propriedade rural, na medida em que pregava a descentralização e o federalismo. Já o partido Conservador vinculava-se ao comércio e ao crédito.

Na economia, a dependência continuava a existir, não mais pelos moldes coloniais, mas pela via do Estado, sob vigilância e proveito do estamento burocrático. Os liberais protestavam contra a excessiva intervenção do Estado na economia, defendendo a autonomia dos senhores de terras e indústrias. O empresário ficava dividido entre a necessidade de um Estado forte e o desejo de liberalismo econômico. Nesse aspecto, aliás, Faoro, faz uma consideração que se mostra das mais atuais no Brasil: “duas etapas constituem o ideal do empresário: na cúpula, o amparo estatal; no nível da empresa, a livre iniciativa” (Faoro, 2008: 454). Florescia então um liberalismo peculiar, com a liberdade apoiada na rede oficial de favores, o Estado intervindo em todas as atividades privadas e os particulares sendo relegados ao segundo plano.

O liberalismo político se harmonizava com os interesses dos senhores de terras, defensores do federalismo, da descentralização, da soberania popular – considerando-se o povo, bem entendido, os proprietários rurais – e da democracia. Do seio do liberalismo político brotou o liberalismo econômico, valorizando a livre concorrência, atacando o protecionismo e todas as propostas vindas do Estado. No final do século XIX, o Brasil ainda parecia viver no fim do século XVIII. As estruturas jurídicas, políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelavam-se heranças carregadas de anacronismo. A relação dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava visíveis traços daqueles tempos.

Faoro deixa nítido que se o poder é o Estado, quem o personifica é a classe dirigente que busca organizar a nação através do liberalismo, na realidade, de um “regime pretensamente liberal fundado na escravidão e que, pela própria lei, exclui o povo quase todo” (Faoro, 2008: 454). Outro exemplo desse pretensão liberalismo citado pelo autor é que os “donos do poder” sempre falaram em liberalismo, mas nunca se furtam a pedir e sempre obtinham amparo oficial de vários tipos: “a iniciativa privada protegida é a modalidade brasileira do liberalismo econômico” (Faoro, 2008: 677). O autor deixa evidente que em um Estado como o brasileiro, que se formou negando o princípio da liberdade política, assentando a sua economia na concentração das terras e do trabalho escravo, em um contexto periférico e de dependência cultural, o trabalho de construção de uma cultura republicana é, sem dúvida, tardio e problemático.

Esquecido por quase duas décadas, *Os Donos do Poder* tem merecido, nos últimos anos, análises que apontam para visões distintas a respeito dos propósitos do autor. É certo que para Faoro, a condição de remoção do arranjo de poder tradicional e antidemocrático no Brasil seria o pleno estabelecimento de um capitalismo moderno, calcado na livre ação dos agentes econômicos, assentado, por sua vez, em uma institucionalidade jurídico-administrativa que assegurasse a competição capitalista imune às pressões e interesses do Estado e do estamento que o controla. Isso não o transforma, no entanto, em um liberal que defende e mira apenas uma suposta liberdade econômica ou que coloca esse tipo de liberdade como a condição crucial, anterior mesmo ao estabelecimento das liberdades políticas, sociais e civis.

O que o autor de *Os Donos do Poder* pretende com as generalizações tão amplas e açambarcadoras que faz para a sociedade brasileira, como a da ordem patrimonial, é contribuir para que outra ordem, autenticamente liberal e republicana, possa efetivamente

superá-la. Pois, a seu ver, a ordem patrimonial se traduz não só na apropriação, mas na própria compreensão do poder político por parte de uma camada dirigente (tornando esse poder um recurso escasso e, por isso, valioso e dificilmente alienável). O que contribui para o fato da liberdade ter sido, constantemente, algo extremamente rarefeito na vida nacional.

Trazendo-se as ideias de Faoro para os dias atuais, uma pergunta que inevitavelmente precisa ser colocada é a respeito de quem representa essa tradição patrimonialista em nosso país. A resposta a essa questão passa por uma clivagem político-ideológica que separa, de um lado, os setores ligados ao pensamento antiestatista, defensores do paradigma do mercado e da reestruturação da vida nacional em torno do indivíduo que persegue seus interesses particulares em uma sociedade competitiva e formalmente normatizada; e de outro lado, os setores mais próximos aos movimentos sociais mais ou menos organizados, que defendem o aprofundamento do caráter social e democrático de nossa sociedade. Para Marilena Chauí (2006), antes de qualquer resposta, é fundamental compreender que o poder econômico, graças ao qual os meios de comunicação instituem o espaço e o tempo públicos, não é exercido por agentes que deliberaram e agem, mas pelo próprio capital. As ações dos donos do poder “exibem poder, mas não o constituem, pois sua constituição encontra-se no modo de produção do capital” (Chauí, 2006: 74). Não por acaso, é na mídia brasileira que uma modernidade que não abriu mão do que há de mais arcaico se faz presente. Basta pensar no combate que movem contra qualquer proposta de controle social, identificando-a como “atentado contra a liberdade de expressão” e “censura”.

Um exemplo de como agem os “donos da mídia” no país pode ser observado a partir do episódio de tráfico de influência e corrupção entre o contraventor Carlos Cachoeira e o senador Demóstenes Torres. O episódio levou vários setores da sociedade a defenderem que a mídia também deveria ser alvo de investigação através de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), pois as relações nada republicanas verificadas entre Cachoeira e Torres se estendiam também a um órgão da mídia, a revista semanal *Veja*. Valendo-se desse episódio e comparando-o ao processo em que o magnata australiano da mídia, Rupert Murdoch, enfrentou na Inglaterra, a revista *Carta Capital* estampou como capa de sua edição semanal que o proprietário de *Veja*, Roberto Civita, era o Murdoch brasileiro (*Carta Capital*, edição nº 696, de 9 de maio de 2012).⁶⁵ Bastou essa menção para que as Organizações Globo, que nada tem a ver com a editora Abril, exceto o espírito corporativo, saíssem a campo para tomar as

⁶⁵ Ver em especial, além da capa, a página 18.

dores de Veja e de seu proprietário, a ponto de sentenciar que “Roberto Civita não é o Murdoch brasileiro” (Editorial, O Globo, 08/05/2012: 6).

O episódio interessa a esta pesquisa, na medida em que expõe vícios, distorções e problemas que caracterizam a atuação dos “donos da mídia”. Ao rebater as acusações de O Globo de que, ao fazer a crítica à Veja, estaria se comportando como uma publicação oficialista, Carta Capital, em editorial, ironizou:

Chapa branca é a mídia nativa e O Globo cumpre a tarefa com diligência vetusta e comovedora, destaque na opção pelos interesses dos herdeiros da casa-grande, empenhados em manter de pé a senzala até o derradeiro instante possível. Não é por acaso que 64% dos brasileiros não dispõem de saneamento básico e que 50 mil morrem assassinados anualmente. Ou que os nossos índices de ensino e saúde públicos são dignos dos fundões da África, a par da magnífica colocação do País entre aqueles que pior distribuem a renda. Em compensação, a minoria privilegiada imita a vida dos emires árabes. (Carta Capital, edição nº 697, 16/05/2012: 20-21)

Indo além, o mesmo editorial relembra episódios do que define como sendo “hipocrisia da mídia nacional”:

Arauto da ditadura, Roberto Marinho fermentou seu poder à sobra dela e fez das Organizações Globo um mostro que assola o Brazil-zil-zil. Seu jornal apoiou o golpe, o golpe dentro do golpe, a repressão feroz (...) O doutor Roberto em pessoa manipulou o célebre debate Lula versus Collor. (...) A TV Globo sustentou a reeleição comprada e a privataria tucana, e resistiu à própria falência do País no começo de 1999, após ter apoiado a candidatura de FHC na qualidade de defensor da estabilidade. Não lhe faltaram compensações. Endividada até o chapéu, teve o presente de 800 milhões de reais do BNDES. (Idem)

Essas críticas ao comportamento das Organizações Globo, muito provavelmente poderiam ter sido assinadas por Faoro, pois de seu texto exala, ora com mais força, ora de maneira mais branda, uma inegável denúncia do privatismo que historicamente se operou no país, a partir da apropriação do Estado e da *res publica* por uns poucos. Referindo-se à elite brasileira, Faoro nunca deixou de sentenciar: “eles querem um país de 20 milhões de habitantes e uma democracia sem povo”.⁶⁶

Análises contemporâneas, no entanto, têm questionado as interpretações apresentadas tanto por Holanda quanto por Faoro. De acordo com Souza, “a visão que aceita a tese de nosso ‘mal de origem’ possui apenas um ‘charminho crítico’, superficial, porque, na verdade, aceita o ‘racismo disfarçado do culturalismo como verdadeiro” (Souza, 2011: 57). Indo além, ele observa que o influente conceito de “homem cordial”, possui as mesmas características da teoria emocional da ação. Teoria que foi criada para se contrapor a uma teoria racional da

⁶⁶ A afirmação é de Mino Carta, que foi amigo de Raimundo Faoro, durante programa de entrevista realizado pela TV Minas, em Belo Horizonte, em 29/03/2004.

ação, que seria típica apenas das sociedades modernas avançadas. Assim, discorda do que denomina de mito fundador brasileiro, no que ele possuiria de uma visão de uma comunidade organizada com base em valores pré-modernos, como emoções e sentimentos, em oposição à racionalidade que seria encontrada em outros países e culturas.

Por isso, o que, segundo Souza (2009), caracteriza a realidade de sociedades como a brasileira não reside em nenhum "jeitinho", em nenhuma cordialidade pré-moderna ou qualquer outra forma de "muleta explicativa" retiradas do senso comum, mas o fato de que aqui não foi realizado um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições sociais das classes inferiores.

A inclusão das classes inferiores no Brasil foi sempre percebida - até pelos melhores como Florestan Fernandes - como algo que o mercado em expansão acabaria por incluir como que por mágica. Os esforços assistencialistas de ontem e de hoje, que são fundamentais (é melhor que existam do que não), mas insuficientes, nunca tocaram no ponto principal por serem iniciativas condenadas ao curto prazo. Essa é a diferença que explica efetivamente a distância social de sociedades modernas periféricas como a brasileira e sociedades modernas centrais como Alemanha, França ou Holanda. (Souza, 2011: 401)

Do ponto de vista não mais das Ciências Sociais, mas da Economia, Furtado (1992: 12), ao fazer uma espécie de história do desenvolvimento brasileiro, temperada por reminiscências autobiográficas, assume posição semelhante à de Souza, em que pese a distância de quase duas décadas que as separam.

O que permitia aos brasileiros conviver com as gritantes injustiças sociais era o intenso dinamismo da economia. Muitos observadores (inseridos nos segmentos sociais privilegiados, evidentemente) descobriram nesse dinamismo uma fonte de legitimidade para um sistema de poder que gerava tantas injustiças. Outros (entre os quais me incluo) consideraram que o preço social que estava sendo pago pelo desenvolvimento era exorbitantemente elevado, e sua razão de ser estava na obstinada resistência da aliança de interesses oligárquicos à introdução de reformas modernizadoras das estruturas.

3.4. Liberalismo e as ideias fora do lugar

No Brasil, uma tradição de ideias liberais remonta aos fins do século XVIII, tendo impulsionado a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração do Rio de Janeiro (1794) e a Revolução Pernambucana (1817). Nessa fase, as organizações democráticas e liberais apareciam como que indiferenciadas. A abolição do sistema colonial, libertação gradual dos escravos e extinção dos privilégios e riquezas configuraram reivindicações gerais que

pareciam atender aos interesses das camadas sociais emergentes com a diversificação da estrutura social.

Despojadas de suas raízes anticlericais e distantes do universo social e intelectual que fez do liberalismo europeu a ideologia negadora dos reais fundamentos da submissão do trabalho ao capital, os princípios liberais na sociedade brasileira pré-independência adquiriram sentido predominantemente antimetropolitano. Significava, quando muito, a luta contra os monopólios e privilégios instituídos e apropriados pela Coroa portuguesa. No entanto, sob as fórmulas abstratas e universalizantes da soberania popular, da liberdade de manifestação, da igualdade jurídica e da emergência de representatividade, ocultavam-se modos diversos de se inscrever a prática da ideologia liberal. As reivindicações nascidas no bojo dos movimentos emancipatórios revestiram-se de significação própria quando adotadas por elites proprietárias rurais ou nos grupos urbanos pobres. Para as elites proprietárias rurais, a agenda liberal significava propriedade, liberdade, modernidade e civilização, mesmo defendendo um projeto político de âmbito nacional que mantinha a propriedade escrava, não possuía pretensões democratizantes e nem manifestava qualquer intenção de transformar o país numa república. Uma agenda assim não tinha como premissas a igualdade jurídica, política e social. Já para os grupos urbanos pobres, ao contrário, o liberalismo significava o fim da miséria, das desigualdades, dos privilégios e das diferenças de raça.

Essas maneiras diferentes de conceber a prática das ideias liberais acompanharam a vida social e política da sociedade brasileira no século XIX desde a formação do Estado nacional. Com isso, o descompasso brasileiro em termos da política e da economia em relação aos países europeus, que sempre foi enorme, acabou se repetindo também no campo das ideias. No Brasil, as “modas” em termos de correntes de pensamento se sucediam, defasadas e sempre apreendidas a partir das modificações que encontravam aqui.

Políticos, intelectuais e até proprietários de escravos não viam problema algum em defender as ideias liberais e, ao mesmo tempo, o estatuto da escravidão. É como se em terras brasileiras os sistemas políticos e as ideias funcionassem com outra lógica. Essa outra lógica tornava a situação ridícula, transformando-a no “quiproquó das ideias” a que se refere Schwarz (2000: 19). Até porque se as ideias liberais, na Europa, encobriam dificuldades sociais, aqui não encobriam nada. Como falar em igualdade de direitos numa sociedade escravocrata?

A igualdade de direitos a que os liberais desse período se referiam era, portanto, extremamente limitada: igualdade para os proprietários, para os integrantes de uma mesma

classe, com a exclusão da grande maioria da população. Não é por acaso que Schwarz denomina de “ideia fora do lugar” o liberalismo adotado no Brasil. O “requisito” da classe dominante brasileira para fazer com que determinadas situações se parecessem com o original europeu beirava ao ridículo. Um exemplo disso pode ser visto na arquitetura, mas pode ser detectado em diversas outras áreas.

A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos - pilastras, arquivoltas, colunatas, frisas etc. - com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço. (Reis Filho *apud* Schwarz, 2000: 23)

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1993: 119) foi também um dos precursores na abordagem da questão da assimilação de ideias por parte da elite brasileira, considerando-a não só inconsistente, como indiferente ao contexto social. Fato que, a seu ver, tornou possível a assimilação de todas as ideologias que chegavam ao país, inclusive daquelas que, a exemplo do liberalismo, no seu local de origem tiveram papel crítico e transformador da sociedade.

A ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação de uma autoridade incômoda, confirmando o nosso instintivo horror às hierarquias (...) A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal incorporou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns temas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (Holanda, 1993: 119)

A Revolução de 1930 traz inovações, mas não consegue alterar esse processo. Apesar de o movimento que deu vitória a Getúlio Vargas chamar-se Aliança Liberal, demonstrando a influência dessas ideias, chegam ao poder correntes desencontradas de pensamento, com maior ênfase no positivismo, na aposta de um mundo articulado e organizado em bases racionais. A indústria passa a ser, no contexto da política de substituição de importações, o principal fator dinâmico do crescimento econômico. O Estado lança os pilares dessa profunda transformação econômica, pela ênfase que dá nas indústrias de base – como siderurgia e petróleo – e pela construção de uma infraestrutura para o crescimento capitalista em grande

escala. Mesmo assim, não demorou a que o clientelismo e o favor reaparecessem agora sob a égide do próprio Estado. Como assinala Leal, o quadro revela como “o coronelismo tem sido, no Brasil, inseparável do regime representativo em base ampla” (Leal, 1997: 274).

Esse quadro indica como a “importação” do capitalismo de “fora para dentro” e através de suas práticas institucionais fez com que ideologias como o liberalismo funcionassem apenas como uma espécie de “graxa simbólica”, destinada, como assinala Souza (2012: 185), a “facilitar a introdução dos contratos e da representação elitistas no contexto primitivo e personalista anterior”. Razão pela qual ele enfatiza que, aqui, o liberalismo teve um sentido e um lugar preciso, sendo o ideário do mercado em expansão e das classes que ganharam com essa mesma expansão.

(...) A leitura dominante sobre o Brasil, desde a reflexão metódica até o senso comum, pressupõe o império do ‘personalismo’ e seus atributos de emocionalidade, calor humano e sentimento, na vertente que celebra essa tradição, e de corrupção, privilégio e favor, na vertente que a condena e critica. O terreno é compartilhado por todos, o que faz com que qualquer proposição que use esse tipo de discurso seja tida, sem discussão, como verdadeira. Os ‘lados’, no entanto, são diferentes. Pode-se louvar como pode-se criticar essa suposta maneira de ser brasileiro. A inteligência do liberalismo brasileiro foi de tomar para si um vocabulário que todos entendem, e aqui não importa que essa leitura não descreva a realidade de modo confiável, e acrescentar a ela, ainda por cima, o ‘charme’ da suposta crítica. (Souza, 2011: 60)

O autor agrega ainda, como elemento capaz de explicar o sucesso do liberalismo entre nós, o desconhecimento do leigo acerca do efetivo funcionamento de uma sociedade moderna, muito especialmente das suas duas instituições fundamentais, que são o mercado competitivo e o Estado centralizado. Razão pela qual, na sua ótica, as “pseudocríticas” sobre as origens dos problemas brasileiros defendidas por Holanda, Faoro ou Roberto DaMatta na realidade acabam consolidando o que denomina de “violência simbólica”, que irá possibilitar, em nome da oposição superficial entre Estado como reino da ineficiência e da corrupção, e mercado, como reino de todas as virtudes, a invisibilidade de todos os conflitos sociais brasileiros.

Dito de outra forma, Souza confirma o argumento de Schwarz. Posições liberais sempre foram reivindicadas pelos proprietários da mídia brasileira os “barões” ou “magnatas”, avessos às mudanças, à crítica e à transparência. Pessoas que, mesmo nos dias atuais, consideram qualquer forma de controle social como sendo sinônimo de censura ou de restrição à liberdade de imprensa, numa típica demonstração de que continuam com as ideias fora do lugar. Nesse aspecto, cabe perguntar: quando a mídia comercial defende a liberdade de imprensa, ela está se referindo à liberdade de imprensa ou à liberdade de empresa, ou seja,

ao direito de divulgar o que bem entender, sem qualquer compromisso com a sociedade? (Cf. Lima, 2012). Na ótica de Souza (2011), no entanto, não há contradição nessa posição, na medida em que o liberalismo, como visão de mundo, seria uma forma de falsear a realidade:

(...) Ainda que a defesa liberal das liberdades individuais seja hoje um pressuposto de qualquer sociedade verdadeiramente democrática, o liberalismo como visão de mundo falseia sistematicamente o mundo ao mostrá-lo como produzido por vontades individuais ilimitadas, como nas novelas e na política 'novelizada'. Mas o quadro das variações e possibilidades ilimitadas simplesmente não é verdadeiro, muito embora esteja em todas as propagandas de banco ou de carro, em todas as telenovelas e programas de televisão e em praticamente todos os filmes e livros que se tornam *best sellers*. (Souza, 2011: 390)

3.5. Cidadania e as inversões brasileiras

Um dos conceitos-chave para entender a relação entre Estado e sociedade no Brasil, sob a ótica dos direitos e deveres, a cidadania, nesta pesquisa, é uma categoria de análise. Para entender o processo de sua construção no Brasil, no entanto, torna-se necessário guardar uma cautelosa distância do que se desenrolou na Europa, matriz desse processo. Marshall (1967) analisa o desenvolvimento da cidadania como desenvolvimento dos direitos, dividindo-a em três momentos: o da conquista dos direitos civis, o dos direitos políticos e o dos direitos sociais, respectivamente nos séculos XVIII, XIX e XX. Ele sublinha que a cidadania só é plena se dotada dessas três modalidades de direitos. Em se tratando do Brasil, o primeiro desafio que se coloca é perceber que a trajetória da conquista de direitos não segue a mesma sequência que prevaleceu na Europa e em diversos outros países que adotaram as ideias liberais.

Aqui a cronologia e a lógica dessa sequência foram invertidas. Primeiro, vieram os direitos sociais, implantados em períodos de supressão dos direitos políticos. A expansão do direito do voto deu-se em período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Ainda hoje, muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis a parcelas da população. Na sequência inglesa havia uma lógica que reforçava a convicção democrática. As liberdades civis vieram primeiro, garantidas por um Judiciário cada vez mais independente do Executivo. Com base no exercício das liberdades, expandiram-se os direitos políticos consolidados pelos partidos e pelo Legislativo. Finalmente, pela ação dos partidos e do Congresso, votaram-se os direitos sociais, postos em prática pelo Executivo. A base de tudo eram as liberdades civis. A participação política destinava-se, em boa parte, a garantir essas liberdades. A proteção do

Estado a certas pessoas parecia uma quebra da igualdade de todos perante a lei, uma interferência na liberdade de trabalho e na livre competição.

Com alguns direitos sociais antecedendo aos direitos políticos no Brasil, a evolução dos direitos políticos tornou-se mais complexa. Carvalho (2001) detecta essa inversão e procura entender como os fatos se deram. Nos primeiros 108 anos da história do país, do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que pode ser assinalada é a abolição da escravatura. Já o ano de 1930 é apresentado como um divisor de águas. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1932, era decretada a jornada de oito horas no comércio e na indústria. Nesse mesmo ano, foi regulamentado o trabalho feminino, proibindo-se o trabalho noturno para as mulheres e estabelecendo-se salário igual para homens e mulheres. O salário mínimo foi adotado em 1940. Na área da previdência, os grandes avanços se deram a partir de 1933. O primeiro decreto sobre sindicalização aconteceu nesse ano e nele estava embutida a filosofia do governo sobre o assunto. Para Wanderley Guilherme dos Santos (1981), tem origem, nesse período, o que define como sendo uma “cidadania regulada”, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas. O último esteio importante da legislação sindical do “Estado Novo” foi o imposto sindical, criado em 1940, ainda vigente, apesar dos esforços para extingui-lo. A seguir, veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do trabalho (CLT).

Já os direitos políticos, que historicamente precederiam os direitos sociais, tiveram evolução mais complexa. O país entrou em fase de instabilidade, alternando-se ditaduras e regimes democráticos. O nacionalismo econômico de Vargas cresceu com o passar do tempo. Em que pese toda a legislação trabalhista, nela houve um grande ausente: o trabalhador rural. Embora não fossem explicitamente excluídos, exigia-se lei especial para sindicalização, que só foi introduzida em 1963 e, contribuiu decisivamente para acelerar a queda do governo de João Goulart. Outro aspecto importante, no que se refere aos direitos sociais terem precedidos os direitos políticos no Brasil, é que a extensão da legislação social ao campo acontece em plena ditadura civil-militar, sob a vigência do Ato Institucional nº 5, quando direitos políticos mais elementares estavam suspensos.

A ênfase nos direitos sociais encontrou terreno fértil na cultura política da população, sobretudo da população pobre que passou a habitar os centros urbanos. Essa população crescia rapidamente graças à migração do campo para as cidades e do nordeste para o sul do

país. O “populismo” como fenômeno urbano refletiu, no período, o novo Brasil que surgia ainda inseguro, mas distinto do Brasil rural da República Velha.

Em 1960, aproximadamente 55% da população brasileira ainda estavam no campo, e o setor primário da economia ocupava 54% da mão de obra. O eleitor urbano era muito menos vulnerável ao aliciamento e à coerção nos moldes tradicionais, mas era vulnerável aos apelos populistas. A crescente participação das massas populares na política acabou desestabilizando a restrita democracia brasileira. Como assinala Carvalho:

O liberalismo brasileiro não conseguiu assimilar a entrada do povo na política. O máximo que podia aceitar era a competitividade entre setores oligárquicos. O povo perturbava o funcionamento da democracia dos liberais. Para eles, o governo do país não podia sair do controle de suas elites esclarecidas. (Carvalho, 2001: 83)

O rápido aumento da participação política levou, em 1964, a uma reação defensiva e à imposição de mais um regime ditatorial, em que os direitos civis e políticos foram restringidos pela violência. A avaliação dos governos militares, sob o ponto de vista da cidadania, no entanto, tem que levar em conta a manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momentos de restrição de direitos civis e políticos. Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que acabava com os Institutos de Aposentadorias e pensões (IAPs) e unificava o sistema, com exceção do funcionalismo público civil e militar, que ainda conservava seus próprios institutos. O objetivo da universalização da Previdência também foi atingido.

Em 1973, aconteceu o primeiro “choque do petróleo”, como ficou conhecido o aumento brusco no preço do produto promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A triplicação do preço atingiu a economia nacional com muita força, pois 80% do consumo dependiam do petróleo importado. Os desgastes internos e externos da imagem dos militares associados aos problemas econômicos que o país passou a enfrentar estão na raiz do chamado processo de “abertura política”, que teve início em 1974. O auge da mobilização popular contra o regime autoritário e os militares no poder aconteceu com a campanha pelas eleições diretas para presidente, dez anos depois, as famosas “Diretas Já”, campanha que foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do Brasil, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram às ruas.

Apesar da tragédia da morte do presidente eleito Tancredo Neves, a retomada da supremacia civil se fez de maneira razoavelmente ordenada e sem retrocessos. A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal que o país já teve, merecendo, por isso, o nome de “Constituição Cidadã”. No entanto, a democracia

política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como o fato de o Brasil continuar sendo um dos países mais desiguais do planeta em termos de distribuição de renda. A Constituição de 1988 eliminou o grande obstáculo ainda existente à universalização do voto, tornando-o facultativo aos analfabetos. Ampliou também, mais do que quaisquer das Cartas que a antecederam, os direitos sociais. Fixou em um salário mínimo o limite inferior para aposentadorias e pensões e determinou o pagamento de pensão de um salário mínimo a todos os deficientes físicos pobres e a todos os maiores de 65 anos pobres, independentemente de terem contribuído para a Previdência. Os direitos civis estabelecidos antes do regime militar foram recuperados após 1985.

A Comunicação Social foi contemplada com um capítulo inteiro, o de número 5, e, pela primeira vez, uma constituição brasileira incluía em seu texto a menção à televisão pública e à obrigatoriedade de que os sistemas público, privado e estatal sejam complementares. Diversos outros aspectos relativos à democratização da comunicação são previstos nesse capítulo: a proibição de que os meios de comunicação sejam objeto de monopólio ou oligopólio; a determinação de que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atendam preferencialmente a finalidades educativas, artísticas e a ênfase na regionalização da cultura. Apesar de disposto na Constituição, duas décadas e meia se passaram e o Capítulo V permanece letra morta.

Do ponto de vista da garantia dos direitos civis, os cidadãos brasileiros continuam divididos em classes: há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores”, brancos, ricos, bem vestidos e com formação universitária, que estão acima da lei e sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e pelo prestígio social. Desse setor fazem parte os proprietários da mídia e seus apoiadores que, diante de qualquer movimento em prol da democratização da comunicação, invocam que não há motivos para novas lutas, pois os legítimos instrumentos que coíbem os abusos da mídia “já existem e estão previstos na Constituição e na legislação vigente, sem necessidades de novas intervenções do Estado”.⁶⁷ Fato desmentido pela realidade, como observa Ramos (2005) ao analisar o papel de “patrão” que a mídia tem exercido no país.

Nenhum representante da mídia brasileira é mais patrão do que as Organizações Globo. Patrão não apenas de seus funcionários, mas também de seus pares, radiodifusores e imprensa; e patrão dos poderes institucionais, seja do Congresso Nacional, onde sua capacidade de pressão é quase imperial, seja no Poder Executivo, sobre o qual jamais poupou pressão e do qual obteve o que quis, do general ditador Humberto Castelo Branco, que lhe proporcionou o arquivamento do caso Time-Life, ao presidente, e

⁶⁷ Sobre o assunto, ver o artigo de Di Franco (2012: 9).

democrata reconhecido, Luiz Inácio Lula da Silva, que lhe proporcionou o desmonte do segundo projeto da Ancinav. (Ramos, 2005: 75)

Os cidadãos de segunda classe são os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Podem ser brancos, pardos ou negros, têm educação fundamental completa e o segundo grau, em parte ou todo. São pessoas que têm dificuldade para entender o que se passa no país, especialmente porque a mídia comercial é o principal canal de informação e de formação de opinião de que dispõem. Finalmente, existem os cidadãos de terceira classe, constituídos pela população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados e mendigos. Só apenas nominalmente integram a comunidade nacional. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm desrespeitado por outros cidadãos, pelo governo e pela polícia. Quando aparecem na mídia, é porque desrespeitaram a lei ou foram vítimas de alguma catástrofe.

O aspecto positivo de tudo isso, para a cidadania brasileira, é que tanto a direita quanto a esquerda se mostram convencidas do valor da democracia. Mesmo entre os defensores do neoliberalismo, que insistem na importância do mercado como autorregulador da vida econômica e social, não há indícios de que apostem em soluções fora dos marcos democráticos. O lado negativo é que o cidadão, na ótica neoliberal, torna-se cada vez mais um consumidor, afastado de preocupações com a política e com os problemas sociais. Visão que, segundo Bauman (2011), traz problemas sérios. Transformar o cidadão em consumidor é reduzir absurdamente o seu papel. O consumismo, um derivado disso, é dos maiores problemas com que o capitalismo começa a deparar-se num mundo em que os recursos são finitos e a concentração por parte de alguns poucos é sinônimo de carência para a maioria.

3.6. Repensando a ideia de sociedade civil

Uma das marcas mais nítidas da fragilidade da cidadania no Brasil, nos primeiros anos do século XXI, é a ausência de lutas expressivas em prol da democratização da comunicação, em especial em defesa de uma efetiva Televisão Pública. Para a maioria dos brasileiros, ainda é impensável que haja outra maneira de se fazer TV. Por não saberem disso, acabam aceitando ou se acomodando com a televisão que conhecem. Por outro lado, é consenso entre os pesquisadores das Ciências Sociais, que a sociedade brasileira passou por um processo de

grande mudança nas últimas décadas. Atualmente, mais de 80% da população vive em áreas urbanas e houve a universalização dos aparelhos de televisão e dos celulares. Mais especificamente, na última década, 29 milhões de pessoas deixaram as classes D e E, vindo a integrar a chamada classe C ou nova classe média, como alguns preferem denominá-la. Nos dias atuais, mais de 50% dos brasileiros pertencem à camada média.⁶⁸ O número é dos mais expressivos e se deve a uma combinação de políticas públicas adotadas pelo governo na última década, a exemplo dos programas de transferência de renda condicionados e ao reajuste do salário mínimo real acima da inflação.

Essa mobilidade na base da pirâmide social, ou essa “aceleração”, que tem tido no Estado seu principal elemento propulsor, para efetivamente se concretizar demanda outras ações do governo e da própria sociedade. O resgate da condição de pobreza e o aumento do padrão de consumo não são suficientes para garantir cidadania plena à maioria da população emergente. É preciso aprofundar a transformação da estrutura social, sem o qual esse contingente da população ganha apenas caráter predominantemente mercadológico, individualista e conformista em relação à natureza e à dinâmica da mudança socioeconômica que está acontecendo no país.

A criação e aprofundamento de políticas que deem conta dessa nova realidade, por sua vez, será resultado da capacidade das instituições democráticas brasileiras para envolver e canalizar ações de interesse desses contingentes, além de ser papel dos sindicatos, das associações estudantis, das entidades comunitárias e de bairros, dos partidos políticos e, sobretudo, dos meios de comunicação, em especial o mais difundido deles, a televisão. Nos moldes comerciais como a existente no Brasil, a televisão tem se preocupado com esses setores apenas pelo viés de novos consumidores e pelo o que podem render em termos de acréscimo na audiência. Exceções existem, mas não alteram o panorama da televisão comercial. Aliás, não raro, servem apenas a modismos ou para atestar a “qualidade” da programação de algumas emissoras.

Diante desse quadro, não é mais possível continuar analisando a atuação do Estado brasileiro como meramente paternalista, nos moldes de décadas anteriores, quando políticas sociais eram colocadas em prática num contexto de autoritarismo e de ausência de direitos políticos. Da mesma forma, não é mais possível deixar somente a cargo da sociedade civil, a tarefa de lutar pelo alargamento dos espaços da cidadania, como se o Estado fosse um adversário a ser permanentemente combatido. Um dos maiores legados do pensamento

⁶⁸ Para um aprofundamento sobre esses dados, consultar: Neri (2012).

neoliberal tem sido o discurso que confere um significado muito forte à distinção entre Estado e sociedade civil. Enquanto, nessa visão, o Estado ganha uma avaliação negativa, a sociedade civil é considerada como essencialmente positiva. Aos olhos do pensamento neoliberal, o Estado e, em consequência, a política, tornou-se o espaço no qual reina a incompetência, a burocracia, a falta de compromisso e a corrupção. Já a sociedade civil, é apresentada como sendo ágil, eficiente, moderna e, exatamente por isso, vítima desse Estado. Em que pese o absurdo de se tentar propor uma democracia sem política, é inegável que esse discurso conquistou adeptos.

Nesse ponto, é importante se fazer um retorno no tempo para recuperar a ênfase que o conceito de sociedade civil recebeu no país. O termo ganhou relevo quando trabalhadores, empresários, líderes sindicais, executivos de empresas, estudantes, profissionais liberais, artistas e intelectuais, em um amplo espectro ideológico, que se chamou de sociedade civil, passaram a se opor à ditadura militar. Segundo Ramos (2007),

Aquele foi um movimento supraclassista, suprapartidário, supraideológico, identificado com o bem, ao passo que o mal era personificado pelos militares, mas não apenas por estes, pois entre seus apoiadores estavam importantes aliados civis, que eram em sua maioria empresários e executivos, mas entre os quais se encontravam também trabalhadores, estudantes, profissionais liberais e lideranças sindicais. Ou seja, a dicotomia não era perfeita, mas era de fácil compreensão para a população: sociedade civil versus sociedade militar. (Ramos, 2007: 23)

Foi com a compreensão de sociedade civil “do bem” que o movimento pela democratização da comunicação no Brasil se organizou. Só que esse modo de organização, com o tempo, mostrou-se insustentável, especialmente após a preponderância que passaram a ter em nossa sociedade, na década de 1990, as ideias neoliberais. Ideias que, retomadas na Europa e nos Estados Unidos, rapidamente chegaram ao país e foram vitoriosas em termos políticos. Ideias absorvidas pelo ideário capitalista conservador que se transformaram no principal instrumento para a desqualificação do Estado e de tudo que tivesse a ver com o setor público.

Mas, num país como o Brasil, não há como negar a importância do Estado, especialmente em se tratando das lutas em prol do avanço da cidadania. Como alerta Ramos (2007: 39),

Ao negarmos o Estado como se ele tivesse sido condenado para sempre pelos atos dos Estados comunistas, em especial do soviético, e ao tentarmos substituí-lo por conceitos como esfera pública, em um primeiro momento (Ramos, 1992), e por terceiro setor em um momento seguinte, passamos a negar a própria possibilidade de alternativas democráticas fora do liberalismo político e, sobretudo, do capitalismo econômico.

Em outras palavras, o alerta diz respeito aos riscos de, na atualidade, se tentar substituir o conceito de sociedade civil por metáforas como Estado mínimo sob o máximo controle público, ou por conceitos como esfera pública ou ainda por conceitos excessivamente genéricos e ideologicamente fugazes como terceiro setor. A ideia de terceiro setor é de inspiração pluralista, estruturalista e neopositivista. O conceito é de procedência dos Estados Unidos, onde o associativismo e o voluntarismo fazem parte da cultura política e cívica, baseada no individualismo liberal. Cultura profundamente diversa da brasileira, como visto anteriormente.

O terceiro setor, materializado nas conhecidas ONGs, saudadas com tanto entusiasmo por pensadores de direita e de esquerda, têm dado mostras de seus limites e grande parte delas está longe de ter realmente o compromisso com o interesse público, como apregoam. Pelo menos no Brasil, parcela significativa delas passa ao largo de contribuir para a democratização do Estado. Isso, quando não se transformam em locais para a renovação de velhos vícios como o empreguismo, os favores e até de delitos, como a corrupção.

Diante dessa realidade não é mais possível continuar considerando que o Estado brasileiro é a sede de todos os males, como pretende a visão neoliberal, ou pensar na sociedade civil como o espaço por excelência da mudança e do avanço social. As ideias precisam ser colocadas no lugar. Até porque, se no passado recente a luta contra a ditadura reuniu sob o rótulo de sociedade civil todos os cidadãos e setores “do bem” em nossa sociedade, a democratização veio baralhar as cartas e tornar mais complexas as situações. Basta pensar no papel que tem tido setores do empresariado, em especial os da comunicação, avessos a qualquer medida que possa significar democratização do setor.

O desafio que se coloca para a cidadania, portanto, é o de continuar avançando em suas conquistas, alargando e incluindo direitos, num quadro político novo, num contexto de crescimento econômico e de transformação social mais complexo do que em qualquer outra época. Complexidade ampliada pela ação conservadora e mantenedora do *status quo* que os meios de comunicação têm adotado no Brasil. Concretamente, colocar as ideias no lugar significa enfrentar o desafio que se constitui em viabilizar e ampliar essa luta, uma vez que os meios de comunicação têm interdito historicamente e sistematicamente o debate envolvendo as transformações sociais. Interdição que faz com que as cartas, em termos de mídia no Brasil, sejam dadas por uns poucos grupos. Some-se a isso a “intolerância radical”, para retomar o termo utilizado por Lima (2012), com que a mídia comercial tratou e trata qualquer iniciativa

do governo ou mesmo de setores populares que visem ampliar as bases da democracia no país, a exemplo do estabelecimento de um Marco Regulatório para a Comunicação.

3.7. O público e o privado na radiodifusão

A literatura brasileira sobre a questão do público e do privado é das mais vastas. Abordar o assunto se faz necessário, nesta pesquisa, pois em se tratando da Televisão Pública, a percepção do que isso seja ou possa significar é da maior importância. Ao contrário de 20 ou 30 anos, identificar o que é público e o que é privado no Brasil não parece ser algo tão difícil. Para tanto, muito contribuiu a própria redemocratização e também os avanços dentro do direito, principalmente no que concerne aos direitos individuais de mulheres, negros, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

A noção de público está diretamente relacionada com a noção de cidadania e de direitos. Vale dizer: a compreensão que pode ser chamada de republicana da relação de cada indivíduo com o Estado. O que se convencionou chamar de coisa pública é um conjunto bastante heterodoxo de serviços, direitos, recursos e propriedades que pertencem a um país, mais especificamente à população de um país. No que se refere aos direitos e deveres para com a coisa pública, salvo as proteções especiais inscritas na Constituição, todos são igualmente beneficiários e responsáveis. Apesar dos inegáveis avanços, há um setor em que tem permanecido a confusão entre o que seja público e o que seja privado. Esse setor é o da radiodifusão.

Aos olhos do senso comum, qualquer emissora de televisão no Brasil é uma empresa e, como tal, tem um proprietário, um dono. Proprietário que é responsável pela qualidade de que sua emissora exhibe e quanto mais competente é esse proprietário, melhor é a equipe que ele consegue contratar, obtendo em contrapartida um maior número de telespectadores. O financiamento dessa empresa, ainda aos olhos do senso comum, se dá mediante a veiculação de anúncios ou inserções publicitárias. O Estado, como acontece em relação às empresas, não deve interferir, exceto para fiscalizar se algum abuso está sendo cometido. Qualquer interferência maior é imediatamente apontada pelos “donos da mídia” como censura e contribui para recolocar em cena fantasmas de períodos autoritários já sepultados.

A mobilização popular que envolveu a campanha das Diretas Já não alcançou o objetivo que desejava, mas serviu como uma espécie de divisor de águas quanto à percepção das pessoas em relação ao papel da televisão. E se a televisão no Brasil sempre despertou

fortes paixões entre seus admiradores e entre seus detratores, vem acontecendo uma espécie de perda de ingenuidade dos telespectadores, sobretudo em relação à Rede Globo. Perda de ingenuidade materializada pelo *slogan* que passou a circular informalmente no país a partir de meados dos anos de 1980: “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. *Slogan* que voltou a ser repetido com intensidade nas recentes manifestações populares, as chamadas “Jornadas de junho”⁶⁹ quando veículos, da TV Globo, mas também da TV Record, foram incendiados por populares em várias capitais brasileiras.

À exceção de alguns poucos setores sociais, essa crítica não evoluiu no sentido de ultrapassar os limites da irritação e se transformar em mobilização. Dito de outra forma, o telespectador brasileiro não percebe como sendo um direito seu exigir da televisão que assiste, incluindo aí os telejornais, além de visão plural, diversidade e qualidade. Em geral, esse telespectador tende a considerar o cardápio de programas oferecido pela televisão comercial como uma refeição grátis, não tendo o que se questionar. No máximo, gosta-se ou não do que é servido.

Historicamente, a luta em prol da conquista de algum direito é precedida pela necessidade, pelos problemas advindos da ausência daquele direito e também pelas informações que se tem sobre ele. No caso da TV Pública, essa luta enfrenta obstáculos muito maiores do que quaisquer outras. Como a cidadania vai lutar por algo que desconhece, algo que, na realidade, nem sabe que existe? Exatamente por isso o problema que deve ser enfrentado na análise da relação público-privado no Brasil é o da privatização do público. No caso da televisão, é preciso entender como a TV Comercial conseguiu se transformar na “televisão”, interditando e inviabilizando a modalidade pública desse veículo. Uma das explicações para isso pode ser observada na própria história do país. Como já foi mostrado anteriormente, houve uma negação permanente do público, da chamada “coisa pública”, e uma ênfase na esfera do privado. Se para as camadas mais pobres da população não havia o público, mas apenas os “favores” e as dádivas, para os setores médios prevalecia e ainda prevalece a ideologia do mérito. Ideologia que, não raro, confunde e trunca a relação entre o público e o privado.

Como assinala Pinto (2011), é a legitimidade da “hierarquia das desigualdades” que constitui os agentes privados e lhes possibilita uma contraditória relação com o público – negativa quando identifica o ente público como incompetente e corrupto, ou positiva, quando

⁶⁹ As “jornadas de junho” são tema de análise no livro *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Harvey, Maricato, Zizek, Davis *et al.*, 2013).

se vale do argumento do mérito. Exemplos? As famílias com mais recursos consideram a educação pública de primeiro e segundo graus ruim; mas consideram as universidades públicas boas quando seus filhos nelas são aprovados ou, igualmente, consideram bons os concursos e os cargos para ingressar na alta burocracia estatal, espaços por elas cobiçados.

Já as chamadas classes populares estão mais expostas à coisa pública. Mais expostas porque dependem do setor público em aspectos essenciais como saúde e educação, quando não de políticas públicas essenciais para a sua sobrevivência como os programas de transferência condicionada de renda. Esse é o grupo mais diretamente atingido pela falta de uma noção forte do que seja o público e a coisa pública no Brasil. Esse grupo tem na televisão comercial a sua principal fonte de entretenimento e lazer e, por isso, teme perdê-la. Não foi por acaso que a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), pouco antes da entrada no ar da TV Brasil, sob o argumento de comemorar os 50 anos da radiodifusão no país e convidar para o seu 26º Congresso, criou e colocou no ar, nas emissoras de rádio e televisão comerciais, uma campanha pela “valorização do rádio e da TV brasileira”, assinalando a competência do setor e o fato de a TV ser “gratuita” para o telespectador.⁷⁰

Vale a pena observar com mais atenção essa campanha da ABERT, pois ela é de extrema relevância para os objetivos desta pesquisa. Quando, com um atraso de seis décadas, o governo federal decide respaldar e viabilizar a TV Brasil, os empresários do setor, através da ABERT, se sentiram no direito de questionar a proposta e ainda lançar uma nuvem de temor sobre a população, especialmente as camadas mais pobres, de que pudessem vir a perder a sua “programação gratuita” ou que tivessem que “vir a pagar por ela”. Além de faltarem com a verdade, esses setores deixaram nítida a apropriação que fazem de um bem que é público (espectro eletromagnético, concessão de canais), transformando-o em um bem privado, a serviço de seus interesses.

Essa ação da ABERT exerceu ainda outra função perversa: transformar cada cidadão em um indivíduo com diferentes percepções de seus direitos. Percepção que vai variar dependendo da quantidade de poder que cada um tem ou consegue obter. Em se tratando do cidadão comum, o que ele consegue saber para poder pautar suas reivindicações é quase nada, pois a televisão comercial brasileira não divulga informações que possam servir como

⁷⁰ Esta campanha está disponível em <<http://www.abert.org.br/web/index.php/bibliotecas/biblioteca-de-midias/category/institucional>>. Campanha publicitária valorização do radio e da TV brasileira, 19/06/2012.

referência para que consiga entender o que se passa no campo da mídia no país. Em pleno século XXI, esse é um tema que continua interdito, fora da agenda da sociedade brasileira.

Contar a história da TV não comercial, por tanto tempo interdita na cena brasileira, tema dos próximos capítulos, é uma forma de se tentar colocar as ideias em seu devido lugar.

CAPÍTULO 4 CHATEAUBRIAND VERSUS ROQUETTE-PINTO, UMA HISTÓRIA ESQUECIDA

Ao estudar o que pode ser definido como “pré-história”⁷¹ da televisão brasileira ou a fase de definição, este capítulo procura mostrar como a proposta de uma Televisão Educativa, mesmo tendo sido contemporânea da TV Comercial, demorou muito para prosperar. As questões envolvendo o rádio educativo extrapolam o âmbito desta pesquisa, em que pese o assunto estar presente como uma espécie de pano de fundo. É que as trajetórias do rádio e da televisão educativa no Brasil estão de tal maneira imbricada que não reconhecer ou minimizar essa relação seria cometer um equívoco. Portanto, antes de abordar o surgimento da televisão educativa, é preciso retornar aos primórdios do rádio. Ao uni-los se encontra a mesma pessoa: Edgard Roquette-Pinto.

Definido por Ramos (2007) “como o maior, ainda que talvez o mais desconhecido, herói da comunicação brasileira,” (Ramos, 2007) e por Castro (1996) como o “homem multidão”, pela variedade de atividades que exerceu e por uma vida dedicada ao estreitamento dos vínculos entre ciência, tecnologia, educação e cultura, Roquette-Pinto é uma personalidade singular. Além de médico e antropólogo, foi também jornalista, professor emérito da Universidade do Brasil, escritor, pioneiro do rádio, do cinema e da TV Educativa. Seu nome está ligado ao surgimento do rádio no Brasil, mas é ignorado quando se trata da TV. Aliás, é importante mencionar que ele foi batizado como “pai da radiodifusão brasileira” pela imprensa norte-americana.⁷² Não existem trabalhos biográficos de fôlego sobre ele.⁷³ Para efeito desta pesquisa, serão abordados apenas aspectos que se mostram relevantes para a história dos primórdios da radiodifusão no país.

⁷¹ O termo é utilizado aqui no sentido de investigação arqueológica que Foucault confere à história.

⁷² “Quem deu o nome a ele de ‘Pai do Rádio do Brasil’ não foi o Brasil, foi lá nos Estados Unidos. Três anos depois de o rádio ter aparecido por lá, os jornais de lá informavam: ‘chegou aqui o Pai do Rádio Brasileiro’. Ele sempre dizia isso: ‘Eles lá é que me deram o nome de Pai do Rádio’”. *Depoimento de Beatriz Roquette-Pinto Bojunga* (Ferreira Jorge, 2008).

⁷³ A única biografia conhecida sobre Roquette-Pinto é a elaborada por Roberto Ruiz de Rosa Mateus, intitulada *Edgard Roquette-Pinto: aspectos marcantes de sua vida e obra*, publicada pelo MEC, em 1984. Como o próprio nome indica, está longe de ser uma obra exaustiva. Já a pesquisa *Roquette-Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, de Adriana Duarte Ferreira Jorge (FGV, 2008) não é uma biografia sobre o pai da radiodifusão brasileira. No entanto, por conter depoimentos de familiares, amigos e colaboradores de Roquette-Pinto, torna-se referência importante para este trabalho.

4.1. Roquette-Pinto, do pioneirismo no rádio à transmissão de imagem pela TV

Quando, em 1923, Roquette-Pinto fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, já havia protagonizado uma das mais brilhantes carreiras como pesquisador e intelectual. Seu livro *Rondônia*, publicado em 1916, era um minucioso tratado geográfico, etnográfico, antropológico, biológico e cultural que, para Gilberto Freyre, estava no mesmo patamar de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, no desvendamento de aspectos cruciais da cultura e da nacionalidade brasileira. Antes de embrenhar-se pelo interior do Brasil, Roquette-Pinto, que nasceu no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro, em uma família rica, já tinha viajado pela Europa e dominava vários idiomas. Na década de 1930, participou, ao lado de intelectuais como Fernando de Azevedo⁷⁴ e Anísio Teixeira,⁷⁵ das primeiras tentativas de reformas estruturais da educação brasileira. Foi durante esse processo que criou, em 1936, junto com o cineasta Humberto Mauro, o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) instituição por meio da qual disseminaria projetores e fitas educativas por dezenas de escolas públicas do então Distrito Federal.

Ninguém mais do que Edgard Roquette-Pinto pensou, nos primórdios do século XX, em educação e em novas tecnologias da comunicação e da informação, mas, sobretudo, na possibilidade de fazê-las convergir. Ele foi capaz de abandonar quase todo o seu passado de intelectual e de pesquisador pela tecnologia do rádio e o impacto que, acreditava, muito mais do que o cinema, ela poderia ter sobre a educação. Ensinar a população brasileira a ler e a escrever, inculcar-lhe o gosto pelo saber e pela cultura foi o seu objetivo maior na vida. Como conhecia muito bem o interior e as dimensões continentais do Brasil, tinha plena consciência da importância e da magnitude da tarefa. Nos idos de 1930, mais de 60% da população brasileira era analfabeta.

Como intelectual, mas também como homem de ação, seu contato com a tecnologia do rádio, segundo suas próprias palavras⁷⁶ aconteceu à bordo de um velho navio do Loide Brasileiro que, em 1912 (Roquette-Pinto *apud Regina*, 2002-2003: 10), o levava para Mato

⁷⁴ Fernando de Azevedo foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930, quando projetou, defendeu e realizou uma reforma de ensino das mais radicais que se empreenderam no país. É dele também uma das obras fundadoras das ciências sociais brasileiras. Ver Azevedo (1963: 700).

⁷⁵ Anísio Teixeira foi um dos grandes educadores brasileiros do século XX. Além de ter colaborado com Fernando de Azevedo nas reformas da instrução pública, em 1935 criou a Universidade do Distrito Federal, a primeira instituição pública do gênero no país, que seria fechada pela ditadura do Estado Novo. Em 1960, foi o cérebro ao lado de Darcy Ribeiro que reeditaria a experiência da UDF na criação da Universidade de Brasília (UnB), no novo Distrito Federal.

⁷⁶ Palestra realizada por Roquette-Pinto em homenagem ao Dia do Radioamador, em 1944.

Grosso. Ali, travou conhecimento com o rádio através de um transmissor de centelha.⁷⁷ Depois, em 1920, repetiu experiências feitas na França. Espírito dotado de grande curiosidade científica, acompanhou com o maior interesse a Exposição Internacional realizada no Rio de Janeiro, em 1922, para celebrar o Centenário da Independência.

Foi durante essa exposição que duas companhias norte-americanas obtiveram licença para fazer demonstrações de seus aparelhos. A Westinghouse, uma dessas empresas, em colaboração com a Light e a Cia Telefônica Brasileira, apresentou ao público a radiofonia, a “sensação do momento”,⁷⁸ uma espécie de telefone sem fio, através do qual se transmitia sons à distância.⁷⁹ Roquette-Pinto ficou fascinado com o que viu, especialmente quando, por meio do fone de um aparelho telefônico desmontado, ouviu a voz do operador que falava da estação montada no alto do Corcovado. Naquele instante, teve uma preocupação que o marcaria por toda a vida: “Como é que não se aproveita isso para levar o pensamento por essa extensão de terra, levantando essa gente toda que está morrendo por aí afóra de ignorância?” (Roquette-Pinto, 2007: 12).

Pautado por esta convicção, tentou convencer o governo federal a adquirir os equipamentos trazidos para a Exposição do Centenário. Apesar dos seus esforços, o governo de Epiácio Pessoa (1919-1922) não se mostrou sensível. A radiofonia era uma tecnologia considerada perigosa, especialmente num Brasil marcado por sucessivas revoltas militares e uma permanente dificuldade das autoridades em lidar com as questões sociais. Persistente, conseguiu o apoio de seu antigo professor, Henrique Morize, catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e assim lançou a ideia da fundação de uma rádio. Roquette-Pinto e Morize, um francês naturalizado brasileiro, conseguiram convencer seus colegas da Academia Brasileira de Ciências (ABC) de que aquela era uma tecnologia importante para o trabalho que desenvolviam e, assim, os equipamentos que deram origem à primeira emissora de rádio brasileira foram comprados.

Em 14 de abril de 1923, Roquette-Pinto lançou o que pode ser considerado como o primeiro manifesto pela criação de uma rádio brasileira. Ele publicou na Gazeta de Notícias, do Rio, um artigo que terminava assim: “Até agora esperei em vão que alguém mais

⁷⁷ Equipamento rudimentar que antecedeu aos primeiros aparelhos de rádio. Para maiores detalhes consultar Moraes, Jaime. *História do Rádio*, disponível em <<http://www.fotolog.terra.com.br/historiadoradio>>.

⁷⁸ Para demonstrar a nova tecnologia, os norte-americanos instalaram uma antena transmissora no alto do morro do Corcovado (atual Cristo Redentor). De lá, o sinal transmitido foi captado em Niterói, Petrópolis, na serra fluminense e em São Paulo, locais onde foram instalados aparelhos receptores.

⁷⁹ A demonstração envolveu aparelhos irradiando, do Corcovado e da Praia Vermelha, para os alto-falantes instalados no recinto da exposição (Roquette-Pinto *apud* Regina, 2002-2003: 12).

autorizado quisesse fazer pela imprensa o trabalho de vulgarização da radiotelefonia que o momento nacional está exigindo...” (Roquette-Pinto, 2007: 13). Como não apareceu ninguém mais interessado, poucos dias depois, em 23 de abril, ele funda a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro numa sala da ABC.

O objetivo da emissora era difundir a educação e a cultura em todo o território nacional, pois entendia o rádio como “a escola de quem não tem escola”, certo da enorme importância social que o nascente veículo poderia desempenhar. Roquette-Pinto não era e nunca quis ser político, mas possuía um senso bastante refinado para as questões sociais e, sobretudo, para contornar problemas (Roquette-Pinto, 2007: 12). Mesmo podendo ser o presidente da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, optou por deixar que o cargo fosse ocupado por Henrique Morize, ficando com a função de secretário da entidade. Além do prestígio que o fato de ser presidente da ABC e diretor do Observatório Nacional lhe conferia, Morize era um intelectual absolutamente distante das disputas em que o país estava mergulhado. Naquele período, a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro pode ser considerada um ato de desobediência civil, na medida em que a utilização do rádio encontrava-se restrita por lei, devido à sua conotação estratégica após a Primeira Guerra Mundial. Para minimizar as consequências daquele ato, Roquette-Pinto indicou para a presidência de honra da emissora o ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, de quem dependeria a revogação da lei.

No dia 1º de maio, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro fez a sua primeira transmissão experimental. Dez dias depois, Francisco Sá revogou a lei que tornava o rádio uma atividade clandestina e no dia 19 a emissora foi instalada solenemente. No entanto, foi somente três meses depois, em 20 de agosto, que o presidente da República Artur Bernardes (1922-1926) autorizou oficialmente o início das irradiações no Brasil, com a condição de que fossem apenas “para fins educativos”.⁸⁰ Até 1927, a emissora funcionou em forma de uma sociedade, na qual os membros contribuíam com recursos próprios para a sua existência, que marcou época.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi, por exemplo, a primeira emissora na América do Sul a irradiar uma ópera completa, *Rigolletto*, a apresentar um programa de teatrinho infantil, a levar ao ar cursos de português, história, inglês, física, biologia e química, a transmitir palestras sobre assuntos do momento e a tocar música brasileira com

⁸⁰ Roquette-Pinto e seus amigos da Academia de Ciências, além do trabalho de ir tirar da cadeia os “prezados ouvintes” daqueles tempos, puseram-se a estudar diversos regulamentos estrangeiros para finalmente apresentar ao ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, a 11 de maio de 1923, uma justificativa para a regulamentação da lei que regia a transmissão e a recepção de radiocomunicações por particulares. Para mais informações consultar Roquette-Pinto (*apud* Regina, 2002-2003: 13).

regularidade. Engana-se quem imaginar que a emissora apenas transmitia aulas ou “deitava falação” na cabeça dos ouvintes. Ela estava sintonizada com o que havia de mais avançado no mundo e, com frequência, recebia visitas ilustres como as dos cientistas Albert Einstein, e de Mary e de seu marido Pierre Curie.⁸¹

Apesar de sua importância e do compromisso com a educação, num país tão carente de iniciativas dessa ordem, uma série de determinações por parte do governo federal passa a complicar a vida da emissora. Até 1924, o governo entendia que a legislação existente para a radiotelegrafia e a radiotelegrafia atendia ao controle da atividade radiofônica. No entanto, em 5 de novembro, foi promulgado o Decreto nº 16.657, limitando a prática da radiotelegrafia e proibindo a inserção comercial nas transmissões, presentes nos Decretos nº 3.296/17 e nº 4.262/21. Até aí, não haveria maiores problemas, uma vez que a Rádio Sociedade se mantinha graças à contribuição de seus 300 filiados, em sua maioria pessoas da elite carioca para as quais o rádio era um símbolo de status e de cultura.

O caminho aberto pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro não demorou a ser seguido. Três meses depois, em 30 de novembro, foi constituída em São Paulo a Rádio Educadora Paulista, também partindo de ideais educativos. O modelo da emissora criada por Roquette-Pinto será adotado pelas estações instaladas tanto no Rio de Janeiro, capital federal, como em outros pontos do país. Não por acaso, essas emissoras incorporaram ao nome a classificação de “clubes” ou “educadoras”, sendo mantidas por contribuição mensal de seus sócios. No início da década de 1930, praticamente a cada mês surgia uma nova emissora, o que fez com que o governo passasse a se preocupar com a sua regulação, pois ficava nítido o efeito que o rádio provocava nas pessoas. E se o Decreto nº 20.047, de maio de 1931, definia a radiodifusão como “serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”, o decreto nº 12.111, de 1932, já introduzia alterações nessa finalidade, ao autorizar a veiculação de propaganda pelo rádio, limitada a 10% do tempo de transmissão.

O crescimento da radiodifusão provocou o interesse de agências de publicidade norte-americanas em relação ao mercado consumidor brasileiro. Entre 1928 e 1935, várias delas se estabelecem no país, a exemplo de J. Walter Thompson, McCann Erickson, Lintas e Standard. Na realidade, elas vieram acompanhando investimentos industriais de empresas para as quais já trabalhavam nos Estados Unidos, no Canadá e na Inglaterra. O enorme

⁸¹ O cientista alemão Albert Einstein, conhecido por desenvolver a teoria da relatividade, ganhou o Prêmio Nobel de Física em 1921. Ele visitou a emissora em 1925. Já o casal de cientistas Curie visitou a emissora em 1926. Marie e Pierre dividiram o Prêmio Nobel de Física de 1903, por descobertas no campo da radiação. Em 1911, Marie Curie recebeu outro Nobel, dessa vez na área de Química, pela descoberta dos elementos químicos rádio e polônio.

interesse das pessoas pelo rádio passou a ter efeitos também sobre os proprietários de jornais, que identificaram o novo veículo como adequado para se ganhar dinheiro. Um desses proprietários era Francisco de Assis Chateaubriand que, em 1935 já possuindo sete jornais e a revista O Cruzeiro, inaugura, no Rio de Janeiro, sua primeira emissora de rádio, a Tupi, “o cacique do ar”. Para viabilizar o novo negócio, contou com recursos de empresas como a General Electric e de patrocinadores, entre os quais estavam quase todos os milionários cariocas e paulistas.⁸²

Para a sua decisão, muito contribuiu a exigência técnica feita pelo governo federal, a todas as emissoras de rádio, para que aumentassem a potência de seus transmissores. O objetivo do governo era impedir o surgimento indiscriminado de emissoras e forçar a melhoria do serviço nas existentes, mas o que acabou propiciando foi a mudança do caráter da radiodifusão, que deixa de ser voltada para a educação e passa a nortear-se pelo lucro. Para a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, aumentar a potência de seus transmissores implicava investimentos e novos recursos de que não possuía. Apesar da discordância de Roquette-Pinto, a emissora já vinha veiculando, “com critério”, alguns poucos anúncios. Produtos e serviços de utilidade para a população eram aceitos, a exemplo dos calçados Dr. Scholl, que traziam “conforto aos pés”, ao passo que anúncios de bebidas alcoólicas e produtos químicos eram sistematicamente recusados.⁸³ Ir além disso era inaceitável. O que para Roquette-Pinto era problema, Chateaubriand considerava solução. Como as novas exigências técnicas pressupunham recursos financeiros, Chateaubriand viu aí oportunidade para ampliar seus negócios.

Numa atitude inédita, em 7 de setembro de 1936, Roquette-Pinto entrega formalmente, a rádio com tudo o que tinha dentro: equipamentos, programação, equipe, biblioteca e arquivos para o Ministério da Educação e Saúde Pública, a fim de impedir que ela se transformasse em uma emissora comercial como as demais.⁸⁴ O prefixo da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, PR-1-A, era disputado, naquela época, por muito dinheiro, mas

⁸² Entre os presentes na inauguração da Rádio Tupi estava o próprio Guglielmo Marconi, o inventor do rádio, especialmente convidado por Chateaubriand para o evento (Morais, 1994: 364).

⁸³ No futuro, as TVs Educativas no Brasil também adotarão, por conta própria, a proibição de aceitarem qualquer apoio proveniente de empresas de bebidas alcoólicas, cigarros e produtos químicos

⁸⁴ Ao receber a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em nome do governo brasileiro, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, assim se pronunciou: “Como autoridade a quem coube receber tão valioso legado, quero dizer aqui que o Ministério da Educação assume com satisfação esta responsabilidade e que procurará utilizar-se da melhor maneira possível deste instrumento que ora lhe é proporcionado para, no cumprimento da elevada missão que, com grande clarividência, lhe traçou o Sr. Presidente Getúlio Vargas: falar diariamente aos brasileiros, animá-los nos seus trabalhos do campo, da cidade e do mar, estar com eles nas suas alegrias e pesares. Este é o novo trabalho que, com coragem e fé, vamos começar.”

Roquette-Pinto recusou-se a vendê-lo.⁸⁵ Sua opção não foi fácil e envolveu uma minuciosa negociação com o ministro da Educação, Gustavo Capanema, de quem era amigo.⁸⁶ O advento de uma emissora oficial, voltada para a educação e a cultura, levou o governo a criar o Serviço de Radiodifusão Educativa – SRE, pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, menos de seis meses após a criação da Rádio Ministério. O primeiro diretor foi o próprio Roquette-Pinto, que ocupou o cargo até 1943. De acordo com essa lei, o SRE destinava-se a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo. Desde 1932, no entanto, Getúlio Vargas já contava com um programa radiofônico, a Hora do Brasil, divulgado nacionalmente e voltado para as ações do governo. Some-se a isso que, quatro anos depois, a União acaba tornando-se proprietária de outra emissora, a Rádio Nacional, recebida em pagamento por impostos não recolhidos, na qual prefere investir.⁸⁷

Em que pese Capanema ter como prioridade modernizar a educação e preservar as raízes culturais brasileiras, o que em parte foi feito com a implantação da Universidade do Brasil, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Instituto Nacional do Livro, faltou-lhe uma atuação mais decisiva no que se refere à radiodifusão educativa. Aliás, entre o rádio educativo e outra forma de rádio mais sintonizada com o interesse popular, o governo Getúlio optou pela segunda, tendo o cuidado de não fechar as portas para intelectuais como Roquette-Pinto. Mais do que iniciar a radiodifusão educativa, Roquette-Pinto iniciou a radiodifusão pública no país, mantida com a contribuição dos ouvintes, distante do governo e do mercado.

Por temperamento, Roquette-Pinto era dos que aceitavam perder uma batalha, mas jamais retirar-se da guerra. Em 1933, convenceu Anísio Teixeira, então secretário da Educação do Distrito Federal, a fundar uma radioescola, mantida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, para servir de exemplo a outras no futuro. Sua ideia era simples: se cada escola contasse também com uma estação de rádio voltada para a educação, não haveria como alterar esse propósito. Para tanto, Roquette-Pinto emprestou equipamentos e cedeu equipe de funcionários da Rádio Sociedade. Em 1934, foi ao ar a Rádio Escola Municipal PRD-5, sob a direção dele próprio, que aceitara o convite que havia lhe sido feito. De algum modo,

⁸⁵ Na época, o detentor de um prefixo tinha duas opções: comercializá-lo ou entregá-lo novamente ao governo.

⁸⁶ Gustavo Capanema foi ministro da Educação durante todo o governo Vargas. Político sensível, ele cercou-se de intelectuais. Entre seus assessores estavam Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira e Rodrigo de Melo Franco.

⁸⁷ A Rádio Nacional foi incorporada à União pelo Decreto nº 2.073 de 8 de março de 1940. A emissora pertencia, originalmente, à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, uma das empresas brasileiras do norte-americano Percival Farquhar. A Rádio Nacional será analisada no capítulo 5.

acreditava que a nova estação pudesse escapar ao cerco do comercialismo que a sua outra emissora já enfrentava. A pequena estação passou a funcionar numa sala dos fundos do Teatro Municipal. Mais tarde, por iniciativa de seu discípulo, Maciel Pinheiro, por duas vezes diretor da estação, a rádio recebeu a denominação de Rádio Roquette-Pinto, nome que tem até hoje.

Se na década de 1920 o fascínio pela tecnologia levou Roquette-Pinto ao rádio, nos anos seguintes ele iria apaixonar-se pelas pesquisas envolvendo a transmissão de imagens. De tanto ler e estudar sobre o assunto, ele montou, em 1943, em sua pequena oficina, uma televisão primitiva à base de processos mecânicos, utilizando o disco de Nipkow.⁸⁸ Seu objetivo era buscar maneiras para ampliar o espaço para a educação e a cultura. E foi pensando nisso que realizou a primeira transmissão de imagens no Brasil. Para tanto, instalou a emissão na sede da Rádio Sociedade na rua da Carioca, no centro do Rio de Janeiro, e um receptor na casa de um amigo, localizada na rua Cândido Mendes, no bairro de Santa Teresa. Ele realizou uma única transmissão, o suficiente para provar que o engenho funcionava. As imagens transmitidas eram as de um cartaz com as letras A, B e I, formando a sigla da Associação Brasileira de Imprensa. No futuro, o cronista Antônio Maria destacaria esse fato, lembrando que graças a Roquette-Pinto, as primeiras imagens mostradas pela TV brasileira não foram as de um anúncio comercial e nem o retrato do presidente da República (Castro, 1996: 16).

No restrito meio científico e intelectual brasileiro do qual Roquette-Pinto fazia parte, informações dando conta da “máquina maravilhosa” que aliava som a imagens circulavam, mas ninguém tinha ido tão longe a ponto de testar algo assim por conta própria. Em 1939 já tinha acontecido no Rio de Janeiro, durante a Feira de Amostras, a primeira demonstração pública da televisão no país. A Exposição, que contou com a presença do presidente Getúlio Vargas, foi inaugurada no dia 4 de junho, permanecendo aberta, com sucesso, por 15 dias. A imprensa deu ampla cobertura ao evento,⁸⁹ posteriormente ignorado pela maioria dos que escreveram sobre o surgimento da televisão no país.

⁸⁸ O referido disco consiste num aparelho inventado em 1884 pelo alemão Paul Nipkow, para enviar uma imagem em movimento de um local para outro, por meio de um condutor elétrico. Para tanto, utilizou uma propriedade do selênio, que era o fato de a condutividade elétrica deste elemento ser maior conforme a iluminação. Decompondo a imagem num conjunto de pontos escuros e luminosos, estes poderiam ser convertidos em sinais de corrente elétrica, de intensidade proporcional à claridade dos pontos.

⁸⁹ Jornais e revistas saudaram a chegada da “extraordinária invenção”, do “prodígio moderno”, da “maravilha do século” e do “mais genial processo de comunicação até hoje inventado pelo gênio humano”. Informações e comentários extraídos de Gazeta de Notícias, 02/06/1939; Jornal do Comércio, 03/06/1939; Jornal do Brasil, 03/06/1939; Revista da Semana, 10/06/1939 e Revista Carioca, 10/06/1939.

Um público privilegiado pôde assistir à demonstração da televisão feita por técnicos da empresa alemã Telefunken, fábrica de aparelhos de som, que instalou no recinto da Feira um pequeno estúdio, que gerou imagem e som para 10 aparelhos receptores. Getúlio Vargas, entusiasmado com o que viu, fez um teste, com sua imagem sendo transmitida para os receptores. O público presente pôde ver e ouvir também artistas consagrados da época, como Marília Baptista, Francisco Alves, Herivelto Martins e Dalva de Oliveira, mostrados através de um aparelho semelhante a uma eletrola, que, no lugar do disco, apresentava um pequeno quadro de vidro fosco.

A presença da empresa alemã não era fruto do acaso. Desde meados dos anos de 1930 que Getúlio Vargas tentava diversificar os tradicionais parceiros comerciais do Brasil, com os negócios com a Alemanha sendo estimulados. O objetivo da Telefunken obviamente era vender para os brasileiros a nova tecnologia, mas esses planos acabaram sendo interrompidos pelo início da Segunda Guerra Mundial, poucos meses depois. Tido por alguns setores como “simpatizante” das forças do Eixo (Alemanha, Japão e Itália), Vargas tentou manter uma posição de equidistância entre as potências em disputa. Logo, não havia como estabelecer qualquer relacionamento com os alemães com vistas à televisão enquanto durasse a guerra.

4.2. Chateaubriand, os interesses e o poder

Na principal e volumosa biografia escrita sobre Assis Chateaubriand, Morais (1994) dedicou menos de duas dezenas de páginas aos episódios envolvendo o lançamento de sua primeira emissora de rádio e de televisão, ambas batizadas de Tupi. Em toda a obra não há uma referência sequer a Roquette-Pinto, apesar dele e Chateaubriand terem sido contemporâneos, pessoas de reconhecido destaque e de seus interesses se antagonizarem.⁹⁰ Nos 37 volumes que reúnem os artigos publicados por Chateaubriand ao longo da vida, igualmente não há uma só menção ao pioneiro da radiodifusão no Brasil.⁹¹ Omissões que não podem ser consideradas apenas esquecimento.

Não existem, igualmente, referências a Roquette-Pinto entre os nomes que atuaram, desde a primeira hora, na Televisão Comercial brasileira, como Álvaro de Moya, César Montecarlo, Dias Gomes, Marcos Rey, Walter Avancini e Cassiano Gabus Mendes. Já Lima Duarte menciona apenas ter ganhado, em 1952, o “Prêmio Roquette-Pinto de melhor

⁹⁰ Roquette-Pinto nasceu em 1884 e faleceu em 1954, Chateaubriand é de 1892, tendo morrido em 1968. A biografia escrita por Fernando Morais tem 732 páginas.

⁹¹ Entre 1924 e 1968, Chateaubriand publicou 11.870 artigos assinados.

sonoplasta do ano”. De acordo com ele, “o Roquette-Pinto era um prêmio importante que existia antigamente. Ganhei oito vezes esse prêmio”.⁹² A ausência se mantém nas autobiografias de dois outros destacados nomes do meio televisivo: Walter Clark (1999) e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (2010).

Pessoas insuspeitas de ligação com a TV Comercial, como Matos (2002) e Cunha Lima (2008), também ignoram Roquette-Pinto. Matos, na síntese cronológica que faz dos principais acontecimentos envolvendo a televisão, toma como ponto de partida o ano de 1950. E o cuidado demonstrado por ele ao detalhar os problemas enfrentados por Chateaubriand para colocar sua emissora no ar, no mínimo, contrasta com a falta de qualquer referência a Roquette-Pinto. Já Cunha Lima, mesmo tendo o objetivo de contribuir para que a sociedade brasileira entenda que precisa de uma comunicação pública de verdade, esquece o pioneiro do que se poderia chamar de comunicação pública no Brasil.

Se ainda hoje a história da imprensa brasileira é falha, centrando-se basicamente nos veículos do Rio de Janeiro e de São Paulo,⁹³ os problemas envolvendo a história da televisão são maiores e ainda mais graves. E se num primeiro momento não havia razão para se preocupar em registrar essa história – afinal ela estava acontecendo diante dos olhos de todos –, quando esses registros começaram a ser feitos, passaram a se dar sem maiores critérios que a lembrança de seus participantes. O que não só reforçou, mas ampliou a possibilidade de falhas.

O fato de Assis Chateaubriand ser um poderoso empresário da comunicação e Roquette-Pinto um intelectual teve muita influência sobre o espaço que ambos passaram a dispor na mídia. Prova disso é que quando a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi inaugurada, o evento mereceu cobertura de toda a imprensa carioca, mas à medida que novas emissoras iam surgindo, ela foi sendo deixada de lado. No entanto, em se tratando da Rádio Tupi, as divulgações sobre a emissora e sobre as próprias ações de Chateaubriand aumentavam a cada dia, pois contavam com a poderosa alavanca dos próprios veículos Associados. Fato que, sem dúvida, contribuiu para criar memórias diferenciadas sobre as ações desses dois homens.

⁹² Depoimento de Lima Duarte a David José Lessa Mattos (2004: 119).

⁹³ Sodré (1966) e Chagas (2001) são os dois principais autores que traçaram um panorama da imprensa brasileira, mesmo que o primeiro tenha chegado apenas aos anos de 1960. A história que abordam está muito centrada nos veículos do Rio de Janeiro e de São Paulo. A imprensa regional permanece carente de história e análise, em que pese alguns esforços isolados em se tratando do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, da Bahia e de Pernambuco.

O interesse de Roquette-Pinto pela televisão chega maduro à década de 1940. O período em que passou no Instituto Nacional do Cinema e sua convivência com cineastas do porte de Humberto Mauro serviram para lhe reforçar a crença de que a televisão, com a reunião de imagens e sons, poderia ser tão ou mais importante que o rádio para a educação e a cultura do povo brasileiro. Roquette-Pinto poderia ter procurado Getúlio Vargas para solicitar-lhe apoio em relação à televisão, mas não o fez pela necessidade que percebia de manter o veículo de comunicação com o qual sonhava distante das questões políticas, especialmente após 1937, quando o regime endurece. Ele mantinha bom relacionamento com Vargas, porém longe de aproximar-se de uma amizade. Apesar disso, aos olhos dos adversários de Vargas, Roquette-Pinto era incluído no rol dos seus apoiadores. Enquanto Roquette-Pinto pautava sua conduta e ação em favor dos interesses dos brasileiros, Assis Chateaubriand movia-se de acordo com os interesses estrangeiros, em especial os norte-americanos, de olho em uma maneira de ganhar dinheiro e ampliar seu poder. Razão pela qual não demorou a colocar seus Diários e Emissoras Associados em defesa da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e França). Mesmo depois de o governo brasileiro declarar, em 1942, guerra à Alemanha e à Itália, não achou suficiente, acreditando que era hora de colocar em prática um plano que alimentava: “como Vargas não se animava a mandar tropas regulares para a Europa, ele próprio organizaria uma Legião Latino-Americana, composta de voluntários brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, para lutar ao lado dos Aliados” (Morais, 1994: 431).

Esse plano “maluco” teria consequências importantes para o surgimento da televisão no Brasil. Como era de seu estilo, Chateaubriand moveu céus e terras. Manteve contatos com pesos-pesados do mundo empresarial e militar norte-americanos como Berendt Friele, que representava no Brasil o milionário Nelson Rockefeller, coordenador de Assuntos Interamericanos do governo Roosevelt, e também com Claude Adams, homem de confiança do general Marshall, que tinha sido nomeado adido militar norte-americano no Brasil. O adido gostou do plano, sugerindo apenas que Chateaubriand deveria consultar o ministro da Guerra brasileiro, general Eurico Gaspar Dutra. Para encurtar uma longa história, basta registrar que Chateaubriand acaba sendo recebido pelo próprio Getúlio que, para surpresa sua, além de conhecer todos os seus passos, anuncia que iria criar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo objetivo era enviar tropas brasileiras para lutar na Europa.

Personalista e vaidoso, o dirigente dos Associados não tinha mais nada a fazer sobre o assunto a não ser noticiá-lo. Seu empenho pró-Estrados Unidos, no entanto, render-lhe-ia

algo muito mais valioso. Dois anos depois dessa movimentação, Chateaubriand é convidado a visitar os Estados Unidos, país que ainda não conhecia. Visitara a Europa várias vezes e estudara na Alemanha. Antes de completar 30 anos, já conhecia os principais países do Velho Continente, mas, em julho de 1944, aos 51 anos, aquela seria sua primeira viagem aos Estados Unidos. Viagem que se mostrou decisiva, pois, segundo Morais (1994: 440), “consolidou para ele noção de que a América do Norte era superior à Europa, não só pela acolhida digna de uma grande personalidade junto às autoridades locais”, como pelas oportunidades de parcerias e novos negócios que lhe foram oferecidas.

A relação de Chateaubriand com o capital estrangeiro era antiga, datava dos anos 1920, quando, com dinheiro que conseguira da canadense Light, adquiriu O Jornal, primeiro diário de sua propriedade (Wainer, 1989: 103). Duas décadas depois, já era um dos magnatas, se não o principal, da imprensa brasileira. Como assinala Wainer (1989: 104), “ele jamais teve qualquer estima pelo Brasil, convencido de que aqui habitava uma raça inferior.” Preso a tais convicções, não via nenhum inconveniente em defender os interesses estrangeiros, transformando-se num “entreguista” dos mais desembaraçados, como era denominada na época a pessoa favorável à entrega dos recursos naturais do país para a exploração de empresas estrangeiras.

Nos Estados Unidos, Chateaubriand recebeu “um tratamento jamais concedido a ministros brasileiros, hospedando-se em Washington na Blair House, casa de protocolo do governo norte-americano destinada a chefes de Estado estrangeiros” (Morais, 1994: 439). Denominado pelo The New York Times como “o poderoso editor de 26 jornais, cinco revistas e dezesseis estações de rádio no Brasil”, dentre os encontros que manteve com personalidades do mundo político e empresarial, vale destacar o com David Sarnoff, dirigente da National Broadcasting Corporation (NBC), que lhe apresenta “a oitava maravilha do mundo”: a televisão. Como não existem acasos em se tratando de política e negócios, os norte-americanos estavam interessados em despertar o interesse de Chateaubriand para a televisão. Como a novidade, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao Brasil, que o fosse pelas mãos de alguém empresarialmente confiável.

De volta ao Brasil, reúne em São Paulo um grupo de empresários, liderados por Walter Belian, da Cervejaria Antarctica, para pedir-lhes apoio para uma nova aventura:

Estou boquiaberto com o que me foi mostrado em Nova York por David Sarnoff, o *boss* da NBC. Num estúdio fechado um conjunto de câmara tocava um trecho de *La Bohème*, de Puccini. A cinquenta metros dali, em outra sala, através de um aparelho, eu pude ver e ouvir com perfeição a execução da ópera. Eu os reuni aqui para comunicar que, terminada a

guerra, vou importar aquela tecnologia e instalar uma estação de televisão no Brasil. Queria que suas indústrias fossem se preparando, porque vocês vão ser os privilegiados que dividirão comigo as glórias de trazer esse invento revolucionário para cá. Os nossos inimigos que se preparem: se só com rádio e jornais os Associados já tiram o sono deles, imaginem quando tivermos na mão um instrumento mágico como a televisão! (Morais, 1994: 440-441)

No mesmo período, Roquette-Pinto também fazia planos para instalar a televisão no Brasil. Se não era de seu feitio pedir apoio a governos, tinha certeza de que a iniciativa não seria hostilizada por Getúlio. No entanto, o fim da guerra representou, internamente, a queda de Vargas e a chegada ao poder de alguns de seus adversários, em que pese o novo governo ser chefiado pelo ex-ministro da Guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra. Roquette-Pinto sabia das dificuldades que iria enfrentar, mas não passava por sua cabeça mudar de ideia.

4.3. Os favores de Dutra para Chateaubriand

Nos Estados Unidos, Chateaubriand ficou sabendo que México e Cuba se movimentavam para colocar no ar suas emissoras de televisão. De volta ao Brasil, foi informado que Roquette-Pinto também fazia igual movimento. Além de sonhar com as glórias de trazer esse invento revolucionário para cá, queria ser o pioneiro da América Latina. Na época, a BBC se consolidava no Reino Unido como modelo de televisão voltada para a educação e a cultura; nos Estados Unidos, já no final da década de 1940, surgiam canais de rádio e televisão reservados exclusivamente para a educação. Não era difícil prever que a onda também pudesse chegar ao Brasil.

O rol de adversários listados por Chateaubriand não incluía apenas Roquette-Pinto. O combate que imaginava pela frente envolvia gente muito mais graúda, a começar por Getúlio Vargas que, mesmo deposto em 1945, já se articulava para retornar ao poder. Entre os inimigos a serem combatidos estavam também todos os que defendiam uma postura nacionalista e se contrapunham aos seus métodos de ação. Para viabilizar seus planos, Chateaubriand consegue do governo federal, em 1948, um pacote de favores, dos quais consta a autorização para que importasse equipamentos para a instalação de uma emissora de televisão. É importante observar que essa autorização antecede à própria portaria nº 692, de 26 de julho de 1949, que definiu os padrões de transmissão da televisão no país.⁹⁴ Não

⁹⁴ Seu conteúdo baseou-se na Indicação nº 1, de 6 de julho de 1949, da Comissão Técnica do Rádio. Estavam nela incluídas as determinações sobre a largura de faixa, frequência do som, onda suporte, polarização da irradiação, potência e canais.

satisfeito, ainda buscava, através de seus artigos, convencer as autoridades e a população de que a única maneira de viabilizar a televisão era através da publicidade, mesmo que, para tanto, tivesse que torcer a realidade.

(...) Em três anos de funcionamento, uma estação emissora de televisão gasta o dobro do seu capital e para acompanhar os novos aperfeiçoamentos que vão introduzindo na técnica arrisca a tresdobrá-la. Isso explica porque somente os Estados Unidos, a Inglaterra e a França dispõem de televisão, *explorada em bases comerciais*, embora deficitárias. (Chateaubriand, 2000, v. 26: 790, grifo meu)

Chateaubriand sabia que a televisão na Inglaterra e na França não era comercial, mas pouco importava. Suas preocupações estavam voltadas para a eleição presidencial e as chances de Getúlio retornar ao poder. Apesar das mudanças políticas, haviam sido poucas as alterações no que diz respeito à regulação da radiodifusão. O chefe de Estado continuava como responsável pela concessão e regulação das emissoras, estabelecendo-se para a televisão as mesmas regras do rádio. Quando o presidente era amigo, tudo bem, caso contrário, a situação poderia se complicar. Chateaubriand sabia que, com Getúlio de volta ao poder, sua emissora não seria favas contadas.

O I Congresso Brasileiro das Emissoras de Rádio, em 1946, já deixava claro como os empresários do setor, Chateaubriand em especial, estavam atentos e dispostos a enfrentar o governo para que seus interesses não sofressem nenhum dano. O número de emissoras já ultrapassava 100 e estavam presentes nas capitais e em várias localidades do interior.⁹⁵ Nesse primeiro congresso, os empresários passam a defender o estabelecimento de um Código de Radiodifusão, a fim de garantir o que consideravam seus “direitos”. A Constituição de 1946, a primeira Carta Magna brasileira a citar o termo serviço de radiodifusão, é a mesma a fazer a defesa da livre iniciativa privada e da liberdade de oportunidades para nacionais e estrangeiros, destoando da orientação política de Vargas.

Ao retornar ao poder, Getúlio igualmente sabia dos problemas que iria enfrentar em relação a Chateaubriand, cujos jornais, revistas e rádios tanto haviam contribuído para a sua queda. De imediato, oferece suporte ao jornalista Samuel Wainer para que lançasse um novo diário, que viria a ser a Última Hora.⁹⁶ Qualquer gesto no sentido de apoiar a montagem de uma emissora de televisão seria uma empreitada bem mais complexa, não só pelo cerco que a grande imprensa prometia fazer ao governo, como pela repercussão negativa que a iniciativa

⁹⁵ Entre 1937 e 1945, o número de emissoras de rádio no país havia tido um crescimento expressivo. Das 63 estações registradas em 1937, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, o país chegava em meados da década de 1940 com 111 emissoras (Jambeiro, 2001: 122).

⁹⁶ O episódio, um dos mais polêmicos da história da imprensa brasileira, está fartamente detalhado pelo próprio Wainer. Para um aprofundamento, consultar Wainer (1987).

poderia causar. O Brasil havia mudado naqueles quatro anos em que esteve fora do poder. O desenvolvimento econômico passava a ter como principal ênfase o livre mercado e a iniciativa privada havia estreitado relação com o capital norte-americano. Como ressalta Jambeiro,

Desde o início da Segunda Guerra Mundial, (...) os Estados Unidos iniciam na América Latina uma verdadeira ofensiva moral, econômica e cultural, visando garantir mercados para seus produtos, evitar o crescimento da ideologia nazista e reduzir as chances dos países europeus, sobretudo os alemães, mas também os ingleses reconquistarem a hegemonia no continente latino, após a guerra. (Jambeiro, 2003: 101)

Terminada a guerra, os Estados Unidos possuíam objetivos mais amplos. Tratava-se da conquista de mercados e do fortalecimento das relações econômicas visando o crescimento da economia e à consolidação de seu sistema de poder no Ocidente.⁹⁷ Maior país da América do Sul, o Brasil era visto como um mercado promissor, não só para a venda de aparelhos, mas para filmes e seriados, através dos quais se difundia o “*way of life*” norte-americano.

O liberalismo declinava na Europa e nos Estados Unidos, enquanto no Brasil a hostilidade dos liberais se voltava justamente contra a burocracia estatal, o planejamento, o “nacional-desenvolvimentismo”, o intervencionismo. Na resistência a esse processo, de olho na manutenção de antigos privilégios, os setores liberais criaram, apropriaram-se e influenciaram uma série de instituições que funcionam como aparelhos privados de hegemonia.⁹⁸ No Brasil, um desses aparelhos era exatamente a imprensa e depois a radiodifusão. No rádio e na televisão, os concessionários se consideravam verdadeiros proprietários, não admitindo qualquer tentativa de regulamentação por parte do Estado e da sociedade em seus “negócios”. Nesse quadro, a solução para Getúlio governar não era

⁹⁷ Para aprofundamento sobre o assunto, ver Cervo & Bueno (2002: 270).

⁹⁸ O pensador italiano Antônio Gramsci (1891-1937) desenvolveu, de forma significativa, o conceito de hegemonia. A visão tradicional de que hegemonia indica o domínio de um país ou governo sobre outro foi ampliada para indicar os meios e processos através dos quais a classe social no poder integra à sua concepção de mundo as “massas instrumentais”, assegurando a aceitação por estas do conteúdo ideológico conformador de tal visão de mundo. Essa sujeição é conseguida tanto por meio de reformas e concessões, como também pela influência sobre o modo como as pessoas pensam. Nessa forma enriquecida do conceito de hegemonia, Gramsci atribui papel importante aos partidos políticos e também aos órgãos formadores de opinião pública, como a imprensa. Para ele as ideias, a cultura, o modo como as pessoas veem a si mesmas e suas relações com os outros e com as instituições são de importância capital para a forma como a sociedade é governada organiza e justifica a natureza do poder por parte de quem o detém e de que maneira. À luz dessa visão, os principais jornais brasileiros e depois as televisões, bem como clubes, movimentos e entidades de classe, atuaram e atuam como importantes divulgadores e mantenedores das ideias que interessavam aos setores dominantes. Daí esses órgãos de imprensa, bem como clubes e movimentos poderem ser considerados aparelhos privados de hegemonia. Nos escritos dos *Cadernos do Cárcere* (Editora Civilização Brasileira, 1999: 1.638), Gramsci cita nominalmente os “órgãos de opinião pública” – jornais e clubes – como sendo exemplos de atuações que ficariam a meio caminho entre a força e o consenso no que se refere ao processo de convencimento de uma classe ou facção de classe sobre outra. Sobre o tema, ver também (Coutinho, 1992).

simples, mas ele passou a fazer o que mais sabia: lidar com os problemas isoladamente, tentando alcançar os melhores resultados.

Ao colocar no ar, em 18 de setembro de 1950, uma emissora de forma totalmente improvisada, Chateaubriand conseguiu marcar posição. Se dependesse apenas do seu desejo, a primeira emissora seria no Rio de Janeiro, mas a equipe técnica não conseguiu resolver os problemas de transmissão de imagens por causa do excesso de morros na cidade. Assim, a primeira emissora que inaugurou foi a TV Tupi de São Paulo. Só quatro meses depois, em 20 de janeiro de 1951, é que vai ao ar a Tupi carioca. Mudanças bruscas de ideia e ações aparentemente sem motivo por parte de Chateaubriand acabaram contribuíram para o surgimento de lendas e anedotas em torno dele, não raro estimuladas por ele e divulgadas por auxiliares que queriam agradá-lo.⁹⁹

Apontado pela história tradicional da televisão brasileira como “marco zero”, o lançamento da TV Tupi de São Paulo minimizou, naturalizou e ocultou uma série de práticas e ações que deveriam ser consideradas inaceitáveis pelos liberais que as adotaram. Dutra que, como presidente da República, estaria acima de interesses específicos, atuou como um despachante de Chateaubriand. Além das facilidades para importar os equipamentos necessários à montagem da emissora, comprados junto à empresa norte-americana Radio Corporation of America (RCA), passou por cima de todas as formalidades e protocolos para que chegassem aqui, em prazo recorde, os 200 aparelhos de televisão necessários para que as pessoas pudessem assistir à sua inauguração.

A desorganização e o destempero de Chateaubriand eram tamanhos que faltando um mês para o “dia D” e tendo investido cinco milhões de dólares (isto é, dos seus apoiadores) na montagem da emissora, havia se esquecido da necessidade de aparelhos para que a população pudesse assisti-la. Aliás, ele só percebeu a necessidade desses aparelhos quando o engenheiro norte-americano, Walther Obermuller, que havia viajado ao Brasil para supervisionar a inauguração, quis saber quantos milhares de receptores já tinham sido vendidos pelo comércio à população de São Paulo. Morais descreve a reação de Chateaubriand da seguinte forma:

(...) Disse para ele não esquentar a cabeça com aquilo, que no Brasil tudo tinha solução. Telefonou ao dono de uma grande empresa de importação e exportação e pediu-lhe que trouxesse por avião, dos Estados Unidos, duzentos aparelhos de TV, de modo que chegassem a São Paulo três dias

⁹⁹ A matriz dessas lendas envolveu o primeiro minuto da TV Tupi. Três câmeras foram dispostas, uma tendo ficado imprestável, porque Chateaubriand nela espatifara uma garrafa de champanhe. A história já foi desmentida por testemunhas, como Cassiano Gabus Mendes, mas não falta quem ainda garanta a veracidade do fato (Pereira Júnior, 2002).

depois. O homem explicou que não era tão simples: por causa da morosa burocracia do Ministério da Fazenda, um processo de importação (mesmo que fosse agilizado por ordem do presidente da República, como Chateaubriand sugeria) iria consumir pelo menos dois meses até que os televisores fossem postos no aeroporto de Congonhas. (Morais, 1994: 500)

Ainda segundo Moraes, Chateaubriand não se assustou:

Então traga de contrabando. Eu me responsabilizo. O primeiro receptor que desembarcar eu mando entregar no Palácio do Catete, como presente meu para o presidente Dutra. (Morais, 1994: 501)

A intimidade de Chateaubriand com o poder não configura nenhuma novidade, mas o nível dessa convivência pode ser observado no relato de Wainer (1987: 114):

Num determinado dia, Chateaubriand levou-me à casa do major McCrimmon para que eu contasse ao presidente Eurico Gaspar Dutra, também convidado, como estava Getúlio Vargas. Era impressionante o desembarço com que Chateaubriand tratava o Presidente. Em meio a meu relato sobre as conversas com Getúlio, ele dava gargalhadas e, de vez em quando, tapinhas no traseiro de Dutra.

Os dois primeiros televisores que Chateaubriand recebeu dos 200 contrabandeados foram dados de presente, respectivamente, para a sua secretária particular em São Paulo, Vera Faria, e para o presidente Dutra. Os demais foram instalados em lojas e bares da cidade, além do saguão dos Diários Associados, onde uma multidão ficou esperando para ver a novidade. Como não havia legislação sobre televisão no Brasil, a decisão de Chateaubriand fez o país adotar, em termos de tecnologia, o sistema de TV norte-americano.

4.3.1. O projeto da TV Educativa de Roquette-Pinto “desaparece” dentro das gavetas do Palácio Guanabara

O lançamento da TV Tupi de São Paulo não desmobilizou o grupo de intelectuais liderados por Roquette-Pinto. Tanto que Roquette-Pinto, juntamente com seu discípulo Fernando Tude de Oliveira, o engenheiro José Oliveira Reis e o general Lauro de Medeiros, passaram a integrar a Comissão Técnica de Televisão (CTT), criada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cujo objetivo era fazer um levantamento completo de tudo o que havia no mundo sobre o assunto.

Depois de estudadas as estações de TV existentes, a comissão relacionou os oito fabricantes de aparelhamento técnico. Esses fabricantes foram contatados, respondendo com análises detalhadas. De posse desse material, a Comissão voltou a se reunir durante 45 dias ininterruptos, quando foram definidas as especificações para o que seria a nova emissora de televisão. Os trabalhos da Comissão desenvolveram-se com muita rapidez e, em abril de

1952, a CTT apresenta ao prefeito do Rio de Janeiro, João Carlos Vital, um plano para dotar o Distrito Federal de um canal de Televisão Educativa. No mês seguinte, o presidente Getúlio Vargas concede a outorga de canais educativos para várias entidades lá sediadas. O Canal 2 coube ao grupo de Roquette-Pinto.¹⁰⁰

O Diário Oficial de 14 de maio de 1952 publica o decreto assinado por Vargas e também por seu ministro de Viação e Obras Públicas Álvaro Pereira de Sousa Lima:

Fica outorgada concessão à Prefeitura do Distrito Federal, nos termos do artigo 4 parágrafo 2 do decreto n 29.783, de 19 de junho de 1951, para estabelecer, a título precário, por intermédio da Rádio Emissora Roquette-Pinto sem direito de exclusividade, uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) de acordo com as cláusulas que com este baixam. (Milanez, 2007: 13)

Imediatamente, um resumo das especificações do que se pretendia foi enviado aos fabricantes, agora acompanhado de pedidos de preços e condições para a compra do equipamento técnico. De posse das respostas, em solenidade pública realizada no Palácio da Guanabara, com a presença do prefeito, foram abertas as propostas, com a firma Allan B. Dumont Laboratories, de Nova Jersey, nos Estados Unidos, sendo escolhida como vencedora. De acordo com o contrato assinado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Dumont, o equipamento técnico da TV Roquette-Pinto custaria US\$ 473 mil, que, com o dólar oficial a CR\$ 22,00, sairia por CR\$ 12 milhões e 400 mil. A Prefeitura pagaria uma prestação inicial de US\$ 70 mil, outros US\$ 166 mil seriam pagos durante a montagem da estação, com os restantes 50% sendo pagos durante vários anos. O contrato foi aprovado, sem quaisquer problemas, pelo Tribunal de Contas.

Na viagem que fez aos Estados Unidos, em companhia do general Lauro de Medeiros, para participar de um seminário sobre educação, promovido pela Unesco, Tude de Souza, na condição de dirigente da Rádio Roquette-Pinto, foi incumbido pelo prefeito do Rio e Janeiro para complementar as negociações com a Dumont. Nesses contatos, Tude de Souza pode perceber o entusiasmo do proprietário da empresa, Mr. Dumont, que também era cientista e um dos pioneiros da Televisão Educativa nos Estados Unidos,¹⁰¹ pelo projeto brasileiro.

¹⁰⁰ Receberam também outorgas de canais de televisão educativa, a Rádio Nacional (em nome da Superintendência das Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional – decreto nº 29254), o Ministério da Educação e Saúde (Decreto nº 30.814) e a Fundação Rádio Mauá, do Ministério do Trabalho (Decreto nº 30.815). Juntavam-se a essas concessões para uso educativo, canais para emissoras comerciais, como as da Rádio Mayrink Veiga e da Rádio Continental.

¹⁰¹ O cientista Allen Balcem DuMont (1901-1965) nasceu em Nova York, nos Estados Unidos. Ele é conhecido por ter desenvolvido o tubo de raios catódicos, utilizado nos receptores de televisão a partir de 1931. Antes de criar a Dumont, empresa que passa a comercializar equipamentos completos para a montagem de emissoras de televisão, ele teve, por 10 anos, uma estação de televisão nos Estados Unidos, voltada exclusivamente para a educação. Motivo pelo qual é considerado pioneiro da TV Educativa nos Estados Unidos, com seu nome, em

Segundo me disse, nós iríamos fazer no Rio uma estação que era o ideal com que ele sonhara para os Estados Unidos e nunca conseguira concretizar. O nosso projeto estava de tal maneira planejado em seus mínimos detalhes, que os técnicos da Dumont se comprometeram a instalar a estação em apenas 15 dias depois que o material chegasse ao Rio. Nosso planejamento foi a tal ponto, que até o cabeamento estava previsto. O equipamento foi totalmente embalado e levado para Nova York, onde ficou armazenado no cais à espera da ordem de embarque. (Milanez, 2007: 23)

Quando a concessão foi obtida, acreditava-se que rapidamente o Canal 2 entraria no ar, isto porque além do projeto técnico e da programação já estarem elaborados, encontravam-se aceleradas as obras de construção dos estúdios da emissora, que ocupariam os andares acima da Rádio Roquette-Pinto. Já estava igualmente estudada a melhor posição para a antena da TV, que seria montada no Pão de Açúcar ou no Sumaré. A ideia do prefeito era transformar o Sumaré, seu local preferido para a antena, em um grande centro de turismo, com a criação da “Cidade da Televisão”.

A Prefeitura do Rio de Janeiro chegou a fazer o pagamento da prestação inicial de US\$ 70 mil. Nesse meio tempo, a Dumont já estava pagando US\$ 40 por dia pela armazenagem, em Nova York, do equipamento técnico. Com a exoneração do prefeito João Carlos Vital, uma das primeiras providências do coronel Dulcídio Cardoso, que assume o cargo, foi demitir Tude de Souza da direção da Rádio Roquette-Pinto. A partir daquele dia, ninguém mais falou com ele ou com o próprio Roquette-Pinto sobre a Televisão Educativa. Como assinala Tude de Souza, “o nosso projeto que estava praticamente concretizado, desapareceu dentro das gavetas do Palácio da Guanabara, sem que nenhum outro prefeito quisesse se preocupar com o assunto” (*apud* Milanez, 2007: 24).

O episódio da exoneração do prefeito José Carlos Vital é um dos mais confusos que se tem notícia na política do Rio de Janeiro. Episódio que acabou assumindo contornos políticos mais amplos, tendo em vista o quadro de acirramento entre os partidários de Getúlio Vargas e os liberais da UDN que lhe faziam oposição. Há indícios de que Chateaubriand aproveitou-se da ligação estreita que mantinha com inúmeros udenistas para pressionar as autoridades municipais a deixarem de lado o compromisso com a futura Televisão Roquette-Pinto. Apesar da insistência de Tude de Souza, o novo prefeito não se dignou, sequer, a responder aos pedidos da firma norte-americana. A empresa Dumont acabou retirando o material do cais de Nova York e cancelando o contrato, com prefeitura perdendo os 70 mil dólares da prestação inicial (Milanez, 2007: 24).

forma de homenagem, tendo sido dado aos canais de televisão da Universidade de Montclair e ao da Televisão Pública de Nova Jersey.

Nesse período, Chateaubriand fazia questão de alardear que a TV que estava implantando no Brasil seguia os moldes do que havia de melhor no mundo e que ele era o único capaz de dar conta de um projeto de tamanha envergadura. Como Getúlio já vivia um verdadeiro inferno astral, sob o fogo cerrado da UDN, dos Associados e da maioria dos jornais da época, não havia o que fazer e nem a quem o grupo de Roquette-Pinto pudesse recorrer.

A TV Roquette-Pinto, segundo o projeto da Comissão Técnica de Televisão, “deveria operar como uma pequena BBC” (Milanez, 2007: 24). Tude de Souza já tinha preparado uma “Carta Municipal” para que ela funcionasse em caráter experimental durante cinco anos, o que imaginava, poderia evitar a concorrência com outras estações e garantia as suas finalidades exclusivas para a educação e a cultura. Mas nem assim ela conseguiu sair do papel. O projeto de televisão elaborado pela CTT presidida por Roquette-Pinto, inviabilizado no Brasil, “serviu de base para a organização de diversas estações de TV em vários países. (...) A Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos, montou sua telemissora baseada neste projeto” (Milanez, 2007: 26).

Caso tivesse entrado no ar, a emissora educativa planejada por Roquette-Pinto teria tido a oportunidade de apresentar à população outra modalidade de fazer televisão. Teria, sobretudo, criado uma base sobre a qual uma TV Pública pudesse ser erguida com menos dificuldade que as enfrentadas por emissoras que tentaram furar o cerco imposto pelas TVs comerciais. No entanto, o que se verificou é que, cinco anos depois, a televisão planejada por Roquette-Pinto perde a concessão, num ato determinado pelo presidente Juscelino Kubitschek que redistribuiu os canais no Rio de Janeiro ao sabor dos seus interesses políticos. Encerrava-se, assim, o sonho da televisão educativa de Roquette-Pinto. Escrevendo sobre o assunto, La Rive Box faz a seguinte análise:

Provavelmente o fenômeno mais notável na história da televisão educativa no Brasil é sua desanimadora similaridade com a história do rádio educativo. As implicações educacionais de ambas as mídias foram inicialmente propostas pelo mesmo homem: o professor Roquette-Pinto. Enquanto jovem, trabalhou na ideia de fazer o rádio servir às necessidades de desenvolvimento cultural do país. Na sua meia idade, ele se dedicou às primeiras experiências com televisão no Brasil. Pouco antes de sua morte, participou da elaboração de planos para a implantação de uma televisão educativa no Rio de Janeiro. Uma vez mais seus planos foram desconsiderados por pressões políticas poderosas; uma vez mais, investimentos enormes teriam sido feitos os quais logo provariam ser desperdícios em vários casos. Uma vez mais os elementos-chaves daqueles fracassos evidenciavam o desejo pelo resultado rápido. Uma vez mais aquelas experiências usando uma quantidade mínima de tecnologias (impressionantes) mostrou ter semeado comparativamente grandes sucessos. (Box, 1973: 319)

No início dos anos de 1950, o império de Assis Chateaubriand estava no auge de sua expansão, período que marca o aumento da concentração de capital nos órgãos de imprensa, provocando o desaparecimento de inúmeros jornais e revistas e o surgimento de outros. Essa concentração se tornou ainda maior com o crescimento do rádio e a implantação da televisão. Getúlio tentou reagir, promovendo importantes alterações na relação dos concessionários com o Estado e com a sociedade. Como o país vivia um período democrático, não podia impor normas sem apresentar justificativas e explicações. Para justificar uma maior centralização do setor nas mãos da Presidência da República, invocou o fato de que mesmo as concessões, permissões, distribuições de frequências e outros serviços relativos à radiodifusão que estivessem a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas, tinham o interesse direto de outros ministérios, como Marinha, Aeronáutica e Guerra. Assim, seria conveniente uma regulamentação que permitisse a intervenção mais direta do presidente da República, que era o coordenador e o orientador das atividades ministeriais.

A partir dessa época, o termo radiodifusão passa a ser entendido como ainda é na legislação atual, abrangendo o rádio e a televisão abertos, que qualquer um pode acessar desde que tenha um aparelho receptor. Apesar de definido como sendo de finalidade educativa e de interesse nacional, a radiodifusão não excluía o uso comercial, desde que não prejudicasse aquela finalidade (Decreto nº 29.783 de 19 de julho de 1951, artigo 2º). A qualquer tempo, o governo federal poderia desapropriar os serviços dos concessionários ou permissionários, ou suspender esses serviços por motivo de ordem e segurança pública (§ 1º e 2º art. 3º).

O prazo para a concessão nunca deveria exceder 10 anos. As permissões seriam revistas de três em três anos, sendo renováveis a juízo do Poder Executivo (arts. 4º e 5º). A diferenciação entre o que podia ser “concedido” ou “permitido” estava no valor de potência das estações radiodifusoras. Precisavam de concessão as estações que superassem 250 watts, e de permissão as que tivessem potência menor. A única coisa que independia de prévia autorização da presidência da República eram as permissões para montagens de estações radioamadoras. O decreto de Vargas criou também a Comissão de Estudos do Plano Geral de Radiocomunicações, incumbida de elaborar o anteprojeto do Código Brasileiro de Radiodifusão e Radiocomunicação, que acabou sendo uma espécie de embrião do que, em 1962, viria a ser o Código Brasileiro de Telecomunicações.

4.3.2. TV Comercial, a naturalização de uma escolha

Como a palavra televisão é, no mínimo, polissêmica, referindo-se tanto ao objeto em si como à emissora ou canal, além de envolver o conteúdo por ele exibido, houve, no Brasil, desde o início, muita confusão entre os vários sentidos desse termo. Para a maioria das pessoas naqueles primórdios, o assunto, seja pela novidade, seja pela complexidade ou pelo desconhecimento, era irrelevante. No entanto, não faltou quem visse irrelevância onde definitivamente ela não existia. É o caso da maioria da equipe técnica que foi trabalhar com Chateaubriand, um grupo de jovens, recrutado em situações diversas e que estava ali sem entender exatamente o que se passava. Um desses jovens, na época com 22 anos, era Cassiano Gabus Mendes. Sua inexperiência, segundo Morais,

Não era uma exceção entre os responsáveis pela implantação da televisão no Brasil: salvo um ou outro que tivera convívio superficial com o incipiente cinema brasileiro, eram todos egressos do rádio. E tampouco havia de onde copiar um modelo de sucesso, pois naquele ano só três canais de televisão funcionavam no mundo: um na Inglaterra, um na França e um nos Estados Unidos. Por ser o único canal comercial dos três, o norte-americano, da NBC (associada à RCA Victor), era o que mais se aproximava *do que se pretendia fazer no Brasil*. (Grifo meu) (Morais, 1994: 498)

É importante assinalar que, nessa época, também já estava em funcionamento nos Estados Unidos a emissora de TV CBS. Funcionamento que escapa a Morais. O desconhecimento de como funcionava esse canal e também o desconhecimento sobre o funcionamento dos canais britânico e francês faz parte do processo de naturalização de o que foi uma escolha e não algo inevitável. O modelo comercial de televisão nos moldes da NBC é apresentado como “o que mais se aproximava do que se pretendia fazer no Brasil”. Além disso, não se tratava, necessariamente, de copiar um modelo. Chateaubriand poderia ter criado um modelo próprio para a televisão brasileira, como era o propósito de Roquette-Pinto. Que os veículos Associados não divulgassem a informação de que havia dois tipos de emissoras de televisão no mundo é até compreensível, mas que a história dos primórdios da televisão no Brasil continue não registrando esse fato deve ser visto, no mínimo, com estranhamento.

Chatô: o rei do Brasil, a biografia de Chateaubriand escrita por Fernando Morais, é um dos livros que mais tem contribuído para essa naturalização da TV Comercial. Como uma biografia é o biografado segundo o biógrafo, fica perceptível o encanto de Morais para com Chateaubriand, ao optar por uma escrita na qual acaba incorporando a visão de mundo de seu biografado, cometendo um equívoco dos mais comuns: o de não perceber que a relação entre

vida e obra de um indivíduo não é uma relação funcional de causa e efeito. É uma relação reflexiva.

Ao ver o mundo pela ótica de Chateaubriand, desconhecendo as disputas mais amplas envolvendo o início da televisão no Brasil, Moraes, não leva em conta o que Vilas Boas (2007) denomina de “ato biográfico”:

(...) As relações motivacionais entre a vida do biografado e suas ‘obras’ (as realizações inerentes a qualquer vida) se imbricam também nas relações motivacionais do biógrafo-autor, porque pesquisar é também um ato autobiográfico. O que captei, creio, reflete o modo pelo qual me oriento no mundo, meus pressupostos epistemológicos e ontológicos. ‘Quanto mais entendemos a nós mesmos como pesquisadores, mais aptos estamos a ouvir e entender os outros’. Achei também que em algum momento da narrativa biográfica eu deveria tentar responder ao seguinte: por que escolho quem escolho? (Vilas Boas, 2007: 34)

Em outras palavras, quem foi formado assistindo apenas à TV Comercial, dificilmente conseguirá pensar em outras possibilidades para esse veículo e, menos ainda, estará propenso a compreender a importância dele para a sociedade. A questão colocada por Vilas Boas é importante para se refletir, também, sobre o fato de que os defensores da TV Educativa, como é o caso de Roquette-Pinto, “o homem para todas as estações”,¹⁰² como o cientista Carlos Chagas Filho¹⁰³ a ele se referia, não mereceu, ainda, uma biografia de fôlego, à altura de seu papel para a ciência e a cultura no Brasil. Ser “apenas” um intelectual comprometido com a educação do povo brasileiro e o avanço da ciência torna sua história menos interessante que a vida do “cordial” Chateaubriand?

Na cerimônia de inauguração da TV Tupi, Chateaubriand, num estilo bem peculiar, fez questão de agradecer aos grupos e empresas privadas que o apoiaram, omitindo, obviamente, qualquer referência ao decisivo suporte financeiro do Banco do Estado de São Paulo que, por lei, não poderia investir em tal negócio.

Antes de tudo, desejamos agradecer ao governador Adhemar de Barros, ao antigo presidente do Banco do Estado, Sr. Oswaldo de Barros, e à diretoria desse estabelecimento de crédito a cota de inextinguível boa vontade que demonstraram consentindo que nosso transmissor de televisão fosse instalado nos altos do edifício (...) O empreendimento de televisão no Brasil, devemos-lo a quatro organizações que logo, desde 1946, se uniram aos Rádios e Diários Associados para estudá-lo e possibilitá-lo neste país. Foram a Companhia Antarctica Paulista, a Sul Americana de Seguros de Vida e suas subsidiárias, o Moinho Santista e a organização F. Pignatari. Não pensem que lhes impusemos pesados ônus, dado o volume de força publicitária que detemos. (...) Atentai bem e verei como é mais fácil do que

¹⁰² A citação é retirada do epílogo de Thomas Elliot sobre Thomas Moore.

¹⁰³ Filho do renomado sanitarista Carlos Chagas, foi médico, professor, cientista e escritor. Ex-presidente da Academia Brasileira de Ciência era um profundo admirador da inteligência, da seriedade e do trabalho realizado por Roquette-Pinto. A citada referência aconteceu durante homenagem que a Academia Brasileira de Ciências fez a Roquette-Pinto, em setembro de 1984, na qual Chagas Filho foi o principal orador.

se pensa alcançar uma televisão (...) uma máquina que dará asas à fantasia mais caprichosa e poderá juntar os grupos humanos mais afastados. (“O sinal da televisão no céu de Piratininga”. O Jornal, 20/09/1950)

Os entusiásticos aplausos que as palavras de Chateaubriand mereceram indicam que os presentes naquele saguão gostaram do que ouviram. Mas se esse era o discurso que convinha àquele público, Chateaubriand (*in* “A hegemonia do Sumaré”. O Jornal, 23/09/1950: 4) adequou sua fala, horas mais tarde em outra solenidade, ao dirigir-se aos artistas, mecânicos e operários da TV Tupi:

(...) Venho de dividir (...) as responsabilidades da presidência de um jantar aos capitalistas, que nos facilitaram a cunhagem de cruzeiros-propaganda, para que pudéssemos ser, em São Paulo, os pioneiros da televisão na América Latina. Não tendes susto dos bichos marinhos com quem temos que conviver. São tubarões mansos, que não dão rabanadas furiosas e suas orlas de dentes têm sido cuidadosamente limitadas. Andam com 80% da agressividade das dentuças comprometidas graças a um perseverante esforço nosso de transformação das suas reações, contra os peixes miúdos como vós e nós. (...) Tenho-lhes ensinado que só existe um caminho para a salvação: superar o comunismo, dando coisas ao povo, mesmo a preço de tremendos ônus e vastos prejuízos materiais (...) Não há interesses de burgueses nem de operários diante do interesse social. Nós outros só temos um nome tutelar, uma forma de inspiração das nossas ações, que é o povo brasileiro. Fazem os Diários e Rádios Associados, jornais, revistas, broadcasting e televisão pensando na elevação dos níveis culturais e civilizados da nação (...). É a televisão uma pesadíssima hipoteca sobre os Rádios Associados. Mas é que temos compromissos ilimitados com o progresso.

Ao discursar para essas pessoas, Chateaubriand não só se coloca como uma delas, como tenta retirar do novo veículo qualquer característica que pudesse aproximá-lo de um negócio. Faz questão de ressaltar os “ônus” dos Rádios Associados, ao mesmo tempo em que enfatiza seu compromisso com “a elevação dos níveis culturais e civilizados da nação”. Compromisso dentro de espaços previamente demarcados: “dar coisas ao povo a fim de superar o comunismo”, desconhecendo “a existência de classes sociais”. Apesar das palavras, uma das características de Chateaubriand sempre foi a de tirar o máximo de proveito político e econômico de tudo, beneficiado por uma legislação dúbia e pelo poder que seus veículos de comunicação lhe conferiam. Além de ter se tornado senador e embaixador do Brasil em Londres, fez de suas campanhas nacionais como “Dêem asas para a juventude”, uma forma fácil de arranjar dinheiro. Depois de várias irregularidades constatadas, essa campanha foi suspensa.¹⁰⁴ Mesmo assim, o poder dos seus veículos de comunicação o mantinha intocável.

¹⁰⁴ A campanha “Dêem Asas para a juventude”, que tinha como objetivo incentivar as empresas a doarem aviões para aeroclubes, onde seriam ensinadas técnicas de aviação para as pessoas interessadas, foi suspensa devido a irregularidades. Os aviões, depois de recebidos e batizados em uma região, eram levados para outras regiões e utilizados para novas doações. Vale dizer: o mesmo avião era comprado mais de uma vez, e os recursos para a compra de novos aparelhos permaneciam com Chateaubriand. (Morais, 1998: 442)

A inauguração da TV Tupi Canal 3 continuou sendo notícia durante os meses seguintes nas publicações Associadas. Um registro especial foi feito pelo próprio Chateaubriand em sua coluna de 15 de dezembro, intitulada “Planos Televisionários”. Nela, aborda o aparelho de televisão que deu para o presidente Dutra e faz uma espécie de agradecimento ao “apoio” recebido do governo.

Para que nos orgulhemos da administração que possuímos, cumpre dizer que não se nos antepôs nenhum obstáculo à execução de nossos planos televisionários. (...) Ao falarmos, em 1947, ao presidente Dutra, ao sr. Correia e Castro, ao então presidente do Banco do Brasil, o sr. Guilherme da Silveira, e ao diretor da Carteira de Exportação e Importação, general Anapio Gomes, que aninhávamos projetos audaciosos quanto à televisão, só recebemos deles incentivos. (...) (Chateaubriand, 2000, v. 27: 1.014)

As palavras de Chateaubriand merecem reflexão. Elas deixam exposta uma das principais contradições das elites liberais brasileiras. Inimigas de quaisquer interferências do Estado na economia, essa interferência é motivo de aplausos e elogios quando funciona a favor de seus interesses. Por isso, não é exagero afirmar que o principal sustentáculo para o surgimento da televisão privada, comercial, de Chateaubriand, foi duplamente o Estado brasileiro, através de todas as facilidades que obteve e também do “incentivo” financeiro garantido por órgãos de vários níveis do governo, como o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo. Contradição que fica mais exposta ainda quando, pouco depois, os Associados iniciam uma campanha feroz contra o jornalista Samuel Wainer e o seu jornal Última Hora.

O que Samuel Wainer aparentemente não sabia, quando começou a fuzilaria contra a Última Hora, é que o pecado de que era acusado (tomar dinheiro do Banco do Brasil para montar ou sustentar meios de comunicação) era algo tão comum na maior parte da imprensa brasileira quanto imprimir e vender jornais. Enquanto a Última Hora era colocada no pelourinho por ter tomado 26 milhões de cruzeiros emprestados ao banco oficial, a Carteira de Crédito Geral do mesmo Banco do Brasil registrava um débito de 50,4 milhões de Roberto Marinho (proprietário do jornal O Globo e de uma estação de rádio), ao passo que os Diários Associados deviam ao Banco do Brasil a soma colossal de 113,6 milhões (quase 3 milhões de dólares da época). (Morais, 1996: 552)

Desde os primeiros momentos, Chateaubriand soube capitalizar ganhos políticos importantes, como consequência do decantado “pioneirismo” dos Associados na implantação da televisão. Fazia questão de desconhecer Roquette-Pinto e chamar para si todas as glórias pelo início da televisão no Brasil. Nestes primórdios, a disputa travada entre Chateaubriand e Roquette-Pinto ultrapassa em muito a questão entre duas personalidades singulares. Ela sintetiza a situação política, econômica e social então vigente. Um Brasil que, por um lado,

lutava para superar suas raízes históricas e, por outro, assistia à ascensão de forças que marcavam o seu presente e teriam importância decisiva no seu futuro.

Nesse período, o Brasil começa a se modernizar. Na economia, deixa para trás uma sociedade rural e dá passos significativos rumo à industrialização. O início dos anos de 1950 é caracterizado pela pressão norte-americana sobre o país. Em pauta, a definição do tipo de desenvolvimento que seria implantado. Embora as opções não fossem claras, o que estava em jogo era se o Brasil passaria a ter um desenvolvimento econômico baseado no capital estrangeiro (leia-se, dos Estados Unidos), ou se esse desenvolvimento se daria a partir do próprio Estado brasileiro.

Chateaubriand, como foi mostrado, contribuiu para que a Televisão Educativa de Roquette-Pinto não fosse ao ar. Ele inviabilizou também a TV pleiteada pela Rádio Nacional, que pode ser considerada como a primeira emissora de “interesse público” no país. A Rádio Nacional e sua luta para obter um canal de televisão é o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

RÁDIO NACIONAL, A PRIMEIRA EMISSORA BRASILEIRA DE INTERESSE PÚBLICO

Como emissora pertencente ao governo federal, era de se esperar que a Rádio Nacional não enfrentasse maiores dificuldades para obter um canal de televisão nos anos de 1950. O país vivia um período democrático, a emissora era líder de audiência e muito lucrativa. No entanto, os interesses de emissoras comerciais, Diários Associados à frente, acabaram se interpondo no seu caminho e, novamente, Chateaubriand leva a melhor. O objetivo deste capítulo é não só contar esta história, como resgatar a trajetória da Rádio Nacional como uma emissora de “interesse público”.

Esse resgate é importante, na medida em que contribui para desfazer equívocos sobre a natureza da própria Rádio Nacional, a PRE-8, considerada pela maioria dos estudiosos como tendo sido apenas peça de sustentação do Estado Novo e emissora oficial do getulismo. Fatos que, por si só, serviriam para comprometê-la ou, pelo menos, desvalorizá-la diante das gerações futuras, minimizando o prejuízo social dela não ter conseguido o tão sonhado canal de televisão. Afinal, uma coisa é uma emissora oficial deixar de obter um canal de televisão. Outra, bem diferente, é uma emissora de “interesse público”, comprometida com a cultura e a cidadania, não conseguir um canal de televisão, como foi o caso.

Poucos são os estudos, como os de Goldfeder (1981) e Saroldi e Moreira (2005), que lançam, mesmo timidamente, algumas dúvidas sobre o caráter estritamente oficial que teria tido a Rádio Nacional. Exatamente por isso, o que se pretende é, a partir da releitura da história da Rádio Nacional e de sua luta quase esquecida para obter um canal de televisão, mostrar que ela não só foi a primeira emissora de “interesse público”¹⁰⁵ a existir no Brasil, como não ter conseguido lançar seu canal de televisão contribuiu para atrasar ainda mais o surgimento de emissoras públicas.

Como podem objetar os defensores de uma emissora pública *strictu sensu*, a Rádio Nacional não preenchia os tradicionais requisitos para um veículo ser assim caracterizado. O mais importante é que ela conseguiu, na prática, realizar o que se espera de uma emissora pública: programação com caráter educativo, pluralidade e qualidade da programação voltada

¹⁰⁵ O conceito de emissora de “interesse público” é utilizado por Gabriel Priolli para se referir às rádios e TVs que, mesmo não sendo educativas ou públicas *strictu sensu*, cumprem um importante papel no que se refere à cidadania no Brasil. Priolli utiliza essa conceituação para veículos que surgiram a partir da vigência da Lei do Cabo, em 1995. Aqui, o que se propõe é utilizar a mesma conceituação para a Rádio Nacional, num período bem anterior.

para todas as faixas etárias e camadas sociais, além de inovação e indiscutível relevância para a sociedade.

Pode-se, também, questionar o interesse em se aprofundar o estudo sobre a Rádio Nacional em uma pesquisa sobre a história da TV Pública no Brasil. É que a Rádio Nacional, além da luta empreendida em prol de um canal de TV, foi a primeira emissora brasileira a realizar uma transmissão de imagens. Transmissão que aconteceu no início de 1950 e antecedeu à realizada por Chateaubriand. Esse aspecto da história da Rádio Nacional, da mesma forma que a transmissão experimental de imagem feita por Roquette-Pinto, foi esquecido pela história tradicional.

Se tivesse ido ao ar, a TV Nacional teria sido contemporânea da retomada das atividades de televisão da BBC, suspensas durante a Segunda Guerra Mundial, e antecederia em alguns anos a criação do próprio Public Television System (PBS), nos Estados Unidos. Para se pensar a Rádio Nacional como uma emissora de “interesse público” é preciso observar a sua trajetória por outros parâmetros, sem perder de vista o que acontecia a sua volta, no país e no exterior.

O surgimento da BBC, enquanto emissora de rádio na década de 1920, contou com o apoio decisivo do governo inglês. O ingresso no mundo da televisão representou para ela um passo natural, experimentado por emissoras de rádio em várias partes do mundo. No caso brasileiro, a Rádio Nacional, depois de consagrar-se junto à opinião pública e com duas décadas de existência, também tentou lançar seu canal de televisão. Ao contrário da BBC, a Rádio Nacional deparou-se com as peculiaridades da política brasileira, onde o poder do então maior conglomerado de mídia, os Diários e Emissoras Associadas, acabou alterando a decisão do próprio presidente da República.

Como ensina Foucault (1996) ao lado da história tal como se tornou conhecida, existem sempre outras possibilidades que não se desenvolveram. Possibilidades que apontam em direções diversas. A título de especulação, o que poderia ter acontecido se a TV Nacional entrasse em cena em 1957, como pretendiam seus dirigentes? A julgar pela competência com que a Rádio Nacional era administrada e pela criatividade e importância de seu corpo artístico, a emissora teria tudo para conquistar a preferência da população. Mais ainda: a força da Rádio e TV Nacional no mínimo dificultariam o predomínio das emissoras comerciais como acabou acontecendo no Brasil. A Rádio Tupi nunca conseguiu superar a Nacional em audiência e faturamento e Chateaubriand temia que o mesmo se repetisse em relação à televisão.

Antes de detalhar o que foi esse novo embate, é importante entender a conjuntura vivida pelo Brasil nos idos de 1950. Não era só na economia que o país procurava superar o atraso ou vencer o subdesenvolvimento como se dizia então. Na história, na arte e na sociologia estava em curso toda uma nova interpretação sobre a origem e formação do país. Poucas décadas antes, ainda pensava-se que a presença do escravo e a miscigenação tinham comprometido definitivamente o futuro do Brasil enquanto nação. Gilberto Freyre já havia apresentado uma nova interpretação da miscigenação que se tornou uma referência para o mundo pós-1945, que acabava de viver uma guerra com motivações raciais declaradas. As ideias de Freyre, mesmo que consideradas importantes, estavam longe de fazer diferença entre a maioria dos poderosos da imprensa brasileira.

Chateaubriand conhecia Freyre desde os idos de 1915, quando, era articulista do Diário de Pernambuco. Em Recife, os dois frequentavam as mesmas rodas, mas Chateaubriand nunca levou a sério as ideias de Freyre sobre o Brasil e os brasileiros. Nem quando o velho conhecido adquiriu renome nacional e internacional. Típico produto da oligarquia nordestina, Chateaubriand preferia ver o Brasil a partir de seu “império”, de onde sempre pretendeu exercer poder absoluto sobre tudo e todos. Não por acaso, o conceito de “homem cordial”, de Holanda, serve-lhe como uma luva. A não separação entre as esferas do público e do privado era uma das características mais marcantes da personalidade do “capitão”. Para ele, tudo se resolvia à base do interesse e não se sentia na obrigação de ter coerência intelectual alguma.

Se Chateaubriand deve ao governo de Dutra os favores e os recursos financeiros que viabilizaram a sua primeira emissora de TV, foi, sem dúvida, graças a Juscelino Kubitschek que seu novo empreendimento cresceu e alcançou praticamente todo o país. Em 1956, primeiro ano da administração de Juscelino, Chateaubriand inaugurou nove estações de televisão em diversos estados (Saroldi, 2005: 145). Já funcionavam no país outras emissoras que não pertenciam ao seu grupo, como a TV Paulista e a TV Record, em São Paulo, e a TV Rio, canal 13, no Rio de Janeiro, mas nenhuma delas dispunha do poder dos Associados (Saroldi, 2005: 145).

Político experiente, Juscelino sabia quais eram os métodos de Chateaubriand. Pragmático, preferiu não enfrentá-lo, seja quando governou Minas Gerais, seja na campanha para a presidência da República ou mesmo depois de eleito. Chateaubriand, como se dizia na época, “esticava a corda ao máximo, mas tomava cuidado para que ela não arrebentasse”. Foi

assim, por exemplo, que conseguiu de Juscelino o “apoio” para instalar em Belo Horizonte,¹⁰⁶ em 1955, a sua terceira emissora. Juscelino se encarregou de aproximar Chateaubriand de muitos de seus amigos, como o banqueiro Benjamin Guimarães, que foi o responsável direto pela viabilização dos recursos que possibilitaram o surgimento da TV Itacolomi (Carrato, 1995: 67). Contar com amigos e financiadores ligados a Juscelino contribuiu para que Chateaubriand não colocasse os Associados a serviço dos setores que passaram a questionar o resultado da eleição presidencial, vencida pelo ex-governador de Minas.¹⁰⁷ Desde então, conquistou uma espécie de carta branca junto ao presidente da República. O que aconteceu com a televisão planejada pela Rádio Nacional é reflexo disso.

5.1. De Farquhar a Getúlio, os primórdios da Rádio Nacional

Foi longo o percurso da PRE-8 até assumir a liderança da audiência no Brasil. Inaugurada oficialmente em 12 de setembro de 1936, poucos meses antes da instalação do Estado Novo, a emissora não se tornou, de imediato, uma emissora estatal. Só em 1940 é que ela foi incorporada ao patrimônio da União. É inegável que ideólogos do Estado Novo, como Lourival Fontes, que viria a ser depois o todo poderoso diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tinham bastante clareza sobre a importância e o papel que o rádio podia exercer. Ao ser entrevistado pela revista *A Voz do Rádio*, em 1936, Fontes já argumentava:

(...) Dos países de grande extensão territorial, o Brasil é o único que não tem uma estação oficial. Todos os demais têm estações que cobrem todo o seu território (...) Não podemos desestimar a obra de propaganda pelo rádio, principalmente a sua ação extraescolar; basta dizer que o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é: aos pontos mais longínquos do país e, até, à compreensão do analfabeto. (Lourival Fontes, *Voz do Rádio*, 20 de fevereiro de 1936)

As declarações de Fontes sem dúvida indicavam o interesse do governo em passar a ter uma emissora que cumprisse um triplo papel: integrar o país, divulgar o governo e funcionar como fator educativo extraescolar. Suas palavras tinham o apoio do ministro da

¹⁰⁶ Nas décadas de 1950 e 1960, Minas Gerais era o principal centro bancário do país. No estado estavam as sedes de poderosos estabelecimentos como o Banco da Lavoura, Banco Mercantil e Banco Nacional. O quadro muda a partir da década de 1970, com Minas perdendo esse posto para São Paulo.

¹⁰⁷ Juscelino recebeu 36% dos votos, com seu principal adversário, general Juarez Távora, alcançando 30% dos votos e Ademar de Barros, 26% dos votos. O último colocado, Plínio Salgado, recebeu apenas 8% dos votos. Mal foram divulgados os resultados, ainda sem homologação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a UDN e seus aliados iniciaram tentativas de anular as eleições na Justiça e impedir a proclamação dos resultados. Desapontando os que pretendiam que os Associados dessem sequência à campanha que, em 1954, levava Getúlio ao suicídio, as empresas de Chateaubriand, através do editorial “Espírito da ordem”, condena os insubordinados fora e dentro dos quartéis, além de elogiar a atitude do ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, ao exonerar militares insubordinados. Para mais detalhes, consultar Carrato (1995: 70).

Educação de Vargas, Gustavo Capanema, para quem a educação não podia ser neutra no mundo moderno e, com pequenos retoques, seriam endossadas igualmente por nomes como Carlos Drummond de Andrade. Dito de outra forma, como assinala Goldfeder (1981) em estudo sobre a Rádio Nacional, mesmo que a emissora tenha assumido um papel de controle social implícito e difuso, veiculando a excelência de valores ético-morais em modelo de sociedade ideal, não era possível respaldar-se direta e explicitamente em um modelo político. Vale dizer: a realidade da Rádio Nacional sempre foi mais complexa do que qualquer tentativa de reduzi-la a espaço para propaganda política.

A Rádio Nacional contou com o apoio do governo de Vargas, que era um apaixonado por esse veículo de comunicação. Suas passagens pelo poder são marcadas por intenso uso político do rádio como também por um grande incentivo à sua qualificação e expansão tanto do ponto de vista da infraestrutura como da expressão cultural. Mas somente esse apoio não seria suficiente para explicar o fato de a emissora ter se transformado em um dos maiores fenômenos de todos os tempos da comunicação no Brasil. Além do apoio financeiro, é importante salientar que Getúlio teve sensibilidade para não engessar a emissora, possibilitando que partisse para criar uma programação própria sem amarras ou condicionantes, o que viabilizou experimentações e inovações de toda ordem.

A PRE-8 foi parar nas mãos do governo de Getúlio Vargas meio por acaso. Em 8 de março de 1940, Vargas institui o decreto-lei nº 2.073, criando as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, das quais constava a rádio e também as instalações e os imóveis do jornal A Noite, a Rio Editora e as revistas A Noite Ilustrada, Carioca e Vamos Ler. A incorporação se deu em função de impostos não pagos por seu proprietário, o milionário norte-americano Percival Farquhar. O jornal e as revistas se tornaram propriedade de Farquhar em 1931, quando os recebeu em pagamento de dívidas da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A partir de então, decide investir em rádio e, em 12 de setembro de 1936, com o prefixo de PREW-8, cria a Rádio Nacional (Rocha, 2007).

Farquhar era um nome conhecido no Brasil.¹⁰⁸ Foi ele quem, a título de pagamento por honorários advocatícios, emprestou dinheiro para Chateaubriand adquirir o seu primeiro diário. O fato de ser um defensor da internacionalização da economia brasileira transformou Chateaubriand em seu “aliado incondicional”. Os veículos Associados nunca perderam

¹⁰⁸ A relação de suas empresas e propriedades no Brasil era das mais extensas. Dentre elas destacam-se: Rio de Janeiro Light & Power, Companhia Telefônica Brasileira, Estradas de Ferro São Paulo- Rio Grande, Ferrovias Mogiana e Paulista, em São Paulo, Port of Pará – proprietária do porto de Belém do Pará – e Amazon Development Land Colonization Co.

oportunidade para exaltar sua atuação. Com negócios em várias partes do mundo, sempre envolvendo ferrovias, minérios e matérias-primas, o empresário era considerado pelos setores nacionalistas e de esquerda como “imperialista” e um “explorador das riquezas brasileiras”. Não está descartada a possibilidade de estes aspectos terem influenciado a decisão de Getúlio. Aliás, no governo de Artur Bernardes, Farquhar já havia enfrentado problemas com não pagamento de impostos. Seja como for, o certo é que ele devia à União e o ato de Getúlio pautou-se pelo que a lei determinava.

Até aquele momento, idos de 1939, a Nacional era uma emissora comercial como várias que existiam, num tempo em que a liderança de audiência cabia à Rádio Mayrink Veiga, “centrada no carisma de César Ladeira, nos talentos de Carmem Miranda e do Bando da Lua, no fino humor de Barbosa Júnior e nas dramatizações do Teatro Pelos Ares” (Saroldi, 2005: 56). No ano seguinte, a emissora, já incorporada ao patrimônio público, inicia uma variada programação – envolvendo radionovelas, programas de auditório e noticiários – que iria transformá-la em líder absoluta de audiência no país durante mais de duas décadas.

Constava do decreto-lei nº 2.073 a nomeação, para a direção da Rádio Nacional, do jornalista e promotor do Tribunal de Segurança Nacional, Gilberto Goulart de Andrade. A notícia gerou um princípio de pânico entre os funcionários da empresa A Noite. Além da surpresa com que foram pegos, o currículo de Goulart de Andrade divulgado pela imprensa era um tanto controvertido. O novo dirigente tinha ampla atuação em jornal e rádio, era autor de 23 peças encenadas e também constava entre os organizadores da censura teatral (Saroldi & Moreira, 2005: 56). Mas se os funcionários da Rádio Nacional já se preparavam para o pior, o contato com Goulart de Andrade rapidamente veio acalmar os ânimos.

Uma de suas primeiras providências foi confirmar no cargo todos os principais nomes da emissora, a começar pelo diretor artístico, José Mauro. O mesmo aconteceu com outras lideranças da Nacional como o maestro Radamés Gnattali e o cantor e produtor, Henrique Foréis Domingues, o “Almirante”,¹⁰⁹ que possuía a rara capacidade de conseguir juntar diversão com ensinamentos, num tom sempre leve, sem chatear o ouvinte. Como assinalam Saroldi e Moreira,

A eles o novo diretor pediria sugestões de reforços para os quadros da emissora, aceitando a indicação dos nomes dos maestros Lírio Panicali e Léo Peracchi. Ao mesmo tempo, esboçava-se um estilo de administrar baseado no diálogo permanente do diretor com seus funcionários, estabelecendo uma

¹⁰⁹ Considerado “a maior patente do rádio brasileiro”, Almirante primava pela competência, conhecimento e cultura. Sobre ele, assim se referiu Roquette-Pinto: “sem desejar ensinar nada a ninguém, vai ensinando tudo a todo mundo”. Para mais informações, consultar: Cabral (1990).

gerência de departamentos em forma de colegiado, e que distinguiria a PRE-8 das demais. (Saroldi & Moreira, 2005: 56)

Apesar das críticas feitas pela mídia à nomeação de Goulart de Andrade, sua escolha se deu de maneira cuidadosa por parte de Getúlio e dos intelectuais que o cercava. Mesmo nutrindo respeito pela visão de Roquette-Pinto em relação ao rádio educativo, os representantes da Revolução de 1930 viam a realidade de maneira diferente. Percebiam que “a filosofia do rádio educativo não era compatível com os objetivos de uma emissora popular, que visasse a integração nacional” (Saroldi & Moreira, 2005: 49). O rádio tinha condições de ser o instrumento adequado para chegar a todos os quadrantes do Brasil e às mais diversas camadas da população, levando-se em conta inclusive o alto grau de analfabetismo vigente. Para tanto, a emissora, mesmo estatal, precisaria ter liberdade para alcançar esses objetivos, seja em termos de programação, seja em termos de apoio junto ao mercado publicitário. Atitude que liberava o governo de ter que arcar com os custos de manutenção, reequipamento e expansão do veículo.

O modelo da Nacional era diferente de uma rádio estatal. Seus integrantes não eram funcionários públicos, mas regidos pela CLT, que estava começando a ser adotada naquela época. Mas além de uma estrutura jurídica adequada, a emissora precisava de um administrador especial, “alguém em dia com os meios de comunicação e a política em curso, ao mesmo tempo capaz de proteger a iniciativa dos vícios do empreguismo, da burocracia e do desperdício material e humano, eternas pragas tupiniquins” (Saroldi & Moreira, 2005: 50). Nesse ponto, a Nacional teve a sorte de contar com dois nomes que não só demonstraram estar à altura para os desafios, como garantiram inovação e continuidade aos projetos: Gilberto Goulart de Andrade e Victor Costa.

5.2. Rumo à liderança absoluta

A gestão de Gilberto de Andrade, baseada no diálogo e na criatividade, conseguiu, em pouco tempo, desbancar a liderança de audiência que, até então, cabia à Rádio Mayrink Veiga. Foram introduzidas inovações que garantiam autonomia aos funcionários para fazerem novas contratações, ao mesmo tempo em que os deixavam livres para investir os recursos da emissora da maneira que julgassem mais adequada.

Em 1941, era lançada na Rádio Nacional a primeira radionovela no Brasil, “Em busca da Felicidade”. Em seguida, foi a vez de “O Direito de Nascer”. Centenas de novelas se

seguiram a essas, marcando época, forjando hábitos e costumes, despertando polêmicas e, sobretudo, fazendo muito sucesso junto ao público ouvinte. Além de novelas, programas humorísticos, musicais de gêneros diversos, como sertanejo e romântico, a Nacional colocou no ar, em 1941, o Repórter Esso, patrocinado pela multinacional Standard Oil, primeiro noticiário com matérias jornalísticas redigidas especialmente para o rádio, que fazia parte da política de boa vizinhança promovida pelos Estados Unidos na América Latina. Antes de sua estreia no Brasil, o Repórter Esso já havia sido lançado em Nova York, Buenos Aires, Santiago, Lima e Havana. A Nacional foi escolhida para veicular o programa por já ser, nessa altura, líder absoluta de audiência. Liderança que a transformou em uma espécie de “cartão postal sonoro” do Rio e Janeiro, com suas instalações na Praça Mauá ganhando um auditório para 500 lugares, sempre disputadíssimos por populares que queriam ver de perto seus ídolos (Saroldi & Moreira, 2005: 70).

Outra experiência marcante realizada pela Rádio Nacional e precursora de tudo o que veio a ser feito no país em matéria de ensino a distância foi a “Universidade do Ar” (Pimentel, 2004: 36), criada por Gilberto de Andrade, sob a supervisão da Divisão de Ensino Secundário do MEC e dirigida pela professora Lúcia de Magalhães. O programa era voltado para os professores secundaristas de todo o país, tendo como objetivo pedagógico oferecer-lhes uma nova metodologia de apresentação das disciplinas, possibilitando um maior interesse dos alunos pelas matérias, além de bibliografia e formas mais eficientes de verificação de aproveitamento. A aula inaugural da “Universidade do Ar” foi transmitida no dia 19 de abril de 1941, e nesse primeiro ano já contava com quase 5.000 matrículas, divididas entre as disciplinas de Português, História da Civilização, Ciências, Matemática, Geografia, História do Brasil, Francês, História Natural, Inglês, Latim e Estatística Educacional. Os cursos eram oferecidos gratuitamente aos professores de todo o país e, esporadicamente, os participantes recebiam materiais de apoio mimeografados (Pimentel, 2004: 36).

Em 1942, a Rádio Nacional começou a transmitir programas diários em quatro idiomas, fazendo a divulgação da música e do folclore brasileiro lado a lado com a propaganda dos principais produtos do país, a exemplo do café, algodão, borracha e madeira, por meio de uma estação de ondas curtas de 50 KW e oito antenas instaladas pela RCA Victor. No final do ano, ela já era apontada como uma das cinco mais potentes emissoras do mundo (Pimentel, 2004: 98). Entre os colaboradores do Departamento Político-Cultural da emissora, responsável pelo trabalho estavam nomes como Gilberto Amado, Manuel Bandeira

e o próprio Roquette-Pinto. Muito mais do que a divulgação internacional, tinha início por parte da PRE-8 e suas ondas curtas um pioneiro trabalho de integração nacional. Trabalho que desembocou, em 1950, na Rede Nacional de Notícias, um serviço de transmissão em ondas curtas de 17 boletins produzidos diariamente pela PRE-8 e distribuídos por centenas de emissoras e serviços de alto-falantes em 14 estados brasileiros.

No ano seguinte, era lançada a publicação semanal Rádio Nacional - PRE-8, uma relação das transmissões diárias da emissora, permitindo que os ouvintes pudessem saber o horário exato, os artistas e o nome dos responsáveis pela programação. A publicação incluía uma sessão intitulada “A Rádio Nacional ouvida no mundo”, com um resumo das cartas mais significativas enviadas por ouvintes à emissora da Praça Mauá.

Com rapidez, a Nacional foi se transformando em uma rádio diferente, difícil de ser enquadrada pelos parâmetros da época. Não era uma emissora comercial, de olho no lucro e servindo aos interesses de seus proprietários, tivessem eles o nome de nome de Assis Chateaubriand, Paulo Machado de Carvalho ou Ernesto Pereira Carneiro.¹¹⁰ Não era, igualmente, uma emissora educativa, nos moldes pensados e colocados em prática por Roquette-Pinto, por outro lado, não era uma rádio estatal/governamental divulgado apenas informações do interesse do ocupante do poder.

Como ressalta Saroldi,¹¹¹ a Rádio Nacional passa a desempenhar um papel de emissora nacionalista, “além de ser nacional no nome, no sentido de trazer para o público identificações com a sua terra, com usos, costumes das mais diversas regiões do país.” Esse papel associado à política administrativa de Gilberto de Andrade leva Paulo Tapajós, um dos seus principais dirigentes, a definir como “clima estimulante”, o que passa a ser vivido pela emissora. Além da Seção de Estatísticas, visando a quantificar o grau de aceitação e de agrado dos seus programas e artistas, é criado um Arquivo Musical, mais tarde desmembrado para abrigar uma parte específica voltada para a música brasileira, uma tremenda inovação para a época (Aguiar, 2007).

Um dos mecanismos mais eficientes para garantir o sucesso desta política tinha a ver com a seleção de novos valores para a emissora. Tapajós bolou um sistema infalível, “capaz de fazer frente à maré montante do paternalismo e do ‘pistolão’- pragas nacionais tonificadas pelo clima de exceção em vigor na época” (Saroldi & Moreira, 2005: 57). Para os candidatos

¹¹⁰ Assis Chateaubriand era o proprietário da Rádio Tupi que, depois, passou a integrar a cadeia dos Diários e Emissoras Associados; Paulo Machado de Carvalho era o proprietário da Rádio Excelsior e Ernesto Pereira Carneiro, o dono da Rádio Jornal do Brasil. Três emissoras de peso e destaque na época.

¹¹¹ Disponível em <<http://www.radioeducativo.org.br/>> Almirante Saroldi e Paulo Tapajós.

que surgiam em sua sala “com uma carta de apresentação em papel timbrado, ele oferecia a alternativa de uma prova prática, um teste, sempre gravado e ‘ à disposição do senhor Diretor’” (Saroldi & Moreira, 2005: 56).

Outra inovação que fez diferença na Rádio Nacional é que ela, ao contrário das emissoras comerciais, passou a trabalhar com a ideia de programação como um todo, deixando de lado a filosofia que considerava cada programa isoladamente. Antes, se um programa fazia sucesso, era mantido. Se não tivesse rápido retorno comercial, era tirado do ar. Com a nova visão, a Nacional abriu espaço para experimentações e inovações. Como ressalta Tapajós,

Nunca a Rádio Nacional se preocupou - no meu tempo - com a ideia de que o programa tal custa tanto. Ela sempre se preocupou que os programas todos custavam tanto e davam um lucro x. Então a gente podia realizar um programa deficitário que mais adiante a gente faria um programa altamente lucrativo. (Tapajós, Paulo. *Jornal do Brasil, Especial*, 15 de novembro de 1977)

Rapidamente, a Nacional começou a dar lucro. Entre as 13 emissoras existentes no Rio de Janeiro, em 1947, a PRE-8 apresentou um faturamento de 50 milhões de cruzeiros. A Tupi vinha a seguir, com metade desse valor, 24 milhões. A Mayrink Veiga faturava apenas 7,6 milhões e a Continental 6,7 milhões. Em síntese, a Rádio Nacional ficava com cerca de 12 milhões de cruzeiros a mais que a soma de suas principais concorrentes (Aguiar, 2007: 54).

O sucesso da Nacional pode ser medido pelo número de seus ouvintes, pelo seu faturamento, mas também pela quantidade e qualidade dos programas. Entre 1943 e 1945, nada menos do que 116 novelas foram transmitidas, num total de 2.985 capítulos (Saroldi & Moreira, 2005: 104). No nono aniversário da emissora, último em que Gilberto de Andrade esteve à frente dela, os números eram os seguintes:

Irradia 112 horas por semana, ou seja, 6.720 minutos, assim distribuídos os seus programas: música clássica e semiclássica, 300 minutos; programas educativos, 300 minutos; informativos e crônicas, 740 minutos; música variada, 1810 minutos; cultura física, 660 minutos; radioteatro, 960 minutos; música popular brasileira, 740 minutos; programas de auditório, 270 minutos; variedades, 940 minutos. (“Notícia da rádio brasileira”. *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1945, *apud* Saroldi & Moreira, 2005)

A deposição de Vargas deixou claro para Gilberto de Andrade que sua permanência na emissora era questão de tempo. Ele aguardou apenas a indicação do novo dirigente das Empresas Incorporadas à União para solicitar sua demissão. Sua saída da emissora foi assim noticiada pela Folha Carioca:

Já assumiu a direção da Rádio Nacional o coronel Hermenegildo Portocarrero, que, no cargo, substituiu o dr. Gilberto de Andrade. A mudança de direção da primeira emissora do país movimentou os nossos meios radiofônicos, principalmente pela situação de caráter verdadeiramente espinhoso em que se viu envolvido o ex-primeiro dirigente da PRE-8. Sejamos mais claros: transformações das mais diversas e obstáculos dos mais poderosos levaram Gilberto de Andrade à ‘berlinda’... A emissora da Praça Mauá é hoje uma potência a serviço da radiofonia brasileira. É a nossa primeira estação. É onde se faz rádio de verdade, em todos os setores, em todos os campos do *broadcasting*. E a quem devemos isso? Quem, senão Gilberto de Andrade, fez da emissora das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União a rádio mais popular do Brasil? (Nestor de Holanda, “Gilberto Andrade”. Folha Carioca, 27/03/1946 *apud* Saroldi e Moreira, 2005)

Uma explicação para o sucesso da Nacional em termos de público pode ser pensada também a partir da distinção que faz Tude de Souza, entre “rádio educativo” e “rádio instrutivo”.¹¹² “Rádio educativo” poderia ser todo o rádio feito no país, independente de ter um caráter instrutivo ou de ensino. Dessa forma, o mais importante é que toda a programação radiofônica não fosse “deseducativa”, mesmo a transmitida por emissoras comerciais. Já o “rádio instrutivo” ficaria a cargo da Secretaria de Radiodifusão do MEC, dirigida por ele, que utilizava suas ondas sonoras para realizar cursos formais como os de Português, Inglês ou Geografia. A Rádio Nacional, por essa categorização, estaria incluída entre as emissoras “educativas” que “sem desejar ensinar nada a ninguém, vai ensinando tudo a todo mundo.”¹¹³

Mais do que um trabalho profissional de primeira categoria, Gilberto Andrade transformou a Rádio Nacional em uma emissora amada e querida pela população brasileira. A emissora podia ser comparada, pela sua importância e atuação, a uma espécie de BBC brasileira. Foi o profissionalismo de Gilberto Andrade e o sucesso da Nacional que levaram Chateaubriand a convidá-lo para dirigir as emissoras cariocas dos Associados. Como assinala Tapajós (*apud* Saroldi & Moreira, 2005: 109),

O Chateaubriand apanhou o Gilberto porque a Nacional era a grande inveja do Chateaubriand. (...) Não havia da parte de Gilberto nenhuma intenção de destruição da Nacional, inclusive porque aquilo era obra dele. Ele queria era poder se orgulhar de dizer: ‘Eu também fiz a Rádio Tupi’.

Chateaubriand era truculento, mas sabia também ser sedutor quando a situação assim o exigia. Depois de anos criticando Gilberto de Andrade, pelas “ligações com Getúlio”, não se furtou a oferecer-lhe um dos mais destacados cargos em suas empresas, com uma

¹¹² “O escândalo da TV Educativa no Brasil”. Entrevista concedida por Tude de Souza à revista PN (Publicidade e Negócios), de 19 de dezembro de 1960. A revista circulou, semanalmente, nos anos 1950 e parte de 1960. Com o slogan “a revista dos homens que decidem”, ela chegou a ter 29.315 assinantes.

¹¹³ A frase é uma paródia ao que disse Roquette-Pinto sobre o trabalho de Almirante, de quem era grande admirador. Para um aprofundamento sobre o assunto, consultar Cabral (1990).

remuneração régia, como se dizia na época, e mais 2% sobre o faturamento. Outro indicativo de que a Nacional não pode ser reduzida a emissora oficial do getulismo é que resistiu à queda do próprio Getúlio. Ela havia crescido apoiada em uma sólida administração, com salários sendo pagos em dia e seus funcionários recebendo todos os benefícios que, segundo a legislação, tinham direito. Algo quase inédito entre as emissoras do período que pagavam mal, quando pagavam. O trabalho no rádio era considerado “bico” e o próprio Chateaubriand não se cansava de lembrar para quem ousasse reivindicar salário ou salário em dia, que ter o nome divulgado por sua emissora já era o maior pagamento que qualquer um poderia almejar.

Outro exemplo da autonomia reinante na Rádio Nacional é que, na sucessão de Andrade, apesar dos ferrenhos embates políticos no país, o escolhido foi seu ex-assistente-geral, Victor Costa. Ao retornar ao poder, em 1951, Getúlio Vargas confirmou o nome de Victor Costa na direção da emissora, uma escolha que partiu do governo anterior e que privilegiava a competência e a chamada “prata da casa”, descartando ingerências políticas. Costa não conhecia Getúlio. Antes de o político gaúcho tomar posse, foi chamado por ele. Conhecedor da importância que adquirira a rádio que ele mesmo incorporara à União em 1940 foi direto ao assunto:

O senhor sabe que têm 25 candidatos à direção da *Rádio Nacional*? Pois bem, felizmente só tem uma Rádio Nacional no Brasil, senão eu estaria em apuros - disse com bom humor. Mas o meu candidato é o senhor”. (Relato de Victor Costa a seus companheiros, durante reunião no auditório da emissora em 27 de agosto de 1954, *apud* Saroldi & Moreira, 2005)

Costa permaneceu 16 anos na Rádio Nacional e em sua ficha funcional nunca constou que tenha tirado férias. Nunca cobrou posicionamento político dos profissionais da emissora, mas é inegável que lá existiam getulistas “doentes” como o diretor de teleteatro Floriano Faissal. Outros se consideravam nacionalistas. É o caso de Almirante que não permitia palavras estrangeiras em seus programas. “Em vez da palavra *script*, por exemplo, ele botava escrito.” (Costa *apud* Baumworcel, 2004: 35).

5.3. A luta pelo canal de TV

Entre vários projetos ousados, Victor Costa estimulou que a emissora lançasse um selo musical no mercado, a etiqueta Nacional. Pouco depois, era a vez de se começarem as experiências para colocar no ar um canal de televisão. Na visão do seu diretor, o sucesso de

audiência, a competência da equipe de técnicos e artistas e a excelente saúde financeira da empresa eram mais do que suficientes para se pensar em voos mais altos.

No início de 1950, antes mesmo da TV Tupi de Chateaubriand ir ao ar, a Rádio Nacional já “televisionava” dois de seus programas: “Nada além de Dois Minutos” e “Papel Carbono”. Os testes foram feitos, com a TV Nacional ocupando o Canal 4 carioca. Como lembra Renado Murce,

(...) Estávamos nos preparando (domingo à noite) para transmitirmos o nosso programa. Vi o auditório e o respectivo palco serem invadidos por uma porção de máquinas, cabos, refletores etc. Pensei, primeiro, que fosse um filme da Atlântida, mas não. Eram os franceses, de uma empresa cujo nome ignoro, tentando vender uma estação transmissora de televisão à Rádio Nacional. Aquele dia, Victor Costa marcara para o devido teste. (...) A tal empresa providenciou tudo: instalou dois aparelhos na cidade: um na antiga casa ‘A Exposição’, na avenida Rio Branco, esquina de São José; outro, numa ótica, que ficava em frente. (...) O primeiro programa a ser transmitido foi ‘Nada além de dois minutos’, de Paulo Roberto. Seguiu-se ‘Papel Carbono’. Mas a coisa não ‘colou’. Os que assistiram não viram quase nada. As imagens estavam muito brancas. A Rádio Nacional não fez o negócio com os franceses. (Murce, 1976: 58)

A expectativa de que a Rádio Nacional conseguisse efetivamente ocupar o Canal 4 era grande. O assunto circulava nas mais diversas rodas e entre os próprios ouvintes. Ao responder a uma fã, o locutor e radio-ator Celso Guimarães, que ostentava o título de ter sido a primeira voz ouvida através da emissora, chegou a informar que “era pensamento da direção da Rádio Nacional ter a sua própria televisão funcionando no início de 1954” (Revista Radioteatro, nº 49, ano I, dezembro de 1952). Quando Costa deixou a direção da Rádio Nacional, dois anos depois, os novos ocupantes do poder, após o suicídio de Vargas, trataram de arquivar o projeto da televisão.

Arquivamento ao qual se seguiu algo bem mais grave: a tentativa de inviabilizar a própria Rádio Nacional, através de sua transferência para o Ministério da Educação. A deposição de Vargas levou ao poder o ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. A expectativa era de que ele, como interino, cuidasse apenas dos preparativos para a realização das eleições marcadas para o início de dezembro. Dificilmente, alguém poderia imaginar que ele tivesse tempo para ocupar-se da Rádio Nacional. Mas foi exatamente o que aconteceu.

5.3.1 A tentativa de transferir a Rádio Nacional para o Ministério da Educação

Em sigilo e a “toque de caixa”, o governo Linhares preparou um projeto que previa a venda, no prazo de 20 dias, através de concorrência pública, do acervo de A Noite, simultaneamente com a entrega da Rádio Nacional para o Ministério da Educação. Para a

direção e os funcionários da Nacional, o projeto tinha claras motivações políticas e financeiras. Os adversários da emissora, na impossibilidade de fechá-la sumariamente, queriam enfraquecê-la, pelo o que ela representava de prejuízo para a concorrência, mas, sobretudo, por sua firme posição em defesa dos interesses do país e da população brasileira.¹¹⁴

Tão logo tomaram conhecimento de o que se pretendia fazer, uma comissão de representantes da Rádio Nacional procurou o presidente Linhares. Não conseguiram ser recebidos. Decididos a impedir que a emissora fosse parar nas mãos do Ministério da Educação, procuram os dois ministros que poderiam lhes esclarecer o que estava acontecendo: o da Fazenda e o próprio ministro da Educação. No Ministério da Fazenda, esbarram com a intransigência dos assessores de Pires do Rio que, sequer, aceitavam dilatar o prazo da concorrência para que pudessem se habilitar a adquirir a emissora. A reunião no MEC foi mais produtiva. Lá, o próprio ministro, Leitão da Cunha, foi direto ao assunto:

Fiquem certos os senhores de que eu não pleiteei a transferência da emissora de A Noite para o meu ministério. Como a Nacional possui três poderosos transmissores, apenas solicitei do ministro Pires do Rio um deles para substituir o da Rádio Ministério da Educação, que é de potência inferior. O titular da Fazenda, entretanto, declarou-me que eu ficaria com toda a Rádio Nacional e não apenas um transmissor. Ia lavrar o decreto. Recusei terminantemente lembrando-lhe que a Rádio Nacional era uma grande organização, em bases comerciais e com numeroso quadro de funcionários e artistas. Sua transferência para o Ministério da Educação suscitaria problemas muito graves. (Carvalho Neto, 1977: 356)

A deixa para que os funcionários entendessem o que estava acontecendo havia sido dada. A ideia partira do ministro Pires do Rio, que conseguira o aval do presidente interino, tido como “homem fraco”, mais preocupado com a nomeação de parentes e apaniguados. Não por acaso, ele já havia se tornado motivo de chacotas como a que dizia “os Linhares são milhares” (Koifman, 2002: 364-376),¹¹⁵ em referência a essas nomeações. Antes de assumir o cargo de ministro da Fazenda, Pires do Rio que, além de geólogo e economista, se intitulava jornalista, era o principal executivo do Jornal do Brasil. Sua decisão, pelo visto, atendia não só aos interesses do seu patrão, o Conde Pereira Carneiro, como tinha o aval dos principais “barões” da mídia.

¹¹⁴ Outra medida tomada pelo presidente interino José Linhares foi a revogação do decreto nº 7.666, de 22 de junho de 1945, que ficou conhecido como Lei Antitruste ou Lei Malaia. A lei visava a expropriação dos grandes cartéis nacionais e estrangeiros, cuja ação pusesse em risco os interesses do país. A medida, que é considerada uma das razões que levaram à queda de Vargas, causou grande repercussão e foi duramente criticada pelos “barões” da imprensa.

¹¹⁵ Cf. biografia de José Linhares *in* Wikipédia, enciclopédia livre <http://pt.wikipedia.org/wiki/José_Linhares>.

A vitória de Dutra para a presidência da República, apoiado pela coligação PSD-PTB, sobre o candidato opositor Eduardo Gomes, da UDN, funcionou como uma espécie de freio para os adversários de Vargas. Dutra tinha sido ministro da Guerra do ex-presidente e, por mais que os tempos tivessem mudado, não eram exatamente os inimigos de Vargas que chegavam ao poder. Ao contrário. Eles haviam sido derrotados nas urnas. Antes mesmo da posse de Dutra, três membros da Comissão dos funcionários foram procurá-lo para expor o que se tramava contra A Noite e a Rádio Nacional, solicitando-lhe a suspensão da estranha concorrência.

Depois de pedir um dia para pensar, sua resposta foi positiva:

A Noite não será mais vendida. Conversei com o presidente Linhares, ele concordou comigo e, na minha presença, telefonou para o ministro Pires do Rio, mandando cancelar a concorrência... Vocês deverão ir agora ao ministro da Fazenda ouvir dele próprio a decisão do presidente Linhares. Podem dizer-lhe que vão da minha parte. (Carvalho Neto, 1977: 366)

De Pires do Rio, os funcionários ouviram apenas um lacônico: “os senhores venceram. A empresa não será mais vendida” (Carvalho Neto, 1977: 366).

A posse de Dutra foi marcada por enorme expectativa da direção e dos funcionários da Rádio Nacional. O nomeado para a superintendência das Empresas Incorporadas à União coronel Leony Machado os surpreendeu positivamente. Além de não alterar o quadro de pessoal, anunciou e cumpriu a promessa de que não contrataria novos funcionários em sua gestão, numa referência nada sutil a Linhares. O coronel Leony também se mostrou simpático à ideia de entregar a empresa à administração dos próprios funcionários.

Sete meses após assumir o governo, Dutra baixava o decreto-lei nº 9610, de 19 de agosto de 1946, autorizando o Ministério da Fazenda a dar em locação à sociedade anônima que viesse a ser organizada pelos empregados de A Noite e da Rádio Nacional, os bens móveis e imóveis descritos no referido decreto. Os demais artigos estabeleciam o prazo de 15 anos para o arrendamento, com opção de compra pelos arrendatários durante os próximos 10 anos. O ato de Dutra foi motivo de comemoração pelos funcionários da Rádio Nacional que, além de responsáveis por uma programação de sucesso e com grande retorno financeiro, estavam prestes a se tornarem seus proprietários, através de um projeto de inegáveis cores socializantes. As manifestações de apoio da população à proposta contribuíram para que a mídia comercial não apresentasse restrições à medida.

Pelo decreto, a nova sociedade seria composta por todos os funcionários da Rádio Nacional, que se tornariam seus acionistas, tendo por base o tempo de serviço e o valor do salário. As ações seriam amortizadas em longo prazo, com os empregados continuando a

gozar dos direitos que lhes eram facultados pelas leis trabalhistas e previdenciárias. A medida constituía-se em um avanço e tanto. O capital para início e manutenção das atividades da nova sociedade estava garantido “por contratos de publicidade que a rádio já tinha acertado com empresas idôneas, cujos nomes seriam divulgados no momento oportuno” (Saroldi & Moreira, 2005: 155).

Os tempos foram se passando, o governo Dutra se aproximava do final sem que o decreto fosse regulamentado. A estranha demora preocupava, mas a iminência da volta ao poder de Getúlio, pelo voto popular, de alguma forma tranquilizava os funcionários. Getúlio retornava com propostas ainda mais nacionalistas do que antes, como a defesa do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobras.

Num primeiro momento, Getúlio parecia disposto a enfrentar o cerco que a mídia preparava contra ele. Estimulou a criação do jornal Última Hora, de Samuel Wainer, e destinou canais de TV educativos para várias entidades na capital federal, Rio de Janeiro. Um deles coube à Rádio Roquette-Pinto que não conseguiu colocá-lo no ar, devido às articulações de Chateaubriand descritas no capítulo anterior. A expectativa de que o Canal 4 fosse destinado à Rádio Nacional era enorme, mas o escândalo que os Associados criaram em torno da Última Hora levou Getúlio a recuar, temendo por mais lenha na fogueira.

O aguçamento da disputa político-partidária, que culminaria com o suicídio do político gaúcho três anos e meio depois, inviabilizou a permanência de Victor Costa no cargo. Acusado pela oposição de colocar os microfones da emissora a serviço do getulismo, ele não seria perdoado pelo jornalista Carlos Lacerda e pelos militares que compunham a chamada “República do Galeão”¹¹⁶ por ter divulgado a carta-testamento de Vargas minutos após o suicídio do presidente.¹¹⁷ Do lado das emissoras comerciais, a cobertura daqueles dias de crise também era intensa. Na Rádio Globo, Roberto Marinho havia franqueado os microfones para que Carlos Lacerda fizesse campanha aberta contra Getúlio. Os ataques de Lacerda eram

¹¹⁶ Inquérito militar dirigido por integrantes da FAB com o objetivo de apurar a participação de pessoas ligadas a Getúlio Vargas no atentado que feriu o jornalista Carlos Lacerda, um dos principais adversários de Getúlio, e matou o jovem oficial da aeronáutica, Rubem Vaz, que fazia sua segurança. Lacerda acusou os “homens do Palácio do Catete” como mandantes do crime.

¹¹⁷ Preocupado com a rápida deterioração do quadro político, Costa cria um esquema de plantão de notícias na Rádio Nacional. O responsável pelo plantão foi Herón Domingues, que se muda para a emissora, passando a ter até mesmo uma cama para dormir mais próximo possível ao microfone. Ele era auxiliado por mais dois profissionais da emissora. Tão logo Costa foi informado da morte de Getúlio, avisou a Domingues que deu a notícia em primeira mão, lendo, em seguida, a carta testamento de Vargas. Os demais jornais e rádios da época, que violentamente vinham criticando Vargas, souberam de sua morte pela Rádio Nacional. Alguns desses veículos sofreram invasão e por pouco não foram depredados diante da revolta popular que, rapidamente, no entanto, se transformou apenas em dor.

duríssimos e em função disso ele quase foi linchado pela população, quando a Nacional passou a divulgar a carta-testamento de Getúlio.

De acordo com o jornalista José Augusto Ribeiro (*apud* Baumworcel, 2004: 54) em meados dos anos 1950, o rádio acabou estabelecendo um padrão e tudo começou a girar em torno dele e das repercussões que divulgava:

Muitos acontecimentos se estendiam pela madrugada e os jornais ficavam defasados em relação ao rádio que só saía do ar à meia noite. As emissoras gravavam ou transmitiam as reuniões da CPI que investigava o caso do financiamento do Banco do Brasil para a Última Hora e quando houve o atentado contra o Lacerda, ele já falava, na Rádio Globo, toda noite, sem limite de tempo, atacando Getúlio, enquanto que a Rádio Nacional não tomou uma posição de combate. Quem mais defendeu o governo foi o Eloi Dutra, que eu acho que nem era jornalista...

A Rádio Nacional, ao contrário do que assinala a história tradicional, não se transformou numa tribuna em defesa do governo Vargas. A emissora vivia vários paradoxos. Um desses era ter a multinacional Standard Oil financiando seu noticiário, o “Repórter Esso”. A mesma multinacional que teve seu prédio, no Rio de Janeiro, atacado pelos “órfãos” de Getúlio, indignados contra os “decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais...”, como dizia a carta-testamento.

5.3.2. Ameaças de Chateaubriand e a concessão do Canal 4 para Roberto Marinho

A chegada de Juscelino Kubitschek à presidência da República envolve o Brasil em uma onda de otimismo, sintetizada pelo *slogan* que anunciava que o país iria se desenvolver “50 anos em 5”. Animada, a direção da Rádio Nacional entende que era hora de voltar a pleitear o canal de televisão. A situação da emissora era excelente. Em 1955, ano anterior à posse de Juscelino as receitas alcançavam 87 milhões e 600 mil cruzeiros, com o faturamento previsto para o ano seguinte na casa dos 100 milhões de cruzeiros (Saroldi & Moreira, 2005: 146). O prestígio também se refletia na correspondência recebida. Naquele ano, a emissora registrou a chegada de 1.240.036 cartas de ouvintes, um recorde absoluto para a época (Idem).

Depois de meses preparando estudos técnicos e financeiros, comprovando capacidade para lançar a TV, eles foram encaminhados a Juscelino a quem, como chefe do Executivo, caberia a última palavra. Dentro da emissora, entre os artistas e junto ao público era enorme a expectativa que a líder de audiência passasse a contar também com uma televisão.

Nora Ney (*apud* Rocha, 2007), uma das cantoras de maior destaque na época, recorda-se do assunto, envolto em muita expectativa e, depois, em igual frustração:

Sabíamos que a televisão chegava, ainda que devagar, para ficar, e que tudo mudaria. Por isso mesmo, todos queriam entrar na TV. Para nós, da Nacional, era mais fácil perceber que o jogo não corria a nosso favor, basta lembrar a TV Nacional, que nunca saía.

Ao tomar conhecimento do projeto preparado pela direção da Rádio Nacional, Chateaubriand ficou possesso. Se como rádio, a Nacional já lhe tirava o sono, não era difícil imaginar o estrago que uma televisão do mesmo grupo poderia causar aos seus empreendimentos. Como a Rádio Nacional era muito querida e ele não pretendia se indispor com os ouvintes, passou a agir diretamente sobre Juscelino para que a televisão não saísse do papel. Enquanto a Rádio Nacional fazia o que podia para obter a almejada concessão, Chateaubriand atuava em sentido contrário.

A julgar pelas palavras do dirigente da Rádio Nacional em 1956, Moacyr Arêas (*in* Domingues, 1956), a questão, naquele momento, já estava praticamente decidida por Juscelino. Na publicação comemorativa dos 20 anos da emissora, ele anunciava:

Então, meus amigos, o assunto que marca esse salto para o futuro é a televisão. O presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em memorável despacho de 18 de julho de 1956, acertou definitivamente os rumos da Nacional-TV. Muito cedo, nos próximos meses, os receptores da capital da República e adjacências estarão assinalando a existência do Canal 4, onde se estampará a imagem da nossa TV... Com essas notícias creio encerrar este livro com um fecho de ouro, pois eles levarão alegria e entusiasmo a este generoso público que sempre apoiou a Rádio Nacional.

Além de dirigente da Rádio Nacional, Arêas acumulava a direção da TV Rio, fato que revestia suas palavras de absoluta credibilidade. Certa de que obteria o canal, a rádio tratou de importar os equipamentos necessários à instalação da TV. Em poucos meses, eles chegavam ao Rio de Janeiro, mas, para surpresa dos funcionários, não ficaram lá. Seguiram para Brasília, a cidade que estava sendo construída para abrigar a nova capital da República. Pouco depois, o diretor-substituto do Departamento de Radiojornalismo da PRE-8, Leoney Mesquita, era designado para responder pela montagem da TV e da Rádio Nacional de Brasília.

A rádio foi inaugurada em 1958. Sua montagem durou apenas quatro meses. A TV Nacional de Brasília entrou no ar no dia da inauguração da nova capital, 21 de abril de 1960, e acabou não utilizando grande parte do material que havia sido importando. Para indignação e tristeza de muitos funcionários, como relata Murce os equipamentos permaneceram encaixotados até 1976 (Aguiar, 2007: 12). A emissora de televisão, na nova capital, não

preocupava Chateaubriand. Fora do Rio de Janeiro o seu funcionamento seria extremamente dificultado. Juscelino acabou “esquecendo-se” da promessa feita à Rádio Nacional e destinou o Canal 4, do Rio de Janeiro, a Roberto Marinho.

O ator e escritor Mário Lago (1977) que, por vários anos, atuou na Rádio Nacional, registra em seu livro de memórias a ameaça direta feita por Chateaubriand a Juscelino. De acordo com Lago, Chateaubriand estava viajando com Juscelino e aproveitou a oportunidade para tentar demovê-lo da “loucura” que considerava ser a Rádio Nacional ter um canal de televisão.

Entre os sorrisos de clichê o presidente lhe fez ver que já tinha empenhado a palavra, não podia recuar agora, e o velho guerreiro não teve papas na língua: ‘Se Vossa Excelência der o canal de televisão à Nacional, jogo toda a minha rede de rádio, imprensa e televisão contra o seu governo’ (Lago, 1977: 75)

A maioria dos que tinham conhecimento desse episódio evitava abordá-lo publicamente. A truculência de Chateaubriand e o peso dos Associados os obrigavam a ter cautela: afinal eram 43 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 emissoras de TV, uma agência de notícias, a revista semanal *O Cruzeiro*, 10 revistas infantis e uma editora, além de laboratórios farmacêuticos e investimentos agropecuários. Nos anos seguintes, vários profissionais da Rádio Nacional foram trabalhar na própria TV Tupi e, depois, na TV Globo, fazendo com que um de pacto de silêncio acabasse envolvendo o assunto.

Os problemas que Dias Gomes havia enfrentado, anos antes, serviam de alerta sobre o que poderia acontecer com quem criticasse ou desafiasse o “capitão”. Ao fazer uma brincadeira no programa “A vida das palavras”, da Rádio Tupi, no qual satirizava o espírito da Conferência de Quitandinha,¹¹⁸ durante a qual os Estados Unidos propuseram uma espécie de tutela aos países latino-americanos, Dias Gomes teve sua demissão pedida pelo cônsul dos Estados Unidos no Brasil e só “anonimamente” pode voltar a trabalhar nos Associados.

Logo que ouviu o programa, o cônsul dos Estados Unidos ligou para o Assis Chateaubriand pedindo a minha cabeça. E, assim, fui imediatamente emitido. Tentei ir para outra emissora e não consegui. (...) Em 1953, a TV Tupi era a única emissora de televisão no Rio de Janeiro e estava engatinhando. (...) Os autores, os escritores dos programas, não eram contratados como acontece hoje. Eles ganhavam um cachê pelo que escreviam. Então, eu ficava em casa assistindo aqueles programas e escrevia peças para teatro e shows. Quando terminava de escrever, três pessoas de minha confiança assinavam os textos e os levavam para a TV Tupi. Lá negociavam o preço e traziam o cachê. E, assim, anonimamente, trabalhei durante um ano na televisão. (Gomes *in* Matos, 2005: 76)

¹¹⁸ Conferência Interamericana de Petrópolis, realizada no Hotel Quitandinha, em agosto de 1947.

Outra arma intensamente utilizada por Chateaubriand para quem não rezasse por sua cartilha eram as “listas negras”, cujos integrantes jamais deveriam ser mencionados pelos Associados. Agindo assim, acreditava que poderia minimizar a existência de pessoas e de ideias das quais discordava. Foi isso, aliás, o que fez com o Prêmio Roquette-Pinto. Idealizado pelo locutor e apresentador Blota Júnior, o prêmio foi criado em 1950, em homenagem ao pioneirismo de Roquette-Pinto, e destinado aos destaques do rádio em São Paulo. Com a chegada da televisão, passou a contemplar, também, os profissionais do novo veículo. Em 1952, data da primeira edição incluindo a televisão, todos os vencedores eram da Tupi, então a única emissora. Roquette-Pinto também foi contemplado, na categoria “Menção Honrosa”. Os veículos Associados não divulgaram uma linha, sequer, sobre o assunto. Nos anos seguintes, a premiação passou a ser exibida pelas TVs Record e Paulista. Mesmo com os profissionais dos Associados vencendo em várias categorias, continuou ignorado por Chateaubriand e por seus veículos.¹¹⁹

Almirante, cujo compromisso maior foi com a música popular brasileira, teve o cuidado de nunca falar sobre esse espinhoso assunto. Afinal, ele entrou e saiu da Rádio Nacional várias vezes, oportunidades em que trabalhou na Rádio Tupi, na Rádio Record de São Paulo e na própria TV Globo (Série *Rádio Lido*. Programa “No tempo de Almirante”, Arquivo Rádio Nacional, 09/07/2009) e, onde quer que estivesse, sempre procurou fazer o melhor em prol da cultura brasileira.

Outros profissionais acabam assimilando o “espírito” dos Associados. O caso de José Mauro é emblemático. Depois de trabalhar anos a fio na Nacional, na qual chegou a diretor artístico, um dos cargos mais cobiçados, transferiu-se em 1972 para os Diários Associados. Lá, antes de tornar-se diretor-geral para rádios, foi diretor-geral da TV Tupi. Curiosamente, ao dar seu depoimento para a história da Rádio Nacional,¹²⁰ não faz qualquer menção à emissora de TV inviabilizada por Chateaubriand. Sua memória igualmente não registra nada envolvendo as investidas dos veículos comerciais e de seus donos contra a Rádio Nacional.

¹¹⁹ A primeira entrega do Troféu Roquette-Pinto aos profissionais da televisão ocorreu em 16 de dezembro de 1952, sob a organização da Associação dos Cronistas Radiofônicos do Estado de São Paulo. Os agraciados, todos da TV Tupi, foram: Dionísio Azevedo, Cassiano Gabus Mendes, Lima Duarte, Lia de Aguiar, Walter Stuart, Francisco Alves e o próprio Edgard Roquette-Pinto, na categoria de menção honrosa. Em 1971, a TV Record decidiu suspender a premiação, voltando a realizá-la somente em 1978. A partir de então, a premiação, além do rádio e da televisão, passou a ser entregue também aos profissionais da indústria, da publicidade e da educação. A última edição do prêmio Roquette-Pinto aconteceu em 1982.

¹²⁰ A íntegra do depoimento de José Mauro pode ser acessada através do site <<http://www.collectors.com.br/depoimentos>>.

Durante os cinco anos da presidência de Juscelino, desapareceram quaisquer iniciativas voltadas para uma televisão não comercial, comprometida com a educação e a cultura, em que pese tenha chegado a elaborar uma espécie de Lei de Responsabilidade da Imprensa, desistindo, na última hora, de enviá-la ao Congresso Nacional.¹²¹ Aos poucos, para contrapor-se a Chateaubriand, Juscelino buscou a simpatia de homens como Roberto Marinho e Paulo Bittencourt, príncipes da grande imprensa que haviam combatido Getúlio com ferocidade. Ao não conceder um canal de TV para a Rádio Nacional, Juscelino também melhorou, em muito, seu relacionamento com o dirigente dos Associados, que, naquele momento, não identificava em Roberto Marinho um concorrente.

Chateaubriand encarnava o que havia de mais atrasado, o que resistia a abrir mão de privilégios, o que tentava ignorar a mudança, mesmo uma mudança lenta como a experimentada pela sociedade brasileira de então. Seus veículos de comunicação, até os mais modernos como a TV, apontam para isso. Ele se encantou com a novidade, conseguiu implantá-la no país, mas jamais se preocupou com o interesse do público ou o tipo de programação que colocaria no ar, desde que estivesse de acordo com seus interesses comerciais e políticos. Interesses cada dia mais indissociáveis. Como assinala Wainer,

Alguns de seus parceiros na aventura dos Associados costumam apresentá-lo como responsável por uma revolução na imprensa brasileira. De fato, Chateaubriand fez coisas relevantes - importou a primeira rotogravura utilizada no país, comandou publicações que ajudaram a fazer história, implantou a primeira emissora de televisão. Mas é um equívoco encará-lo como revolucionário: Chateaubriand, ao contrário, retardou em algumas décadas a evolução da imprensa nacional. Ele era o atraso. (Wainer, 1996: 106)

Em se tratando das TVs educativas ou de TVs em bases não estritamente comerciais, esse atraso pode ser calculado em números: 15 anos. Tempo em que atuou contra a TV sonhada por Roquette-Pinto e, depois, contra a emissora planejada pela Rádio Nacional. Roquette-Pinto, Fernando Tude de Souza, Renato Murce e Victor Costa, os quatro principais batalhadores em prol dessas emissoras, encarnavam o compromisso com o novo. Mesmo partindo de um pressuposto “iluminista” ao enfatizarem o papel educativo dos meios de comunicação, visavam a ruptura com uma sociedade baseada em privilégios e apostavam no

¹²¹ Entre os 1.500 documentos que constam do livro a ser lançado proximamente por Luis Fernando Freire, filho do senador Vitorino Freire, amigo do presidente Juscelino Kubitschek, sobre seu pai, consta uma carta enviada pelo então líder do governo no Senado, Filinto Muller, datada de setembro de 1956. Na carta, Filinto informa a Freire que, em reunião com o alto comando político do governo, JK havia decidido enviar ao Congresso, uma mensagem com o anteprojeto de uma Lei de Responsabilidade da Imprensa. De posse da informação, Vitorino foi para a tribuna e disse que ‘toda tentativa de calar a imprensa volta-se com razão, violentamente, contra o governo, que só deve ter medo dos jornais se tiver duvidosas contas a prestar’. A iniciativa foi esquecida (Gaspari, Elio. “A doutora Dilma detonou o mensalão 2.0”. Folha de S. Paulo, 05/08/2012).

desenvolvimento social a partir do trabalho e das oportunidades que fossem oferecidas a todas as pessoas. Viam no rádio e na TV veículos para diversão e entretenimento, mas não abriam mão do compromisso social. O destino desses quatro pioneiros não deixa de evocar aquilo que Farge (2011) denomina de “sofrimento”, que não pode ser afastado quando se avalia um período histórico. Afinal, o sofrimento é também um dos elementos que o constitui.

De 1951 a 1954, Roquette-Pinto manteve uma coluna no *Jornal do Brasil*, última trincheira no qual discutia aspectos de seus estudos sobre antropologia e dialogava com figuras como o historiador Capistrano de Abreu e o antropólogo Gilberto Freyre, entre outros nomes ilustres. A coluna era também o espaço em que fazia referência à atuação de seus pares nos programas de rádio, dedicados à educação e à cultura. Foi a maneira que encontrou para manter acesa a chama de uma comunicação não comercial. Faleceu em outubro de 1954, vítima de um derrame, poucos meses depois do suicídio de Getúlio.

Discípulo e amigo de Roquette-Pinto, o jornalista e médico Fernando Tude de Souza o sucedeu na direção da Rádio MEC. Ele foi das poucas vozes que se levantaram publicamente contra o que aconteceu com a emissora de TV pretendida pela Rádio Roquette-Pinto. Em entrevista à revista *PN (Publicidade e Negócios)* (“O Escândalo da TV Educativa no Brasil”. Entrevista de Tude de Oliveira, *Revista PN*, 19/12/1960), contou em detalhes essa história, numa denúncia que, na época, não teve a devida repercussão.

Desiludido com os rumos da Rádio Nacional, Victor Costa mudou-se para São Paulo, onde deu início a um importante trabalho como empresário na área de comunicação. Com sua morte, em 1959, parte de suas empresas foram adquiridas pelas Organizações Globo.¹²²

Já Renato Murce, que ingressou na Rádio Nacional nos anos de 1930, depois de uma rápida passagem pela Rádio Transamérica, voltou para a Nacional, onde, em meio a muita desilusão, se aposentou. Lá, foi responsável por alguns dos maiores sucessos da emissora, seja como ator, redator de programas humorísticos ou apresentador de programa de calouros, como “Ilustre Desconhecido”, que marcou época. Entre os nomes de artistas revelados por

¹²² Victor Costa (seu nome verdadeiro era Victor Petraglia Geraldini) deixou a Rádio Nacional em 1954 e foi para São Paulo, onde se tornou empresário da comunicação. Adquirindo ou montando emissoras de rádio e TV pelo país, fundou a Organização Victor Costa, grupo que viria competir num mercado dominado pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e pelas Emissoras Unidas, de Paulo Machado de Carvalho. A OVC chegou a ser o segundo grupo de comunicação no Brasil, tendo à frente apenas as empresas de Chateaubriand. Com sua morte, em 1966, as Organizações Globo incorporaram boa parte da OVC: a TV Paulista transformou-se na TV Globo de São Paulo, a Rádio Nacional Paulista é hoje a Globo AM, a Rádio Excelsior é a CBN e a TV Bauru virou TV Globo Centro-Oeste Paulista (atual TV Tem). *Quem é quem no Brasil*. Biografias (vol. 6). Sociedade Brasileira de Expressão Comercial. São Paulo (1961: 165), e Morgado (2008: 77-79).

ele estão Dóris Monteiro, Alaíde Costa, Ângela Maria, Baden Powell, Chico Anysio e um tímido rapaz de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, chamado Roberto Carlos.

5.4. O declínio e o legado da Rádio Nacional

Durante o governo de Juscelino, a Nacional, além de não conseguir colocar no ar seu canal de televisão, passou a enfrentar problemas decorrentes do déficit que as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União começaram a apresentar no setor editorial e gráfico. O breve governo de Jânio Quadros reacendeu nos funcionários a esperança que pudessem, finalmente, assumir o controle da emissora. O seu novo diretor, Arnaldo Nogueira, chegou a viajar a Brasília em busca de apoio do presidente para cortar os laços com a Superintendência das Empresas Incorporadas e recebeu um “de acordo” de Jânio. A renúncia do presidente da República veio mudar o rumo dos acontecimentos não só para a Rádio Nacional.

Em meio a dívidas que não eram de sua responsabilidade, a Nacional ainda conseguiu caminhar até 1964. Depois do golpe civil-militar, ela se viu mergulhada numa mudança de diretores com uma velocidade tamanha que não deixou de impressionar a todos que participaram de sua trajetória. Como assinala Murce:

(...) De vez em quando, a gente chegava na rádio e encontrava um movimento desusado de pinturas de salas, mudanças de móveis e escrivaninhas, daqui pra lá e de lá pra cá. Não era preciso perguntar: era o diretor-geral novo que chegava para ocupar o lugar do outro inepto que saía. (Murce, 1976: 79)

A Rádio Nacional não ficou imune à radicalização que tomava conta do país, com os “entreguistas” travando batalhas em praça pública e, sobretudo, através da mídia, contra os “nacionalistas” e “esquerdistas”. Enquanto os Associados e a mídia comercial colocavam-se contra o monopólio estatal do petróleo, a Rádio Nacional abria espaço para os defensores da campanha “O Petróleo é nosso” e realizava debates envolvendo a importância da criação da Petrobras. Dentro da Nacional, no entanto, havia quem acreditasse que o Brasil, com João Goulart, rumava para o socialismo e que a solução era a deposição do presidente. César de Alencar, um dos grandes nomes da emissora, pensava assim. Tanto que não só conspirou pela derrubada de Jango, como, juntamente com Hamilton Frazão e Celso Teixeira, denunciou vários de seus colegas como “subversivos” (Saroldi & Moreira, 2005: 165-175). Não é difícil imaginar o clima que passou a imperar na PRE-8. Clima que, somado à falta de recursos e a direções ineptas, explica o seu declínio.

Autores como Saroldi e Moreira (2005) e Aguiar (2007) atribuem o declínio da Rádio Nacional ao surgimento da televisão no Brasil (leia-se a TV Tupi, de Chateaubriand), que teria provocado a migração de profissionais, astros e estrelas para o novo veículo. Que em meados dos anos de 1950, a maioria dos artistas do rádio já percebia a importância que a televisão iria representar, é inegável. Mas os integrantes do *cast* da Rádio Nacional que foram para a TV Tupi, o fizeram, em sua maioria, por falta de opção diante da atitude de Juscelino Kubitschek ao adiar a autorização para o funcionamento do Canal 4, o que não só os desestimulava como deixava a emissora em situação difícil diante dos concorrentes e do próprio mercado publicitário. Atitude que tem muito mais a ver com disputas políticas que remontam aos idos de 1930, atravessam os dois governos Vargas e desembocam no golpe de 1964, do que com uma suposta competência das demais emissoras de televisão nascentes.

Por tudo isso, não há como definir a Rádio Nacional apenas como uma emissora estatal ou oficial. Ela colocou o radialismo no Brasil em um patamar muito diferente do praticado pelas emissoras comerciais. Ao criar uma programação de indiscutível qualidade e enorme apelo popular, conseguiu mostrar que diversão, educação e cultura não se excluem. Conseguiu provar, igualmente, que programação de qualidade dá retorno financeiro.

A Nacional foi também um verdadeiro celeiro de ideias e talentos dos quais se valeram as emissoras comerciais, quando o seu declínio ficou evidente. Grande parte dos shows e programas que marcaram época na TV Tupi e mesmo na TV Globo começou lá, como “Balança mais não cai” ou foram inspirados em suas atrações, a exemplo dos “Casos do Manduca”, que deram origem à “Escolinha do Professor Raimundo”. Arêas, que dirigiu simultaneamente a Rádio Nacional e a TV Rio, afirmava que se tivesse ido ao ar, a TV Nacional não teria deixado espaço para a TV Globo (Arêas, 1956). Ele não se refere apenas ao Canal 4, prometido para ela e que foi parar nas mãos de Roberto Marinho. Com uma TV nos moldes da planejada pela Rádio Nacional, as chances de emissoras estritamente comerciais assumirem as proporções que alcançaram no Brasil seriam em muito reduzidas.

É importante assinalar ainda que a Nacional conseguiu, num período em que não havia micro-ondas e nem satélite, integrar o país através de noticiários e de uma variada programação. Some-se a isso que a emissora levou, por vários anos, informação e cultura sobre o Brasil a diversas partes do mundo. O que só voltou a se repetir em 2010, com a criação da TV Brasil Canal Internacional.¹²³ E mesmo tendo transcorrido mais de cinco

¹²³ As transmissões da TV Brasil Internacional tiveram início em maio de 2010, alcançando inicialmente 49 países africanos. Em seguida, passou a ser transmitida para inúmeras TVs a cabo na América Latina. A emissora

décadas entre a iniciativa da Rádio Nacional e a da TV Brasil, a notícia da criação do Canal Internacional foi recebida com críticas e ironias muito semelhantes às utilizadas no passado pelos adversários das emissoras não comerciais.¹²⁴

Os tempos mudavam, mas a determinação das TVs Comerciais não se alterava. O surgimento tardio de TVs Educativas no Brasil e a guerra que lhes moveu Roberto Marinho, tema do próximo capítulo, é a continuação dessa história através de outros personagens.

também já está presente em Portugal, nos Estados Unidos e no Japão (Cf. <<http://www.ebc.com.br/tv-brasilinternacional/quemsomos>>. Acesso em 11/03/2010).

¹²⁴ O jornal O Estado de S. Paulo, publicou em 08/03/2010, matéria criticando a iniciativa, com o título de “TV Lula lançará canal para brasileiros no exterior”, assinada por Wilson Tosta.

CAPÍTULO 6

ROBERTO MARINHO VERSUS TVS EDUCATIVAS: DOIS EXEMPLOS DE MODERNIDADE À BRASILEIRA

Em julho de 1957, o presidente Juscelino Kubitschek aprova a concessão de um canal de TV para a Rádio Globo. Em 30 de setembro, o Conselho Nacional de Comunicação publica decreto através do qual a TV Globo Ltda. passava a ter a concessão do Canal 4, do Rio de Janeiro, o mesmo que quase chegou a ser da Rádio Nacional. A emissora não entrou no ar imediatamente. Em 1962, assina contrato com o grupo norte-americano Time-Life e é subvencionada por milhões de dólares. Tem início uma escalada que a levará a TV Globo, com o apoio do capital norte-americano e dos vitoriosos com o golpe de março de 1964, à liderança em termos de audiência e de faturamento. Liderança que, para ser alcançada e mantida, implicou não medir esforços contra quem quer que fosse identificado como empecilho aos seus interesses.

Neste capítulo serão abordadas duas importantes batalhas nessa guerra que a Globo passa a mover contra todos que considerava seus concorrentes reais ou possíveis. Batalhas que integram a 1ª e a 2ª fases de tentativa de crescimento das TVs não comerciais no país. A primeira aconteceu no início da década de 1980 e a segunda se deu a partir de 1987. Para entendê-las, é necessário retomar a história da televisão no Brasil, com ênfase na trajetória das emissoras educativas. O que será feito através de documentação inédita,¹²⁵ que comprova os métodos nada republicanos de atuação das Organizações Globo.

6.1. A mídia comercial e o enfraquecimento das instituições

O início da década de 1960 marcou o recrudescimento, em termos internacionais, da Guerra Fria, em decorrência da vitória da revolução cubana. No Brasil, o clima reinante era de polarização político-ideológica, pois o país se encontrava no campo de influência dos Estados Unidos e enfrentava muitas pressões. Na visão dos Estados Unidos, uma possível vitória da esquerda aqui poderia comprometer todo o destino da América Latina. A renúncia de Jânio Quadros, depois de apenas nove meses de governo, e a chegada ao poder de seu vice, João Goulart, elevou a temperatura política. Os ministros militares haviam tentado

¹²⁵ Parte desses documentos integra o arquivo pessoal do professor Murilo César Ramos que, em 1985, ocupou o cargo de decano de Extensão em exercício da UnB, a quem agradeço pela gentileza de cedê-los para esta pesquisa.

impedir a posse de Jango como presidente. Não conseguiram, mas a adoção do parlamentarismo foi uma espécie de solução de compromisso para que pudesse assumir. No ano seguinte, 1962, haveria eleições, com a população indo às urnas para escolher os ocupantes da maioria dos cargos públicos, desde o Congresso Nacional até executivos estaduais e municipais. Naquele ano, se ampliaram, também, as divergências entre o governo brasileiro e o norte-americano, sobretudo a partir da aprovação da nova Lei de Remessa de Lucros.¹²⁶

A grande mídia apontava Jango como conduzindo o país para o comunismo. De todos os empresários do setor, Chateaubriand era o mais duro ao combatê-lo. Esses empresários, independentemente da modalidade de mídia em que atuavam, amparavam-se em favores gerados no seio do Estado para consolidarem suas empresas. Inexistiam políticas públicas específicas para as telecomunicações e para a radiodifusão. A maioria das operadoras de telecomunicações era estrangeira e o país não dispunha de quadros nacionais de dirigentes e/ou técnicos, o que, conforme assinala Lima (2012) acabou conduzindo a uma importante aliança entre os setores militares e os empresários da radiodifusão. Aliança que caracterizou boa parte do período autoritário (1964-1985).

É nesse clima que foi aprovado, pelo Congresso Nacional, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). O Código era fruto de nove anos de negociações que refletiam os entendimentos entre militares, estudiosos de telefonia e transmissão de dados, civis, mas, principalmente, de empresários com interesses no setor. Exatamente por isso, o CBT era impreciso em relação a vários aspectos, sobretudo em se tratando dos critérios para distribuição de concessões de rádio e TV, a punições de eventuais infrações, além de não estipular limites rígidos para diferentes formas de preenchimento de frequências. Foram essas imprecisões que levaram Goulart a fazer 52 vetos ao Código, provocando indignação entre os empresários do setor. Na mensagem nº 173, de 27 de agosto de 1962 e publicada no Diário do Congresso em 5 de setembro, Goulart fazia a defesa dos vetos e, em sua essência, do papel do

¹²⁶ A Lei de Remessa de Lucros foi apressada por conta da queda de braços travada entre o Brasil e os Estados Unidos em função de conflitos com empresas norte-americanas de energia elétrica e de comunicações. Empresas que, na avaliação de Jango, e também dos setores nacionalistas e de esquerda não atendiam às necessidades da população e do desenvolvimento brasileiro. Quando a lei foi aprovada, em 1961, Jango resolveu nem vetá-la, nem sancioná-la. Não se sentia suficientemente forte para tanto. Deixou o prazo correr esperando a Mesa do Congresso Nacional promulgá-la. E somente a regulamentou após a aprovação do retorno ao presidencialismo, em 1963. O decreto de regulamentação, de número 53.451, foi assinado em 2 de janeiro de 1964. A exemplo de o que havia acontecido com Getúlio Vargas, a lei contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos, levando à deposição de Goulart. Para maior aprofundamento sobre o assunto, consultar Moniz (2010).

Estado como regulador essencial das telecomunicações. Seus argumentos não tiveram qualquer acolhida junto aos proprietários da mídia.

Na realidade, quando o Congresso Nacional se reuniu para apreciar os vetos, já era significativa a presença de parlamentares concessionários (e de futuros concessionários)¹²⁷ de radiodifusão entre seus membros. Os mesmos parlamentares que propuseram e aprovaram o regime parlamentarista como solução para o impasse da posse, derrubam os 52 vetos de Jango. Numa demonstração de força, no mesmo dia, 27 de novembro, esses empresários criam a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Até então, se reuniam em associações estaduais e em um sindicato das empresas proprietárias de veículos de comunicação de massa. A criação da Abert refletia a mobilização do setor e a posição contrária ao fortalecimento do Estado na radiodifusão brasileira.

Oficialmente, o objetivo da Abert era defender a liberdade de expressão e os interesses das emissoras de radiodifusão. Na prática, fez muito mais do que isso, se transformando em uma trincheira contra qualquer regulamentação da mídia. Seu primeiro presidente foi João Calmon, o poderoso vice-presidente dos Diários Associados, eleito deputado federal em 1962. Sobre o poder do empresariado da radiodifusão nesse período, o historiador Oswaldo Munteal (*apud* Lima, Observatório da Imprensa. Edição nº 702, 10/07/2012) afirma:

Durante a década de 1960, constituiu-se uma coligação ligada à radiodifusão comercial, cujo objetivo era pressionar o governo e garantir seus interesses econômicos, visto que a taxa de crescimento desse novo e empreendedor mercado começava a demonstrar índices de estagnação. A presença de empresários desse setor no Congresso Nacional permitiu um aumento significativo no poder de pressão do grupo em questão, o qual, legislando em causa própria, tornou-se capaz de anular a maioria das restrições a seus próprios interesses políticos e econômicos. Essa simbiose entre poder público e privado constituiu um obstáculo ao Executivo, uma vez que qualquer decisão governamental que prejudicasse o empresariado da radiodifusão seria repudiada pelo Legislativo. Os vetos de Jango ao Código Brasileiro de Telecomunicações, portanto, representaram sua tentativa em minar a força deste setor empresarial, cuja representação política deu-lhes acesso a irrestritos privilégios, além de grande influência na opinião pública, por intermédio dos meios de comunicação. O resultado deste choque demonstrou a grande organização do grupo da radiodifusão, pois, apesar de sua descentralização regional, este era coeso, na medida em que possuía um interesse coletivo único, que o tornava forte o bastante para rivalizar e superar a influência política de Jango no Congresso Nacional.

De adversário, Chateaubriand se transforma em conspirador, dando início a um intenso trabalho em prol da queda de Goulart. Na cruzada para “salvar a ordem capitalista”

¹²⁷ É o caso de Antônio Carlos Magalhães que, futuramente, viria a ser ministro das Comunicações e dono da TV Bahia, afiliada da Rede Globo, em Salvador.

ameaçada no país, juntou forças com os integrantes do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD, 1959-1963), organização bancada pelos Estados Unidos, que nas eleições de 1962, havia investido cerca de US\$ 5 milhões no financiamento de campanhas de deputados anticomunistas. Chateaubriand também estava presente na outra ponta da conspiração contra Goulart, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES, 1961-72), criado por empresários de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a fim de defender a iniciativa privada e as liberdades democráticas que consideravam ameaçadas (Dreifuss, 1981).

A vitória do movimento de março de 1964 foi saudada pela maioria dos jornais brasileiros, com os primeiros meses do novo regime militar constituindo-se em uma espécie de “lua de mel entre os Associados e a nova ordem” (Morais, 1994: 653). Acostumado a ter seus pedidos imediatamente atendidos por ministros e presidentes, Chateaubriand, no entanto, passou a ser visto pelos militares como um estorvo. Do lado de Chateaubriand, o desencanto com a “revolução” teve início com o que considerava atitudes “estatizantes” do governo, a exemplo da informação de que estava em estudo a construção de uma fábrica de papel de imprensa no Paraná (Morais, 1994: 654).

6.2. O potencial mercado brasileiro, a TV Globo e a parceria com o grupo Time-Life

Dos empresários de mídia da época, foi Roberto Marinho quem teve maior capacidade para perceber que os tempos haviam mudado. Detentor de duas concessões de canais de televisão, uma para o Rio de Janeiro e outra para Brasília, assinou, em junho de 1962, um contrato operacional com o grupo norte-americano Time-Life (Herz, 2009). A curta sociedade entre Globo e Time-Life foi fundamental para o período inicial da emissora, trazendo grandes influências do grupo para a televisão brasileira, “porque significou um afluxo de capital indispensável para a implantação de uma televisão altamente competitiva (...) e permitiu a Globo implantar um modelo de televisão comercial semelhante ao modelo americano mais avançado” (Bolaño, 2002: 53). A importância da ligação com os norte-americanos, nos primórdios da Rede Globo, pode ser avaliada pela declaração do engenheiro Herbert Fiúza, que integrou a primeira equipe da emissora: “A Globo era inspirada numa estação de Indianápolis, a WFBM. E o engenheiro de lá foi quem montou tudo, que a gente não sabia nada” (*apud* Priolli, 1985).

A sociedade irá possibilitar, dois anos depois, a inauguração da TV Globo no Rio de Janeiro, emissora que, em 1965, inicia suas transmissões e, na década seguinte, se tornaria a maior rede de televisão do país. De acordo com Herz (1995: 152), “a sociedade foi descoberta por acaso quando a polícia política do governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, prendeu um cubano que se acreditava estar secretamente no Brasil a serviço do governo de Fidel Castro”. Interrogado pelo DOPS carioca, o cubano revelou que se encontrava no Rio a serviço do grupo Time-Life para executar um contrato com a recém-fundada TV Globo.

Chateaubriand dedicou ao “Caso Time-Life” nada menos do que 50 artigos, todos atacando Roberto Marinho e acusando-o de receber, na época, US\$ 5 milhões, repassados em três parcelas, o que representava “uma ofensiva externa contra os competidores internos.” (Morais, 1994: 667). Revelou também que, pouco antes, os Associados havia recusado proposta semelhante no valor de US\$ 1 milhão por parte de um grupo de televisão dos Estados Unidos, interessado em por o pé nos países subdesenvolvidos. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹²⁸ criada no Congresso Nacional para apurar estas denúncias, acabou descobrindo que a TV Globo mantinha não um, mas dois contratos com o grupo Time-Life.¹²⁹ Em um deles, os norte-americanos tinham participação de 49%. Em outras palavras, não se tratava de contrato, mas de sociedade. A CPI acabou com a sociedade e Roberto Marinho ficou com controle total da Rede Globo (Herz, 1995).

Mesmo que a versão de Chateaubriand não corresponda à realidade, pois tudo indica que, como assinala Morais (1994: 666-671), ele tentou parceria semelhante com a American Broadcasting Corporation (ABC) e não teve sucesso, a questão em si é bastante reveladora. Deixa nítido que uma televisão como a pensada e planejada por Roquette-Pinto jamais seria vista com simpatia pelos Estados Unidos. Deixa nítido, igualmente, que qualquer iniciativa envolvendo televisão no Brasil, em especial uma televisão não comercial voltada para a integração nacional e a cultura, iria enfrentar problemas tão ou mais complexos do que os experimentados por outras nações.

Basta lembrar que, logo após a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall, de ajuda norte-americana aos países da Europa Ocidental, condicionou o apoio à Inglaterra, Alemanha e Itália à garantia de exibição de uma cota de filmes norte-americanos em suas salas de cinema. Em relação ao Brasil, visto pelos Estados Unidos como sua área de influência direta,

¹²⁸ A CPI foi presidida pelo então deputado Sarturnino Braga, que se tornou *persona non grata* às Organizações Globo.

¹²⁹ O caso Time-Life, em detalhes, está descrito em Herz (2009).

as expectativas eram mais ambiciosas. Não por acaso, Ramos (2000: 126) caracteriza o surgimento da TV Globo como sendo a “primeira onda de globalização da televisão brasileira” que, concentrada num único grupo local, monopolizou a audiência e teve forte impacto político e eleitoral ao longo das décadas seguintes. Apesar de frustrada, a associação de uma empresa brasileira de comunicação com um grupo norte-americano demonstra a importância e o interesse que o potencial mercado brasileiro, já naquela época, despertava nos grupos internacionais de comunicação.

Conhecedor desses interesses, Chateaubriand temia que o apoio que suas empresas sempre receberam estivesse migrando para Roberto Marinho. Mesmo doente, passa a atacar tudo e todos que julgava como contrários aos seus negócios, preocupado com a rápida deterioração financeira dos Associados, envolvidos em volumosas dívidas com o governo e com os fornecedores. O ódio a Roberto Marinho era tamanho que Chateaubriand se valeu até de argumentos como a “desnacionalização dos meios de comunicação” e a “violação das leis brasileiras”, com os quais nunca havia se preocupado, logo ele que era um intransigente defensor da internacionalização da economia brasileira. Calmon, seu braço direito e um privatista declarado, já na condição de parlamentar, chegou ao extremo de declarar, da tribuna da Câmara dos Deputados, que preferia ver a televisão brasileira estatizada a tê-la submetida a Henry Luce, o dirigente do grupo Time-Life (Morais, 1994: 669).

Os temores de Chateaubriand pareceram confirmar-se quando, no começo de 1967, faltando apenas 15 dias para o término do governo do marechal Castelo Branco, foi baixado o decreto-lei nº 236. O artigo 12 desse decreto limitava a cinco o número de estações de televisão que poderiam pertencer a um mesmo grupo privado, sendo três estações regionais e duas nacionais. Antes que isso acontecesse, Chateaubriand vende, para o governo de São Paulo, uma das duas emissoras que possuía naquele Estado. Começava ali o desmoronamento da Rede Associada de Televisão, cujo prestígio e poder seriam substituídos pela Rede Globo de Televisão. O declínio do maior adversário da televisão educativa no Brasil estava longe de significar que tempos melhores se avizinhavam para essas emissoras.

6.3. Da educação popular à educação a distância

Desde meados da década de 1950 que os elevados índices de analfabetismo vigentes no Brasil eram uma preocupação constante para os setores comprometidos com o desenvolvimento nacional. Com Jânio Quadros tem início uma ação mais sistematizada do governo federal em termos de educação a distância, valendo-se, como se dizia na época, de

recursos audiovisuais. Do contrato entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) surge o Movimento de Educação de Base (MEB), espécie de escolas radiofônicas que combinavam a alfabetização com a conscientização para que as pessoas mudassem de atitude em relação às suas vidas. Também os militares criam uma entidade, a Liga de Defesa Nacional que, dentre seus objetivos, propunha utilizar a televisão como meio de promover a segurança nacional. A proposta era viabilizar uma televisão nos moldes da norte-americana com um amplo sistema educativo (Caparelli, 1982). Nesse mesmo período, o Serviço Nacional de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão (Serte) foi instituído com o intuito de produzir conteúdo educativo de base.

De olho na nova realidade, duas emissoras criam projetos voltados para a educação. O primeiro foi colocado no ar pela TV Cultura, de São Paulo, quando ainda era propriedade de Chateaubriand. O segundo foi viabilizado pela TV Rio. Na condição de segundo canal dos Associados na capital paulista, a TV Cultura possuía muitos horários ociosos. Visando preenchê-los, Chateaubriand convence as autoridades locais a realizarem uma parceria na qual “cedia” dois horários, devidamente patrocinados pelas Lojas Mappin, para que fosse exibida programação da Secretaria de Educação.¹³⁰ O projeto falhou por não possuir recursos suficientes e por absoluta falta de planejamento e propósito. Além de um curso de madureza ginásial, foi ao ar um curso de esperanto. Também em 1962, a TV Rio deu início a um projeto para utilizar a televisão como instrumento de educação através da transmissão de aulas para alfabetização de adultos, que igualmente não prosperou.

Numa outra perspectiva, o educador Paulo Freire realiza, em 1963, junto com sua equipe, a primeira experiência de alfabetização popular, que levaria à constituição do método que tem o seu nome. Paulo Freire e seu grupo foram responsáveis pela alfabetização, em apenas 45 dias, de 300 cortadores de cana, na cidade de Angicos (RN). Em resposta aos eficazes resultados, o governo João Goulart, que se empenhava nas “reformas de base”,¹³¹ aprovou a multiplicação dessas experiências no Plano Nacional de Alfabetização, que previa a formação de educadores em massa e a rápida implantação de 20 mil núcleos (os Círculos de

¹³⁰ O projeto intitulado Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão (Sefort) envolvia a Secretaria de Educação de São Paulo, que pagava o tempo da emissora, além do patrocínio das lojas Mappin. A Secretaria mantinha os professores, que eram concursados, para darem aula na televisão. Os alunos se inscreviam através do correio e pelo correio recebiam as apostilas para acompanharem os cursos. O curso chegou a ter, na época, mil alunos.

¹³¹ Medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista que previam uma maior intervenção do Estado na economia, a saber: Reforma Bancária, Reforma Fiscal, Reforma Urbana, Reforma Eleitoral, Reforma Agrária e Reforma Educacional. Também podem ser incluídas entre as reformas de base a proposta de introdução do voto para os analfabetos e para militares de patentes subalternas.

Cultura) pelo país. Paulo Freire e sua equipe não utilizaram o rádio ou a TV para a educação, mas é certo que o governo Goulart tinha planos para a comunicação audiovisual. Prova disso é que foi criado, em 1962, através da Lei 4.117, o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel),¹³² uma espécie de antecessor do Ministério das Comunicações.

Em 1964, a ação do MEB já atingia 14 estados. Vinte e cinco emissoras transmitiam os programas de educação de base, inclusive as chamadas aulas radiofônicas, que tinham grande penetração no meio rural. Em 1965, último ano de existência do MEB, o país contava com um total de 4.522 escolas radiofônicas (como eram chamadas as recepções organizadas), deixando nítido que o rádio educativo começava a consolidar-se. A chegada dos militares ao poder veio não só interromper essas atividades, como prendeu e criminalizou muito dos seus integrantes.¹³³

Com a economia dos Estados Unidos vivendo um momento de aceleração e de grande concentração do capital, a jovem televisão brasileira passava a ser utilizada como ferramenta de estímulo ao consumo de produtos de uma indústria cultural que tinha como base o capitalismo daquele país. No mesmo período, a Unesco instituiu uma política internacional para que os países em desenvolvimento utilizassem a TV como auxiliar na educação (Coutinho, 2003). Estava armado o cenário para que, finalmente, surgisse a Televisão Educativa no Brasil.

6.4. TVs Educativas: restrições e ausência de política pública

O ano de 1965 traz importantes novidades para o setor. Em julho, o Ministério da Educação solicita ao Conselho Nacional de Telecomunicações “a reserva de 48 canais de VHF e de 50 de UHF especificamente para a televisão educativa” (Mattos, 2002: 75). O número era dos mais expressivos e poderia ter significado uma vitória para esta modalidade de ensino e de emissora, mas não foi o que se verificou. Não houve, da parte do governo, qualquer planejamento efetivo envolvendo uma política pública para a TV Educativa. O que se observa é que às ações dos defensores destas emissoras dentro do governo correspondiam, quase que imediatamente, a uma reação de seus adversários na mídia comercial.

¹³² No dia 30 de maio de 1961, no governo Jânio Quadros, foi criado por decreto, o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT, diretamente subordinado à Presidência da República). Esse conselho antecedeu e teve o mesmo nome do que veio a ser criado por João Goulart. A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 extingue o CBT e cria o Novo Conselho Nacional de Telecomunicações. Para mais detalhes, ver Oliveira (1992).

¹³³ Considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, Paulo Freire (1921-1997) foi preso e teve que se exilar. Ele só retornou ao Brasil em 1979, com a anistia.

O decreto-lei de número 236, de 28 de fevereiro de 1967, editado pelo marechal-presidente Humberto de Alencar Castello Branco que modificava o próprio Código Brasileiro de Telecomunicações e que tanto preocupou Chateaubriand, a ponto de levá-lo a desfazer-se da TV Cultura, continha aspectos relativos às TVs comerciais e às emissoras educativas. O decreto inovava ao disciplinar a concentração da propriedade privada, mas jamais foi respeitado. Serviu, no entanto, para Chateaubriand perceber que os ventos estavam mudando.

A proposta de TV Educativa contava com o apoio de dois tipos diferentes de pessoas: os “revolucionários” de primeira hora, que sonhavam com a divulgação dos princípios e das realizações dos militares, e os que viam na televisão um veículo fundamental para educar a população brasileira, num país de dimensões continentais. É importante salientar que esse período coincide com o momento em que a integração nacional estava colocada na ordem do dia, retomada, em outras bases, para as quais terá fundamental importância a formação de redes nacionais de televisão.

Três meses antes do pedido dos 98 canais para televisões educativas é inaugurada, no Rio de Janeiro, a TV Globo. A emissora começa a operar de forma discreta e seus primeiros meses foram um fracasso em termos de audiência. No entanto, o novo contexto em que a Globo atua difere dos anteriores. Em meados de 1965, o governo brasileiro associa o país ao Intelsat,¹³⁴ um consórcio tendo à frente os Estados Unidos, para a utilização compartilhada de satélites de comunicação. O Brasil foi o 11º país no mundo a aderir ao sistema, indicando não só a prioridade que os militares davam ao assunto como o peso que os Estados Unidos passavam a ter na definição das políticas nacionais de comunicação. Simultaneamente, era criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). O País, igualmente, intensificava o uso do sistema de micro-ondas.

Em março de 1967, a importância da comunicação ficava ainda mais evidenciada, com a decisão do governo de criar um ministério para o setor. A ideia básica era desvincular as comunicações da Presidência da República, conferindo-lhes *status* próprio.¹³⁵ Quanto às emissoras educativas, o decreto-lei nº 236 se, por um lado, formalizava-lhes a existência, por outro, criava uma série de obstáculos para que funcionassem. Textualmente, os artigos 13 e 14 determinam o seguinte:

¹³⁴ Fundada em 20 de agosto de 1964, a International Telecommunications Satellite (Intelsat) foi até 2001 um consórcio intergovernamental que gerenciava uma série de satélites de comunicação, oferecendo serviços de teledifusão. Os Estados Unidos detinham as maiores cotas no consórcio e o Intelsat I foi o primeiro satélite de comunicação colocado em órbita da terra, no dia 6 de abril de 1965.

¹³⁵ O Ministério das Comunicações foi criado pelo decreto-lei nº 200, de 20 de fevereiro de 1967. Seu funcionamento se deu, no entanto, a partir de 15 de março de 1967.

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a. A União;
- b. Os Estados, Territórios e Municípios;
- c. As Universidades Brasileiras;
- d. As Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações. (Brasil, 1967)

O objetivo das emissoras educativas no Brasil era pedagógico, com seu público-alvo sendo o dos 15 milhões de jovens e adultos sem escolarização. A restrição à publicidade e a qualquer outro tipo de patrocínio não chegou, num primeiro momento, a preocupar, mesmo que o decreto ainda mencionasse que as universidades e fundações deveriam comprovar que possuíam recursos para o empreendimento. Isso porque já havia sido criado, no ano anterior, o Fundo de Financiamento de Televisão Educativa (decreto nº 59.366) e acreditava-se que existiria recurso suficiente para o projeto. Ainda em 1967 era aprovada a lei 5.198, que instituía a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (Funtevê), com o objetivo de produzir e distribuir programas destinados à educação. Tudo indicava que essas emissoras iriam deslanchar. A educação era uma prioridade nacional e o sonho de Roquette-Pinto parecia próximo de se tornar realidade.

As emissoras educativas, no entanto, demoraram a surgir. No final de 1967, uma única havia sido criada, a TV Universitária de Pernambuco, vinculada ao MEC. Dois anos depois, surge a TV Cultura de São Paulo, de propriedade do governo estadual e, na sequência, a TV Educativa do Rio de Janeiro, em 1973, subordinada ao governo federal. Entre 1968 e 1977, são criadas apenas outras seis: a TVE do Amazonas, a TVE do Ceará, a TVE do Espírito Santo, a TVE do Maranhão, a TVE do Rio Grande do Norte e a TVE do Rio Grande do Sul. Número muito distante dos 98 canais disponíveis. As emissoras educativas não conseguiam avançar, esbarrando na legislação que lhes obrigava a viver exclusivamente do minguado orçamento a elas destinado, ao passo que as televisões comerciais, em especial a Globo, experimentavam um crescimento sem precedentes.

Mesmo que a maioria das TVs Educativas fosse frágil e quase não tivesse visibilidade social, os empresários da mídia comercial não as perdiam de vista. Estavam de olho no filão a elas oficialmente destinado. O custo da instalação e manutenção de uma emissora de TV desestimulou várias universidades e fundações que poderiam solicitar a concessão de canais.

Some-se a isso que o regime autoritário então vigente no país e a censura prévia à imprensa acabavam por completar as razões pelas quais essas emissoras praticamente ficaram restritas a um gueto. A situação não se alterou nem quando a TVE do Maranhão lançou uma série de programas educativos que, inicialmente exibidos em circuito fechado, ganharam, no ano seguinte, a televisão aberta.

Maior visibilidade tiveram os cursos do Projeto Minerva, transmitidos em cadeia nacional. O projeto se constituía de aulas de 30 minutos voltados para a Capacitação Ginásial e a de Madureza Ginásial, produzidos pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura (Feplan), instituição privada sem fins lucrativos, localizada no Rio Grande do Sul, e a Fundação Padre Anchieta, entidade mantenedora da TV Cultura, de São Paulo, com apoio do MEC. O fato de ser produzido com conteúdo focado na realidade do eixo Sul-Sudeste, com transmissão obrigatória para todo o Brasil, fez com que o projeto sofresse várias críticas e não conquistasse o interesse da população brasileira.¹³⁶ A movimentação acabou sendo importante por possibilitar o surgimento, no ano seguinte, da Associação Brasileira de Teleeducação (ABT), órgão sem fins lucrativos, ligado ao MEC.

Fundada em julho de 1971, durante o III Seminário Brasileiro de Radiodifusão Educativa, que aconteceu em São Luís (MA), a ABT, procurava se valer do interesse que novas modalidades de educação despertavam naquele momento, para colocar em prática o sonho de vários batalhadores e dos próprios pioneiros da televisão educativa. O momento se apresentava ao mesmo tempo oportuno e delicado. O governo militar acabava de definir um novo modelo educacional, configurado na Lei nº 5.692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus. A reforma era de cunho eminentemente tecnicista, condizente com a visão que os militares e seus apoiadores tinham do assunto, mesmo assim, acreditava-se que havia espaço para atuar.

Era inegável que os cidadãos brasileiros precisavam e teriam, cada vez mais, necessidade de serviços educativos permanentes. A educação tradicional, com sua rígida concentração em termos de tempo e lugar, não era suficiente para atender à nova demanda. Mas se para os partidários da TV Educativa, ela era o local, por excelência, onde os trabalhos voltados para a educação a distância deviam se realizar, os proprietários das emissoras comerciais também enxergavam nesse filão um caminho para ampliar seus negócios. Tem

¹³⁶ As críticas eram as mais diversas e envolviam desde questões organizacionais até pedagógicas. Entre as últimas estava o fato dos currículos serem simplificados demais, implicando alto índice de reprovação. Apenas 33% dos alunos do Projeto Minerva conseguiram aprovação nos exames de Madureza.

início uma nova disputa, muito semelhante a que enfrentou Roquette-Pinto. Só que o principal adversário, agora, chama-se Roberto Marinho.

6.4.1 O sucesso e as pressões contra o Projeto SACI

Idealizado pelo cientista Fernando de Mendonça,¹³⁷ diretor-geral do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão ligado à Presidência da República, o Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) tinha como objetivo oferecer, ao governo federal, subsídios para a implantação de um sistema de teleducação. Concretamente, o SACI buscava experimentar o uso de um satélite doméstico em educação, transmitindo programas de rádio e televisão para escolas de 1º grau, escolhidas aleatoriamente entre todos os municipais do Rio Grande do Norte,¹³⁸ e também para a habilitação de leigos, como eram denominados os professores sem formação própria. O projeto permitiria atingir escolas em todo o país, com programas de rádio e televisão e material impresso. Em outras palavras, o projeto propunha-se a desenvolver um experimento de utilização ampla dos meios de comunicação de massa para fins educativos.

A escolha do estado nordestino não se deu por acaso. Lá havia sido o cenário para a primeira experiência do sistema de alfabetização de Paulo Freire. Também lá havia nascido o Movimento de Educação de Base (MEB) que, com suas escolas radiofônicas, fez o melhor uso do rádio em educação que se tinha notícia. O projeto SACI era uma espécie de resposta dos militares aos projetos anteriores, o que não o impedia de ser generoso (Santos *apud* Pretto, 1996: 122). As transmissões começaram em 1972 com aproximadamente 600 escolas participando dessa fase. Um dos aspectos desse projeto que merecem destaque é que se preocupou, para sua realização, em utilizar linguagens próprias da televisão, deixando de lado

¹³⁷ Engenheiro eletrônico, com PHD em Stanford (EUA). Foi representante do CNPq junto à Nasa, nos Estados Unidos, onde manteve contatos fundamentais para o desenvolvimento do Projeto Espacial Brasileiro. Ocupou o cargo de diretor científico do Grupo Organizador da Comissão Nacional de Atividade Espacial (GOCNAE), criado em 1961, pelo presidente Jânio Quadros, e considerado o embrião do INPE. Quando da fundação do INPE, em 1971, tornou-se o seu primeiro presidente. Em 1977, afasta-se da direção do INPE e passa a dirigir, até 1982, a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

¹³⁸ No projeto SACI, o INPE seria responsável pelos aspectos da pesquisa e a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCTVE) produziria os programas de rádio e TV. No entanto, os parceiros do INPE não participaram da empreitada e Fernando de Mendonça decidiu seguir sozinho com o projeto. Como o Brasil não dispunha de mão de obra qualificada para a tarefa, foram contratados especialistas em televisão educativa da Inglaterra. Professores e pesquisadores de várias universidades brasileiras foram igualmente convidados a participar do projeto. Em 1971, o INPE deu início a um curso de especialização que formou inúmeros produtores de material pedagógico valendo-se do rádio e da televisão.

a visão simplória e a monotonia da mera transmissão de aulas, como determinava o decreto-lei 236.

Após pesquisas e tentativas ficou estabelecido que as emissões adotariam ‘a linguagem estandardizada’, isto é, a linguagem e o sotaque consagrados pelos meios de comunicação, além de gêneros específicos para informar o conteúdo das diversas disciplinas. Assim, o ensino da Língua Portuguesa tomou a forma da novela, o de Matemática inspirava-se numa ficção onde Epaminondas, ‘o robô versátil, síntese de homem e da máquina, mais homem que máquina’, ‘abria as portas do maravilhoso mundo da Matemática’ (...) (Santos *apud* Carneiro, 1999: 41).

O sucesso fez com que o projeto passasse a enfrentar problemas. Como o número de escolas interessadas em receber as emissões não parava de aumentar, Fernando Mendonça lembra que “o MEC resolveu que aquele projeto não cabia dentro de um Instituto de Pesquisas Espaciais,” com o INPE sendo obrigado a transferi-lo para o MEC (Andrade, 2005: 134-135). Ainda, de acordo com Andrade, “as pressões, dentro do próprio governo federal, para interromper a experiência do INPE eram enormes e, embora os objetivos do SACI ainda não tivessem sido alcançados, o projeto foi interrompido” (Andrade, 2005: 136).

Dentro e fora do governo, o projeto tinha muitos adversários. Entre os militares havia aqueles que defendiam o atrelamento do Brasil aos interesses norte-americanos, enquanto outros pretendiam um desenvolvimento autônomo, impulsionado pelo Estado. O cientista Fernando de Mendonça era tido como um defensor da presença do estado na economia. Em outras palavras, tinha contra si muitos colegas militares, parlamentares (notadamente os pertencentes ao partido do governo), a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e também o empresariado nacional com ligações com o capital internacional, dentre os quais se destacava Roberto Marinho, já muito interessado em assumir projetos de educação pela TV. Detalhe: os ministros da Educação no período – Jarbas Passarinho (1969-1974) e Ney Braga (1974 a 1978) -, além de militares e “revolucionários” de primeira hora, tinham em comum a amizade pessoal com diretor-presidente da TV Globo.

A partir de 1975, o INPE se retirou e o projeto foi absorvido pelo Estado do Rio Grande do Norte. Em 1976, o projeto piloto foi encerrado, tendo como saldo 1.241 programas de rádio e igual número para televisão e a instalação de recepção em 510 escolas de 71 municípios do Rio Grande do Norte, das quais 10 receberam o sinal diretamente do satélite.

6.5. Os passos iniciais da TV GLOBO em teleducação

A primeira novela pedagógica destinada ao ensino de 1º Grau foi colocada no ar, em 1973, pela Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê). Chamava-se “João da Silva” e, inicialmente, foi transmitida pela TV Globo e pela TV Rio. Somente a partir de 1976 é que passou a ser veiculada pela emissora que a produzia, a TVE do Rio de Janeiro. Desde 1972, no entanto, a TV Globo ensaiava os primeiros passos na área da teleducação. Em coprodução com a TV Cultura, já pertencente ao governo do Estado de São Paulo, leva ao ar o programa “Vila Sésamo”, adaptação brasileira da série exibida pela emissora pública norte-americana, PBS, “Sesame Street”, produzida pela Children Television Workshop.¹³⁹ A iniciativa de trazer o programa para o Brasil foi ideia da TV Cultura, mas, por falta de verbas, o programa acabou ficando com a TV Globo. Essa situação é assim lembrada pelo ex-secretário municipal e estadual da Educação de São Paulo e ex-integrante do conselho curador da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, Paulo Ernesto Tolle:

Havia uma iniciativa educativa na TV [Cultura], já dirigida pela Marília Antunes Alves, que era muito dedicada. Era um setor pequeno que na realidade foi a semente da TV Cultura. E esse serviço, ao ser criada a TV Cultura, foi incorporado a ela, mas apagou-se. Infelizmente nem o [governador Abreu] Sodré nem nós do Conselho fomos muito decididos naquela inspiração de que essa fosse uma TV predominantemente educativa, não é? Então enveredou mais para a parte cultural... Os problemas eram tão grandes, o equipamento, a sede, e eu tenho a impressão que fora isso afogou-se essa ideia de promover a TV como um instrumento importantíssimo na área da educação, na formação de educadores, como uma ferramenta para o professor. (*apud* Cunha Lima, 2008: 83)

Em 1973, dublado, “Vila Sésamo” era exibido, simultaneamente, pela TV Cultura e pela TV Globo, mas nas duas fases seguintes passou a ser produzido e exibido apenas pela TV Globo. Os argumentos apresentados por Tolle precisam ser, no mínimo, relativizados. Não faltou ao governo de São Paulo, por exemplo, recursos para comprar a TV Cultura de Assis Chateaubriand, quando, a custo zero, o governo poderia apenas ter solicitado um dos 98 canais que o Ministério da Educação havia disponibilizado. Some-se a isso que não há incompatibilidade entre uma emissora ser generalista ou cultural e exibir programas educativos. Caso contrário, como explicar que a Globo tenha continuado a exibir “Vila Sésamo” com sucesso? Outro aspecto que não mereceu qualquer discussão, inclusive por

¹³⁹ Entidade sem fins lucrativos, criada em 1967 com o propósito de produzir o programa educativo *Sesame Street*. O CTW era dirigido pela produtora de televisão Joan Ganz Cooney que, para viabilizá-lo, contou com verbas do governo norte-americano, de entidades privadas e também das fundações Carnegie e Ford. A série, voltada para contribuir com o desenvolvimento de crianças da pré-escola, inclusive as portadoras de deficiências, revolucionou a maneira de se pensar a educação infantil.

parte da imprensa brasileira da época, foi o fato de uma série produzida nos Estados Unidos, por uma entidade sem fins lucrativos e exibida por canal público, o PBS, ter se transformado, aqui, em atração de uma emissora comercial que passou a ver na programação infantil um filão dos mais rentáveis.

As palavras de Tolle deixam nítida a falta de comprometimento dos então dirigentes da TV Cultura com a sua missão, crescimento e fortalecimento. Enquanto isso, a TV Globo dava os retoques finais na estrutura de sua Divisão de Educação, setor que reunia mais de 300 profissionais. Num primeiro momento, esses profissionais estavam direcionados especificamente para o trabalho no programa “Vila Sésamo”, mas nenhuma empresa cria um setor com tal magnitude para um único empreendimento. Em outras palavras, a TV Globo entrava para valer na área da educação.

Embora tenha apoiado o golpe de 1964 e se consolidado como a mais poderosa rede de televisão do país, a Rede Globo não contou, o tempo todo, com uma avaliação positiva e mesmo com o apoio dos militares. Como assinala Lima,

Houve períodos em que a percepção de boa parte da elite fardada era de que a Rede Globo de Televisão representava uma ameaça real de controle da opinião pública brasileira e precisava ser enfrentada. As maiores contradições aconteceram durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), sendo ministro das Comunicações, o coronel Euclides Quandt de Oliveira. (Lima. “A arrogância histórica da Globo”. Observatório da Imprensa, edição nº 596, 01/07/2010)

Estava em andamento, na época, a criação da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobras), que era vista com desconfiança pela TV Globo. A preocupação da emissora de Roberto Marinho era a de que a estatal se transformasse em destinação preferencial das verbas publicitárias do governo. É importante salientar que, naquele momento, discutia-se, dentro do próprio governo, um pré-projeto de regulação da radiodifusão que deveria substituir o superado Código Brasileiro de Telecomunicações. Para ampliar as preocupações da TV Globo, a emissora havia perdido a disputa por um canal de TV aberta em João Pessoa (PB), por interferência direta do ministro das Comunicações, que considerava um risco “aumentar o monopólio da emissora” (Lima *in* Observatório da Imprensa, edição nº 596, 26/09/2010).

Foi nesse contexto que aconteceu uma das raras, se não a única, reunião da cúpula da TV Globo – Walter Clark (diretor-geral), Luiz Eduardo Borgerth (diretor) e Otto Lara Resende (assessor da presidência) –, com integrantes de uma faculdade de Comunicação no país. O então Departamento de Comunicação da UnB era uma unidade acadêmica que produzia pesquisa crítica sobre a radiodifusão brasileira e tinha acabado de elaborar um

projeto de unificação das televisões públicas que recebeu o nome de Sistema Nacional de Televisão de Interesse Social (Sintis). Além disso, circulava que alguns dos professores daquele departamento tinham acesso ao ministro das Comunicações e o abasteciam com dados que fundamentavam sua posição, contrária à hegemonia da Globo. Com o provável objetivo de conhecer esses professores e suas posições, a TV Globo solicitou um encontro para “trocar ideias” sobre as comunicações no Brasil. O que acabou acontecendo foi um bate-boca, conforme recorda Lima:

Apesar da conjuntura política adversa – para a *Globo* – em que se realizava o encontro, a memória de professores presentes é unânime em afirmar a arrogância de seus dirigentes. Não houve diálogo possível e cada um saiu do encontro ainda mais convicto em relação às respectivas posições. Divergimos em relação à existência de um virtual monopólio na TV brasileira; às finalidades educativas da televisão (previstas em lei); à prioridade ao conteúdo nacional e à necessidade de criação de uma rede pública de radiodifusão. (Lima *in* Observatório da Imprensa, edição nº 596, 26/09/2010)

A Radiobras acabou sendo criada e,¹⁴⁰ com ela, o governo anunciava um plano para estabelecer sua própria rede de rádio e televisão. Visava-se eliminar a problemática do suprimento dos serviços de transmissão para todas as regiões do país e coordenar as emissoras educativas. De forma tímida, a Radiobras começou a cumprir o papel de entidade responsável pela radiodifusão oficial, mas, em relação às emissoras educativas, acabou não tendo nenhuma atuação. Mesmo assim, não escapava das críticas dos radiodifusores privados, confirmando a arrogância e a pressão com que o setor sempre se relacionou com o governo.

Em maio de 1977, Fernando Ernesto Correa, então vice-presidente da Abert, denunciava a “política expansionista da Radiobras”. Em artigo publicado pelo Jornal do Brasil (Jornal do Brasil, 1/05/1977), afirmava que as empresas de transmissão estatais estavam criando uma “competição desleal” ao oferecer empregos e salários mais atrativos aos radialistas das empresas privadas. O dirigente da Abert também denunciou que as estações da Radiobras, além de receberem subsídios oficiais diretos (como empresas estatais que eram), se beneficiavam com as receitas provenientes da publicidade, fato por ele identificado como sendo “outro ato de competição desleal” contra as empresas privadas, que dependiam exclusivamente do suporte publicitário para sobreviver.

¹⁴⁰ Essa criação se deu através da Lei nº 6301, de 15/12/1975.

6.6. A Fundação Roberto Marinho e a tentativa (frustrada) de monopolizar a teleducação no Brasil

Em 1977 termina, no Brasil, a exibição de “Vila Sésamo” e é criada a Fundação Roberto Marinho, com o propósito de “mobilizar os veículos de comunicação das Organizações Globo em favor do desenvolvimento social, com foco na educação.” (Niskier, 2005: 86). Entre suas principais áreas de atuação figurava “a educação de jovens e adultos, promovendo a sua inclusão social”. Em parceria reeditada com a TV Cultura/Fundação Padre Anchieta, o Telecurso Segundo Grau (TSG) foi apresentado como primeira produção da nova entidade, estreando em fevereiro de 1978 e sendo exibido pelas duas emissoras. De acordo com Tartalha (1986: 72), o TSG, na realidade, foi “um programa totalmente desenvolvido pela Fundação Padre Anchieta, e dado de mão beijada para a Globo transmitir como se fosse produção sua”.

A estreia do Telecurso Segundo Grau causa surpresa entre os dirigentes de TVs educativas. Como resultado, acontece, no mês seguinte, o I Encontro Nacional de Dirigentes e Assessores de TV Educativa, convocado pelo Programa Nacional de Telecomunicações (Prontel), do MEC, e pela Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (Funtevê)/TVE-RJ. O encontro ocorre em Nova Friburgo (RJ) e tinha por objetivo criar um sistema nacional que atendesse às carências educacionais e a operacionalização de uma rede de transmissão de programas de caráter educativo, mediante a atuação dessas emissoras. A tentativa, segundo Fradkin (2003), não vingou.

A teleducação começa a ser disputada com mais avidez pela Rede Globo a partir de 1980. Valendo-se da Fundação Roberto Marinho (FRM), a emissora apresenta ao MEC um projeto de Telecurso Primeiro Grau (TPG) que, mesmo tendo recebido parecer técnico contrário da comissão que o apreciou, foi produzido e levado ao ar. Entre os motivos que fundamentavam o parecer do MEC estavam, como revelou o jornal Pasquim,

A duplicidade de ações, pelo fato de a TVE-RJ já ter um programa similar, através do projeto ‘Conquista’, e a visível picaretagem do que era proposto pela Fundação Roberto Marinho (fascículos constituídos de matéria paga e vendidos em bancas, a possibilidade de inserção mercadológica de empresas nacionais ou estrangeiras, vinculadas ou não à educação). (Pasquim, 10 de março de 1984)

O ministro da Educação, Eduardo Portela, foi obrigado a engolir o projeto. A TVE-RJ não teve alternativa. No início de 1981 tirou do ar o ‘Projeto Conquista’ e a Rede Globo passou a apresentar o seu Telecurso Primeiro Grau, depois de receber do MEC, para

viabilizá-lo, CR\$ 250 milhões, divididos em 10 parcelas. Na época, o então reitor da Universidade de Brasília (UnB), capitão de Mar-e-Guerra, José Carlos Azevedo, cuja instituição figurava como parceira da FRM, negou que tivesse havido o parecer contrário do MEC. Negativa que a história se incumbiu de desmentir.

A liberalidade do governo para com a Rede Globo contrastava com a rigidez em se tratando de recursos para as TVs Educativas. Em dezembro de 1980, por exemplo, o ministro do Planejamento, Delfim Netto não autorizou o projeto de “Aquisição de equipamentos e materiais para equipar as nove emissoras de TVEs”, elaborado pelo MEC, através da Funtevê, em conjunto com o Conselho de Segurança Nacional, no valor de US\$ 4,353 milhões, sob a alegação de “necessidade de conter gastos com importação”. Dois anos depois, no entanto, a Seplan aprovava e enviava para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pedido de empréstimo no valor de US\$ 5 milhões, destinados à etapa inicial da montagem do que passou a ser conhecido como “Projeto Global de Teleducação”, da Fundação Roberto Marinho e da Universidade de Brasília (UnB).

O empréstimo de US\$ 5 milhões estava embutido num pacote de US\$ 20 milhões, solicitado pela Seplan ao organismo internacional no início de 1982. O empréstimo previa uma contrapartida de US\$ 5 milhões do governo brasileiro para o convênio da teleducação. Em outras palavras, o projeto envolvia o dobro dos recursos pleiteados pela Funtevê para as emissoras educativas. Pelo que propunha e pela maneira com que se tentou viabilizá-lo, o Projeto Global de Teleducação merece detalhamento. Afinal, não é todo dia que a atuação nada republicana da Rede Globo, valendo-se da Fundação Roberto Marinho, pode ser comprovada, passo a passo, através de documentação.¹⁴¹

6.6.1. O Convênio Subin, BID, FRM e UnB e os “mimos” do reitor Azevedo a Roberto Marinho

Oficialmente, o projeto tinha o nome de “Educação Continuada por Multimeios”,¹⁴² e envolvia um convênio entre a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o BID, a FRM e a UnB.

¹⁴¹ Os documentos fazem parte do arquivo pessoal do professor Murilo César Ramos que, na época, exercia, como interino, o cargo de decano de Extensão em exercício da UnB, a quem agradeço a gentileza por cedê-los para esta pesquisa.

¹⁴² Para facilitar a consulta, os documentos citados estão reunidos nos anexos desta pesquisa. Eles estão numerados na ordem em que são citados. O projeto Convênio SUBIN/ CT/ 4327/ 84. Educação continuada por multimeios. Programa Subin /BID II- Convênio SUBIN/UnB/FRM é o documento n° 1.

Aparentemente, o seu objetivo era nobre: “o atendimento à educação de população de baixa renda do país, mediante a utilização e métodos não tradicionais de ensino” (Documento nº 1: 1). Na versão inicial, o convênio possuía 15 cláusulas, com a FRM assumindo a condição de entidade executora e a Fundação Universidade de Brasília (FUB) a de sua coexecutora.

Na prática, o convênio ficou conhecido como Programa Global de Telecursos (PGT) e atendia exclusivamente aos interesses da FRM. A FUB cumpria uma tripla função: legitimá-lo junto aos organismos nacionais e internacionais, garantir a produção dos conteúdos didáticos e pedagógicos e viabilizar a importação de equipamentos para a montagem de um centro de produção de televisão educativa com imposto zero. A FUB, por ser uma entidade voltada para o ensino público, estava isenta de impostos para a importação desses equipamentos. A decisão de envolver a FUB nesse convênio foi do então reitor da UnB, José Carlos Azevedo. A presença de um dirigente na UnB que, além de físico, era também alta patente da Marinha e um ardoroso defensor das virtudes da iniciativa privada, parecia feita sob medida para as pretensões da Fundação Roberto Marinho.

No final dos anos de 1960, Azevedo tornou-se vice-reitor da UnB, não medindo esforços para tentar destruir o projeto inovador de universidade concebido por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.¹⁴³ Em 1976, é empossado como reitor, permanecendo no cargo por nove anos, período em que o campus da instituição foi transformado em praça de guerra. Por três vezes, Azevedo autorizou a entrada de tropas militares na universidade, para conter protestos de servidores e alunos, além de promover o expurgo de professores e estudantes considerados “subversivos”. Ao aproximar-se de Roberto Marinho, provavelmente acreditava que poderia compensar a falta de apoio da comunidade universitária pela visibilidade de projetos que realizasse com a TV Globo, por isso não poupou “mimos” ao “Doutor Marinho”.

Um deles foi sugerir a inclusão do nome da Fundação Roberto Marinho nas publicações da *Scientific America*, revista de divulgação científica norte-americana que passaria a ser publicada pela UnB, a quem caberia decidir sobre a edição em português

¹⁴³ A Universidade de Brasília (UnB) foi inaugurada em 21 de abril de 1962. O antropólogo Darcy Ribeiro foi o seu primeiro reitor, permanecendo no cargo até junho de 1963. Anísio Teixeira o sucedeu. Em abril de 1964, devido ao golpe militar, é cassado. Defensor do ensino público, gratuito e laico, ele não tinha posições explícitas de esquerda, mas sua firme postura em prol da educação o transformava em pessoa incômoda para o regime. A morte de Teixeira se deu em situação estranha, ao cair “acidentalmente” no poço de serviço do elevador do prédio onde morava Aurélio Buarque de Holanda, no Rio de Janeiro. Na época, sua família já suspeitava que ele tivesse sido assassinado pelas forças de repressão do governo do general Emílio Garrastazu Médici. Em 21 de agosto de 2012, o historiador José Otávio Nogueira Guimarães, que coordena as investigações do Comitê de Memória e Verdade da UnB, confirmou para a Agência Brasil, que a Comissão da Verdade suspeita que Anísio Teixeira tenha sido assassinado. Para mais informações consultar “Comissão da Verdade da UnB vai investigar suspeita de assassinato de Anísio Teixeira”, in <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-08-17/comissao-da-verdade-da-unb-vai-investigar-suspeita-de-assassinato-de-anisio-teixeira>>, 17/08/2010.

(Documento nº 2. Ofício nº 511/81. Gabinete do Reitor da UnB. Brasília, 25 de agosto de 1981). Outro “mimo” foi o título de *Doutor Honoris Causa* concedido a Roberto Marinho pelo Conselho Universitário da UnB, graças à sua atuação direta. O título transformou o presidente das Organizações Globo na quarta personalidade a merecer o reconhecimento máximo da instituição.¹⁴⁴ Em 11 de setembro, dia em que a homenagem foi aprovada, José Carlos Azevedo enviou ofício para o empresário, dando-lhe a boa notícia e afirmando que:

(...) A homenagem traduz o reconhecimento desta Universidade pela sua contribuição pessoal e efetiva à educação em nosso país e, de maneira muito especial, ao ensino de 1º e 2º. A educação fundamental, para grandes contingentes humanos, sempre se constituiu em desafio para o Brasil e hoje pode-se estimar que, sem o concurso dos meios de comunicação, não conseguiremos oferecer ensino desse nível para todos os brasileiros, permanecendo assim o maior óbice existente ao nosso desenvolvimento cultural, econômico, social e político.¹⁴⁵ (DOC. 3. O. FUB nº 410/81, Brasília, 11 de setembro de 1981)

Tantas gentilezas levaram alguns assessores de Roberto Marinho e mesmo funcionários de sua fundação a acreditar que poderiam interferir até no funcionamento acadêmico da UnB, desconhecendo normas e processos seletivos. Um exemplo acabado dessa confusão entre público e privado é o bilhete, em papel timbrado, enviado, em 20 de julho de 1983, pelo jornalista Otto Lara Resende,¹⁴⁶ assessor de Roberto Marinho, a Francisco Calazans Fernandes, responsável pelo Departamento de Educação da FRM,¹⁴⁷ solicitando-lhe “um favor”. Vale a pena transcrevê-lo na íntegra:

Pessoa a quem devo um mínimo de cortesia me pede um favor que não posso fazer. Lembrei-me de você, que poderá dizer se é possível. Seguinte: Thaís Rocha Corrêa está cursando Medicina na universidade Federal de Alagoas. Faz o 1º semestre. Fez vestibular de Psicologia na Universidade de Brasília e passou. Trancou a matrícula. Agora, ela quer transferir-se de Alagoas para a UnB - mas para continuar fazendo Medicina. Imagino que seja difícil. Até porque, se não fosse, não estariam me pedindo. Ignoro se é viável. Você pode me dizer se é examinável e se, com os seus bons ofícios, a jovem consegue o que quer? Agradeço-lhe desde já o que fizer (ou não fizer, se for impraticável). (DOC. 4)

¹⁴⁴ Os anteriormente agraciados foram o presidente da França Charles de Gaulle, o médico e sanitarista polonês naturalizado norte-americano Albert Sabin, criador da vacina contra a poliomielite e o presidente do México, José López Portillo.

¹⁴⁵ Ofício FUB nº 410/81. Gabinete do Reitor. Universidade de Brasília. 11 de setembro de 1981. Anexos, documento nº 3.

¹⁴⁶ Otto Lara Resende não era um assessor qualquer. Segundo Mauro Salles, ele, além de redator e editorialista do jornal O Globo “gozava de prestígio e apoio unânime da família Marinho e dos jornalistas de todas as empresas do grupo”. Em outras palavras, suas ações dificilmente seriam tomadas sem consulta a Roberto Marinho. Para mais detalhes, consultar Salles (*in* Braga, Niskier, Falcão & Salles, 2005: 235. Anexos, documento nº 3).

¹⁴⁷ Francisco Calazans Fernandes também não era um funcionário qualquer. Além de jornalista, ele havia sido secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte e, dada a sua proximidade com o dono das Organizações Globo, foi um dos idealizadores da Fundação Roberto Marinho e dos telecursos.

No dia seguinte, o mesmo bilhete, com uma anotação manuscrita, assinado por Calazans, chegava ao gabinete de José Carlos Azevedo: “caro reitor: é um pedido do Otto. Vamos atender?” (DOC. 5).

6.6.2. O uso do bem público pelo setor privado ou a parceria entre a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Roberto Marinho

O Projeto Global de Teleducação destinava-se a todas as faixas etárias da população educacional brasileira, do pré-escolar até a universidade e a universidade permanente, ensinando à distância a inúmeros níveis e setores da sociedade. Sua execução impunha a criação de um Centro de Produção de Televisão Educativa, cuja sede provavelmente ficaria em São Paulo, mas previa-se também um estúdio na UnB. Para tanto, a UnB deveria proceder, segundo o convênio assinado para dar prosseguimento à parceria FUB-FRM, à importação “ao inteiro abrigo das normas e leis em vigor, de equipamentos previstos no convênio Subin-FUB-FRM e destinados à Central de Produção, os quais ficarão sob a guarda e inteira responsabilidade da FRM” (FUB. APC. Código 082.81058. 25/02/1985. DOC. 6: 3). Em outras palavras, a UnB importaria, a custo zero, os equipamentos que seriam utilizados apenas pela FRM. No mesmo convênio estava previsto que “ao cabo de dez anos, a FRM devolverá os equipamentos adquiridos com os recursos oriundos do pagamento da primeira parcela do que lhe foi destinado pelo BID, em perfeitas condições de uso, salvo problemas de ordem técnica que não possam ser solucionados e desde que não sejam mais necessários para garantir a continuidade do Projeto de Educação Continuada por Multimeios” (DOC. 6: 3-4). Em bom português, a FRM simplesmente pretendia se apossar dos equipamentos.

Ao tomar conhecimento da negociação envolvendo os recursos para esse convênio, a Funtevê imediatamente reclamou os seus direitos legítimos de administradora da verba. Igualmente, chamou para si a condição de ser a instituição oficialmente responsável pela produção educativa no país, como parte integrante do MEC. A Funtevê deixava nítido que o convênio exorbitava as competências da FRM e da UnB. A discussão em torno do assunto começou no início de março de 1983, quando alguns jornais confirmaram a possibilidade de o BID emprestar dinheiro para o projeto. Do lado do MEC, que trouxe a discussão a público, não apareceu ninguém para assumir a briga. A ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, fazia de tudo para evitar o tema, afirmando que ele “era da alçada da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que havia solicitado o empréstimo em nome da

Universidade de Brasília. Do lado da FRM também não apareceu nenhum porta-voz para tratar do assunto.” (“Globo poderá monopolizar teleducação”. Folha de S. Paulo, 1º caderno, 17/04/1983).

Para as Organizações Globo, a presença de Ester Figueiredo Ferraz no Ministério da Educação era sinal de tranquilidade, porque ela conhecia e tinha muitas afinidades com o pensamento da “casa”. Tanto que integrava o Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho, cargo do qual se viu obrigada a abrir mão. Em carta dirigida ao presidente da instituição, a quem se refere como “prezado amigo” (DOC. Nº 7. Carta da Ministra Ester de Figueiredo Ferraz dirigida ao presidente da Fundação Roberto Marinho, 23/03/1983: 1 e 2), elenca as razões pelas quais sua permanência na fundação havia se tornado incompatível com a condição de ministra. Ela explica para Roberto Marinho que dois pronunciamentos foram emitidos até então, no âmbito do MEC, um na Funtevê e outro na Secretaria de ensino de 1º e 2º Grau (SEPS), achando-se o processo em mãos da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAI), para elaboração do parecer final que iria consubstanciar o ponto de vista do próprio MEC.

O tom da disputa se elevou ainda mais nas semanas seguintes. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* (“Reitor da UnB defende o Projeto Supletivo”. *Jornal do Brasil*, 1º caderno, 04/04/1983: 4), o reitor da UnB, José Carlos Azevedo, saía em defesa do Projeto da TV Globo. De acordo com ele, a UnB não tinha dado um centavo sequer à Fundação Roberto Marinho, mas “apenas suporte pedagógico”. Ele aproveitou a oportunidade para, igualmente, defender a ministra Ester Ferraz que “não sabia a respeito dos entendimentos sobre a teleducação porque o assunto surgiu antes de sua ida para o MEC” (Idem). Azevedo atribuía a discussão gerada em torno do assunto a um grande equívoco provocado por “pessoas malévolas [que] estão empenhadas em bombardear uma iniciativa que recebeu todos os pareceres dentro do MEC, sem atingir a TVE.” (Idem). As palavras do reitor contribuíram para acirrar ainda mais a discussão.

Com o título de “Exclusividades da Globo preocupam setores do MEC”, a Folha de S. Paulo, publicava, no dia seguinte, matéria em que fazia alerta sobre os riscos deste novo empreendimento:

A monopolização pela Rede Globo da transmissão de grandes eventos como a Copa do Mundo, o Campeonato Nacional de Futebol, o mundial de automobilismo e até a expedição brasileira à Antártida está preocupando técnicos e pedagogos da área oficial de teleducação, que temem uma reedição desses casos com a instalação do projeto Global de Teleducação (PGT), que a Fundação Roberto Marinho, aliada à Universidade de Brasília,

está conseguindo aprovar junto ao governo federal. (“Exclusividades da Globo preocupam setores do MEC”. Folha de S. Paulo, 05/04/1983)

Começava a ficar nítido que os proprietários dos principais jornais não iriam assistir calados a essa investida das Organizações Globo. Some-se a isso que o regime autoritário no Brasil, representado pelo general João Batista Figueiredo, vivia o apagar das luzes. Governadores de oposição foram eleitos, pelo voto direto, nos principais estados e os próximos passos colocados pelo movimento popular apontavam para a luta por eleições diretas para presidente da República e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Pragmática, a Rede Globo procurava alcançar, o mais rápido possível, vantagens e benefícios, visando criar um fato consumado em termos da teleeducação no país.¹⁴⁸

Naquele momento, o empréstimo de U\$S 5 milhões para a arrancada inicial do PGT já estava aprovado pelo BID. Antes de ser encaminhado ao BID, o PGT havia passado pela aprovação da Seplan que, se tivesse levado em conta os trâmites normais, deveria ter consultado o MEC sobre o assunto. Como essa consulta não ocorreu, a direção da Funtevê, através de seu diretor-presidente, coronel Gilberto Bezerra Cavalcanti Soares, aliada a setores do MEC, passou a contar com um forte argumento para questionar a legitimidade e a legalidade do convênio. O acirramento da disputa chegou a tal ponto que até o truculento Serviço Nacional de Informações (SNI) foi instado a entrar no assunto.¹⁴⁹ Conforme noticiado pela Folha de S. Paulo,

De acordo com um relatório entregue ao SNI e outras autoridades por pessoas interessadas no caso, o projeto da Fundação Roberto Marinho poderá proporcionar novo monopólio à TV Globo, mais grave que os já verificados, porque conta com a chancela do governo, apesar de não ter passado pelo crivo e aprovação dos técnicos oficiais da área de teleeducação.

O relatório considera ainda que a Fundação Roberto Marinho e a Universidade de Brasília ‘exorbitam de suas funções’ já que a proposta do PGT prevê o desenvolvimento de atividades inerentes à Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, ligada ao MEC, a qual tentou em 80, aprovar um empréstimo de 4,3 milhões de dólares para executar programa semelhante ao projeto agora aprovado. (“Exclusividades da Globo preocupam setores do MEC”. Folha de S. Paulo, 05/04/1983)

¹⁴⁸ Em 1982 foram eleitos, respectivamente, Franco Montoro (MDB), em São Paulo; Tancredo Neves (MDB), em Minas Gerais; e Leonel Brizola (PDT), no Rio de Janeiro. No caso da eleição de Brizola, a TV Globo tentou fraudá-la, através do que ficou conhecido como “Caso Proconsult.” Para mais detalhes sobre o assunto, consultar Machado (2004).

¹⁴⁹ Uma razão possível para o envio do relatório ao SNI é o fato de, na época, existir uma linha nacionalista de direita que acompanhava com preocupação as investidas de Roberto Marinho no sentido de controlar a comunicação no país. Entre os integrantes dessa linha estavam os irmãos Geisel (Orlando e Ernesto) sendo Ernesto Geisel o antecessor de Figueiredo na presidência da República. Também integrava essa ala o ex-ministro da Educação, general Rubem Ludwig. É importante lembrar que, historicamente, a proposta de emissoras educativas sempre contou com a simpatia de uma ala dos militares.

No domingo seguinte, duas páginas da edição de O Globo (Caderno Grande Rio, 10/04/1983: 22-23) eram dedicadas ao assunto, com a empresa defendendo o trabalho de sua fundação na teleducação e louvando o PGT que seria desenvolvido a partir do empréstimo. Na primeira delas, através da manchete “Guerra interna no MEC ameaça doação de CR\$ 2,13 bilhões”, o leitor era induzido a acreditar que a educação brasileira estava correndo sério risco. Logo em seguida, para tranquilizá-lo, outro título, dessa vez se referindo ao Projeto Global de Teleducação, informava que a FRM estava viabilizando um convênio que iria atingir 3.200 municípios brasileiros. A parceria com a UnB era mencionada, ressaltando-se somente o seu “apoio e experiência” para o projeto.

Valendo-se de dados do próprio MEC, o texto comparava a participação de candidatos em exames supletivos – Supletivo Primeiro Grau, Projeto Minerva, João da Silva e Conquista –, a fim de convencer o leitor de que o trabalho da FRM, além de qualitativamente superior, atingia um número bem mais expressivo de pessoas do que o realizado pelas emissoras educativas. A matéria, obviamente, não fazia referência ao fato de a maioria desses projetos ter sido realizado por emissoras educativas e entregues de mãos beijadas à TV Globo. Igualmente, não fazia nenhuma menção à preocupação levantada por pedagogos e especialistas em educação de que a Globo, com o PGT, se transformasse em uma espécie de “Ministério da Educação Eletrônico”, controlando tudo o que viesse a ser feito em termos de educação no país, inclusive com futuro garantido na utilização educacional do satélite doméstico brasileiro.

Em 1982, o governo brasileiro havia comprado do consórcio *Sparhuges*, o projeto completo de um satélite doméstico a ser lançado em 1985 (Cf. “Ensino será o maior beneficiado com o 1º satélite brasileiro”. O Estado de S. Paulo, 26/10/1982). Constava da própria negociação do contrato de aquisição assinado pelo presidente João Figueiredo, no Canadá, que um dos principais beneficiários iria ser a teleducação, amplamente favorecida por algumas peculiaridades do modelo adquirido. Essa era mais uma forte razão para as Organizações Globo tentarem desqualificar as emissoras educativas, pois se nada fosse alterado, elas seriam as principais beneficiárias em termos de utilização do novo satélite.

As Organizações Globo estavam de olho, também, nos novos recursos que poderiam obter com o apoio, patrocínio ou mesmo publicidade direta junto à iniciativa privada. Na época, a Fundação Roberto Marinho já contava com o apoio da petrolífera anglo-holandesa Shell para a produção e veiculação de um programa voltado para a orientação profissional.

Com duração de 15 minutos e veiculado aos sábados, o “Globo Shell Profissões” passou, a partir de 1983, a fazer parte do Projeto de Teleducação, para o qual, por um período experimental de um ano, a Shell desembolsou CR\$ 40 milhões (“Empresa já paga programa semanal”. *Jornal do Brasil, Caderno Cidades, 17/04/1983: 27*).

6.6.3. A TV Globo e o “Ministério da Educação Alternativo”

As duas páginas de autoelogios e de críticas às TVs Educativas e a setores do MEC publicadas pelas Organizações Globo tiveram resposta imediata. Matéria feita pela Folha de S. Paulo, na quarta-feira seguinte, intitulada “Globo gasta mais que a TVE para gerar programas” (*in Folha de S. Paulo, 13/04/1983*), apontava que um minuto de programação produzido pela TVE do Rio custava pouco mais de CR\$ 15,500, enquanto um minuto da Fundação Roberto Marinho (através da Fundação Padre Anchieta) custava CR\$ 200,00. Mais ainda: a matéria registrava que, em alguns casos, a TVE havia conseguido produzir, em 1982, programas educacionais infantis até por CR\$ 5,300 o minuto. Apesar das tentativas da imprensa para ouvir Roberto Marinho, ele não deu entrevista. Carlos Magaldi, o secretário-executivo da FRM, pouco falou sobre o assunto, alegando que “por ser fundação a FRM não dá lucro” e que “é uma aleivosia dizer que existe lucro nas nossas iniciativas” (“Globo poderá monopolizar teleducação”. *Folha de S. Paulo, 17/04/1983*). Ele admitia, no entanto, que a FRM também não dava prejuízo. “É óbvio que não fazemos Teleducação por patriotismo. Essas iniciativas são boas para a imagem da Rede Globo”, assinalando ainda que ele “e todo mundo gostariam muito que a Funtevê e os órgãos oficiais tivessem competência para produzir teleducação” (*Idem*).

No boletim de programação da Rede Globo, na semana de 17 a 24 de abril, a reportagem de capa revelava também algumas coisas sobre o pensamento dos dirigentes da FRM sobre a teleducação. A publicação destacava que “uma discussão ganha corpo e procura pensar a melhor forma de conduzir o processo educacional brasileiro: ele deve ser uma tarefa basicamente do Estado, um Estado carente de recursos que enfrenta uma de suas mais graves crises econômicas, ou pode e deve ser repartido pelo conjunto da sociedade?”¹⁵⁰ O “conjunto da sociedade” era um eufemismo para encobrir os interesses das Organizações Globo. A reportagem acrescentava que “do ponto de vista tecnológico, o sinal das TVEs cobre uma

¹⁵⁰ Boletim de Programação TV Globo, semana de 17 a 24 de abril de 1983. Os boletins de programação eram semanais e distribuídos para as emissoras afiliadas.

área muito reduzida. A única que tem, hoje, um sinal mais amplo é a TV Cultura de São Paulo. Como se costuma brincar, o sinal só chega até o fundo do quintal” (Idem). Em seguida, passava-se a mostrar o que poderia ser feito pela FRM com o dinheiro do BID, referindo-se ao PGT (291 páginas e dois anexos), capaz de atingir, de imediato, 3.200 municípios brasileiros através do rádio e da televisão.

Não estava dito, mas para que os objetivos da FRM fossem alcançados e a TV Globo transformar-se em um “Ministério da Educação alternativo”, longe do controle das diretrizes oficiais de ensino, como denunciavam os opositores do projeto, faltava à FRM apenas conseguir a alteração da Portaria Interministerial 162 de 20 de agosto de 1982, criada no final da gestão do então ministro da Educação, general Rubem Ludwig, assinada por ele e pelo titular das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira. A Portaria era bastante clara no artigo 2:

O MEC estabelecerá as diretrizes gerais do conteúdo da programação educativa a ser produzida por executantes de serviços de radiodifusão ou centros de produção independentes, públicos ou privados.

Parágrafo Único: os programas produzidos pelas entidades mencionadas neste artigo poderão ser identificados como educativos desde que examinados e aprovados pelos órgãos competente do MEC.

A existência dessa portaria acabou transformando-se em entrave para as pretensões da Fundação Roberto Marinho junto ao BID, que se mostrava muito rigoroso com os aspectos legais dos programas para os quais emprestava dinheiro. Por duas vezes, o secretário-executivo da FRM, José Carlos Magaldi, teve que viajar a Washington para esclarecer dúvidas dos técnicos do BID sobre o assunto.

Apesar de a ministra Ester de Figueiredo Ferraz ter priorizado, desde que assumiu o MEC, alterar essa portaria, os técnicos da Funtevê e da TVE sustentavam a posição de que “não é possível evitar que o poder público se faça presente no setor da teleducação, julgando inclusive a qualidade e os critérios destinados a milhões de brasileiros” (“Decisão de Esther causa inquietação”. O Estado de S. Paulo, 08/03/1983).

Dentro da UnB, a posição do reitor José Carlos Azevedo de alinhamento e subserviência à FRM também era alvo de crítica, pois ficava nítido para a comunidade universitária que o convênio, tal como estava proposto, não levava em conta os interesses da instituição. José Carlos Vieira de Figueiredo, que integrava o Conselho Diretor da FUB,¹⁵¹

¹⁵¹ Na época, o Conselho Diretor da FUB era composto pelas seguintes pessoas: Abílio Machado Filho, Amadeu Cury, Aristides Azevedo Pacheco Leão, Isaac Kerstenetzky, José Carlos de Almeida Figueiredo, José Ephim Mindlim e José Vieira de Vasconcelos.

enviou correspondência ao reitor José Carlos Azevedo, fazendo uma série de sugestões sobre como a instituição deveria se comportar em relação ao convênio com o BID (DOC. 8. Correspondência dirigida ao reitor da UnB, 14/01/1985). Na mesma correspondência, Vieira de Figueiredo assinalava que o país estava às vésperas de uma mudança governamental, com perspectivas de novos tempos, inclusive para a educação e a cultura, ressaltando que “não me parece oportuno ‘amarrar’ o Plano de Operações com projetos específicos, nessa hora.” (DOC. 8: 2). Ele prosseguia argumentando que “seria mais conveniente que isso fosse feito de acordo com a ótica do novo Governo”. Vieira de Figueiredo concluía lembrando que “isto posto, sou de opinião que deva ser refeita a minuta do convênio entre a FUB, a Seplan e a Subin, abrindo-se o projeto à participação de instituições adequadas aos objetivos principais do projeto” (DOC. 8: 2). José Carlos Azevedo ignorou a sugestão, com a 282ª reunião ordinária do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília aprovando, em 29 de janeiro de 1985, a assinatura do convênio FUB/FRM, “ao abrigo da Declaração de Intenções para desenvolvimento de Programa de Cooperação Mútua, assinado entre ambas as Fundações” (DOC. 9. Resolução do Conselho Diretor nº 001/85). Em ofício dirigido ao presidente da Fundação Roberto Marinho, em 1º de fevereiro, o reitor dava-lhe ciência desta aprovação, praticamente ignorando os anseios da UnB e a nova realidade política do país.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, colocou fim ao período autoritário no Brasil. Estava com os dias contados, também, o longo reitorado de José Carlos Azevedo.¹⁵² No ano anterior, a comunidade da UnB já havia, numa atitude inédita, escolhido, pelo voto direto, seu novo dirigente, o professor Cristovam Buarque,¹⁵³ cujo nome aguardava nomeação pelo MEC. Em ofício dirigido à Seplan em 10 de julho, o vice-reitor em exercício na UnB, Luiz Otávio Moraes de Souza Carmo, dava ciência ao titular da Subin, embaixador Gilberto Paranhos Velloso, que o convênio celebrado entre a secretaria, a FUB e a FRM, para execução do projeto Educação Continuada por Multimeios havia sido feito, por parte da UnB, “sem a prévia análise dos órgãos de assessoria técnica e jurídica e mesmo daqueles que, pela natureza da ação a ser desenvolvida, participaram da sua

¹⁵² Enquanto se aguardava decisão do novo governo sobre a reitoria da UnB, o cargo foi ocupado, temporariamente, por Geraldo Ávila (13/03/1985 a 19/03/1985) e, depois, pelo vice-reitor Luís Otávio Moraes de Souza Carmo (20/03/1985 a 20/08/1985) quando, finalmente, a comunidade universitária elegeu o professor Cristovam Buarque para o cargo.

¹⁵³ Cristovam Buarque se tornou o primeiro reitor da UnB a ser escolhido pela comunidade universitária. Participaram da consulta 616 professores (80%) do total e 5.450 alunos (54%) do total. A escolha foi confirmada pelo MEC, que lhe deu posse.

consecução” (Ofício FUB nº 294/85, Anexos, documento nº 10. Gabinete do Reitor. Brasília, 10/07/1985).

O ofício concluía com a indagação à Subin se haveria possibilidade de o convênio ser objeto de uma renegociação, uma vez que os termos originalmente acertados não permitiam a participação institucional da UnB (Idem). Ofício igualmente assinado pelo reitor em exercício da UnB foi enviado à FRM comunicando-lhe a decisão. Chegava ao fim para a UnB a tentativa da TV Globo, através da Fundação Roberto Marinho, utilizá-la para seus propósitos de monopolizar a teleducação no Brasil e, claro, ganhar dinheiro. Afinal, como já havia assinalado, sem muita cerimônia, seu secretário-executivo, José Carlos Magaldi, “é óbvio que não fazemos teleducação por patriotismo”.

6.7. O Canal Futura e a tentativa (bem sucedida) da FRM obter privilégios

Em setembro de 1997, a FRM, com o financiamento de 10 grandes empresas públicas e privadas, além da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), lançou o Canal Futura, voltado para a educação no Brasil. Esse canal e todas as demais emissoras de TV por assinatura só foram possíveis graças à chamada Lei do Cabo (Lei Federal nº 8.977), que regulamentou a atividade de televisão por assinatura no país. A Lei do Cabo foi um avanço em termos de opções para a população brasileira como será visto no próximo capítulo, mas para as emissoras educativas existentes significou acirramento ainda maior na disputa por verbas e apoios.

A missão declarada que o Futura se atribuía era a de “contribuir para a formação educacional da população, desenvolvendo as capacidades básicas da criança, do jovem, do trabalhador e de toda a família”, através de quatro princípios fundamentais: “espírito comunitário, pluralismo, espírito empreendedor e ético”. Mas o objetivo não declarado que levou à FRM a criá-lo era, novamente, a tentativa de captar as verbas disponíveis, na área pública e na área privada, para a teleducação (Carrato, 2008). Não seria difícil prever que, dado o tamanho das Organizações Globo¹⁵⁴ e a sinergia que suas múltiplas atividades

¹⁵⁴ As Organizações Globo configuram o maior grupo de comunicação do Brasil, cuja principal empresa é a Rede Globo de Televisão, que possui 113 estações de televisão aberta, entre próprias, associadas e afiliadas, cobrindo 99% do território nacional. Sob a insígnia do Infoglobo estão os jornais O Globo, Extra e Diário de São Paulo, além do Globo Online e Agência Globo. As Organizações Globo têm participação no jornal Valor Econômico, que é especializado em economia. No Sistema Globo de Rádio, as Organizações Globo controlam a CBN, o Globo, a 98 FM, a Globo FM, entre outras. Está presente no ramo fonográfico com o Sistema Globo de Gravações Audiovisuais – sigla, que comporta a Som Livre e a RGE, bem como parcerias com a Universal, Sony, EMI e Warner. No mercado editorial a Globo possui uma editora que publica revistas, gibis e livros.

permitem, as TVs Educativas acabariam sendo as principais prejudicadas. Ao contrário das demais empresas de comunicação das Organizações Roberto Marinho, o Canal Futura tem conseguido passar ileso diante das críticas. No entanto, sua atuação está muito distante do “pluralismo, da ação empreendedora e da ética” (Idem) a que se autoatribuiu.

Exemplo disso foi a solicitação feita pela Fundação Roberto Marinho ao Governo Federal, em 2005, com o objetivo de manter o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), que lhe garantia isenção de impostos e demais benefícios previstos em lei, mediante a comprovação de que presta auxílio a pessoas e instituições carentes.¹⁵⁵ Desde a sua criação, a FRM havia obtido essa certificação, que vinha sendo anualmente renovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), até que a Receita Federal identificou inconsistências na sua prestação de contas. Dos mais de 70 projetos da FRM, foram exatamente os envolvendo educação e, sobretudo, o Canal Futura, as atividades que a entidade listou para justificar a sua atuação como sendo “assistência social.”¹⁵⁶

Entre os aspectos assinalados pelo Recurso da Receita Federal estava o fato da FRM “declarar-se como uma entidade sem fins lucrativos, mas apresentar superávit nos três exercícios sob análise (2002, 2003 e 2004), demonstrando que seus fins são econômicos”.¹⁵⁷ Nesse sentido, é preciso se fazer algumas considerações para que o assunto seja entendido. Antes da Constituição de 1988, era extensa a relação de entidades consideradas filantrópicas, cabendo-se nela, com uma boa argumentação, praticamente tudo. A nova Carta alterou esse

Associada à firma norte-americana R. R. Donnelley, dirige a Globo Cochrane Gráfica e Editorial. A Globo Filmes e a Globo Vídeo atuam na produção, distribuição e comercialização de filmes e vídeos, sendo proprietárias também do Projac, estúdio de produção audiovisual situado no Rio de Janeiro. O provimento de acesso e conteúdo para Internet são responsabilidades da Globo.com. No negócio de TV por assinatura o grupo está presente em diferentes empresas: Net Serviços, operadora de TV por assinatura com 45 empresas de cabo e três de MMDS, em 67 cidades; Virtua, provimento de acesso à Internet banda larga via TV a cabo; Sky, operadora de TV por assinatura via satélite, em associação com a News Corp.; Net Brasil distribuidora de programação do sistema Net/Sky; e a Globosat, programadora e produtora de canais GNT, GNT Portugal, Multishow, Sportv, Sexy Hot, Première. Além disso, tem participação nos canais Futura, Shoptime, Universal Channel, Canal Brasil e ESPN Brasil. Nos canais Telecine possui uma *joint venture* com os estúdios Paramount, Universal, Metro Goldwyn Mayer (MGM), Twentieth Century Fox Studios.

¹⁵⁵ O processo em questão é o de nº 71010.000811/2005-52 (três volumes), registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

¹⁵⁶ Recurso da Receita Federal contra a manutenção pela FRM do Cebas. Anexos, documento nº 10.

¹⁵⁷ De acordo com declaração da FRM, sua receita base no ano de 2002, foi de R\$ 92.671.878,00, das quais R\$ 60.801.289,00 são de gratuidade, representando 65% do total. Em 2003, a receita-base foi de R\$ 56.281.447,88, com a parte relativa à gratuidade sendo de R\$ 30.966.127,00, equivalente a 55% do total. Em 2004, a receita-base foi de R\$ 76.651.685,72, com a parte relativa a gratuidade sendo de R\$ 43.380.272,94, representando 56% do total. Os dados constam da página 8 do Recurso Administrativo impetrado pela Secretaria da Receita Federal contra a decisão do CNAS que, através da Resolução nº 140, de 16/08/2007, publicada no DOU em 30/08/2007, deferia o pedido da FRM para que continuasse mantendo o certificado de entidade filantrópica, em julgamento do Processo nº 71010.000811/2005-52.

quadro, exigindo que entidades de assistência social sem fins lucrativos, que não sejam benemerentes, só gozem da imunidade de impostos desde que atendam a requisitos legais bastante precisos. O objetivo era garantir que os recursos destinados à assistência social chegassem efetivamente a quem deles precisa.

Em se tratando do Canal Futura, não há como enquadrá-lo nas exigências feitas pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que rege o setor. Aliás, a LOAS é muito precisa no que se refere à destinação de recursos para os setores carentes. Foi baseado nisso que a Receita Federal interpôs o recurso em questão, sob o argumento de que a solicitação de isenção de impostos não se aplicava à FRM, pois “quem explora a atividade de assistência social segundo as regras da livre iniciativa – obter lucro –, pagará imposto como qualquer outro agente econômico.” (Recurso Administrativo nº 3, Receita Federal, 2007, Brasília: 3).¹⁵⁸ É interessante assinalar que, para comprovar sua importância na área da educação, a FRM anexou ao processo em que solicita a renovação do CEBAS artigos publicados pelo jornal O Globo.¹⁵⁹ Novamente, como no caso do convênio Subin-FRM-UnB, um veículo das Organizações Globo era utilizado para “atestar” a importância do trabalho realizado por outro da mesma organização.

O Recurso impetrado pela Receita Federal destacava ainda que a FRM relacionava em seu site, uma série de parceiros privados e públicos, mas não observava a exigência de que “todas as ações custeadas pelas Receitas recebidas através de doações de pessoas jurídicas e das oriundas de contratos de parcerias com pessoas jurídicas deveriam ter sido segregadas em contas específicas de resultado, condição não cumprida pela entidade” (Parecer da Receita Federal. Anexos, documento nº 11: 12). Aqui, a “arrogância” das Organizações Globo, para retomar os termos utilizados por Lima (2012), fica outra vez evidente, pois se sente no direito de desconhecer a regra mais elementar que qualquer cidadão ou entidade precisa cumprir perante a Receita Federal: discriminar seus recebimentos.

O Recurso prossegue assinalando que, “pelo verificado nos relatórios anuais de atividades constantes dos autos” (Ibidem: 11), e considerando “os inúmeros projetos realizados que nada tem de assistência social por abranger a preservação e/ou restauração de móveis; e a aplicação de valores consideráveis no mercado financeiro” (Ibid.: 12), fica evidente que “se seus objetivos institucionais não estão focados na assistência social, como

¹⁵⁸ Recurso relativo ao processo nº 71010 00011/2005-52.

¹⁵⁹ Os artigos em questão são “Elas fazem a diferença com muita arte” e “Canal Futura lança criatividade”, ambos abordando o programa “Série Making It”.

meta principal, a Entidade não pode ter ou renovar um Certificado de Entidade de Assistência Social (CEAS).” (Idem).

Através do escritório Roberto Quiroga Mosquera, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, a FRM contestou os termos do Recurso da Receita Federal. Ao longo de 34 páginas, os citados advogados procuram refutar as alegações com argumentos da seguinte ordem: a FRM é “uma parceira da qual o Estado brasileiro não pode hoje prescindir” (Parecer da Receita Federal. Anexos, documento nº 12), alegando que “tanto diversos órgãos do governo federal, bem como secretarias estaduais e prefeituras de todo o país se valem, no contexto de suas próprias iniciativas educacionais, de metodologias de ensino desenvolvidas pela Fundação Roberto Marinho, em uma relação de estreita cooperação e com foco na escola pública” (Idem). Os referidos advogados alegam, igualmente, que a FRM “realiza algumas das mais bem sucedidas iniciativas educacionais do país, desempenhando importante papel social” (Idem), citando entre elas o Telecurso 2000 e o Canal Futura.

A argumentação utilizada pelos advogados da FRM, observada pelo contexto que interessa a esta pesquisa, adquire contornos dos mais relevantes. Por qual motivo as emissoras educativas não podiam receber apoios e patrocínios, como as Organizações Globo e a Abert sempre denunciaram e questionaram, e o Canal Futura teria direito a todos eles e sem prestar contas, sequer, à Receita Federal? Detalhe: por mais que os advogados contratados pela FRM tentassem demonstrar o contrário, em momento algum, no que se refere aos parceiros da entidade, dos quais “a Recorrida tem muito orgulho” (Idem), aparecem prestações de contas em relação a valores recebidos.

Pela segunda vez, em pouco mais de uma década, as Organizações Globo procuravam se transformar em destinatária de isenções, verbas e benefícios oficiais voltados para a educação, em detrimento das emissoras que, legitimamente, detêm esse direito. A atuação da Receita Federal, no entanto, mostrou que a argumentação utilizada pela família Marinho não se sustentava. Ficou nítido que o objetivo da FRM era, além de privilégios e benefícios nada republicanos, criar, ao arrepio da lei, uma nova modalidade de canal televisivo no país, o canal beneficente, através do qual veicularia seus interesses e os dos parceiros, ganharia pontos junto à opinião pública, seria isenta de impostos e impediria o fortalecimento das TVs Educativas.

Em se tratando da FRM e do Canal Futura, serve como uma luva a observação de Faoro (2001) a respeito da atuação dos donos do poder ou daqueles que se sentiam como tal: tratam a coisa pública como se ela lhes pertencesse, se desobrigando de prestar contas ou de

dar satisfação a quem quer que seja. O Recurso da Receita Federal teve o mérito de dar transparência a ações que, em outras circunstâncias, dificilmente chegariam ao conhecimento público.

6.7.1. A Fundação Roberto Marinho e a benevolência do governo Lula

A FRM, como todas as demais entidades que pleiteavam a renovação do CEBAS, foi beneficiada pela Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, baixada pelo governo federal, que prorrogou automaticamente, por um ano, a validade da certificação. O mesmo decreto dispunha que, a partir de então, não seria mais o Conselho Nacional de Assistência Social que decidiria sobre todos os certificados, com os relativos a entidades educacionais se tornando competência do MEC. No Ministério da Educação, o pleito da FRM foi contemplado.

O “Livro Negro da Previdência Social de 2009” denunciou o governo Luiz Inácio Lula da Silva pelas renúncias contributivas que acabou impondo à Previdência Social. De acordo com a publicação, “foram mais de R\$ 17,1 bilhões que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos, sendo R\$ 5,4 bilhões relativos a entidades filantrópicas” (Souza, 2009). O valor total das renúncias em 2009 representou um aumento de quase 20% sobre o do ano anterior. Algo em torno de R\$ 181,3 bilhões, equivalente a 0,55% do PIB brasileiro. Mais uma vez fica nítida a influência das Organizações Globo na política brasileira, em detrimento da maioria dos cidadãos.

A parceria entre a Fundação Roberto Marinho e a UnB, que tantos prejuízos traria à universidade e à própria educação brasileira, como foi mostrado neste capítulo, não se viabilizou. Já a situação privilegiada e no mínimo *sui generis* do Canal Futura se mantém. Enquanto as TVs Educativas permanecem proibidas de veicularem publicidade ou contarem com patrocínios, o Canal Futura não só dispõe de patrocinadores na área privada e pública, como se vê contemplado com isenção fiscal. Dois pesos e duas medidas em se tratando das emissoras educativas.

No próximo capítulo, a situação das TVs Educativas será abordada a partir de uma perspectiva mais ampla e igualmente mais complexa, a aprovação, em 1995, da Lei do Cabo, que colocou em cena o que se convencionou chamar de “campo público” da comunicação no Brasil.

CAPÍTULO 7

O CAMPO PÚBLICO: ENTRE O “CORONELISMO ELETRÔNICO” E A FRAGMENTAÇÃO

Até a promulgação da nova Constituição, em 1988, não existia na legislação brasileira a figura da emissora pública de televisão. A Carta Magna inova ao introduzi-la, ao mesmo tempo em que determina que seja observado o princípio da complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal (Capítulo V, Art. 223). A novidade tinha a ver com a redemocratização, com vários segmentos da sociedade mobilizados e exigindo mudanças inclusive na radiodifusão.

A eleição de Tancredo Neves para a presidência da República, através do Colégio Eleitoral, em 1985, oficialmente colocou ponto final no regime autoritário e na sucessão de generais (foram cinco ao todo) na presidência da República. Sua doença e morte e a posse de seu vice, José Sarney (1985-1989), rapidamente indicaram que a Nova República, como o novo governo se autodenominava, guardaria ainda muitas semelhanças com o regime autoritário no que diz respeito à radiodifusão.

Em que pese estilos e histórias partidárias diferentes, Sarney “herdou” de Tancredo Neves um ministério que provocou inúmeras críticas, especialmente pela presença, na Pasta das Comunicações, do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, político que, quase até o último momento, esteve ao lado dos militares. A escolha de Magalhães se deu por influência direta do dirigente das Organizações Globo, Roberto Marinho, numa demonstração que, mesmo na Nova República, empresários da comunicação, sujeitos à ação do Ministério das Comunicações, não se contentariam em serem espectadores, e continuariam desempenhando papel crucial na tomada de decisões e na própria formulação das políticas do setor.

Magalhães assumiu o cargo, apesar do abaixo-assinado de 180 deputados do PMDB solicitando a indicação do deputado Freitas Nobre,¹⁶⁰ jornalista e um dos mais ferrenhos críticos dos governos autoritários. Além disso, ele manteve como secretário-geral do Ministério das Comunicações, o engenheiro Rômulo Villar Furtado,¹⁶¹ desconhecendo

¹⁶⁰ José de Freitas Nobre foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e professor titular da Escola de Comunicação e Arte (ECA) da USP. Deputado federal por cinco legislaturas e líder do MDB, ele se notabilizou pela oposição ferrenha aos governos militares.

¹⁶¹ Por 11 anos seguidos, nos três últimos governos militares, Rômulo Avelar havia exercido o cargo de secretário-geral do Ministério das Comunicações. Sua esposa, a deputada Rita Furtado, por sua vez, era uma grande empresária de rádio e televisão.

manifestações de parlamentares defendendo mudanças na Pasta. No que se refere à comunicação, portanto, não houve mudança estrutural, e pode-se dizer que conjuntamente se mudou para pior. “Raposa” política, Magalhães, para contornar os problemas, anunciou, em outubro de 1985, a suspensão e revisão das últimas 144 concessões outorgadas no fim do regime militar, criando uma comissão para essa finalidade. No entanto, meses depois, tudo voltava a ser como antes, com a comissão tendo concluído pela absoluta regularidade de todos os processos analisados.

Talvez o exemplo mais eloquente de que a Nova República não estava disposta a romper com o passado seja o que aconteceu durante os trabalhos da própria Assembleia Nacional Constituinte. Embora a troca de concessões por votos não fosse novidade na política brasileira, nesse momento ela se tornou um instrumento banalizado. Como ressalta Motter (1994), o governo de José Sarney foi responsável por 1.028 concessões de emissoras de rádio e televisão, o que equivale a 30,9% de todas as concessões feitas na história do Brasil até o início do governo de Fernando Collor. A maior parte delas se deu no segundo semestre de 1988, antes do dia 5 de outubro, data fatal para a aprovação do mandato de cinco anos¹⁶² para o presidente da República. Entre os beneficiados com essas concessões estavam 91 membros da Constituinte (de um total de 559), o secretário-executivo Rômulo Furtado, o ministro Antônio Carlos Magalhães e o próprio Sarney.¹⁶³ O gesto explícito de trocar apoio político por concessões de rádios e TVs revitalizava a velha prática do coronelismo, agora com a roupagem de “coronelismo eletrônico”.

A expressão “coronelismo eletrônico” (Santos & Caparelli, 2005: 80; Lima, 2007) inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do poder público e os proprietários de canais de televisão. Pela importância da TV aberta como principal fonte de informação e lazer no Brasil, e por ser um meio de recepção gratuito, ela teria transformado os antigos “coronéis” políticos em coronéis “eletrônicos”, uma vez que, no lugar da propriedade rural, usavam agora a propriedade de estações geradoras e retransmissoras de TV como forma de extensão de seus poderes.

¹⁶² A duração do mandato para presidente da República, quando da eleição da chapa Tancredo Neves- José Sarney, era de quatro anos. Sarney, no entanto, queria mais um ano no cargo. Para tanto, lançou mão das concessões como moeda de troca, a fim de alcançar seu objetivo. Como ressalta Motter (1994), dos 91 constituintes que receberam concessões, 84 votaram a favor do mandato de cinco anos.

¹⁶³ Dentre os maiores beneficiados da distribuição de concessões de radiodifusão se destacava em primeiro lugar, a família do ex-presidente José Sarney, tendo, em nome de parentes, 39 concessões de rádios e TVs em cinco cidades do Maranhão (Castro [org.], 2005: 94).

Durante o governo Sarney, Antônio Carlos Magalhães também indicou a Globo para ser sócia no Brasil da NEC,¹⁶⁴ fabricante japonesa de eletrônicos. Por entrar em concordata, a NEC tinha acabado de perder o seu principal cliente no país, que era o próprio Ministério das Comunicações. Os japoneses acusavam a Brasilinvest, sócia anterior, de má gestão. Coincidentemente, um mês depois de indicar a Globo para o negócio, a TV Bahia, de propriedade da família de Antônio Carlos Magalhães, passou a ser a retransmissora da TV Globo em Salvador. Até então, a Globo era retransmitida na capital baiana por uma emissora concorrente, a TV Aratu. Em outras palavras, o próprio ministro das Comunicações usava o cargo público em prol dos seus interesses privados.

Esse contexto é fundamental para se entender o que aconteceu com as emissoras educativas quando, finalmente, o país passou a contar com o que pode ser definido como “campo público” de televisão, assunto que será discutido neste capítulo. O conceito de campo público aqui adotado acompanha de perto a caracterização proposta por Bourdieu (1984), ao considerar que um campo específico é integrado por um conjunto de agentes que guardam entre si afinidades e semelhanças, o que não os impede de possuírem, eventual ou continuamente, diferenças e divergências. Divergências que, mesmo presentes, não são suficientes para levar esses agentes a integrar outro campo ou o campo oposto, mas são suficientes para dificultar, interna e externamente, o avanço das posições relativas àquele campo.

Nessa perspectiva, integram o campo público de televisão no Brasil as emissoras educativas (as existentes até o início da Nova República e as que surgem depois), a TV Cultura de São Paulo e também as emissoras de “interesse público”, que entram em cena com a aprovação da Lei do Cabo em 1995. O campo oposto ao da Televisão Pública é o da Televisão Comercial. Neste capítulo, portanto, os problemas enfrentados pelas TVs Educativas “históricas” serão retomados dentro desse novo contexto, que pode ser caracterizado como a fase da criação de múltiplos canais de acesso público, como a periodização desta pesquisa propõe. Além da guerra que lhes movia as emissoras comerciais, TV Globo à frente, serão discutidas as dificuldades envolvendo o relacionamento entre elas e as novas emissoras que passam a integrar este campo. Emissoras que, mesmo se autodenominando “educativas”, raramente possuíam tal caráter. Será alvo de análise,

¹⁶⁴ Roberto Marinho chegou a enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o caso NEC. A compra da NEC pela Globo foi concluída em 1986. Segundo o engenheiro Carlindo Hugueneu, detentor das patentes das centrais telefônicas Trópico, o grupo Brasilinvest foi submetido a um “garrote fino”, até concordar em ceder o controle para a Globo: “Todas as encomendas e pagamentos à NEC foram suspensos, até a transferência do controle ao Roberto Marinho” (Dias & Cornils, 2004: 108).

igualmente, o relacionamento envolvendo as TVs Educativas “históricas” e as de “interesse público”. Em outras palavras, o capítulo aborda tanto problemas relativos à configuração do campo público de televisão, marcado pela fragmentação e pela explosão no número de seus integrantes, quanto a conflituosa relação que caracteriza alguns dos seus principais agentes.

7.1. A constituição do “campo público” da televisão no Brasil

As TVs Educativas foram implantadas sem um planejamento específico. Como assinala Fradkin (2005: 7),

Algumas emissoras tiveram como razão de ser de sua criação questões de ordem política; outras deveram a sua existência à tenacidade individual de idealizadores; e poucas foram as que surgiram com objetivos explicitamente diferenciados.

O Canal 11 de Recife, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco, inaugurado em novembro de 1968, foi a primeira emissora educativa criada no país. Em que pese o seu pioneirismo, sua atuação acabou restrita, impossibilitando-o de maiores contribuições. No ano seguinte, começaram a tomar corpo a TV Educativa do Rio de Janeiro (TVE-RJ) e a TV Cultura de São Paulo que, mesmo sendo frutos de processos e interesses diversos, contribuíram para caracterizar o final dos anos 1960 e o começo dos anos 1970 como o início do campo público de televisão no Brasil.

O idealizador da TVE-RJ, professor e intelectual Gilson Amado, um entusiasta das possibilidades educativas da radiodifusão, teve, entre outros méritos, o de conseguir materializar o sonho de Roquette-Pinto. Bem na linha de Roquette-Pinto, Amado considerava o rádio e a televisão como “o educandário das multidões” (Menezes, 1876: 2). Em 1967, ele criou a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE) para a produção de programas a serem exibidos em emissoras de TV comerciais.

Desde 1962, no entanto, ele já vinha dando passos nessa direção, quando conseguiu no Canal 9, TV Continental do Rio de Janeiro, um horário para apresentar suas mesas redondas e debates sobre assuntos de interesse público. Foi exatamente nesse espaço que Amado lançou a ideia da Universidade de Cultura Popular, “uma universidade sem paredes, capaz de atender aos milhões de brasileiros maiores de 16 anos que perderam, na época própria, a oportunidade de acesso à escola” (Neto, 2002: 421). Projeto que, em 1967, foi reconhecido como sendo de utilidade pública. Através de convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, fez com que a Universidade de Cultura Popular

produzisse programas educativos e de cultura geral, a exemplo do “Admissão ao Ginásio” e “Educação Familiar”.¹⁶⁵

Especificamente, a história da FCBTVE começou em outubro de 1964, quando uma Comissão formada por funcionários do MEC, membros do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) e educadores deu início à elaboração de um projeto visando a criação de um centro, em forma de fundação. Três anos se passaram até que a Fundação fosse oficializada, através da Lei nº 5.198 de 3 de janeiro de 1967. Por meio de uma assembleia geral, prevista em lei, Gilson Amado, que fazia parte da comissão, foi escolhido como seu primeiro presidente. O Brasil estava sob o regime militar, com o general Costa e Silva sendo eleito indiretamente para substituir o marechal Castelo Branco na Presidência da República. Uma nova Constituição acabava de ser promulgada e o índice de analfabetismo chegava a 32,05%, fazendo com que os militares decidissem criar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).¹⁶⁶

Foi nesse contexto que Gilson Amado conseguiu viabilizar a FCBTVE. Inicialmente, a entidade ocupava duas salas comerciais no 10º andar do edifício Odeon, no centro do Rio de Janeiro. Em 1968, quando recebeu a primeira verba do governo federal, mudou-se para um apartamento em Copacabana, onde o objetivo era construir um circuito fechado de televisão. O estúdio e o centro de produção tinham apenas 14 metros quadrados, divididos em duas salas. Os equipamentos utilizados eram rudimentares e como o MEC enviava os recursos devidos à FCBTVE de forma parcelada, isso dificultava a melhoria das condições.

Foi, no entanto, em 1973, através da antiga TV Rio, que os programas educativos elaborados pela equipe da FCBTVE começam a ser veiculados. “João da Silva”, uma espécie de telenovela e curso supletivo de 1º grau, destinado a jovens e adultos das séries iniciais, tornou-se o primeiro deles, com as noções de matemática sendo tratadas como parte do cotidiano dos personagens que representavam os vários tipos que compunham a sociedade. O

¹⁶⁵ Amado conseguiu viabilizar, também, parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através da qual realizou os seguintes programas para a televisão: “Artigo 99”, “Admissão ao ginásio”, “Educação familiar”, “Aprenda a cuidar de seu filho”, “Escola de pais”, “Aprenda a ver pintura”, “História da formação nacional” e “História da Liberdade da América” (Carriço, 2008: 12).

¹⁶⁶ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi um projeto criado pelo regime militar, através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Ele propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. Mantido pelo regime militar, durante anos jovens e adultos frequentaram as aulas do programa. A recessão econômica iniciada nos anos de 1980 inviabilizou a sua continuidade, que demandava altos recursos para se manter. Ao longo de sua existência, o Mobral sofreu muitas críticas, pois fora instituído como extensão das campanhas de alfabetização de adultos iniciada por Lourenço Filho, mas alguns educadores o consideravam apenas um espaço para ensinar a ler, escrever e contar sem, necessariamente, formar o indivíduo e prepará-lo para a vida. Razão pela qual o Mobral era considerado uma espécie de oposto do Método Paulo Freire.

Projeto “João da Silva” foi um marco para a teleducação brasileira e se transformou em um paradigma para a época, tendo recebido prêmio inédito da televisão japonesa. (Maciel, S/D: 6). Nesse período, as atividades do FCBTVE contavam com aproximadamente 11 mil alunos, número que, mesmo não sendo dos mais expressivos, apontava para um potencial bem maior do setor.

Na década que separa a criação da FCBTVE da entrada em cena de sua emissora de televisão, além da novela “João da Silva”, vários outros programas foram realizados como “É preciso cantar” e “Pequena Antologia da MPB”, apresentado por Grande Otelo e com o objetivo de preservar a memória nacional, “Pluft, o fantasminha” (1975) e “Sítio do Pica-Pau Amarelo” (1977), espécies de teledramaturgia infantil que contaram com financiamento da TV Globo. A aparente contradição se explicava pelo fato de a TV Globo, após o Caso Time-Life, ter interesse em se aproximar da cultura nacional e do público infantil. Quanto a Amado, esses primeiros programas deixavam nítido que ele não iria se pautar pelo que determinava a legislação sobre TVs Educativas.

A FCBTVE produzia e veiculava programas educativos através de outras emissoras, razão pela qual começou a sonhar com seu próprio canal de televisão. Materializar esse sonho não era tarefa fácil, especialmente porque o governador da Guanabara, Chagas Freitas, também tinha planos para implantar uma emissora educativa. Nesse sentido, chegou a criar uma comissão liderada por seu secretário da Educação, Arnaldo Niskier, para cuidar das negociações junto ao governo federal.¹⁶⁷ Com muita habilidade, Amado conseguiu mostrar aos dirigentes do MEC que seu projeto era o mais adequado, porque não envolvia nenhum outro interesse a não ser o de melhorar a educação brasileira.

Em 1970, a FCBTVE teve um grande salto em termos de produção, fato destacado pela professora Alfredina de Paiva e Souza (2002), uma de suas fundadoras. Nesse ano, a portaria interministerial de nº 408, dos ministérios da Educação e das Comunicações, regulamentava que todas as emissoras comerciais de radiodifusão deveriam destinar cinco horas por semana para a educação. O próprio secretário-geral do MEC, ao discursar durante a Segunda Semana Brasileira da Radiodifusão Educativa enfatizava que “a teleducação brasileira deve se preparar para participar do esforço que visa erradicar, até 1980, o analfabetismo dos 15 aos 30 anos” (Carriço, 2008: 13).

¹⁶⁷ Maiores detalhes sobre os bastidores da disputa política entre o governo da Guanabara e o MEC podem ser obtidos em Niskier (1999).

A demanda de programas educativos aumentou de tal forma que a FCBTVE passou a trabalhar em ritmo acelerado. Como descreveu Amado, em um relatório à época:

Para dar uma ideia da produtividade dos trabalhos realizados, em caráter de urgência, para atender a tais objetivos, parece bastante assinalar que, em um estúdio de apenas 14 metros quadrados, a FCBTVE produziu mais de duas centenas de quilômetros de programas gravados em fita de vídeo tape. (Idem)

Ainda em 1970, a Fundação Konrad Adenauer, da República Federal da Alemanha, assinou um acordo com a FCBTVE comprometendo-se a doar equipamentos técnicos com a condição de que o MEC assegurasse um espaço adequado para a instalação e o funcionamento deles. Maurício de Menezes (1976: 1) descreve o “milagre” obtido por Amado ao conseguir convencer um industrial falido, Paulo Ferraz, a vender o prédio do Teatro República, no centro do Rio de Janeiro, para abrigar a fundação, por uma quantia simbólica, em contrapartida ele assumia a dívida do local.

Como a aquisição do local demorou, as obras de reforma tiveram que ser concluídas em cinco meses. A cerimônia oficial de entrega dos equipamentos e inauguração do Telecentro aconteceu em 17 de fevereiro de 1972 e contou com as presenças do embaixador da Alemanha no Brasil e do ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Segundo Jairo Bezerra (2002), além dos equipamentos doados, com valor superior a US\$ 2 milhões, os alemães se comprometeram também com o envio de especialistas para prestar apoio ao projeto. Através do decreto federal nº 72637, a FCBTVE conseguiu o tão sonhado canal de televisão. A concessão que lhe coube foi a do canal 2, que pertencera à TV Excelsior nos anos de 1960. A partir da concessão, a TVE teria 180 dias para montar e exibir sua programação. No entanto, só em novembro de 1975 ela faz a sua primeira transmissão experimental, passando a funcionar em caráter definitivo apenas no início de 1977, com seis horas de programação diária.

Amado tinha visão clara sobre o papel e a importância da TVE que, segundo ele, precisava ser:

Botas de sete léguas da educação e da cultura num país que tem urgência disso. Cabe-lhe realizar a programação que a TV Comercial não pode produzir em virtude de sua vinculação ao IBOPE¹⁶⁸ e à receita publicitária, bem como produzir os programas pioneiros de nossa época no campo da teleducação. (Carriço, 2008: 17)

¹⁶⁸ O Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope) foi criado em São Paulo, em 1942, pelo radialista Auricélio Penteado. O instituto apura e divulga, permanentemente, através da mídia comercial, a audiência dos programas e emissoras de rádio e televisão no país, tendo se transformando em uma das maiores empresas de pesquisa de mercado da América Latina.

No mesmo ano em que Amado cria a FCBTVE, o governo de São Paulo, através da Lei nº 9.849, constituiu a Fundação Padre Anchieta (FPA), cujo objetivo era manter as atividades de rádio e televisão educativas. No artigo 1º, a lei determinava a “autonomia administrativa e financeira” da entidade, enquanto o parágrafo único do artigo 2º dispunha que era “vedado à Fundação utilizar a Rádio e a Televisão Educativa com fins políticos e partidários”. Apesar das semelhanças de propósito entre o que pretendia a FCBTVE e a Fundação Padre Anchieta, é importante destacar que, desde o início, o governo paulista estabeleceu o compromisso legal com seu financiamento e também possibilitou uma maior independência para as suas atividades. Tanto que o Decreto Estadual nº 48.660, de 18 de outubro de 1967, que regulamenta a lei que criou a FPA, aprovando o seu primeiro Estatuto, a define como sendo “pessoa jurídica de direito privado”. Definição que foi fundamental para a liberdade da FPA em comparação com as amarras enfrentadas pela FCBTVE.

O Brasil passava a contar com duas novas emissoras de televisão não comerciais, ambas voltadas para a educação e a cultura. A TVE-RJ, criada e mantida pela FCBTVE, era uma emissora do governo federal, com sede no Rio de Janeiro, enquanto a TV Cultura, mesmo possuindo vínculo com o governo de São Paulo, nascia com considerável independência. É importante assinalar que, enquanto a FCBTVE surgiu do idealismo e da luta de Gilson Amado, a TV Cultura foi fruto, em grande parte, dos interesses da elite paulistana, governador Abreu Sodré à frente, sempre crítica em relação ao governo federal. Razão pela qual a criação da TV Cultura pode ser considerada uma espécie de eco da Revolução de 1932, associada ao fascínio que parte dessa elite nutria em relação à cultura europeia. Não por acaso a TV Cultura, desde o início, foi apelidada de “BBC brasileira” ou “BBC tropical”.

Ao contrário da TVE-RJ, cujas atividades foram tomando corpo gradativamente, a TV Cultura foi inaugurada oficialmente em 15 de junho de 1969, com uma grande festa no ginásio do Ibirapuera, na capital paulista. As transmissões regulares começaram no dia seguinte, às 19h30min, mas atingiam apenas a capital e, mesmo assim, poucas regiões conseguiam captá-las. A situação da TVE-RJ não era diferente, com seu sinal restrito a algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro. Emissora educativa do governo federal, a TVE-RJ esteve sujeita a inúmeras mudanças que se processaram no setor desde então.

Em 1979, o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) é extinto e substituído pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT) que, em dezembro do mesmo ano, convoca todas as emissoras educativas existentes no país para um encontro. O resultado desse

encontro foi a redefinição dos termos de colaboração mútua, com a FCBTVE sendo oficialmente designada para atuar como coordenadora operacional do Sistema Nacional de Televisão Educativa. O ano de 1979 abriga, assim, dois acontecimentos importantes para a história da TV Educativa no Brasil: a definição da coordenação de uma rede que contava com 11 emissoras regionais¹⁶⁹ que funcionavam como afiliadas,¹⁷⁰ além de distribuir programas educativos para 56 outras emissoras brasileiras, entre elas a TV Globo; e a morte de Gilson Amado.¹⁷¹ Entraves burocráticos, a pressão das emissoras comerciais, tendo à frente a ABERT, e a morte de seu idealizador e dirigente, no entanto, fizeram com que somente no início da década de 1980 a Rede de TV Educativa passasse a funcionar.¹⁷² Nesse meio tempo, a sua própria sigla havia sido alterada para Fundação Nacional de Televisão Educativa Gilson Amado (Funtevê), em homenagem ao seu idealizador e primeiro dirigente.

Em outubro de 1982 foi realizada, em Recife (PE), a VIII reunião do Colegiado do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED). A ela compareceram representantes da maioria das TVs Educativas existentes no país. A TV Cultura de São Paulo foi a principal ausente. Através de entrevistas à imprensa, o diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta, Antônio Soares Amora, deixava claro sua discordância em relação ao evento. O objetivo da reunião era discutir a portaria interministerial nº 162, que subordinava todas as emissoras educativas à Funtevê. Da reunião nasceria a Rede de TVs Educativas, com a sigla SINTED sendo alterada, pouco depois, para Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), a fim de incluir também as emissoras educativas de rádio.

¹⁶⁹ As emissoras eram: TVE Amazonas, TVE Ceará, TVE Maranhão, TVE Rio Grande do Norte, TVE Espírito Santo, TV Universitária de Pernambuco, TV Nacional de Brasília, Televisão Rondônia, TV Acre, TV Roraima e TV Amapá.

¹⁷⁰ Afiliadas são as emissoras que transmitem no todo ou em parte a programação de uma emissora geradora aberta. No Brasil, as principais emissoras geradoras abertas localizam-se nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. A decisão de afiliar-se pode ocorrer por várias razões, mas, em geral leva em conta o custo para se produzir programação própria e também a aceitação da marca e da programação da outra emissora. Em se tratando das emissoras comerciais, a afiliação implica custo para a afiliada, ao passo que nas emissoras educativas, a afiliação, só no início dos anos de 2000, tentou incluir esse aspecto.

¹⁷¹ A morte de Gilson Amado, em 24 de novembro de 1979, foi noticiada pela TVE Rio em uma entrada ao vivo que durou pouco mais de um minuto. Em seguida, foi apresentado o programa “Lições de Vida”, sendo que, ao final, foi feito um minuto de silêncio, durante o qual a imagem de Gilson foi mostrada. Foi a forma encontrada pela TVE para expressar o luto pela perda de seu presidente, ao mesmo tempo em que destacava o legado de uma pessoa que dedicou a vida e a carreira àquela emissora e à educação dos brasileiros.

¹⁷² De acordo com a história oficial da TVE-RJ, a Rede de TV Educativa teve início em 03/12/1979. É preciso observar, no entanto, que, na prática, seu funcionamento tem início apenas em 1982. Outro dado que merece esclarecimento é que, pela história da TVE-RJ, o número de emissoras “afiliadas” à Rede Educativa é apresentado como sendo de 20, quando, na realidade, existiam apenas 11 emissoras educativas no país, não incluída a TV Cultura de São Paulo. As 20 emissoras a que a TVE-RJ se refere envolvem, além das 11 emissoras de TV, nove emissoras educativas de rádio.

Na oportunidade, o SINTED foi definido pelo então presidente da Funtevê/TVE-RJ, Cláudio Figueiredo, como “a institucionalização de algo que vinha funcionando informalmente, além de permitir melhor atendimento às diretrizes traçadas pelo MEC para a teleeducação no Brasil, o principal objetivo do sistema” (“Emissoras de rádio e TV debatem educação”. O Estado de S. Paulo, 27/10/1982). Já Soares Amora considerava “um retrocesso” subordinar todas as emissoras à Funtevê, argumentando que além da TV Cultura não contar com verbas federais, ela “havia sido alijada do SINTED por ser uma entidade estadual” (“A TV Cultura, falando em liberdade”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 27/10/1982). As razões que justificavam a atitude da TV Cultura, no entanto, eram de outra ordem. Como a emissora acreditava que já havia adquirido visibilidade e resultados positivos com as parcerias realizadas com a Fundação Roberto Marinho, tinha planos para voar mais alto. Intensificavam-se, assim, as divergências entre a Funtevê e a TV Cultura de São Paulo.

7.2. A Rede Educativa da TV Cultura e a criação da ABEPEC

Até o início do governo de José Sarney, as televisões educativas não passavam de 15 em todo o país. A maioria era composta por fundações estaduais, uma parte estava ligada a universidades e as demais ao governo federal. A redemocratização contribuiu para que novas emissoras, com igual finalidade, surgissem em estados onde ainda não existiam. Foi o caso da TV Cultura do Pará, da TV Minas e da TVE de Alagoas, em 1984, e da TVE da Bahia, em 1986. Em seguida, entraram em operação as emissoras educativas do Piauí e de Santa Catarina. Fundações mantidas por administrações estaduais, a maioria guardava pouca semelhança com o que se espera de uma TV Pública. Além de dependerem de verbas oficiais para sobreviver, sua diretoria era nomeada pelos respectivos governadores que, não raro, as transformava em TVs “Chapa branca”.¹⁷³ Vale dizer: espaços para divulgarem suas realizações.

Só no início da década de 1980 a TVE-RJ tem acesso ao satélite.¹⁷⁴ Em que pese possuir alguns bons programas,¹⁷⁵ sua grade não chegou a entusiasmar as emissoras

¹⁷³ O termo remete à cor das placas dos carros oficiais utilizados pelas autoridades no Brasil. Por analogia, uma TV “Chapa Branca” é uma emissora utilizada por uma autoridade para divulgar o que é do seu interesse e não o que é, necessariamente, do interesse da sociedade.

¹⁷⁴ A televisão brasileira entrou na era das transmissões via satélite em 28 de fevereiro de 1969, com a inauguração, pela Embratel, da estação em Itaboraí. Ao mesmo tempo era implantada uma rede de micro-ondas interligando as principais cidades brasileiras e o governo liberava a abertura de crédito para que aparelhos de televisão pudessem ser comprados, formando-se, assim, uma audiência para as emissoras de televisão. O plano era inaugurar a transmissão via satélite com a transmissão do voo da Apollo 9, em Cabo Kennedy, mas o

educativas que captavam e exibiam, sem qualquer ônus, no todo ou em parte o que lhes era disponibilizado. Enquanto a TVE-RJ começava a enfrentar problemas financeiros ¹⁷⁶, a TV Cultura experimentava avanços. Em 1992, inaugura sua nova antena, aumentando a potência de suas transmissões¹⁷⁷. No ano seguinte, assina contrato com a Embratel para ocupar uma vaga no satélite Brasilsat, possibilitando a transmissão de seu sinal para todo o país. A partir de então, as emissoras que integravam o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), formado pelas TVs Educativas capitaneados pela Funtevê/TVE-RJ, migram, uma a uma, para a TV Cultura de São Paulo. De acordo com Fradkin (2005: 3) essa “mudança foi festejada porque a programação da TV Cultura era considerada de melhor qualidade, em comparação com a da TVE do Rio”.

É formada, assim, a Rede Cultura de Televisão, com sua programação passando a integrar a grade da maioria das emissoras educativas estaduais que se transformaram em suas afiliadas informais. Dispersas espacial e politicamente, as emissoras educativas possuíam um histórico de não atuar em conjunto, em que pese o esforço da Funtevê. A nova realidade, no entanto, impunha que buscassem se organizar, pois só unidas teriam alguma chance para superar os crônicos problemas de falta de recursos que as caracterizava.

Aos olhos dessas emissoras, a TV Cultura passou a funcionar como uma espécie de paradigma a ser alcançado, tendo em vista sua maior independência frente ao governo de São Paulo. Respalhada por essa condição e pela visibilidade que havia conquistado, a emissora deu início ao processo para expandir sua atuação e buscar a liderança no campo educativo/público de televisão. É nesse momento que suas pretensões se chocam com as da TVE-RJ que, além do pioneirismo em termos de formação de uma rede educativa nacional, julgava-se com maior legitimidade para a função, por ser a principal emissora educativa do governo federal.

lançamento da nave foi adiado para 3 de março. Através de imagens recebidas do satélite Intelsat III, os brasileiros puderam assistir à entrevista com o Papa Paulo VI transmitida “direto de Roma”, que, na verdade, havia sido gravada no dia anterior pela Rede Globo. Em 20 de junho do mesmo ano, a TV brasileira mostrou, ao vivo, as imagens do 1º homem a pisar em solo lunar, o astronauta Neil Armstrong (Cruz, 2008).

¹⁷⁵ A série “Patati-Patatá” foi premiada no Japão como melhor programa de conteúdo pedagógico do mundo em 1981. Nesse ano, Flávio Migliaccio estreou um seriado com seu personagem “Tio Maneco”. Já o programa “I Love You” ensinava inglês através de músicas. Abordando os mais variados assuntos, Lúcia Leme comandou os debates, entrevistas e bate-papos do programa “Sem Censura”, que chegou a alcançar o 2º lugar na audiência vespertina em 1987 no Rio de Janeiro. Em 1988, o programa “Intervalo” passou a recordar antigos comerciais de TV.

¹⁷⁶ Essa mudança está descrita em artigo sobre a TVE-RJ, escrito pelo assessor da emissora, Alexandre Fradkin, publicado no site <<http://www.tvebrasil.com.br/empresa/default.asp>>, acessado em 31 de dezembro de 2009.

¹⁷⁷ A nova antena se localizava no bairro do Sumaré e custou U\$S 5,5 milhões. Projetada pelo arquiteto Jorge Caron, a antena se tornou um marco e uma atração para a cidade de São Paulo.

Pela lógica de uma rede educativa nacional, os argumentos da Funtevê/TVE-RJ eram robustos. Em uma federação como o Brasil, não fazia sentido a emissora de um estado, nesse caso, São Paulo, assumir o comando de uma rede de emissoras educativas. Some-se a isso que o Protocolo de Operacionalização do SINRED, assinado por 19 emissoras educativas, era democrático no que se refere aos direitos e obrigações de cada um dos integrantes. Em relação aos custos de veiculação e distribuição, via Embratel, o protocolo previa o rateio “equitativo”, entre a emissora geradora e a receptora, no que se refere aos programas nacionais e regionais. Já a comercialização dos programas fora do SINRED, para praças onde não existisse emissora educativa, correria por conta de cada emissora integrante do sistema. Outro item que deixava visível a prioridade que o SINRED dava às emissoras educativas é o que estabelecia o ineditismo para elas em se tratando da veiculação não simultânea dos programas, nas praças cobertas pelo sistema. Em outras palavras, emissoras comerciais poderiam veicular programas produzidos pelas emissoras do SINRED, desde que pagassem por isso e observassem a prioridade dada às emissoras educativas.

Do ponto de vista da formação de uma rede nacional de televisão educativa, o que propunha o Protocolo de Operacionalização do SINRED era não só pertinente como adequado. O problema é que sua viabilidade dependia do governo federal ao qual a Funtevê estava vinculada. Assim, enquanto a Funtevê/TVE-RJ enfrentava problemas políticos e financeiros, a TV Cultura ganhava envergadura. Como São Paulo possuía, em 1983, um governo progressista, representado por Franco Montoro, seu crescimento, com uma programação pautada por preceitos bastante próximos aos de uma emissora pública, era uma forma concreta de luta em prol da redemocratização do país. Neste sentido, é inegável que a TV Cultura desempenhou um importante papel não só na cobertura da campanha pelas eleições Diretas Já para presidente da República como em todo o processo de redemocratização. Processo no qual a TVE-RJ acabou sendo obrigada a atuar de forma bem mais discreta do que gostaria.

Desde o início dos anos de 1990, os dirigentes das TVs Educativas, estimulados pela promulgação da Constituição “Cidadã”, mostravam-se dispostos a mudar a realidade em que essas emissoras se encontravam. Para tanto, julgavam essencial que elas conseguissem conquistar um maior número de telespectadores e o respeito das autoridades. Marcadas pela falta permanente de recursos, essas emissoras eram, com frequência, alvo de críticas das TVs Comerciais, que, além de caçoarem de seus baixos índices de audiência, não perdiam

oportunidade para desqualificá-las, sugerindo que não tinham nada a contribuir em se tratando do cenário televisivo brasileiro.¹⁷⁸

De olho no futuro, aconteceu em 1995, em Belo Horizonte, na nova sede da TV Minas, a primeira reunião plenária de dirigentes de TVs Educativas, para discutir a formação de uma entidade que tornasse representativa a luta do setor. Desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, a Fundação Roquette-Pinto (FRP)/ TVE-RJ passou a ser vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação (Secom) da Presidência da República, e não mais ao MEC. Nessa época, o SINRED já não atuava, devido à crise financeira que se abateu sobre a FRP no início dos anos de 1990. A escolha da TV Minas para sediar a reunião não se deu por acaso. Sabendo das dificuldades envolvendo a FRP/TVE-RJ e a TV Cultura, esses dirigentes procuraram um “campo neutro” para debater seus problemas. Por ser a emissora com maior autonomia entre as que integravam o campo educativo/público, a TV Cultura, através de seu presidente, Jorge Cunha Lima, acabou assumindo a linha de frente nessa articulação.

Mesmo nunca tendo disputado um cargo eletivo, Cunha Lima se definia como “um político assumido”,¹⁷⁹ que gostava de exercitar essa característica nos postos que ocupou. Característica que julgava indispensável para realizar o ambicioso projeto que tinha em mente para a TV Cultura, que era o de transformá-la em “cabeça de rede”¹⁸⁰ das emissoras público/educativas brasileiras. Em relação aos dirigentes das demais emissoras, ele possuía, além do gosto “inato” para a política, a liberdade que o mandato, com duração determinada (três anos, com direito à reeleição) lhe conferia, enquanto os outros dirigentes ocupavam cargos de confiança. Em outras palavras, eram demissíveis a qualquer momento.

A partir de 1997, com o Programa de Desburocratização e Reforma do Estado, o Palácio do Planalto passou a incentivar as administrações estaduais a implantar Organizações

¹⁷⁸ O diretor do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), Carlos Augusto Montenegro, sempre foi um defensor desse ponto de vista. Convidado para participar de um seminário da ABEPEC realizado no Rio de Janeiro, em 2000, ele voltou a afirmar que a audiência das TVs Educativas e Culturais era baixa porque sua programação “era ruim”, evitando discutir os problemas historicamente enfrentados pelo setor.

¹⁷⁹ “Cunha Lima, político em rede nacional”, in *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 24/9/99. Jornalista com passagem pela direção de Última Hora e Vogue Senhor, ele chefiou, em 1982, a campanha de Franco Montoro ao governo de São Paulo. Com a vitória de Montoro, Cunha Lima foi nomeado secretário de Comunicação e Cultura do Estado de São Paulo.

¹⁸⁰ As principais emissoras abertas no Brasil localizam-se nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. Por terem sua programação exibida por várias outras emissoras em diferentes locais do país, são chamadas de “cabeças de rede”. O conceito “cabeça de rede” não é técnico ou jurídico, embora seja comumente usado para designar uma emissora aberta, geradora de programação, que pode possuir relação contratual com várias outras emissoras. O objeto do contrato é a marca e a programação que a afiliada passa a utilizar e a exibir e não a possibilidade de produzir ou não conteúdos. A afiliação de uma emissora a uma rede comercial envolve custos. Em se tratando de uma emissora educativa, esses custos inicialmente não existiam.

Sociais (OS).¹⁸¹ O programa se pautava pela crítica ao tamanho excessivo e ineficiência do Estado brasileiro, seguindo de perto o ideário neoliberal reinante na Europa e nos Estados Unidos que, a partir da ênfase em um mundo globalizado, pressupunha a égide do mercado. De forma concreta, o referido programa estimulava, para a área social, parcerias entre o Estado e entidades da sociedade civil, o terceiro setor, e, para a área da produção voltada para o mercado, a receita era o Estado promover a privatização de suas empresas.¹⁸²

A visão dos dirigentes da TV Cultura, em especial a de Jorge Cunha Lima, não era neoliberal. Se, por um lado, ele se mostrava um duro crítico da égide do mercado e da TV Comercial, por outro, não poupava críticas à presença da burocracia estatal na vida de uma emissora de televisão. Na realidade, o que ele e os demais dirigentes da TV Cultura¹⁸³ pretendiam era aproveitar a oportunidade de se ter na presidência da República um professor universitário e intelectual “paulista”,¹⁸⁴ supostamente sensível aos interesses educativos e culturais, para desengessar a atuação dessas emissoras. Desse esforço, acreditava-se, resultaria, de forma “quase natural”, a liderança da TV Cultura no campo das TVs não comerciais. E dependendo do avanço que esse desengessamento chegasse a alcançar, a expectativa era a de que muitas dessas emissoras pudessem evoluir para a condição de TVs Públicas.

Com esse espírito, foi criada, em 1998, a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC),¹⁸⁵ à qual a TVE do Rio de Janeiro só aderiu no ano seguinte por questões políticas, já que se sentiu reduzida em seu poder. Assinam a ata de

¹⁸¹ As organizações Sociais (OS) são um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade. O contrato de gestão é o instrumento através do qual as ações das OS são reguladas. Como eram muito fortes os ventos neoliberais na época, as OS passaram a ser vistas como mais adequadas para o controle social, por meio da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos representativos da sociedade civil. Em tese, as OS gozam de uma autonomia administrativa maior do que aquela possível dentro da estrutura do Estado. Na década de 1990, as OS foram consideradas uma inovação institucional, embora não representassem uma nova figura jurídica, inserindo-se no marco legal vigente sob a forma de associações civis sem fins lucrativos.

¹⁸² Para um detalhamento sobre o assunto, consultar: Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências (*Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18/05/1998. Retificada em 25 de maio de 1998); e Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. (*Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24/03/1999).

¹⁸³ Além de Cunha Lima, tinha destaque nessas ações o diretor de Jornalismo da TV Cultura, Marco Antônio Coelho.

¹⁸⁴ O político, sociólogo e professor universitário Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, mas radicou-se em São Paulo, onde atuou e atua profissional e politicamente. Atualmente, dirige um instituto que leva o seu nome.

¹⁸⁵ A ABEPEC foi criada oficialmente em 28 de outubro de 1998, durante assembleia geral, na sede da TV Cultura, em São Paulo. Durante a década de 1970 existiu outra entidade cuja sigla também era ABEPEC. Trata-se da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação. Seu primeiro presidente foi o jornalista mineiro Lélío Fabiano dos Santos.

fundação da nova entidade 20 dirigentes de TVs Educativas abertas, geradoras,¹⁸⁶ com abrangência estadual. De acordo com Cunha Lima, “a ABEPEC é uma espécie de ABERT das emissoras públicas” (“Cunha Lima, político em rede nacional”. *Gazeta Mercantil*, 24/09/1999), uma entidade privada, sem fins lucrativos, cujo principal objetivo, previsto em estatuto, é difundir o conceito de TV Pública,¹⁸⁷ mesmo que as associadas, com exceção da TV Cultura, possuísem caráter de TVs estatais, controladas por governos de estado ou federal.¹⁸⁸ Era, portanto, tarefa da ABEPEC, na visão de Cunha Lima:

Fazer com que as televisões locais sejam reformuladas em seus estatutos para que ganhem funcionamento mais fácil, tornando-se fundações privadas ou organizações sociais. Senão, algumas delas correrão o risco de adquirir avanços que poderão ser interrompidos por algum governante menos virtuoso.¹⁸⁹

O protagonismo e a força da TV Cultura na nova entidade ficaram evidentes. Seu primeiro presidente, reeleito, foi o próprio Jorge Cunha Lima. A associação entre emissoras muito diferentes implicava diversos níveis de dificuldades, expressos no seu próprio nome. A TV Cultura usava a criatividade¹⁹⁰ para driblar alguns entraves políticos e falta de recursos, enquanto a TVE-RJ tentava encontrar seu novo caminho em meio às muitas mudanças que havia enfrentado desde 1990. Se a unificação de todos os veículos de comunicação do MEC,

¹⁸⁶ As emissoras de TV podem ser classificadas, de acordo com a legislação, em três modalidades básicas: geradoras, retransmissoras e repetidoras. As geradoras produzem programação e podem exibi-la ao público; as repetidoras não produzem programação e exibem programação de alguma emissora geradora. Já as repetidoras são utilizadas como alternativa para ampliar a penetração da TV, ao interiorizar e reforçar o sinal das geradoras e/ou repetidoras (Decreto nº 52.795, de 1963, amplamente modificado pelo decreto nº 81.600 de 1978).

¹⁸⁷ Alguns dos princípios éticos defendidos pela ABEPEC, de acordo com seu estatuto, são: 1. Defesa da TV Pública em sua integridade, independência; mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora para exercer com regularidade e eficiência sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira; 2. A defesa da TV Pública como fator de integração, inclusão social e canal de acesso à informação e à comunicação livre e igual para todos; 3. A defesa da pluralidade, da diversidade e direitos das minorias, se valorizando as culturas regionais e a identidade nacional; 4. Defesa do entretenimento saudável e enriquecedor, que demonstre respeito à inteligência e à sensibilidade do telespectador, sobretudo das crianças. Defesa dos direitos humanos e da informação como instrumento de cidadania; 5. Valorização dos programas como complemento à ação educadora da escola e formadora da família e a condenação aos atos que incitem a sexualidade precoce na programação. Princípios Éticos da ABEPEC, disponível em <<http://www.abepec.com.br>>.

¹⁸⁸ As vinculações das emissoras que passaram a integrar a ABEPEC eram as mais diversas. A título de exemplo, a TVE do Amazonas, uma fundação pública estadual, pertencia à Secretaria de Comunicação; a TVE do Ceará, outra fundação pública, pertencia à Secretaria da Educação; a TVE do Espírito Santo era uma fundação pública também pertencente à Secretaria de Educação. Já a TV Universitária de Pernambuco, vinculada à UFPE, pertencia ao MEC, o mesmo ocorrendo com a TV Universitária do Rio Grande do Norte. Já a TVE do Rio Grande do Sul pertencia à administração direta estadual, com vínculos com a Secretaria da Educação.

¹⁸⁹ *Gazeta Mercantil*. Entrevista citada.

¹⁹⁰ Cunha Lima, nos encontros periódicos dos dirigentes das TVs Educativas e Culturais, sempre defendeu a busca de novas fontes de receitas para as emissoras associadas da ABEPEC. Uma das primeiras iniciativas da ABEPEC nessa área foi abrir espaço para uma empresa especializada em marketing de televisão, no sentido de agir com profissionalismo nessa área.

sob a égide da Fundação Roquette-Pinto – que reunia a TVE do Rio de Janeiro e a TVE do Maranhão, além dos canais de rádio (Rádio MEC), um no Rio de Janeiro e outro em Brasília –, foi um avanço, ela não impediu o surgimento de muitos e graves problemas. A ausência de uma política de comunicação bem definida, somada às sucessivas mudanças em sua direção e à total falta de responsabilidade fiscal por parte de alguns de seus dirigentes foram responsáveis pela Fundação Roquette-Pinto financeiramente quebrar, acumulando dívidas superiores a R\$ 34 milhões.

No mesmo ano em que a ABEPEC era criada, as emissoras educativas do MEC enfrentaram uma nova e polêmica mudança. O Governo Federal alterou radicalmente a forma de administrar os seus canais extinguindo a Fundação Roquette Pinto/TVE-RJ e criando em seu lugar a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP),¹⁹¹ colocando em prática a tão decantada parceria entre o setor público e entidades da sociedade civil. A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto era uma entidade privada, sem fins lucrativos, que o governo federal qualificou como Organização Social para prestar serviço público na área de televisão. A nova entidade vinculava-se à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), situação que a obrigava a atuar com alguns cuidados políticos,¹⁹² além de ter que ampliar a captação de patrocínios para financiar parte de sua programação.

Com o ingresso da TVE Rede Brasil (ACERP) na ABEPEC tem início a disputa entre ela e a TV Cultura pelo controle e hegemonia na entidade. Disputa que passava pela tentativa de ambas conquistarem o maior número de “afiliadas” entre as emissoras não comerciais, pois ambicionavam ser “cabeça de rede”. O número de afiliadas da TV Cultura era, naquele momento, de longe muito maior do que os da TVE Rede Brasil.

7.2.1 A ABEPEC e a tentativa de transformar TVs Estatais em TVs Públicas

A partir da criação da ABEPEC, os dirigentes das emissoras a ela associadas discutiram exaustivamente, em reuniões que aconteciam a cada trimestre, as alternativas para

¹⁹¹ A medida provisória nº 1.648-7 extingue a Fundação Roquette-Pinto, que passa a ser qualificada como a Organização Social ACERP (Associação de Comunicação Roquette-Pinto). A associação assume os funcionários, bens e concessões das emissoras que a integravam. A medida provisória foi convertida pela Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998.

¹⁹² Em menos de cinco anos, a ACERP teve quatro presidentes: Jorge Guilherme (1998), Paulo Ribeiro (1999), Mauro Garcia (2000) e Fernando Barbosa Lima (2001-2002). Guilherme teve a missão de implantar a ACERP, enquanto Barbosa Lima praticamente rompeu com a Rede Pública de Televisão e, conseqüentemente, com a ABEPEC, atendendo a orientação da então Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

que, institucionalmente, pudessem se tornar emissoras públicas. A mudança era considerada o ponto de partida para que todas as demais alterações fossem encaminhadas com maior facilidade. O maior entusiasta da ideia era Jorge Cunha Lima. A experiência da TV Cultura, uma fundação de direito privado, mantida com recursos do Governo do Estado de São Paulo, mas controlada por um Conselho Curador, integrado por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, sem ingerência do Governo do Estado, encantava a maioria dos integrantes da ABEPEC. Chegar ao ponto em que estava a TV Cultura envolvia ultrapassar muitas barreiras e enfrentar adversários de peso, representados pelas emissoras comerciais e pela maioria dos governos estaduais, em geral associados a esses interesses ou, no mínimo, pouco dispostos a contrariá-los, além do histórico desconhecimento da população sobre o significado de uma TV Pública.

Na ótica de Cunha Lima, as emissoras educativas precisavam deixar sua condição de “repartição pública” para ocupar o seu verdadeiro papel de televisão, comprometidas com a informação e a cultura, sob a ótica do interesse público. Suas palavras eram seguidas de relatos dramáticos¹⁹³ dos dirigentes de emissoras educativas, dando conta dos problemas que enfrentavam, seja em função da falta de recursos, da falta de pessoal especializado para produzir e colocar no ar uma programação adequada, seja pelo desinteresse dos governos em relação ao tema. A mudança preconizada por Cunha Lima, no entanto, era inviável.

A diferença substancial entre a TV Cultura e as demais emissoras educativas residia no fato de ela ser uma fundação de direito privado e as demais, de direito público. Enquanto estivesse em vigor a norma constitucional pela qual o poder público só poderia criar fundações de direito público, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, continuaria impossível o surgimento ou a transformação de emissoras estatais em públicas. A TV Cultura não se encaixava nessa regra por ter sido criada antes. Fato que reforçou mais ainda o seu protagonismo dentro da ABEPEC. A alternativa de transformar emissoras estatais em organizações sociais não entusiasmava a maioria dos dirigentes de emissoras educativas, certos de que os problemas permaneceriam: antes dependentes de governos, se tornariam dependentes do mercado.

No início dos anos de 2000, pelo menos três emissoras, TVE do Rio Grande do Sul, TV Minas e TVE Bahia (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia) tentaram alterar a sua condição de emissoras estatais. Em 2001, a TVE do Rio Grande do Sul realizou, sem êxito,

¹⁹³ Muitos desses relatos constam nas atas das assembleias trimestrais da ABEPEC, aos quais tive acesso na condição de 1º vice-presidente da entidade, de 2003 a 2005.

gestões para se equiparar, juridicamente, à emissora paulista. A TV Minas¹⁹⁴, em 2004, dobrou sua produção (de 6 para 12 horas diárias), ampliando, na prática, os compromissos com a cidadania, via jornalismo e programação de caráter público¹⁹⁵. O mesmo aconteceu, em menor escala, na TVE Bahia. Essas tentativas incluíram, inclusive, a crítica ao modelo de “cabeça de rede”, que a TV Cultura, se valendo da ABEPEC, não poupou esforços para implantar.

7.2.2. Rede Pública de Televisão (RPTV): uma ideia que não funcionou

A ideia de se criar uma rede de emissoras educativas, com abrangência nacional, não era nova. O SINTED e, depois, o SINRED, com as dificuldades já descritas, foram as primeiras tentativas nesse sentido, que, desde o início, contaram com a crítica e a oposição da TV Cultura que a eles não aderiu. Com a transformação da TVE-RJ em Organização Social, os dirigentes da TV Cultura acreditaram que seria possível iniciar conversações com vistas a uma parceria, cujo objetivo era levar a programação das duas emissoras a todas as regiões do país. Em 1999, foi criada a Rede Pública de Televisão (RPTV) num processo que envolveu também a racionalização de custos e a própria comercialização de espaço para a veiculação de apoios culturais em âmbito nacional. Como assinalou o próprio Cunha Lima, na véspera do início do funcionamento da RPTV:

Na medida em que há programas bons na TVE e na Cultura e existe a possibilidade de fazermos outros, é um desperdício não se montar uma grade unificada com esses programas, fato que permitiria economia de custo. Além disso, a RPTV servirá para que esses programas, que nós consideramos de interesse público, não deixem de ser apresentados na maior geografia televisiva do Brasil, que é a da nossa rede somada. Não temos a maior audiência, mas a maior geografia. E isso é muito importante. (...) Com isso, será possível também a venda de espaço publicitário para todo o país. Até o momento, as emissoras regionais reproduziam anúncios, mas não tínhamos um sistema para aferir se foram exibidos ou não. Agora, temos uma rede na qual os *breaks* são completamente sincronizados. (Gazeta Mercantil. Entrevista citada)

A RPTV resultou, assim, da parceria entre a TV Cultura e a TVE-RJ com o apoio de 15 outras TVs regionais. A assembleia na qual foi criada aconteceu na TVE-RS, em Porto Alegre, no ano de 1999. No entanto, só em 2000, a TVE-RJ pôde oficializar sua adesão, depois de obter o aval do então ministro chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), embaixador Sérgio Amaral. A rede propunha estabelecer uma grade de programação comum e obrigatória para as emissoras associadas à ABEPEC que se

¹⁹⁴ A trajetória da TV Minas será detalhada no capítulo 8 desta pesquisa.

¹⁹⁵ O assunto será abordado, em detalhes, no próximo capítulo.

comprometiam a transmiti-la, em tempo real, para todo o país. Em tese, os integrantes da ABEPEC concordavam com a ideia, mas o seu funcionamento envolveu uma série de problemas, além de críticas e do combate dos adversários históricos.

Entre 2000 e 2002, a RPTV permaneceu em uma espécie de “banho maria”. As emissoras educativas continuavam decidindo, por conta própria, qual programação e de que emissora – TV Cultura ou TVE Rede Brasil (ACERP) – iriam exibir. Próximo ao final de seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso, contrariando as expectativas de dirigentes da ABEPEC, não havia se interessado pela Rede Pública de Televisão e ela continuava sendo apenas uma boa ideia, aguardando para ser implementada. A posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República, em 2003, fez com que a ABEPEC retomasse o projeto da RPTV, motivada pelo compromisso por ele assumido com as emissoras educativas durante a campanha eleitoral. Desse compromisso constava a destinação de 1% da verba de publicidade do governo federal para essas emissoras. Compromisso reafirmado pelo secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Luiz Gushiken.

O novo quadro levou a TV Cultura e a TVE-RJ a considerarem oportuno unir esforços para dinamizar a Rede Pública de Televisão na medida em que acreditavam que seria, a partir dela e por intermédio da ABEPEC, que os prometidos recursos do governo federal chegariam às emissoras educativas. O tema deu lugar a acaloradas discussões nas reuniões da ABEPEC¹⁹⁶ em 2003. Antes do final do ano, o conteúdo da grade de programação da RPTV estava definido. A grade foi dividida em três faixas, com duração de aproximadamente três horas cada, exibidas em rede e em tempo real, ao longo do dia.¹⁹⁷ O conteúdo de cada uma das faixas envolvia, inicialmente, programas da TV Cultura e da TVE-RJ, por serem as principais emissoras da entidade. A previsão era a de que programas das demais emissoras educativas rapidamente também passassem a ser exibidos pela Rede Pública.

Além de garantir a formação de uma rede de emissoras comprometida com uma programação diferenciada em relação às TVs Comerciais, a RPTV poderia solucionar um dos maiores problemas enfrentados pelas TVs Educativas: a produção de conteúdo. Com recursos escassos, várias dessas emissoras produziam apenas três horas diárias de programação,

¹⁹⁶ Na condição de presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa e como 1º vice-presidente da ABEPEC, participei dessas reuniões envolvendo a dinamização da RPTV.

¹⁹⁷ A primeira faixa era a infanto-juvenil, das 8h30min às 11h30min; a segunda era dedicada às mulheres, das 15h às 17h; e a terceira era a noturna, voltada para o público em geral, das 20h30min às 23h.

necessitando de conteúdo para complementar a grade que exibiam. Aliás, uma das principais críticas dos telespectadores às TVs Educativas era a excessiva repetição de programas.

As TVs Educativas, com pouca ou quase nenhuma produção, não encontravam dificuldade para aderir às três faixas da RPTV. Já as TVs Educativas com produção acima de seis horas diárias, a exemplo da TVE-RS, TV Minas e TVE-BA, não tinham como participar, a menos que tirassem programas próprios do ar, o que consideravam “inaceitável”. Some-se a isso que fora da RPTV, a TV Cultura, por contar com uma grade de programação maior e mais diversificada, permitia que suas “afiliadas” gravassem seus programas e os exibissem nos horários mais convenientes, enquanto a TVE-RJ exigia que fossem exibidos em tempo real.

Inicialmente, a TV Cultura ocupava, com desenhos e programas infantis, a faixa da manhã, a TVE-RJ, com entrevistas e debates, ficava com a faixa da tarde e a programação da noite era basicamente dividida entre as duas. Com essa disposição, a RPTV funcionou alguns meses até que a TVE-RJ começou a questionar os dias e os horários em que seus programas eram exibidos. Questionamentos aos quais se juntaram os da TV Minas, da TVE-RS e da TV Educativa da Bahia que, além de contar com programas que também poderiam integrar a RPTV, se ressentiam do fato de que o “Jornal da Cultura”, que exibiam à noite, como principal noticiário da RPTV, praticamente só continha matérias e informações de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Foram muitos, também, os problemas em se tratando dos recursos obtidos através dos apoios culturais. Bastou a RPTV anunciar que passaria a veicular esses apoios para as emissoras comerciais iniciarem uma cruzada contra “a descaracterização do papel das TVs Educativas.” Na realidade, o que preocupava as TVs Comerciais era a possibilidade de terem que dividir o bolo publicitário ou mesmo de perderem faturamento. Dentro da própria ABEPEC, a divisão desses recursos igualmente estava longe de ser tranquila. Como possuía o maior número de programas na grade da RPTV, a TV Cultura considerava que a maioria dos recursos, por direito, deveria lhe caber. A TVE-RJ não concordava, argumentando que a divisão deveria ser feita em partes iguais. Enquanto isso, as demais emissoras, que possuíam programas com qualidade e regularidade para serem exibidos em rede nacional, se indignavam com o “duopólio” que as marginalizava.

O clímax dessa situação aconteceu em agosto de 2004, durante o 32º Festival de Cinema em Gramado (RS). A decisão da ABEPEC era de que a cerimônia de entrega de premiação, em 21 de agosto, último dia do evento, fosse transmitida ao vivo, pela RPTV,

como forma de divulgar e valorizar o cinema nacional. A rede se formaria a partir da TV Cultura. Na última hora, com a justificativa de que não havia como deixar de cobrir um festival internacional de música erudita em Campos do Jordão (SP), a TV Cultura anunciou que não transmitiria o encerramento do Festival de Gramado. Em seguida, a TVE-RJ igualmente anunciou que por “problemas técnicos” também não faria a transmissão.¹⁹⁸ Diante das desistências, como as demais emissoras educativas já tinham anunciado, ao longo da semana, que transmitiriam a cerimônia ao vivo, a solução foi deixarem, no horário noturno, a RPTV, e formarem outra rede, tendo como cabeça a TV Minas. O resultado foi positivo, com a experiência de formação de redes regionais se repetindo em outras oportunidades, com o comando sendo alternado entre a TV Minas, TVE-Bahia e TVE-RS, demonstrando, na prática, o equívoco de se repetir, nas emissoras educativas, o rígido modelo de “cabeça de rede”, criticado até mesmo nas emissoras comerciais.

Transformar uma emissora, geralmente localizada no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em produtora de programação, e as demais, espalhadas pelo país, em meras exibidoras, implicava desconhecer o tamanho e a pluralidade regional e cultural do país. Mesmo assim, esses problemas prosseguiram e até se intensificaram quando o governo federal passou a apoiar através de empresas como a Petrobras e o Banco do Brasil, alguns dos programas exibidos pela RPTV. No entendimento da maioria das emissoras que compunha essa rede, o apoio deveria contemplar exclusivamente a exibição, enquanto a TV Cultura e TVE-RJ defendiam que deveria incluir também a produção. Como a TV Cultura e a TVE-RJ eram as principais produtoras no âmbito da ABEPEC, os recursos provenientes desses apoios ficariam restritos a elas.

Os recursos que chegaram à ABEPEC ficaram longe do prometido pelo governo federal, mas foram suficientes para intensificar a animosidade das TVs Comerciais em relação ao ministro Luiz Gushiken e ao próprio governo Lula. Em 2005, Gushiken foi obrigado a deixar o cargo em meio a intensas denúncias da oposição e da mídia comercial que procuravam envolvê-lo com o chamado “Mensalão”.¹⁹⁹ Denúncias que se mostraram

¹⁹⁸ A decisão da TVE-RJ foi anunciada por sua direção.

¹⁹⁹ “Mensalão” é um neologismo utilizado pela mídia brasileira para se referir às denúncias feitas pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo em 6 de maio de 2005. Segundo Jefferson, estaria havendo, por parte do governo Lula, compra de apoio parlamentar. As denúncias acabaram se transformando na maior crise política enfrentada pelo governo Lula em 2005/2006 e deu origem a ação movida pelo Ministério Público, a chamada Ação Penal nº 470. Por intermédio dela, 40 personalidades políticas, entre ex-ministros do governo Lula, ex-dirigentes do PT e parlamentares de partidos aliados ao PT, foram acusadas de receber dinheiro – uma espécie de mesada, daí o termo mensalão – para votar a favor de matérias do interesse do Poder Executivo. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o processo em 2012 e

improcedentes e infundadas, com ele sendo inocentado, sete anos depois, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).²⁰⁰

Essas denúncias, no entanto, tiveram o poder de paralisar o apoio que o primeiro governo Lula (2003-2006) começava a dar à RPTV, provavelmente por temer o que alguns estudiosos, como Leal Filho (2012) denominam de “síndrome Jango”:

Os governos brasileiros sofrem, na radiodifusão, da síndrome Jango. Quando a lei [o Código Brasileiro de Radiodifusão] entrou em vigor, João Goulart era o presidente da República. Ele vetou 52 artigos do texto aprovado no Congresso, a maioria favorecendo nitidamente os interesses dos radiodifusores. No entanto, de forma inédita, o Parlamento brasileiro derrubou os vetos presidenciais mostrando uma força que é até hoje inabalável.

Menos de dois anos depois, esses mesmos radiodifusores, aliados a outros setores da mídia, obtiveram uma vitória maior: derrubaram o presidente da República, integrados que estavam ao movimento civil-militar de 1964. Essa talvez seja a razão principal da timidez de todos os governos, desde então, de levarem adiante o debate em torno de uma nova lei para a radiodifusão (...) Aí entra em cena a síndrome Jango. O poder político das empresas de comunicação – ferozes adversárias das mudanças – atemoriza os governos, tornando-os reféns do atraso. (Leal Filho, Laurindo. “Síndrome de Jango aos 50 anos”. Carta Maior, 10/09/2012)

Os setores de oposição e a mídia conservadora não conseguiram derrubar o presidente Lula que, aliás, foi reeleito. Mas as emissoras educativas foram prejudicadas e tiveram, mais uma vez, seu desenvolvimento comprometido pelo curso dos acontecimentos.

7.3. As TVs Educativas e o “coronelismo eletrônico”

Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) alteraram radicalmente o cenário para as TVs Educativas (Lobato, 2005). Em dezembro de 1994, um mês antes de sua posse, as estatísticas oficiais indicavam a existência de 20 emissoras com essa característica no país. No final de seu segundo mandato, esse número havia saltado para perto

condenou a maioria dos acusados, em meio a uma enorme campanha da mídia em prol da condenação de petistas e aliados, dando origem ao que parte da esquerda brasileira considera “linchamento midiático” e condenações “políticas, desprovidas de comprovações”. Alguns dos condenados anunciaram a disposição de recorrer a tribunais internacionais para provar a inocência.

²⁰⁰ Luiz Gushiken (1950-2013) foi deputado federal por três legislaturas, de 1987 a 1999, e coordenador das campanhas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 e 1998. Ocupou a secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) de 2003 a 2005, quando foi acusado de envolvimento com o “Mensalão” e teve que deixar o cargo para se defender junto ao Tribunal de Contas da União e ao Supremo Tribunal Federal. Em setembro de 2012, no julgamento da Ação Penal 470, foi inocentado por unanimidade pelos juízes do STF. Mais detalhes sobre o assunto, consultar: Araújo, Washington. “Mensalão x Luiz Gushiken: a crônica de uma injustiça”. Observatório da imprensa, nº 715, 09/10/2012.

de 1000, se forem consideradas as emissoras educativas e as retransmissoras de televisão (RTVs), que levavam ao ar o sinal da TV Cultura e/ou da TVE Rede Brasil.

Em seu primeiro pronunciamento pela TV como presidente da República, Fernando Henrique Cardoso prometeu pôr fim ao uso político de concessões de radiodifusão e anunciou que elas passariam a ser vendidas em licitações, reconhecendo a necessidade de se democratizar a comunicação no Brasil, uma vez que nela ainda prevalecia o espírito autoritário. É importante destacar que desde os anos de 1970, entidades sindicais, profissionais e instituições universitárias, além de alguns parlamentares, isoladamente, procuraram desenvolver trabalhos em prol da democratização da comunicação no Brasil. Trabalhos que aconteciam na esteira das discussões promovidas pela Unesco, desde a década de 1950, sobre liberdade de expressão, política nacional de comunicação e necessidade de nova ordem mundial da informação.

Aparentemente, Fernando Henrique Cardoso atendia a uma das principais reivindicações que deram origem, em 1991, ao Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC).²⁰¹ Suas ações, no entanto, foram bem diferentes e as consequências, também. Ele acabou com a distribuição de emissoras comerciais, mas deixou uma porta aberta para a negociação política. O sistema de outorga para a radiodifusão, regulamentado pelo decreto 52.795 de 1963, foi alterado pelo decreto nº 2.108 de 1996. Através dele, estabeleceu-se a exigência de licitação aos interessados em executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, porém esse mesmo decreto dispensou o processo licitatório para TVs e rádios com fins exclusivamente educativos. Vale dizer: as emissoras educativas continuavam sendo concedidas pelo Executivo. Já uma portaria do Ministério das Comunicações, por sua vez, autorizou a entrega de estações retransmissoras de televisão (RTVs) sem a necessidade de aprovação pelo Congresso.

Até setembro de 1996, foram outorgadas 1.848 licenças de RTVs, das quais pelo menos 268 beneficiariam entidades ou empresas controladas por 87 políticos (Lima & Caparelli, 2004). A generosidade de Fernando Henrique Cardoso coincidiu com a aprovação da emenda constitucional que permitiu a sua própria reeleição para a presidência da

²⁰¹ A história do FNDC começa em 1984, com a criação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), que teve intensa atuação durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Depois de perder a batalha da luta pela redemocratização na Constituinte, quando, segundo seus integrantes, “os empresários praticamente escreveram o capítulo V da Carta Federal”, as entidades de classe que constituíam o FNPDC decidiram que era preciso manter o esforço permanente de mobilização em busca de políticas públicas que democratizem de fato a área da comunicação. Em 20 de agosto de 1995, o Fórum transformou-se em entidade da sociedade civil, organizado em nove estados e integrado por 15 entidades nacionais.

República. Ao longo de seus dois governos, além das 539 emissoras comerciais vendidas por licitação, ele autorizou 357 concessões educativas sem licitação. A distribuição foi concentrada nos três anos em que o então deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG) esteve à frente do Ministério das Comunicações. Ele ocupou o cargo de janeiro de 1999 a abril de 2002, quando, segundo seus próprios cálculos (Lobato, Elvira. “FHC distribuiu rádios e TVs educativas para políticos”, entrevista com o ex-ministro Pimenta da Veiga. Folha de S. Paulo, 25/08/2002), autorizou perto de 199 TVs Educativas, sendo pelo menos 23 para políticos.

Muitas dessas autorizações contemplaram correligionários e aliados em seu estado natal, a exemplo dos deputados Aécio Neves (PSDB), Bonifácio Andrada (PSDB), Carlos Melles (PFL), Cleuber Carneiro (PFL) e o então candidato ao Senado Hélio Costa (PMDB). Entre os contemplados em Minas estava inclusive o deputado Nárício Rodrigues, integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, que tinha, entre suas atribuições, analisar e dar parecer sobre a outorga e renovação da exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. O parlamentar, além da situação irregular perante a Constituição, também desrespeitava o artigo 180 do Regimento Interno da própria Câmara, que impede os participantes da CCTCI de legislarem em causa própria, obrigando-os a se declararem impedidos de votar e avisar à Mesa Diretora sobre essa situação.

A farta distribuição de emissoras educativas a parentes, amigos, correligionários e aliados políticos reeditava o “coronelismo político” dos tempos da “República Velha”, só que adaptado aos dias atuais, dando origem ao “coronelismo eletrônico de tipo novo”, a que se refere Lima (2005). A tentativa de manter o poder não passava mais pela coação ou pelo controle físico dos votos dos eleitores, mas pelo convencimento através de o que era dito e divulgado pelas emissoras de televisão e rádio. O coronelismo eletrônico sintetiza como o compadrio comum no final do século XIX e início do século XX converteu-se no poder da mídia, característico da contemporaneidade. Já Squirra (1999) utiliza o termo “latifúndios audiovisuais” para denominar a divisão das concessões nas mãos das poucas e poderosas elites políticas e econômicas brasileiras. Ele compara a situação da radiodifusão no Brasil, com vistas à sua concentração, ao que ocorreu no século XVI, no Brasil Colonial, com a formação das Capitânicas Hereditárias: “dividiram o espectro brasileiro em verdadeiras capitânicas que, por não mudarem de mãos, tornaram-se hereditárias e se transformaram em um autêntico Tratado de Tordesilhas audiovisual” (1999: 54).

Nesse processo de “coronelismo eletrônico” e “compadrio” ganharam igualmente força e visibilidade diversas entidades religiosas que, a pretexto de divulgarem a fé, receberam concessões de emissoras de TV, passando a funcionar como linha auxiliar das forças situacionistas. Um dos exemplos mais gritantes desse tipo de barganha foi a concessão de um canal “educativo” para a Fundação José de Paiva Neto, em São José dos Campos (SP), voltado para a religião e para a ajuda espiritual. Extrapola os objetivos desta pesquisa o estudo sobre concessões de emissoras de TVs para entidades religiosas²⁰², mas vale destacar que várias delas ganharam muito dinheiro e ainda arregimentaram considerável força política, o que viria a se constituir em mais um entrave a qualquer tentativa de se ter uma comunicação democrática no país.

7.3.1 RTVs e RpTVs como moedas de troca política

Se o número de emissoras educativas aumentou, o de emissoras retransmissoras, as RpTVs,²⁰³ experimentou uma verdadeira explosão. A figura jurídica da RpTV é tão antiga²⁰⁴ quanto a das primeiras redes²⁰⁵ de televisão no país, constituindo-se no principal instrumento de interiorização da programação dessas redes. Sua função é permitir que o público, por mais distante que esteja da estação geradora, possa receber o sinal de uma emissora, tendo acesso à informação e ao entretenimento. Exatamente por isso, as RpTVs podem ser caracterizadas como um dos pilares do projeto de integração nacional dos governos militares, funcionando como uma espécie de complemento, em solo, dos satélites. Aspectos que as transformaram em peças-chave no jogo político, especialmente no que se refere à formação da opinião pública.

Toda a legislação referente às RpTVs foi revogada pelo decreto 81.600, de 1978. Por meio dele, o governo de então baixou o Regulamento dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão, introduzindo uma série de inovações²⁰⁶, a exemplo da

²⁰² Para um aprofundamento sobre o assunto, consultar: Lobato (2005), especialmente os capítulos 6 (A TV virou cassino) e 7 (A Igreja Universal e os paraísos fiscais)

²⁰³ O serviço de retransmissão de televisão no Brasil (RTV) é estudado desde a década de 1990. Para um maior aprofundamento sobre o assunto, consultar: Stadnik (1994), Costa e Brenner (1997) e Santos (2005).

²⁰⁴ As RTVs constam do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, sucintamente, nas definições (art. 5º) do decreto 52.795, de 1963, que regulamenta os serviços de radiodifusão.

²⁰⁵ Rede Nacional de Televisão no Brasil é o conjunto de emissoras de alcance regional que compartilham programação durante a maior parte do seu tempo de transmissão. Em geral são formadas por uma cabeça de rede localizada na região Sudeste, que gera o sinal principal, e pelas afiliadas, que recebem esse sinal por satélite e o distribuem, no todo ou em parte, por meio de um sistema constituído de três partes: geração, transmissão e repetição.

²⁰⁶ Extrapola os objetivos desta pesquisa abordar a política adotada pelos diversos governos em relação às RTVs. No entanto, é importante observar que, pelo decreto 81.600, fica nítida a intenção do legislador em

inserção de publicidade pelo executante do serviço de retransmissão (art. 4º, alínea “d”) desde que respeitadas algumas condições: inexistência de geradora de sons e imagens na localidade a que se destina a veiculação publicitária, limite de seis minutos²⁰⁷ de publicidade nas localidades também atendidas por emissoras de rádio e remuneração à retransmissora que veicular publicidade de outra geradora. Some-se a isso que o prazo indeterminado para o vencimento da outorga (parágrafo único do art. 10, aliado à atribuição exclusiva do Ministério das Comunicações na expedição dos atos) permitiu a criação de um tratamento diferenciado para os serviços de repetição (RpTV) e de retransmissão em relação às geradoras, que precisam renovar suas licenças a cada 15 anos. Inovações que atraíram o interesse de entidades privadas, prefeituras e grupos políticos para a implantação de RTVs.

Outra mudança, esta introduzida por meio do decreto nº 96.291 de 1988, foi a permissão de inserção de programação local no caso de interesse comunitário em se tratando das RTVs educativas ou localizadas em zonas de fronteira de desenvolvimento. Garantiu-se a publicidade local de interesse da comunidade e criou-se a figura das RTVs mistas (retransmissão parcial ou não simultânea). Assim, as RTVs transformavam-se, na prática, em moeda de troca política tão importante quanto as geradoras, uma vez que as autorizações continuariam sob a égide exclusiva do Poder Executivo enquanto as concessões de emissoras passaram a ser outorgadas pelo Congresso Nacional.

As brechas legais permitiram ao governo federal, dez anos depois, liberar diversas autorizações de RTVs para aliados políticos em troca da aprovação da emenda da reeleição, que beneficiava o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Nem o presidente, nem o seu ministro das Comunicações, Sérgio Motta, sofreram sanções por causa disso, visto que as retransmissoras foram outorgadas por simples portaria do Ministério, sem necessidade do crivo do Congresso ou da realização de licitação (Costa & Brenner, 1997). Pela Constituição de 1988, o Congresso Nacional passou a apreciar todos os atos do Poder Executivo federal, o que inclui a análise prévia da outorga ou renovação de concessões, permissão e autorização

centralizar num agente a operação de um conjunto de RTVs. Como assinala Gorgen (2007), é interessante perceber o caráter público dado a esse arranjo uma vez que o administrador autorizado deveria assegurar a retransmissão para o interior do estado de todas as programações das geradoras que operassem na capital. Some-se a isso que o modelo de financiamento do sistema integrado (art. 19) previa a remuneração por três fontes: dotação ou subvenção da União, Estados e Municípios; aluguel da infraestrutura às concessionárias de televisão; outras fontes. Caso tivesse prosperado, seria uma forma de se criar igualdade de condições e um elevado grau de organização na distribuição dos sinais transportados para o interior do País. Em última instância, poderia ter sido evitada não só a adesão de prefeituras individualmente à rede que mais agradasse ao prefeito como a própria concentração de poder econômico e político nas mãos de um mesmo conglomerado. Sem falar no ônus exclusivo para o bolso do contribuinte.

²⁰⁷ Essa limitação de tempo foi revogada pelo decreto nº 84.064 de 8 de outubro de 1979.

para serviços de radiodifusão. No entanto, o que deveria ser uma garantia constitucional acabou se transformando em uma lei que regulariza a atividade dos políticos de legislar em causa própria. A concentração das outorgas de radiodifusão privilegiou políticos de quatro partidos, conforme estudo efetuado por Lima e Caparelli (2004): PFL, PMDB, PPB e PSDB.

Depois da “farra”²⁰⁸ de autorizações valendo-se das brechas na regulamentação das décadas de 1970 e de 1980, Fernando Henrique Cardoso editou o decreto nº 2.593, de 1998,²⁰⁹ extinguindo as retransmissoras mistas e proibindo uma estação de inserir conteúdo local. Sob o pretexto de regularizar o setor, o decreto nº 2.593 deixa de enquadrar como telecomunicações as RTVs e RpTVs e as transformam em “ancilares ao serviço de radiodifusão de sons e imagens”. A dificuldade de fiscalização aumentou porque o decreto facultava às RTVs educativas e microgeradoras manter a condição privilegiada de inserção de programação local até que uma emissora de TV se instalasse na localidade ou solicitasse transformação em geradora. Grande número dessas RTVs “educativas” e microgeradoras passaram a atuar como TVs Comerciais no que se refere à veiculação de publicidade.

As RTVs e RpTVs trouxeram problemas de toda ordem para as emissoras da ABEPEC. Tanto na TV Cultura como na TVE-RJ eram muitas as denúncias que chegavam dando conta de que seus programas estavam sendo exibidos em meio a situações que os descaracterizava.²¹⁰ Não faltavam também informações de que estas “novas afiliadas” obtinham significativos faturamentos com a venda de publicidade tendo como base os programas educativos que levavam ao ar. Pela legislação em vigor, as TVs Educativas continuavam proibidas de veicular publicidade, apesar de muitas delas se valerem de apoios culturais para complementarem o orçamento. No entanto, a ausência de fiscalização possibilitava que as RTVs e RpTVs veiculassem publicidade indiscriminadamente.

O assunto gerou debates que se estenderam por várias reuniões da ABEPEC,²¹¹ sem que alguma solução fosse encaminhada. Por diversas vezes, a direção da entidade solicitou

²⁰⁸ Ver estudo de Sylvio Costa e Jayme Brenner para o jornal Correio Braziliense (1997). O levantamento dos jornalistas apurou que foram liberadas “1.848 RTVs: 527 entregues a empresas de comunicação sem vínculos político-partidários, 479 a prefeituras municipais, 427 a empresas e entidades ligadas a igrejas, 102 a fundações educativas e [...] 268 para entidades ou empresas controladas por 87 políticos”.

²⁰⁹ Esse decreto, em seu art. 3º revogava os Decretos nº 81.600, de 25 de abril de 1978, nº 84.064, de 8 de outubro de 1979, nº 84.854, de 1º de julho de 1980, nº 87.074, de 31 de março de 1982, e nº 96.291, de 11 de julho de 1988.

²¹⁰ A título de exemplo, os programas não tinham continuidade, eram levados ao ar em qualquer horário e, não raro, misturados a inserções locais de péssima qualidade. Talvez o caso mais gritante tenha sido o de uma emissora “educativa” que à tarde exibia programas da TV Cultura e, à noite, transmitia apenas a programação de ofertas das lojas Polishop, disponíveis para aquisição via ligação telefônica.

²¹¹ Os problemas do dia a dia da ABEPEC eram resolvidos por sua diretoria. As questões mais amplas e que envolviam polêmicas ficavam a cargo das reuniões trimestrais e das assembleias, composta por representantes

providências ao Ministério das Comunicações, mas nada foi feito. Apesar de sua reduzida estrutura jurídica, chegou a enviar correspondência a dezenas dessas RTVs e RpTVs advertindo-as da infração que estavam cometendo, igualmente sem sucesso. Essas correspondências, no entanto, surtiram um efeito imprevisto pela ABEPEC: dezenas de novas geradoras e repetidoras espalhadas pelo país passavam a pleitear assento entre seus membros, sob o argumento de que também possuíam “caráter educativo”.

A decisão da ABEPEC, tomada na última assembleia de 2004, foi a de não aceitar nenhuma dessas solicitações. É que além destas emissoras “educativas”, outras TVs que surgiram a partir da Lei do Cabo, de 1995, igualmente pleiteavam ingressar na entidade. Como aceitar o ingresso de algumas emissoras e negar o de outras? A entidade chegou à conclusão de que não lhe cabia analisar a pertinência de cada solicitação, confirmando como membros apenas as 21 geradoras abertas, de âmbito estadual, que já a integravam. Quanto às demais, se sugeriu que buscassem se associar a algum de seus membros, integrado sua rede de afiliadas. A avaliação sobre a pertinência da afiliação ficava sob a responsabilidade da emissora regional.

Em alguns casos, a sugestão foi aceita. Na maioria, no entanto, os interessados trilham novos caminhos, que envolveram a criação de entidades que representavam setores específicos, como TVs Comunitárias, TVs Universitárias e TVs Legislativas, com significativas consequências para o campo público de televisão no país. Até porque, além da presença de emissoras que não tinham qualquer afinidade com uma TV Educativa, o chamado “campo público” passava a conviver com outras modalidades de televisão que se não podiam ser consideradas educativas ou públicas no sentido mais tradicional do termo, também não podiam ser consideradas emissoras comerciais.

7.4. A Lei do Cabo e as emissoras de “interesse público”

Em 1995, foi aprovada a Lei nº 8.977, que regulamentou a utilização da TV a cabo no Brasil. A entrada em operação desse tipo de emissora paga aconteceu de forma tardia²¹² no

das 21 emissoras que a integrava. O representante oficial de cada emissora era seu dirigente máximo, mas mediante justificativa, aceitava-se a presença de alguém por ele designado. As assembleias eram itinerantes, tendo lugar na sede das emissoras que compunham a entidade. Nos primeiros anos de existência, a sede da ABEPEC localizou-se em São Paulo. Em 2005, foi transferida para Brasília.

²¹² Há divergência sobre a data que a TV a cabo começa a funcionar, variando entre 1949 e 1952. A primeira regulamentação do serviço aconteceu em 1985, quando o presidente José Sarney e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, assinaram o decreto nº 95.744/85, aprovando o regulamento do Serviço Especial de TV por Assinatura (Brittos, 2005: 173). Para a Associação Brasileira de Telecomunicações

país, observando-se o seu desenvolvimento em outras partes do mundo. Mesmo na América Latina, o Brasil foi o último país a implantar o serviço de TV por assinatura²¹³. Como assinala Ramos (2000), com tanto investimento em redes de comunicação durante o período militar, é de estranhar que a TV por assinatura só fosse implantada aqui em meados da década de 1990. “Mas é possível deduzir que não era interesse da TV Globo e dos governos militares desenvolver a TV por assinatura, na medida em que ela certamente criaria um cenário de maior diversidade informativa, competitividade e, portanto, de mais difícil controle” (Ramos, 2000: 27).

Essa lei²¹⁴ foi a primeira, em se tratando da comunicação, em que a sociedade brasileira participou ativamente de sua discussão, com ganhos concretos²¹⁵ e diversas inovações. Ao contrário de o que possa parecer à primeira vista, a legislação relativa à TV a Cabo não interessa apenas às empresas do setor e aos assinantes do serviço. No entanto, durante as décadas de 1970 e de 1980, não faltaram tentativas de se implantar no Brasil projetos de cabodifusão (que seria uma contraposição à radiodifusão, isto é, ao rádio e TV abertos convencionais) levando-se em conta apenas interesses políticos – centrados no

por Assinatura (ABTA), a primeira distribuição de sinais de TV através de cabo ocorreu em Petrópolis (RJ), em 1958. (Associação Brasileira de Telecomunicações Por Assinatura. Mídia fatos, 1998: 13). Ver também Herz (1983) e Afonso (1996). Houve, portanto, conforme Brittos, um período prévio, de 1971 a 1987, o chamado pré-mercado, cuja característica principal foi não ter uma estrutura econômica regular definida, mas tentativas isoladas de implantação. A primeira distribuidora de sinal televisivo mediante pagamento, pelo telespectador, foi instalada em 1971. A operadora era uma das subsidiárias da TV Globo, a Televisão por Cabo Ltda. (TVC), que instalava antenas coletivas e distribuía os sinais através de redes de cabos em edifícios, além de trabalhar como TV fechada (conteúdos específicos e próprios) no Rio de Janeiro.

²¹³ TV por assinatura não é o mesmo que TV a cabo. A TV por assinatura é mais ampla, pois abrange outros meios de distribuição além do cabo, como o satélite e o espectro radioelétrico por micro-ondas (UHF e MMDS). A TV por Assinatura é o serviço de comunicação que oferece aos espectadores, programação através de qualquer um desses meios, previamente selecionados, só passíveis de recepção mediante o pagamento de uma taxa de adesão e assinatura mensal. Já a TV a Cabo é apenas uma modalidade de TV por assinatura, na qual o transporte do sinal é feito por uma rede de cabos.

²¹⁴ A aprovação da Lei da TV a cabo também marca outras mudanças diretamente relacionadas ao modelo de telecomunicações ainda vigente naquele momento: a exploração exclusiva do serviço por empresas privadas, numa época em que ainda vigorava o monopólio estatal nas telecomunicações; e a abertura, pela primeira vez, da área da comunicação para participação de capital estrangeiro. Diferentemente da TV a cabo, as demais modalidades de TV por assinatura exploradas no Brasil, DTH e MMDS, não tiveram sua regulamentação por meio de discussão pública e aprovação de lei ordinária no Congresso Nacional. Ambas foram enquadradas como Serviço Especial de Telecomunicações, pelo Decreto 2.196/97, reguladas por portarias e sem restrições à participação de capital estrangeiro, que poderia chegar a até 100%, como foi determinado para os demais serviços de telecomunicações.

²¹⁵ No que se refere ao controle social da comunicação de massa, o processo de discussão e aprovação da Lei do Cabo deixou, segundo Pieranti (2011), pelo menos, três importantes legados: 1. A institucionalização de participação da sociedade civil em órgãos reguladores do setor, com as audiências públicas se tornando obrigatórias em parte da administração pública; 2. A garantia de espaço, por lei, para que entidade sem fins lucrativos possa atuar diretamente nos meios de comunicação de massa, uma antiga aspiração de organizações como a dos radiodifusores comunitários; 3. A tentativa de correção via nova tecnologia, de disfunções da exploração da radiodifusão e da implementação de um dispositivo constitucional. A criação, em uma legislação que trata de TV a cabo, de novos canais a serem ocupados diretamente por segmentos da sociedade e dos três Poderes e sua inclusão no instituto do *must carry* são práticas raríssimas no mundo.

Ministério das Comunicações e no Poder Legislativo –, interesses de empresas de equipamentos eletrônicos e das grandes redes de rádio e TV.

Ramos & Martins (1996: 105-123) apresentam um panorama detalhado sobre o assunto, no qual destacam três tentativas – uma durante o governo Geisel, através do ministro das Comunicações Euclides Quandt de Oliveira, outra no governo João Figueiredo, através do ministro das Comunicações, Haroldo Correa de Mattos, e uma terceira no governo Sarney de se implantar a TV paga no país. As duas primeiras não foram bem sucedidas por interferência direta dos setores comprometidos com a democratização da comunicação. No final do governo Sarney, no entanto, por meio da portaria nº 250/89, de 13/12/1989, era regulamentada a Distribuição de Sinais de Televisão (DISTV), por meios físicos a usuários, por decisão do então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Esse decreto e o de nº 95/744 de fevereiro de 1988, que regulava o que se denominou Serviço Especial de Televisão por Assinatura, constituíam toda a base inicial da política para a constituição no Brasil do até então adiado mercado de televisão paga. Política que, se seguisse o curso normal desse processo, seria decidida apenas em função dos interesses de empresários do setor e de seus seguidores políticos, desconhecendo-se o interesse da sociedade. As mobilizações de diversos setores da sociedade civil, no entanto, alteraram esse curso, com a Lei do Cabo ganhando uma formulação inédita do ponto de vista do interesse público.

Como relatam Ramos e Martins (1996), papel destacado nesse processo teve o Fórum Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação (FNDC) que soube perceber o caráter estratégico da TV a Cabo, enxergando-o não apenas como mais um serviço complementar ao da TV convencional, destinado a um mercado consumidor de alto poder aquisitivo, mas como a face mais visível da Cabodifusão. Ou seja, da distribuição de sinais de telecomunicação por rede de cabos coaxiais ou de fibra ótica, cujo potencial de uso ia muito além do mercado audiovisual como ele se apresentava naquele momento. A questão central que o FNDC passou a enfrentar, portanto, era como encontrar os princípios que viabilizassem e assegurassem, da forma mais democrática possível, a introdução daquela nova tecnologia. No primeiro documento produzido no âmbito do FNDC, cujo objetivo era embasar o avanço das negociações pretendidas, três conceitos foram colocados: controle público, desestatização e reprivatização.

O fundamento pragmático desses conceitos era o reconhecimento de que a TV a Cabo seria implementada - aliás, já estava sendo - por empresas privadas, seguindo padrões muito semelhantes ao do mundo desenvolvido, notadamente nos Estados Unidos. A propriedade privada do novo meio de comunicação não estava, portanto, sendo posta em questão. Era preciso, no

entanto, estabelecer processo político e procedimento normativo que, ao contrário do que ocorreu com a radiodifusão, destacaria o interesse público como o ponto de partida para a introdução da nova tecnologia. (Ramos & Martins, 1996: 148)

Indo além, como acrescentam Ramos & Martins,

Ainda que reconhecido o papel do Estado, entendido em seu sentido restrito, de aparato governamental executivo, na formulação da política e regulamentação da TV a Cabo, ele teria que ser assistido nesse processo pela representação mais ampla possível da sociedade civil, de modo que o serviço privado resultante viesse ser menos a manifestação restrita dos interesses particulares dos proprietários privados e mais a manifestação do interesse público concentrado nos destinatários daquele serviço privado. (Ramos & Martins, 1996: 149)

A partir desses pressupostos, o deputado federal Tilden Santiago (PT-MG) apresentou um projeto de lei que mesmo não tendo sido levado à votação, serviu de base para o que acabou dando origem à Lei do Cabo. Em seu capítulo II, o projeto previa a criação de um Conselho Federal de Cabodifusão, destinado a “buscar consenso político e formular bases éticas para o estabelecimento das relações entre as partes e propor diretrizes para o desenvolvimento e operação dos serviços de cabodifusão”. Serviço definido como simplesmente de telecomunicações, análogo à radiodifusão, no que diz respeito aos seus impactos políticos, econômicos e culturais, porém diverso quanto às suas características técnicas, distribuído que era por meio físico, ao invés do espectro radioelétrico.

A existência desse conselho teria, em última instância, o objetivo de assegurar que a cabodifusão fosse introduzida no Brasil na forma de um processo governamental no qual haveria interlocução entre contrários naquele campo, diferentemente do que havia acontecido com a radiodifusão. O projeto que acabou apresentado pelo Ministério das Comunicações e foi aprovado pelo Congresso Nacional incluiu os conceitos de rede pública e participação da sociedade como os pilares da nova política a ser implementada.

Como observam Ramos e Martins,

Era preciso enfrentar o transcender político do novo serviço que, só na aparência, estava limitado ao fornecimento de uma modalidade paga de televisão, já que o fundamental para a sociedade estava em assegurar o uso de acesso público às novas redes. (Ramos & Martins, 1996: 159)

Redes que seriam públicas no sentido atribuído aos *common carries*, isto é, aquelas pessoas jurídicas do direito administrativo que, explorando transportes de sinais de telecomunicações, como as operadoras de telefonia norte-americanas, não poderiam discriminar o acesso de ninguém a elas. Entre esse momento e a aprovação, em 1995, do projeto de lei, sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 6 de janeiro,

vários fatos novos aconteceram. Fatos que envolveram a entrada em cena de atores como a Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA)²¹⁶ e os integrantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), dentre os quais cabe destacar o papel da Faculdade de Comunicação da UnB.²¹⁷ Atores que, diferentemente de processos anteriores, lutaram para opinar e conseguiram se fazer ouvir.

A finalidade do serviço de TV a Cabo foi definida como promoção da cultura universal e nacional, da diversidade de fontes de informação, do lazer e do entretenimento, da pluralidade política e do desenvolvimento social e econômico do país. Em outras palavras, a Lei do Cabo retomava, em parte, as tradicionais finalidades dos serviços de radiodifusão e a ela acrescentava outros sintonizados com o ambiente democrático, como o pluralismo político. Para que essas finalidades fossem atendidas, os prestadores de serviço ficavam obrigados à regra do *must carry*. Através dela, cada operadora, em toda cidade em que seus serviços estivessem disponibilizados, estava obrigada a carregar, gratuitamente, até seis canais, os chamados Canais Básicos de Utilização Gratuita,²¹⁸ que funcionavam como forma de contrapartida social dos operadores de cabo.

No início de 1996, entra em operação a TV Senado, a primeira emissora legislativa do país a se valer da nova legislação. Em maio do ano seguinte, tinham início as transmissões da TV SENAC,²¹⁹ mantida pela instituição de mesmo nome e, em setembro, foi a vez do Canal Futura, produzido pela Fundação Roberto Marinho, ir ao ar. Estas duas não contavam com o benefício do *must carry*. Vale dizer: as operadoras não tinham obrigação de exibi-las. Logo

²¹⁶ A ABTA, que tomou o lugar da Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias (Abracom), surgiu como decorrência da entrada definitiva no mercado de televisão por assinatura de empresas como as Organizações Globo e a Multicanal, além do Grupo Abril, o primeiro a investir nesse novo campo de atividade. Foram esses três grupos empresariais que, deslocando os pequenos e médios empresários que tinham inicialmente entrado neste negócio, dividiram entre si os cargos principais da diretoria e do conselho deliberativo da nova entidade.

²¹⁷ Em dezembro de 1993, foi promovido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República, e pela Faculdade de Comunicação da UnB, um seminário intitulado “O Brasil e as Estradas Eletrônicas”, que teve o importante papel de colocar, frente a frente, integrantes do FNDC, da ABTA e da Telebras, debatendo suas ideias com representantes de outros órgãos públicos, do próprio empresariado e da comunidade acadêmica.

²¹⁸ Eram seis os canais previstos: um canal legislativo municipal/estadual, para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembleia Legislativa do respectivo estado; um canal para a Câmara dos Deputados; um para o Senado Federal; um canal universitário, para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço; um canal educativo-cultural, para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço; um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos. Posteriormente, foi acrescentado um canal destinado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário.

²¹⁹ Inaugurada como TV Senac em São Paulo, em novembro de 1996, a emissora está no ar desde maio de 1997. O canal se transformou em Rede STV- Rede Sesc/Senac, a partir de janeiro de 2000. Em 2006, a rede passou a se chamar Sesc TV, na medida em que o Senac deixou a parceria em 4 de maio de 2006. Para um aprofundamento sobre o Sesc TV, consultar Souza (2007).

depois entrou em operação a TV Câmara e surgiram os seis primeiros canais comunitários brasileiros.²²⁰ Todos apontavam para o início de uma diversificação em termos de emissoras não comerciais, num campo até então constituído basicamente pelas TVs Educativas. Foi através desses canais de “acesso público” que alguns movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias e culturais, organizações não governamentais e casas legislativas conseguiram chegar à população, mesmo que inicialmente, a uma parcela muito restrita. Mas se os canais de “acesso público” foram um avanço, não deixaram de representar, também, uma contradição, uma vez que a maioria deles só estava disponível na TV paga.²²¹

Na prática, a Lei do Cabo instituiu seis modalidades de canais de acesso público e, igualmente, possibilitou que surgissem os chamados canais de “interesse público”, a exemplo do Canal Futura e do SESC TV. O Canal Futura, de propriedade das Organizações Globo, se valeu e se vale de uma série de facilidades, vantagens e privilégios, que lhe confere uma situação diferenciada dos demais. Como já descrito no capítulo anterior, o Canal Futura não enfrenta nenhum dos problemas comuns às emissoras educativas ou de “interesse público”. Já a SESC TV experimenta uma situação peculiar, assim descrita pelo diretor-geral do SESC-SP, Danilo Santos de Miranda:

A Lei do Cabo trata de dois segmentos bem distintos de canais: os comerciais e os ligados a instituições públicas não prevendo a possibilidade de um canal como o nosso que, mesmo vinculado e mantido pela iniciativa privada, tem vocação eminentemente pública, sem financiamento por publicidade e com programação inteiramente voltada à difusão educativa e cultural. (Miranda, 2007)

Canais universitários, por sua vez, já existiam muito antes da entrada em vigor da Lei do Cabo. É o caso da TV Universitária de Recife, criada em 1968, e também das TVs Universitárias de Natal e de João Pessoa, ambas integrantes da ABEPEC. As três são geradoras abertas, o que as diferencia das demais TVs Universitárias, disponibilizadas apenas por intermédio do cabo. Atualmente, os canais universitários somam mais de 40 estações no país. Praticamente todos estão filiados à Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) entidade criada em 2000, com o objetivo de congregar as instituições de ensino superior que tenham produção regular de televisão, de caráter educativo-cultural. É importante assinalar que muitas dessas emissoras funcionam como laboratórios para cursos de Comunicação, o que se por um lado, garante um tom mais irreverente às suas produções,

²²⁰ As primeiras cidades brasileiras a contar com seu canal comunitário foram Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São José do Rio Preto.

²²¹ O quadro vem se alterando nos últimos anos. A maioria das TVs legislativas já está disponível também em canais abertos.

por outro, está longe de conseguir manter regularidade mínima à sua programação, sem falar na falta crônica de recursos para investir em projetos inovadores. A título de exemplo, não há, entre os cursos de Comunicação das principais universidades brasileiras, disciplinas voltada para a pesquisa em programação e a formação de profissionais para as emissoras não comerciais. Vale dizer: a maioria desses cursos tem como referência a TV Comercial, quando o necessário seria ir além das fórmulas existentes.

Já a Televisão Comunitária (ou Canal Comunitário) só foi possível a partir da Lei do Cabo. Ela é constituída por uma associação de entidades usuárias do canal nas localidades/municípios que dispõem de operadora dessa modalidade de televisão. Essa associação gere o canal e é responsável por veicular uma programação de base local e regional. Dos 258 municípios onde são oferecidos esses serviços, existem 67 canais comunitários em funcionamento.²²² Ao contrário das TVs Universitárias, os interesses que envolvem a estruturação de uma emissora comunitária são os mais variados, podendo incluir desde os educativo-culturais, até o comercial (captura de publicidade local), passando pelos político-partidários e pelos religiosos. A programação e a relação com a comunidade vão depender de quais são esses interesses.

Dos canais de acesso público, os legislativos são os que enfrentam menores problemas quanto a recursos financeiros. Mesmo assim, a programação diária dessas emissoras é limitada, com a maior parte do tempo sendo ocupada pela transmissão, ao vivo, das sessões plenárias do Senado, Câmara dos Deputados ou de Assembleias Legislativas, razão principal de sua existência. Há, no entanto, por parte dessas emissoras a tentativa de se voltarem, cada vez mais, para a cidadania, com alguns desses canais contando com programas sobre cultura, educação, diplomacia e mídia, temáticas, especialmente a última, praticamente ausentes da TV Comercial no Brasil.

A exceção dos “canais legislativos”, cuja verba para manutenção e funcionamento é de responsabilidade da direção do Poder ao qual estão vinculados, os demais guardam a peculiaridade de terem sido criados sem que fosse definida a origem dos recursos para mantê-los. Motivo pelo qual os recursos oficiais, que sempre foram escassos para as TVs Educativas, passarem a ser disputados também por canais universitários, comunitários e pelas emissoras de “interesse público” gerando, não raro, situações de conflitos num campo em que deveria prevalecer o apoio e a parceria. Neste contexto, os canais comunitários,

²²² Dados da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). Disponíveis em <<http://www.abccom.org.br>>.

especialmente os sem vínculos político-partidários ou religiosos são os que enfrentem maiores dificuldades para sobreviver.

A Lei do Cabo representou, portanto, um significativo avanço para o campo público da televisão no Brasil. Além de conseguir incorporar à discussão sobre televisão segmentos que, até então, estavam ausentes dela ou jamais tiveram suas vozes ouvidas pelas autoridades governamentais, teve o mérito de inverter a equação que, entre nós, marcou o campo da TV Comercial desde o seu surgimento: mesmo estritamente comercial, a TV paga teve que se abrir ao interesse público. Assim, se o país deixou de lado a situação de praticamente só contar com emissoras comerciais, não está garantida a sobrevivência do leque de emissoras que atualmente integram o campo público. Não se conseguiu, igualmente, que muitas dessas emissoras sejam acessíveis à população, pois continuam disponíveis apenas no cabo ou em outras modalidades pagas de TV.

No próximo capítulo, serão examinadas a situação de duas emissoras que integram o campo público de televisão no Brasil – TV Cultura e TV Minas –, cujas trajetórias ilustram os recorrentes problemas envolvendo práticas e tradições nada republicanas no Brasil.

CAPÍTULO 8

TV CULTURA E TV MINAS: TRAJETÓRIAS DISTINTAS, PROBLEMAS SEMELHANTES

Este capítulo se constitui por um duplo estudo de caso, abordando a TV Cultura, de São Paulo (SP), e a TV Minas, de Belo Horizonte (MG). À primeira vista, as duas emissoras guardam pouco em comum, além do fato de pertencerem ao campo não comercial. Enquanto a TV Cultura é conhecida como a emissora que, durante várias décadas, mais se aproximou de uma TV Pública no Brasil, a TV Minas é uma emissora que, salvo alguns poucos períodos, funcionou e funciona como uma espécie de porta-voz do Governo do Estado.

A TV Cultura tem sido tema de várias pesquisas e estudos. Em 2008, por exemplo, seu ex-presidente, Jorge da Cunha Lima, publicou uma ampla história sobre a emissora (Cunha, 2008: 344). Já a TV Minas carece de pesquisas e análises, apesar de suas três décadas de existência. Em que pese trajetórias diferentes, ambas guardam, em comum, as dificuldades de se tentar fazer TV Público-Educativa em um país dominado pelos interesses da TV Comercial. Some-se a isso o descaso da maioria dos governantes para com o assunto.

O objetivo deste capítulo não é o de traçar a história dessas emissoras, mas o de rever aspectos de suas trajetórias, realçando e aprofundando questões abordadas conceitualmente em capítulos anteriores, o que permitirá ampliar a compreensão de como aconteceu e ainda se dá o combate às emissoras Público-Educativas entre nós. Em se tratando da TV Cultura, além da bibliografia disponível sobre o assunto, o capítulo vale-se de entrevistas com alguns de seus profissionais.²²³ No que se refere à TV Minas, como a bibliografia sobre a emissora é quase inexistente, tento superar essa lacuna a partir do conhecimento que adquiri, ao longo dos anos, acompanhando a sua trajetória, e também valendo-me de minha vivência e reflexão²²⁴ como diretora-presidente da emissora. Realizei, igualmente, entrevistas com

²²³ Entrevistei 10 profissionais que atuaram e atuam na emissora, em setembro de 2010, em São Paulo. As entrevistas foram semiestruturadas, deixando espaço para que a vivência e a visão de cada um sobre a emissora pudesse ser colocada de forma mais ampla. Os nomes dos entrevistados são omitidos para evitar possíveis constrangimentos.

²²⁴ Entre 2004 e 2009 redigi vários textos sobre TV Pública e TV Educativa, nos quais abordo em graus variados, minha experiência à frente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa (Rede Minas). Entre esses textos destaco: *Quem tem medo da TV Pública?* (2005), *A TV Pública e seus inimigos* (2006), *É possível inventar a TV Pública brasileira?* (2007) e, sobretudo, *Os sete erros que um dirigente de TV Educativa não deve cometer e eu cometi*, disponível no site <<http://www.rua.ufscar.br/site/?p=2523>>.

colaboradores e ex-colaboradores da emissora.²²⁵ É importante salientar que, além da presidência, acumulei, entre 2003 e 2005, os cargos de diretora de Programação da TV Minas e de vice-presidente de Programação da ABEPEC.

8.1.1 TV Cultura: a prima pobre da TV Tupi

Como foi mostrado no capítulo 6, no início da década de 1960 fervilhava no mundo a ideia de que os meios audiovisuais seriam a tábua de salvação da educação. No Brasil, estas ideias também ganhavam espaço, especialmente em São Paulo, estado que se orgulhava por ser a “locomotiva” industrial do país. Foram essas ideias que fizeram o governador Carvalho Pinto criar, em 1961, através da Secretaria de Educação, o Curso de Admissão pela TV, produzido pelo Estado e transmitido gratuitamente pela TV Cultura, Canal 2. Quinta emissora a entrar no ar na capital paulista, a TV Cultura, apesar do nome, tinha uma programação com perfil nitidamente comercial, afinado com as demais integrantes da rede dos Diários Associados da qual fazia parte.

A iniciativa paulista de montar sua estrutura de educação através da TV pautava-se, principalmente, pela busca de um caminho próprio, independente do governo federal. Parte da burguesia industrial e da intelectualidade paulista, desde a derrota na Revolução de 1932, vivia no desencanto. Sentia-se desconcertada em relação ao que acontecia no plano nacional e não aceitava ser conduzida pelas políticas formuladas na capital da República. Assim, buscava inovar e ter autonomia, inclusive no que se refere à educação. Exemplo disso é que, em junho de 1950, antes mesmo da estreia da TV Tupi, era produzido pela Faculdade de Medicina da USP um vídeo-educativo, que se transformou em marco para o setor.

Ações deste tipo não impediram a expansão do poder de Adhemar de Barros, antigo interventor do Estado Novo, chefe do Partido Social Progressista (PSP), que se valia da demagogia para seduzir as classes médias e populares. Ao governar São Paulo pela terceira vez, de olho nas eleições para a presidência da República em 1965, Adhemar viu na estrutura do ensino à distância, através da televisão, uma maneira de garantir mais fôlego para suas pretensões. Em seu governo foi criado o Serviço de Educação e Formação de Base à Distância (Sefort), que passa a transmitir aulas de literatura, artes plásticas, educação musical e curso de madureza aos sábados, através da TV Cultura, em horário pago pelo governo à

²²⁵ Ao todo foram 10 colaboradores e ex-colaboradores entrevistados, entre março e julho de 2009. Como o regime de contratação na TV Minas é irregular, optei por denominá-los colaboradores e não funcionários como seria o adequado. O sigilo em relação aos nomes foi solicitação dos próprios entrevistados.

emissora. Como a população em grande parcela ainda não possuía televisão, o governo estadual criou uma rede de telepostos, isto é, salas de aula dotadas de televisão, abertas ao público. Através delas, os Associados conseguiam disseminar o uso da televisão e ainda preenchiem, sem custos, parte de sua ociosa grade de programação.

O Ato Institucional nº 2 extinguiu os partidos políticos, permitiu que os militares passassem a “caçar as bruxas” legalmente e transformou em indiretas as eleições para presidente da República, sepultando quaisquer ilusões democráticas em torno do novo regime. Chateaubriand, que, através de seus veículos de comunicação, havia dado “vivas à revolução redentora”,²²⁶ percebeu que a conjuntura começava a alterar-se contra os seus interesses. Além de envolvidas em enorme crise financeira devido à má gestão e ao estilo peculiar de Chateaubriand lidar com os seus negócios, as emissoras Associadas precisavam se adaptar às novas determinações contidas na reforma do Código Brasileiro de Telecomunicações, efetuada em fevereiro de 1967, que limitava o tamanho das redes nacionais em 10 emissoras e poderia atingir, em cheio, o “império” de Chateaubriand.²²⁷

Vender sua segunda emissora paulista pareceu aos Associados, naquele momento, uma boa saída, pois fortalecia a matriz de toda a rede, a TV Tupi. Mas vendê-la para quem? Como não havia interessados, a solução foi recorrer aos cofres públicos. Para tanto, através de seu vice-presidente João Calmon, os Associados deram início a uma delicada negociação com o novo governador de São Paulo, Abreu Sodré. “Revolucionário” de primeira hora, Sodré tinha a vantagem de, ao mesmo tempo, ser amigo dos Associados e pessoa da mais estrita confiança dos militares, a quem devia a escolha para o cargo. Ao invés de solicitar para o Estado um dos 98 canais reservados pelo MEC para a educação, Sodré preferiu atender a João Calmon e adquiriu, em 1967, dos Associados, a TV Cultura, canal 2, ao mesmo tempo em que criava a Fundação Padre Anchieta (FPA), entidade que devia gerir as futuras emissoras de rádio e TV.²²⁸ A atitude de Sodré gerou enorme polêmica tanto em São Paulo quanto no plano federal.

Na prática, o governo de São Paulo fez um gasto desnecessário. Não era a primeira vez no Brasil que o Estado entrava em cena na radiodifusão para solucionar problemas

²²⁶ Para um aprofundamento sobre o assunto, consultar Carrato (1996), em especial o capítulo 3.

²²⁷ A reforma acabou não tendo consequências concretas, mas, num primeiro momento, chegou a preocupar os dirigentes dos Associados, a ponto de venderem a TV Cultura.

²²⁸ Também a Rádio Cultura foi comprada pelo governo de São Paulo, passando a integrar a Fundação Padre Anchieta.

experimentados por emissoras comerciais.²²⁹ Chateaubriand, que sempre havia se batido contra a presença do Estado na economia, não teve dúvidas ao vender sua emissora para o Governo de São Paulo. Em meio à polêmica que se instalou, Abreu Sodré percebeu que não havia como implantar imediatamente uma nova emissora. Sob o pretexto de que a televisão do Governo de São Paulo demandava novos equipamentos, a TV Cultura teve suas atividades encerradas e assim permanece por quase dois anos. A nova emissora só foi ao ar em 15 de junho de 1969, sem conseguir ostentar o título de primeira televisão não comercial do Brasil. A primazia coube à TV Universitária Canal 11, de Recife (PE).

A inauguração da TV Cultura, como parte integrante da Fundação Padre Anchieta, foi recebida com frieza pela imprensa, em que pese a festa no Parque do Ibirapuera e o baile de gala no Teatro Municipal realizados para marcar o evento. Mas, como assinala Cunha Lima (2008), “em muito pouco tempo, sua programação educativa se tornou notícia em todos os jornais, e seus conteúdos, objeto de análise dos mais respeitados intelectuais e artistas” (Lima, 2008: 48).

8.1.2. A nova TV Cultura: o apoio da inteligência paulista e o desprezo ao governo federal

Ao contrário da TV Tupi e demais emissoras comerciais, a nova TV Cultura foi criada valendo-se, em grande medida, do mesmo sentimento que deu origem à Universidade de São Paulo (USP).²³⁰ O fundador da emissora, José Bonifácio Coutinho Nogueira, havia feito uma viagem à Europa, onde visitou a BBC e voltou ao Brasil entusiasmado com o que viu. Como assinala Célia Regina Ferreira Santos, “a TV Cultura foi montada em cima da fina flor da inteligência paulista.” (*apud* Lima, 2008: 64). Apesar do entusiasmo com a ideia de uma “BBC tropical”, a nova TV Cultura não conseguiu a independência e nem a autonomia da emissora inglesa, oscilando entre períodos de relativa autonomia e subordinação aos interesses do Palácio Bandeirantes.

No início da década de 1970, a TV Cultura era a emissora mais desenvolvida tecnicamente dentre todas as de São Paulo. Como relatou o engenheiro José Munhoz, diretor

²²⁹ O caso anterior de estatização de uma emissora, a Rádio Nacional, deu-se por razões diferentes, como mostrado no capítulo 5 desta pesquisa.

²³⁰ A Universidade de São Paulo (USP) foi criada dois anos após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932. A partir de então, ganha força em São Paulo a busca de autonomia, por parte das elites locais, em relação ao governo federal. Dessa busca participam não só empresários e intelectuais, como os próprios veículos de comunicação.

técnico da emissora por mais de 20 anos, “chegamos a fazer grandes eventos esportivos e shows para a Globo. Inclusive transmitíamos para ela a Fórmula 1. Tínhamos uma grande experiência na transmissão de externas” (*apud* Lima, 2008: 93). A emissora ganhou renome e seus profissionais passaram a viajar para o exterior, tanto para visitar fábricas de equipamentos como para conhecer outras emissoras de televisão como a BBC e a alemã WDR. Cabe observar que, nesse período, as emissoras não comerciais priorizavam a veiculação de programas de caráter essencialmente educativo.

8.1.3. O impacto da “filosofia” Maluf

Apesar de integrar uma família de imigrantes industriais, Paulo Salim Maluf não pertencia ao grupo da elite ilustrada paulista, como foram Abreu Sodré, Laudo Natel e Paulo Egídio, seus antecessores no Palácio dos Bandeirantes. O seu perfil se assemelhava mais ao dos tecnocratas que o autoritarismo brasileiro produziu após a vitória do golpe de março de 1964. Pessoas pouco comprometidas com a solução dos problemas sociais e mais voltadas para seus próprios interesses, como a vida pública de Maluf acabou demonstrando. Empossado como governador em março de 1979, Maluf tinha os olhos voltados para a conquista de Presidência da República. Truculento e populista, sua meta era fazer uma maciça propaganda de sua administração e de sua pessoa. Nesse contexto, como observa Cunha Lima, “é natural que Paulo Maluf visse na TV Cultura um poderoso instrumento de propaganda.” (Cunha Lima, 2008: 137).

O novo governador não viu necessidade de remover o presidente da Fundação Padre Anchieta, que continuou sendo Soares Amora. No entanto, foram mudados todos os chefes de departamento que, na prática, comandavam a emissora. Rapidamente, o impacto da “filosofia Maluf” começou a ser sentido. Com o objetivo de buscar uma imagem moderna e com apelo de marketing, foi criada a marca Rádio e Televisão Cultura (RTC), que passou a denominar as emissoras da Fundação, em especial a TV Cultura. A iniciativa partiu de Carlos Queiroz Telles, inspirado nos nomes das grandes emissoras e redes internacionais, como BBC, PBS, NBC, NHK e RTP. Modernizava-se apenas por fora, para “inglês ver”.

Por considerar estratégico que o sinal da TV Cultura fosse captado pelo maior número de pessoas possível, Maluf firmou um contrato com o Ministério das Comunicações que possibilitou que esse sinal chegasse a praticamente todo o estado de São Paulo. Na prática, a rede de transmissores da TV Cultura foi ampliada de 8 para 51 estações e mais de 83

repetidoras. A Fundação Padre Anchieta comprou o teatro Franco Zampari para programas de auditório da emissora e, em 1982, o seu sinal podia ser captado em 446 municípios dos 571 paulistas. Em que pese esses avanços, não houve renovação dos equipamentos, que eram os mesmos adquiridos entre 1968 e 1974 e o telejornalismo da emissora se viu às voltas com a tentativa de ser utilizado como palanque para a propaganda governamental.

Quando Maluf renunciou ao governo de São Paulo para disputar, pelo Colégio Eleitoral, a presidência da República, seu vice, José Maria Marin²³¹ assumiu o cargo e decretou que a direção da Fundação Padre Anchieta passasse a ser subordinada ao seu gabinete. Ficava patente o interesse de Marin e do grupo malufista, numa ação tipicamente patrimonialista, tão cara às elites brasileiras. Ao agir assim, o governador levou o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e o Poder Judiciário a se posicionarem pela autonomia da entidade. Marin demitiu tanto o conselho curador da Fundação Padre Anchieta quanto a direção da TV Cultura, mas acabou perdendo.²³² Em que pese o otimismo dos vitoriosos, a disputa teria consequências para a emissora,

A TV Cultura chegou a 1982 com muitas marcas deixadas pelo regime autoritário.²³³ Aos poucos, a abertura política, com o fim da censura prévia aos meios de comunicação, a anistia aos presos políticos e as primeiras eleições diretas para governadores de Estado depois de quase 20 anos tornou-se realidade. Com a vitória do opositorista Franco Montoro (MDB) para o Palácio dos Bandeirantes, foram revogados os decretos que mudavam o Estatuto da FPA, retornando a emissora ao seu caráter de instituição pública de direito privado. A TV Cultura passou a registrar, com desenvoltura, o novo momento que o país vivia.

8.1.4. Muylaert e o salto de qualidade da TV Cultura

Por convocação do governador Franco Montoro, em 25 de janeiro de 1984, na Praça da Sé, marco zero da cidade de São Paulo, realizou-se o primeiro megacomício em favor das eleições diretas para presidente da República. Mais de 300 mil pessoas

²³¹ Tanto Maluf quanto Marin continuam na vida pública. Maluf é deputado federal enquanto que Marin é o atual presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a federação que está no comando da organização da Copa do Mundo no Brasil.

²³² Para uma descrição detalhada dessas ações, consultar Lima (2008: 158-161).

²³³ Um dos episódios mais trágicos vividos pela emissora foi a morte de seu diretor de Telejornalismo, Vladimir Herzog, em 1975, vítima de tortura nas dependências do DOI-CODI em São Paulo. Durante várias décadas, o governo brasileiro negou que Herzog tenha morrido vítima de torturas, atribuindo sua morte a um suicídio que jamais foi explicado. Em 2012, por solicitação da Comissão da Verdade, o motivo da morte de Herzog foi modificado de “asfixia mecânica” para “morte por maus tratos sofridos nas dependências do II Exército (DOI-CODI)”. Para mais detalhes, consultar O Globo, edição de 24/09/2012.

compareceram ao local. O evento foi mostrado pela TV Cultura, enquanto as emissoras comerciais, TV Globo à frente, desconheceram o assunto. Mesmo o Congresso Nacional tendo rejeitado a emenda²³⁴ que restabelecia as eleições diretas para a presidência da República, as movimentações pelas “Diretas Já” assumiram proporções nunca vistas na história da República, contribuindo para aumentar o prestígio da emissora da Fundação Padre Anchieta.

Em junho de 1986, tomou posse, como presidente da Fundação Padre Anchieta, o jornalista e empresário Roberto Muylaert, que propiciou um verdadeiro salto de qualidade na programação da TV Cultura. Nos nove anos em que esteve à frente da entidade, foram criados programas que se tornaram ícones da TV brasileira, como Castelo Rá-Tim-Bum, Mundo da Lua, Matéria-Prima, Roda Viva, Cartão Verde, Vitrine, Bem Brasil, Opinião Nacional e Repórter Eco. Muylaert se preocupou, igualmente, com a expansão do sinal da TV Cultura, já que sonhava com a programação da emissora chegando a todos os cantos do Brasil. Por isso, além de comprar tecnologia de ponta nos Estados Unidos e de ter inaugurado, em 1992, a nova antena e transmissores da emissora, substituindo os que existiam desde 1969, passou a reivindicar, junto ao governo federal, o direito de transmitir a programação da emissora via satélite, para todo o país.

Fui umas dezessete vezes ver o ACM (Antônio Carlos Magalhães então ministro das Comunicações), mas ele não cedia, porque o governo temia que a TVE, por causa da qualidade, perdesse o lugar para nós, o que realmente aconteceu quando, após a saída do ACM, conseguimos o sinal. (*apud* Lima, 2008: 212)

Antes dessa vitória, Muylaert teve que enfrentar problemas e dissabores como assumir a presidência da Fundação Padre Anchieta menos de quatro meses após um incêndio que destruiu 90% dos equipamentos da TV Cultura e de ter enfrentado, dois anos depois, o pedido de demissão de todos os integrantes da coordenação do telejornalismo da emissora, em repúdio às acusações, feitas por ele, de que a TV Cultura havia exibido uma manifestação contra o então governador Orestes Quércia. O problema assumiu proporções tais que o próprio Muylaert pediu demissão, acreditando que sua saída poderia resolver a crise. Pedido que não foi aceito pelos curadores da Fundação Padre Anchieta, que realizaram trabalho para

²³⁴ Recebeu o nome de Dante de Oliveira a proposta de emenda constitucional (PEC nº 5/1983) formulada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) que tinha por objetivo reinstalar as eleições diretas para presidente da República no Brasil, interrompidas pelo golpe civil-militar de 1964. A enorme pressão popular para que a emenda fosse aprovada se transformou em um dos maiores movimentos político-sociais da história do país e recebeu o nome de “Diretas Já”. De acordo com pesquisa do Ibope, 84% da população eram favoráveis à aprovação da emenda. Apesar disso, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984. Com a derrota da emenda, a eleição para presidente da República em 1985 foi novamente indireta.

demovê-lo da decisão. Muylaert voltou atrás e reassumiu a presidência da FPA, mas o episódio serviu para expor o precário equilíbrio reinante entre a emissora e o governo do Estado.

Mesmo em se tratando de uma TV que legalmente possuía independência administrativa e financeira, a tradição de intervenção por parte dos governos e a falta de tradição em termos de autonomia por parte da emissora pesavam. No caso em questão, deu-se o seguinte: a administração Orestes Quércia enfrentou várias greves. Numa delas, durante manifestação de professores, uma tomada de câmara mostrou um cartaz com o rosto do governador sendo pisoteado em meio à lama. A matéria fora veiculada no principal telejornal da TV Cultura e provocou enorme irritação no governador, que exigiu explicações e providências imediatas da emissora.

Na avaliação de um dos profissionais que integrava a equipe de programação da TV Cultura na época,

O Muylaert era uma espécie de equilibrista entre os nossos anseios e o que queria o Palácio Bandeirantes. Em se tratando do problema com o governador Quércia, a questão assumiu proporções maiores, porque o Muylaert afirmou que tínhamos feito uma matéria tendenciosa e deu uma advertência formal na equipe. Se ele tivesse apenas colocado a posição do governo, acho que não haveria maiores problemas. Como ele próprio adotou o ponto de vista do governo, as coisas se complicaram.²³⁵

A mão pesada por parte do governo não era novidade, mas o fato mostrou a própria dificuldade da direção da TV Cultura em aceitar uma cobertura não oficial como sendo parte da tarefa jornalística de uma emissora pública. Se por atuação direta do Conselho Curador, Muylaert permaneceu no cargo, o diretor de programação, Roberto de Oliveira, um tarimbado profissional levado para lá pelo próprio Muylaert, deixou a emissora. Na ótica de outro funcionário veterano da TV Cultura, as dificuldades para atuar na emissora não se limitavam à censura, chegando mesmo a ameaças veladas de demissão para quem não aceitasse as regras do jogo:

Problemas envolvendo divergências entre os diretores e os integrantes da equipe de programação e jornalismo eram constantes. E quase sempre acabavam em demissão. Além disso, outro problema que sempre nos preocupou foi o desemprego. Acho que não teve um governo sequer que não falou em corte de gastos e em “passaralho”.²³⁶ Isso deixava todo mundo apreensivo... (Idem)

²³⁵ Entrevista realizada pela autora em 30/07/2009 em São Paulo. O nome desse e dos demais funcionários entrevistados não serão mencionados por solicitação deles.

²³⁶ Gíria utilizada em redações jornalísticas brasileiras para se referir a cortes de pessoal e demissões.

Em 1992, para evitar o *impeachment*, Fernando Collor de Mello renunciou à presidência da República e seu vice, Itamar Franco, assumiu o cargo. No início do ano seguinte, Muylaert alcançou uma de suas principais metas à frente da TV Cultura: formar a Rede Cultura de Televisão, transmitida para todo o Brasil através do canal do satélite Brasilsat A2. Finalmente a qualidade da programação da emissora poderia ser conhecida em todo o país, significando o início de um tempo novo para a emissora.

A avaliação positiva da gestão de Muylaert rendeu-lhe, em janeiro de 1995, o convite para integrar a equipe do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Muylaert deixou a direção da Fundação Padre Anchieta como um verdadeiro mito, mas a sua passagem por Brasília foi curta. Ele permaneceu apenas três meses à frente da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Em que pese ser homem habituado a dar entrevistas, ele jamais fez qualquer comentário sobre as razões de sua saída. Uma pista sobre essas razões, no entanto, pode ser obtida a partir do artigo que escreveu, anos depois, para a imprensa paulista, no qual criticava a burocracia reinante em Brasília e deu apoio à presidente Dilma Rousseff para que ela “tenha energia e prossiga no combate às irregularidades que está encontrando.” (“Ao pagar impostos, não leia jornais”. Folha de S. Paulo, 02/08/2011).

Com seu retorno, o presidente do Conselho da Fundação Padre Anchieta, Abreu Sodré, quis trazê-lo de volta para a entidade, que se encontrava em plena campanha eleitoral. Suas pretensões esbarraram na candidatura de Jorge Cunha Lima. Cunha Lima e Muylaert eram amigos e trabalharam na elaboração do projeto de cultura para Fernando Henrique Cardoso em sua disputa para o Palácio do Planalto. A eleição de Cunha Lima, apesar dos 33 votos que recebeu, em um quórum de 36, não foi tranquila. É ele mesmo quem recorda o episódio:

Para realizar seu intento de barrar minha candidatura, Sodré reuniu alguns adeptos seus, além de membros vitalícios [do Conselho], numa reunião noturna e reservada em sua casa. Propôs surpreender o candidato Cunha Lima, no dia da eleição, com a substituição do meu nome pelo de Muylaert. “Cunha Lima é um *gentleman* e surpreendido por este apelo do Conselho, não se recusará a retirar sua candidatura”. Acontece que, nessa mesma noite, um dos participantes, apesar do sigilo solicitado por Sodré, comunicou-me os detalhes do golpe programado. (Lima, 2008: 217)

O episódio, mais do que registrar vaidades e eventuais rivalidades, retrata como age o “homem cordial” brasileiro, em se tratando de assuntos do seu interesse pessoal ou político: lança mão de todo tipo de expediente para alcançar seus objetivos.

8.1.5. Apoios institucionais e os cortes no orçamento

Os detalhes da eleição de Cunha Lima são importantes para se entender os bastidores da Fundação Padre Anchieta e também muitas das ações colocadas em prática por ele uma vez no cargo, a exemplo de não substituir os ocupantes das funções de diretores e de superintendente da entidade, mantendo os mesmos nomes indicados por Muylaert. Se o desafio de trabalhar com a equipe de confiança da gestão anterior não era pequeno, ainda teve que lidar com a falta de recursos. É que o governador Mário Covas, frente aos problemas experimentados pelo Estado, reduziu o orçamento da FPA, em seu primeiro ano de governo, de R\$ 57 milhões para R\$ 35 milhões. Face a um contingenciamento de tamanhas proporções, a solução encontrada por Cunha Lima (2008: 218) foi firmar uma espécie de compromisso com o governador:

Prometi a Covas, em um dos abertos, mas dramáticos, encontros que mantive com ele, buscar 20% do orçamento diretamente na sociedade. Consegui muito mais, mas o Governo, por orientação do secretário do Planejamento, adquiriu o hábito de subtrair do orçamento público parte do dinheiro novo conquistado. Além disso, apesar da publicidade institucional ter sido feita com base em um rigoroso *'police'*, tanto no número de inserções quanto no conteúdo da comunicação publicitária, alguns críticos consideravam inaceitável a presença de anúncios no intervalo e nos *breaks* de programação.

O depoimento de Cunha Lima tem o mérito de expor os dilemas enfrentados pela principal emissora do campo não comercial brasileiro. Por um lado, sempre sofria com os contingenciamentos. Por outro, ao tentar caminhar com os próprios pés, enfrentava a crítica, bem intencionada ou não, dos que não aceitavam publicidade em uma emissora não comercial. Como os recursos obtidos não eram revertidos para a Fundação Padre Anchieta, a TV Cultura passou a viver tempos de penúria, com a programação sendo atingida tanto pelo corte de funcionários como pela súbita redução no orçamento. De acordo com Cunha Lima, “projetos foram cancelados e o temor de novas demissões tornou-se um fator de desestabilização da nova gestão” (Lima, 2008: 220). Essa realidade explica o empenho da direção da TV Cultura em se transformar em cabeça de rede do maior número possível de emissoras não comerciais no país, como mostrado no capítulo anterior. Desse processo, ela poderia obter os tão necessários recursos para fazer face aos cortes orçamentários enfrentados e também aos novos projetos que alimentava.

O ano de 1996 trouxe uma grande mudança para a TV Cultura. Pela primeira vez em sua história, ela abriu espaço para a veiculação de peças comerciais de 30 segundos em sua

interprogramação. As peças, mesmo voltadas para o interesse público e possuindo caráter institucional ou social, geraram críticas as mais diversas. De um lado se colocavam os que defendiam que o governo deveria ser o único responsável pelo financiamento da TV Pública. De outro, os eternos adversários das emissoras não comerciais, ao denunciarem os gastos “exagerados” com uma televisão que poucos assistiam. Críticas à parte, a TV Cultura prosseguiu na luta pela obtenção de recursos via apoios institucionais. Como forma de enfrentar essas críticas, a Fundação Padre Anchieta entrou com ação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a fim de que fosse deliberada a legalidade de sua atuação. A decisão do STJ, em julho de 1977, deu vitória à entidade. Vitória que ocorreu em forma de liminar autorizando a emissora paulista e todas as demais TVs Educativas no território nacional a comercializarem os intervalos de sua programação.

À primeira vista, essa era uma vitória histórica para as emissoras não comerciais. Vitória que, na prática, revelou-se bem menos auspiciosa do que se imaginava, porque a medida valia também para as novas emissoras que entravam em cena a partir da aprovação da Lei do Cabo e também para emissoras como a TV Senac e, sobretudo, o Canal Futura das Organizações Globo, que não tinham nada a ver com a nova legislação. A compreensão de que as dificuldades da TV Cultura precisavam ser enfrentadas de forma permanente fez com que Jorge Cunha Lima desse início às articulações que levaram à criação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), como mostrado no capítulo anterior. É dentro desse contexto que Cunha Lima realiza o que pode ser considerado o ato mais importante de sua gestão. De acordo com sua visão,

Fundamental para que uma televisão pública seja independente e produtiva é resolver a questão da estabilidade financeira. Televisão é coisa cara. Um bom programa de meia hora custa 50 mil dólares. Como a verba de Governo depende da situação financeira e da boa vontade do governante, apesar de ser uma obrigação legal, e como as verbas de publicidade ainda eram incipientes, além de serem consideradas inadequadas, a solução seria adotar procedimentos *‘made in England’*. Na Inglaterra, o cidadão paga uma taxa pela utilização de cada aparelho de televisão, o que garante à BBC uma receita anual da ordem de 2,8 bilhões de libras. (Lima, 2008: 225)

8.1.6. A mídia comercial e o boicote à taxa para financiar a TV Cultura

Diante dessa compreensão, o passo seguinte para Cunha Lima foi articular com o governador Mário Covas e com a Assembleia Legislativa a criação de uma taxa, a ser cobrada na conta de luz, destinada à Fundação Padre Anchieta. Modesta, prevista para ser de R\$ 1,00, essa taxa iria transformar a TV Cultura em uma verdadeira TV Pública, capaz de cumprir sua missão educativa e de promover a formação crítica do cidadão. Governador e parlamentares dos mais diversos partidos concordavam com a sua criação, tanto que foi aprovada, transformando-se na Lei nº 9.904 de janeiro de 1998.

Percebendo a dimensão do que estava em jogo, os meios de comunicação comerciais se mobilizaram contra, transformando essa taxa em mais um imposto abusivo do governo a ser cobrado dos cidadãos. Por razões óbvias, nenhum veículo admitiu que ela fosse mínima se comparada aos benefícios advindos de uma programação de qualidade e voltada para os seus interesses educativos e culturais. Por razões igualmente óbvias, nenhum veículo comercial mencionou que a cobrança de taxa é a forma através da qual, em vários países democráticos, as emissoras públicas são financiadas. Pouco depois, o próprio Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu liminar à ação impetrada pelo Ministério Público Estadual, suspendendo a eficácia e vigência da Lei nº 9.904.

Cunha Lima (2008: 225) recorda-se do episódio da seguinte maneira:

(...) A taxa foi rejeitada pela opinião pública após incrível campanha desencadeada pelos meios de comunicação comerciais e pelo Ministério Público, que contestava a legalidade da lei. Então o Governo desistiu da lei e a TV Cultura perdeu uma enorme oportunidade de acrescentar à sua adequada estrutura jurídico-administrativa um fator de independência e estabilidade: recursos.

Decepcionado com a inviabilidade de se garantir, por intermédio de lei, recursos para a TV Cultura, Cunha Lima passa a ver na exibição em rede nacional dos programas da emissora a única maneira de fazer frente a esse problema. Isso, depois de a TV Cultura, durante anos, como ele mesmo admitiu, ter desconhecido solenemente todas as ações nesse sentido feitas pela TV Educativa do Rio de Janeiro. A criação da ABEPEC foi o passo essencial para se chegar à Rede Pública de Televisão (RPTV). Pelo volume de telespectadores que reuniria, a RPTV garantiria às TVs não comerciais condição de pleitear, junto aos três níveis de governo e aos órgãos públicos, publicidade institucional.

É importante frisar que nesse período vivia-se no país uma espécie de lusco-fusco em termos das proibições quanto à veiculação de inserções publicitárias nas emissoras não

comerciais. Algumas dessas emissoras praticavam aberta “desobediência civil”, como a TV Cultura. A postura lhe valeu várias multas, alguns problemas em sua prestação de contas anual, mas sem maiores consequências. Exatamente por isso, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República renovou as esperanças da direção da TV Cultura no que se refere a conseguir se transformar, efetivamente, em uma emissora pública.

Profissional que atuou na TV Cultura recorda-se das esperanças que marcaram a emissora nesse período:

A partir de 2004, começou-se a falar com intensidade na criação de uma TV Pública no Brasil. Nós, funcionários da TV Cultura, aplaudíamos e tínhamos certeza de que se isso acontecesse, finalmente teria chegado a nossa vez... Pode ter sido ingenuidade, mas tínhamos certeza que, se a TV Pública no âmbito nacional fosse realmente criada, seria a partir da experiência e da equipe da TV Cultura. Até porque, onde mais esta experiência poderia ser buscada?²³⁷

Empossado presidente da Fundação Padre Anchieta em junho de 2004, Marcos Mendonça não apenas sucedeu a Cunha Lima. Ele procurou, na medida do possível, prosseguir na luta de seu antecessor em prol da independência financeira da emissora. Para tanto, criou uma agência de licenciamento de produtos a partir da programação da TV Cultura, que recebeu o nome de Cultura Marcas.²³⁸ A ideia não era nova. As emissoras comerciais no Brasil, em especial a TV Globo, há muito comercializavam marcas a partir de sua programação. O mesmo acontecia, há vários anos, com produtos da BBC. Mesmo assim, o surgimento da Cultura Marcas não deixou de incomodar os adversários das emissoras não comerciais, sempre preocupados em não perderem dinheiro ou audiência.

Na posse de Paulo Markun na direção da Fundação Padre Anchieta, em junho de 2007, reinava na TV Cultura e nas demais emissoras do campo não comercial uma enorme euforia quanto ao futuro. Em maio havia acontecido o I Fórum Nacional das TVs Públicas, para o qual a TV Cultura tinha tido papel de destaque. A euforia acabou dando lugar à frustração logo que o governo federal materializou, em outubro do mesmo ano, sua decisão de criar a TV Brasil, a TV Pública brasileira, a partir da fusão da TV Educativa do Rio de Janeiro com a empresa estatal Radiobras, indicando para dirigi-la uma profissional que sempre havia atuado na mídia comercial.²³⁹ Mesmo tendo saído dos quadros das

²³⁷ Entrevista feita pela autora com funcionária da TV Cultura. São Paulo, 4 de outubro de 2008.

²³⁸ À Cultura Marcas caberia, por exemplo, o licenciamento de produtos a partir de programas como Cocoricó, Castelo Rá Tim Bum e tantos outros de sucesso criados pela TV Cultura.

²³⁹ Do mesmo decreto que criou a Empresa Brasil de Comunicação e a TV Brasil constava a nomeação da jornalista Tereza Cruvinel para o cargo de diretora-presidente da EBC. Até então, Cruvinel atuava nas Organizações Globo, como colunista política do jornal O Globo e comentarista política do canal pago GloboNews.

Organizações Globo, a escolha da jornalista e comentarista de política Tereza Cruvinel se deu por ela reunir características essenciais para a empreitada: trânsito e respeitabilidade junto aos partidos políticos, firmeza e capacidade de gestão, além de ser pessoa da confiança do dirigente da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Franklin Martins. Aliás, se ela não se pautava pelos interesses das Organizações Globo, também não era possível apresentá-la como adversária dessa empresa. A criação da TV Brasil e as articulações que antecederam ao seu surgimento serão abordadas no próximo capítulo.

Markun pode ser considerado como o último dirigente da Fundação Padre Anchieta que se preocupou em fortalecer o caráter público da TV Cultura. Sua postura ficava nítida já em seu discurso de posse, ao deixar claro que não pretendia “fundar ou refundar a emissora”,²⁴⁰ mesmo estando ciente das dificuldades que teria pela frente, num país onde “a principal emissora comercial faturou, só no ano passado [2006], mais do que o montante aplicado na fundação [Padre Anchieta] em 40 anos”.²⁴¹ Nos três anos de seu mandato, ele, jornalista profissional e atuando na TV Cultura desde os anos de 1960, viveu “bons e maus momentos.”²⁴² Entre os maus momentos estão, sem dúvida, a extinção da Rede Pública de Televisão capitaneada pela TV Cultura. Como a maioria das TVs não comerciais aderiu à TV Brasil, o resultado foi o rápido declínio da Rede Cultura a partir de 2008.

Outro mau momento foi o choque com os interesses do então governador de São Paulo, José Serra. Essas dificuldades estão na raiz de a TV Cultura, na gestão de Paulo Markun, não ter tido uma maior participação no II Fórum Nacional de TVs Públicas, que aconteceu em maio de 2009. Convocado, dessa vez, por entidades que compõem o campo público de TV e não mais prioritariamente pelo governo,²⁴³ o II Fórum procurou avançar em questões sobre as alternativas de financiamento das emissoras, a implantação e as transformações acarretadas pela chegada da TV digital e os novos modelos de programação e produção.

Como dificuldades de relacionamento entre a Fundação Padre Anchieta e o Palácio dos Bandeirantes sempre existiram, causou surpresa aos que acompanhavam o trabalho de

²⁴⁰ A citação está contida em seu discurso de posse como presidente da Fundação Padre Anchieta. A íntegra de seu pronunciamento está disponível em: <<http://www.portaldapropaganda.com/midia/2007/06/0003>>. Último acesso em 22/11/2012.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem

²⁴³ O II Fórum Nacional de TVs Públicas aconteceu em Brasília de 26 a 28 de maio. Oficialmente, a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), bem como a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), a Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas) (Astral) e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCcom) foram as entidades responsáveis por sua convocação. Se comparada à sua participação no Fórum anterior, a ABEPEC mostrou-se bem mais reticente.

Markun o fato de o governador José Serra estimular seu então secretário de Cultura, João Sayad, a candidatar-se à presidência da entidade. Apesar de o cargo de presidente ser uma escolha da competência do conselho curador, ficava patente a interferência do governador no processo.

8.1.7. Sayad e o “desmonte” da TV Cultura

A “inesperada” candidatura de Sayad, como a definiu o próprio Markun, fez com que desistisse de disputar um novo mandato. Aliás, com todas as letras, o governador José Serra avisou a Markun que não apoiaria sua recondução ao cargo (Maia, Lucas de Abreu. “Paulo Markun admite que vai deixar comando da TV Cultura”. O Estado de S. Paulo, 27/04/2010), interferindo em uma seara na qual deveria ter se mantido distante. Agindo assim, no entanto, Serra, mesmo tendo um histórico ligado a posturas de esquerda, se valia da arrogância e do mandonismo característicos da elite brasileira. Em conversa com Markun, Sayad chegou a garantir que, de sua parte, não existia “a intenção de transformações radicais na equipe ou grandes mudanças no que está sendo desenvolvido na fundação” (Idem). Rapidamente, suas palavras foram desmentidas.

Desde os primeiros meses à frente da TV Cultura, Sayad foi acusado de colocar em prática “o desmonte” da emissora e da própria Fundação Padre Anchieta com uma desenvoltura e velocidade nunca vistas. Em suas primeiras entrevistas como presidente, ele já deixava claro que sua posição era completamente diferente da de seus antecessores, pois em lugar de preocupar-se com o fortalecimento do caráter público da entidade, se preocupava prioritariamente com o corte de custos e despesas, além de anunciar sua intenção de terceirizar a maior parte da produção da TV Cultura e até mesmo vender a sua sede, substituindo o complexo onde funciona no bairro de Água Branca por um conjunto de salas em um edifício no centro de São Paulo.

Sua postura não demorou a chocar-se com a dos funcionários da TV Cultura que passaram, desde meados de 2011, a denunciar o processo de “privatização” da emissora. A audiência convocada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, em 29 de maio de 2012, para discutir as mudanças na Fundação Padre Anchieta, transformou-se em um acalorado debate de várias horas. Sayad ouviu acusações de “ter promovido um desmanche na emissora, de ter demitido centenas de pessoas, diminuído a capacidade produtiva e sucateado a TV.” (Medeiros, Jotabê. “Deputada bate boca com presidente da TV Cultura”. O Estado de S.

Paulo, 30/05/2012). Uma das unanimidades nesse debate foi a rejeição ao espaço cedido pela TV Cultura ao jornal Folha de S. Paulo,²⁴⁴ para um programa jornalístico semanal. Até parlamentares situacionistas concordaram com o argumento levantado pelos críticos de Sayad de que “a aliança com a Folha de S. Paulo consagrava um jornalismo oposto ao que se espera de uma emissora pública.” (Idem). A iniciativa foi igualmente criticada por diversos profissionais da imprensa. Em editorial publicado na revista Carta Capital, intitulado “A TV Cultura não é pública” (Carta Capital, edição de 16 a 20 de abril de 2012), Mino Carta apontou para o caráter supostamente eleitoreiro da concessão:

Trata-se de agradar aos mais conspícuos barões da mídia, lance valioso às vésperas das eleições municipais no estado e no País. E com senhorial arrogância, decide-se enterrar de vez o sentido da missão de uma tevê pública. (...) A perfeita afinção entre a mídia nativa e o tucanato está à vista, escancarada, a ponto de sugerir uma conexão ideológica entre os nossos peculiares sociais-democratas e os barões midiáticos e seus sabujos.

Em artigo publicado na própria Folha de S. Paulo o jornalista Laurindo Lalo Leal Filho caracterizou a iniciativa como uma opção por "privatizar mais um espaço público no Estado de São Paulo" (“Para Laurindo Leal Filho, TV Folha privatiza espaço público”. Folha de S. Paulo, 13/03/2012), criticando a inconsistência da grade de programação da TV Cultura e considerando que a TV Folha “não avança na direção do aprofundamento dos temas” (Idem). Já o jornalista Luciano Martins Costa, no programa OI no Rádio,²⁴⁵ questionou o motivo pelo qual o convite para produção de conteúdo não foi estendido a todos os órgãos de imprensa operantes em São Paulo, concluindo que a medida se devia

A um certo círculo de interesses que tem como eixo a emissora educativa mantida pelo governo paulista, o que tem grande potencial para gerar controvérsias, principalmente num ano eleitoral em que se considera a possibilidade da quebra de uma hegemonia de quase duas décadas do mesmo grupo político no poder municipal e no comando do Estado.

Para o jornalista Luis Nassif, ele próprio um ex-funcionário da TV Cultura, Sayad assumiu a presidência da TV Cultura, “com a missão de reduzir a TV pública paulista a uma simples TV estatal”.²⁴⁶ Inconformado, lançou em agosto de 2010, através de seu blog, o

²⁴⁴ Em março de 2012, a TV Cultura, cedeu ao jornal Folha de S. Paulo o direito de transmitir permanentemente no horário nobre, aos domingos, o programa jornalístico TV Folha, com a proposta de “levar a credibilidade e o espírito de inovação do jornal impresso para a televisão.”²⁴⁴ Após as transmissões, o conteúdo dos programas é disponibilizado nos sites da TV Cultura, da Folha Online e do portal UOL.

²⁴⁵ O programa OI no Rádio é uma produção do site Observatório da Imprensa e é apresentado pelo jornalista Luciano Martins Costa. O OI no Rádio de número 1759, em 12/03/2012, discutiu, entre outros temas, “Os novos parceiros da TV Cultura”.

²⁴⁶ Nassif, Luis. In <<http://www.jornalggn.com.br/blog/luisnassif>>, 04/08/2010.

“Movimento Salve a TV Cultura”.²⁴⁷ O mandato de Sayad se encerrou de forma melancólica, repudiado pelos funcionários e sem conseguir a confiança do governador Geraldo Alckmin, que apoiou para o cargo o retorno do ex-presidente da emissora, Marcos Mendonça. Outra vez, prevaleceram não os interesses dos cidadãos, mas as disputas intestinas, a visão “cordial” da política e dos políticos, por parte de quem ocupa o poder. À medida que Alckmin e Serra se distanciavam politicamente, Alckmin procurava ampliar os espaços para os integrantes do “seu” grupo. No Brasil, mesmo em plena vigência da democracia, a demarcação entre o público e o privado permanece uma questão problemática.

Assim, na contramão da história, a TV Cultura passou a enfrentar, nos últimos anos, uma de suas piores crises. As expectativas de mudança permanecem pequenas, na medida em que o compromisso com uma TV Pública não faz parte dos ideais do PSDB, partido no poder em São Paulo há mais de duas décadas.

8.2. TV Minas, começo tardio e a atuação dos adversários

Minas Gerais foi dos últimos estados a ter emissora educativa, apesar de sua importância política e econômica no país. A demora se deu por falta de vontade política, pois, desde 1965, o Ministério da Educação havia reservado 98 canais voltados exclusivamente para essa finalidade. Um deles poderia ter sido solicitado pelos governadores que ocuparam o Palácio da Liberdade entre 1965 e 1982. Nenhum chegou, sequer, a tocar no assunto, apesar de, a partir de 1975, já ser tema frequente em rodas de intelectuais, artistas e jornalistas, a discussão sobre o fato de São Paulo e Rio de Janeiro possuir emissora educativa e Minas Gerais não.

Os ventos da abertura política e o retorno das eleições diretas para governador possibilitaram que os defensores da criação de uma emissora educativa elaborassem um abaixo-assinado, que foi entregue aos candidatos ao Palácio da Liberdade. Como a disputa foi acirrada e o apoio dos artistas e intelectuais era importante, todos os postulantes ao governo se comprometeram com a solicitação. Uma vez eleito, Tancredo Neves cumpriu a promessa. Determinou a seu secretário de Cultura, José Aparecido de Oliveira, que colocasse a TV Educativa no ar. Para a tarefa de diretor de implantação da emissora, Aparecido convidou o experiente jornalista Guy de Almeida, um dos poucos capazes de dar conta da missão em meio a dificuldades de toda ordem. O primeiro desafio que a equipe coordenada por ele teve

²⁴⁷ Idem, em 19/08/2010.

que enfrentar foi o do tempo. A concessão para o canal educativo estava em nome da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e terminava em agosto de 1984. Vale dizer: a equipe tinha pouco mais de um ano para elaborar o projeto e colocar a nova emissora no ar.

Conhecedor dos modelos de TVs públicas existentes no mundo, Guy de Almeida buscou na BBC os principais elementos que orientaram a criação da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. Instituída pelo decreto estadual nº 23.807 de 14 e agosto de 1984 e inaugurada em 8 de dezembro do mesmo ano, a emissora, pelo seu estatuto, era uma fundação de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, dotada de Conselho Curador e com orçamento bancado pelo governo do Estado. Seu primeiro presidente foi Dalton Canabrava Filho que, apesar de geógrafo, revelou-se uma pessoa interessada e comprometida com os desafios do cargo. A escolha de “Daltinho” se deu em função de seu histórico familiar²⁴⁸ e também por sua vivência no exterior, onde conheceu de perto emissoras públicas, em especial a BBC.

Por 10 anos, a TV Minas funcionou em uma casa localizada na Avenida Assis Chateaubriand, no bairro Floresta, em Belo Horizonte. Por ironia do destino, ela foi instalada em uma avenida cujo nome homenageia um dos maiores adversários das TVs não comerciais no Brasil. A escolha do local não se deu por acaso. O objetivo era situá-la próximo ao Palácio do Rádio, sede das Emissoras Associadas na capital mineira, numa tentativa de aparar arestas e possibilitar algum tipo de colaboração entre elas. Até o último instante, os dirigentes dos Associados tentaram demover Tancredo Neves da ideia de dotar Minas Gerais de uma emissora educativa.²⁴⁹ De olho na Presidência da República, que acabou disputando no ano seguinte, Tancredo sabia que não podia deixar de cumprir o compromisso assumido, mesmo que isso lhe custasse dores de cabeça.²⁵⁰

Na época da inauguração, o sinal da TV Minas atingia Belo Horizonte e alguns municípios da Região Metropolitana. Como não dispunha de programação própria, passou a

²⁴⁸ Seu pai, o deputado estadual Dalton Canabrava, era uma espécie de braço direito de Tancredo Neves e um dos principais nomes do MDB e, depois, do PMDB em Minas Gerais.

²⁴⁹ Como jornalista profissional, atuei, a partir de 1979, na cobertura política, o que me possibilitou conhecer e conviver, de perto, com as principais lideranças políticas do Estado. Foi de algumas delas que ouvi, em *off*, no período que antecedeu à inauguração da TV Minas, comentários dando conta das pressões dos Diários Associados para que a emissora educativa do governo de Minas não saísse do papel.

²⁵⁰ O próprio governador Tancredo Neves deixou escapar, no final de uma entrevista que fiz com ele, poucos dias antes da inauguração da TV Minas, como essas pressões o incomodavam. Num tom mais descontraído, comentou que “no último domingo, você me pregou um tremendo susto”. Ele relatou que estava lendo o Jornal de Casa (semanário pertencente ao Diário do Comércio no qual eu também escrevia) quando, de repente, se deparou com um artigo assinado por AC. “Agora só falta o Chateaubriand ressuscitar e também começar a me criar problemas”, comentou Tancredo, lembrando que “o susto” só passou quando soube que AC eram as minhas iniciais e verificar que o artigo não tinha nada a ver com a TV Minas.

retransmitir a TVE do Rio de Janeiro, indo ao ar das 18h à meia noite. Dalton Canabrava Filho fez de tudo para profissionalizar a gestão da TV Minas, mas foram muitos os problemas enfrentados, especialmente depois que Tancredo renunciou ao governo do Estado para disputar o Colégio Eleitoral e seu vice, Hélio Garcia, um “notório amigo” dos Associados, assumiu. Os problemas envolviam desde a escassez de recursos para o funcionamento da TV até quadro insuficiente de funcionários. Ao final de sua gestão, a emissora contava com programas próprios, mas o total de funcionários não chegava a 30, número ínfimo diante das necessidades.

8.2.1. TV ou “repartição pública”?

A forte oposição do jornal Estado de Minas ao governo de Newton Cardoso (1987-1991), que sucedeu Hélio Garcia no Palácio da Liberdade, gerou, para a emissora educativa, o sonho de que dias melhores estavam por vir. No entanto, o rompimento do governo com o jornal dos Associados, ao invés de fortalecer o sistema estatal de comunicação, levou Cardoso a articular seu próprio veículo,²⁵¹ ao mesmo tempo em que tomava medidas com vistas a privatizar tanto a TV Minas quanto a Rádio Inconfidência, emissora do governo do Estado. Se dependesse dos então dirigentes dessas emissoras, o publicitário José Aurélio Redig e o jornalista João Barbosa, a privatização teria acontecido.

Ambos, desde o primeiro momento, mostraram-se despreparados para os cargos que passaram a exercer. A título de exemplo, Redig não viu nenhum problema em determinar que fosse colocado no ar, num sábado à noite, em um dos principais programas da TV, a cobertura completa do baile de debutante de sua filha. Barbosa, por sua vez, tentou limitar a execução de músicas de Milton Nascimento e do “Clube da Esquina” na programação da FM da rádio Inconfidência, a Brasileiríssima, sob o argumento de que era preciso “diversificar”.²⁵²

Em 1991, no final da administração de Newton Cardoso, a TV Minas estava em frangalhos. Faltava-lhe praticamente tudo: funcionários, recursos e equipamentos. Os funcionários efetivos somavam pouco mais de duas dúzias, enquanto os demais

²⁵¹ Newton Cardoso criou, em meados de 1988, o Hoje Em Dia, publicação eclética, fortemente inspirada no modelo do norte-americano USA Today. O Hoje Em Dia passou a fazer oposição aberta ao Estado de Minas. Seu slogan – “Um jornal de verdade” – deixava isso patente. Sobre o surgimento do Hoje Em Dia, ver Carrato (1988).

²⁵² O que João Barbosa tentou foi impedir que os integrantes do “Clube da Esquina”, então no auge, continuassem sendo executados pela emissora. A determinação levou em conta o fato de artistas como Milton Nascimento, Fernando Brant, Lô Borges e Beto Guedes se posicionarem contra a administração de Newton Cardoso.

“colaboradores” eram emprestados de diversos órgãos públicos. Vivia-se na TV Minas a curiosa situação de faltarem jornalistas, cinegrafistas e editores, mas sobraem advogados, veterinários, agrônomos e até dentistas. A alternativa encontrada pela emissora para continuar no ar foi veicular programas tanto da TV Educativa do Rio de Janeiro, através do SINRED, quanto da TV Cultura de São Paulo. Das 17,5 horas em que permanecia diariamente no ar, pouco mais de três horas eram produção própria.

Hélio Garcia, que completou o mandato de Tancredo Neves e, posteriormente, sucedeu Newton Cardoso no Palácio da Liberdade, promoveu uma profunda alteração no ordenamento jurídico da TV Minas. Através da Lei nº 11.179/1993, a TV foi transformada em fundação pública sem fins lucrativos. Pelo decreto que a criou, a fundação dispunha de autonomia administrativa e financeira, mas, na prática, isso nunca vigorou. Além de seus dirigentes (presidente e quatro diretores) serem nomeados pelo governador, o orçamento era integralmente repassado pelo Executivo, sujeito a todo tipo de contingenciamento.

Na contra mão das discussões sobre TV Educativa no país, a Lei nº 11.179/93 transformou a TV Minas em uma “repartição pública”. A emissora passava a ter que se sujeitar ao ritual burocrático que Cunha Lima, há muito criticava como sendo “incompatível com o funcionamento de uma televisão”, já abordado no capítulo 7. Se a intenção de Garcia fosse realmente contribuir para o avanço da TV, o adequado seria ter mantido o seu ordenamento jurídico original, dotando-o das condições necessárias para funcionar. Vale dizer: sede, equipamentos e orçamento compatíveis e quadro de funcionários em número e qualificação adequados. Por trás da Lei nº 11.179/93 estava o relacionamento estreito de Garcia com as Organizações Globo e com os Diários Associados. Não por acaso, a presidência da TV Minas, em sua gestão, coube ao jornalista Paulo Valadares, ex-funcionário da TV Globo. Já o assessor especial de Garcia, uma espécie de conselheiro para assuntos diversos, era o jornalista Leonardo Fulgêncio, filho do diretor-geral dos Diários Associados em Minas.

Nesse período, o governo do Estado, sob o argumento de que pretendia interiorizar o sinal da TV Minas, instalou torres de transmissão em várias regiões. Torres que acabaram sendo apropriadas por emissoras comerciais, em especial a Globo e Alterosa, sob olhares complacentes do Palácio da Liberdade. Mais uma vez, os concessionários de canais comerciais valiam-se de investimentos públicos para alavancar negócios privados. Para que esta apropriação não acontecesse, o governo do Estado teria que, periodicamente, fiscalizar, através do Departamento Estadual de Telecomunicações (Detel), o funcionamento dessas

torres, autuando as emissoras que estivessem utilizando-as indevidamente. Isso nunca foi feito.

8.2.2. De TV Minas a Rede Minas

Em 1995, o novo presidente da TV Minas, Paulo Ribeiro, um sociólogo familiarizado com as questões da comunicação e da educação, conseguiu convencer o então governador, Eduardo Azeredo, que passava da hora da TV Minas ter acomodações “dignas”, quadro efetivo de funcionários e programação que correspondesse à sua condição de “educativa e cultural”. Foi com surpresa que Ribeiro “descobriu” que a TV não possuía nenhum imóvel como patrimônio e jamais havia feito concurso público, itens que a legislação coloca como exigências básicas para que uma fundação possa ser constituída.²⁵³

Da casa que ocupava na Avenida Assis Chateaubriand, a sede da TV Minas foi transferida para um amplo prédio de onze andares na Avenida Nossa Senhora do Carmo, local nobre na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Além das novas instalações, Paulo Ribeiro foi o responsável pela adoção, por parte da emissora, da marca Rede Minas. Enquanto TV Minas designava uma única emissora com sede em Belo Horizonte, a Rede Minas referia-se à TV Minas e às demais emissoras que passavam, no interior do estado, a transmitir sua programação, na condição de afiliadas. Em 1997, a TV Minas teve sua produção local ampliada para seis horas diárias, complementadas por programas da TV Educativa do Rio de Janeiro e da TV Cultura de São Paulo. Pela primeira vez em vários anos, a TV Minas dava mostras de estar encontrando o caminho. O sucesso da gestão de Ribeiro lhe valeu o convite – por ele aceito – para assumir a direção da TV Educativa do Rio de Janeiro, na época, mergulhada em problemas.

Apesar de um começo de gestão extremamente tumultuado,²⁵⁴ o governo de Itamar Franco procurou prestigiar a TV Minas, dotando-lhe de orçamento suficiente para que se

²⁵³ O decreto-lei nº 200/67, em seu artigo 5º, IV, trata da conceituação de fundação pública. O tema tem merecido muita discussão, mas é consenso que as fundações públicas devem se destinar às atividades de assistência social, assistência médica e hospitalar, educação e ensino, pesquisa e atividades culturais, todas de relevo coletivo o que justifica a vinculação de bens e recursos públicos para sua realização. Para maior aprofundamento sobre o assunto, consultar: <<http://jus.com.br/revista/texto/14069/fundacao-publica-personalidade-juridica-de-direito-publico-ou-privado>>.

²⁵⁴ Assim que tomou posse em 1998, Itamar Franco decretou a moratória da dívida do Estado de Minas Gerais. Esta atitude o levou a ser acusado pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, de agir contra a estabilidade de regras necessárias à atração de investimentos estrangeiros. Itamar Franco também retomou judicialmente o controle acionário da estatal Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), parcialmente

reequipasse, um dos muitos gargalos que enfrentava. Foi a primeira vez, em 15 anos de existência, que a emissora passou por uma atualização tecnológica, adquirindo equipamentos de ponta para quase todos os setores. Ao agir assim, Itamar garantia espaço para que seu ponto de vista nitidamente em desacordo com o processo de privatização colocado em marcha pelo governo federal e apoiado pela mídia comercial pudesse ser divulgado. Itamar também pensava em se valer da emissora para se contrapor aos “vícios”²⁵⁵ da imprensa mineira. Motivo pelo qual viabilizou, a partir de 1998, o acesso da emissora ao satélite, e foi peça fundamental para que se cumprisse a exigência legal de ela estar presente em todos os “pacotes” oferecidos pelas operadoras de televisão a cabo que atuavam no Estado.

Percebendo o erro que havia cometido ao indicar para a direção da Rede Minas um parlamentar pertencente à bancada evangélica que, rapidamente, se tornou folclórico,²⁵⁶ Itamar procurou consertar a situação substituindo-o por uma profissional da área, a jornalista Cristina Mendes. Pessoa de sua absoluta confiança, ela determinou o reaparelhamento da emissora, ao mesmo tempo em que tentou dividir suas atribuições com as de assessora de imprensa do governador. As funções eram incompatíveis, seja pelo tempo que demandavam, seja pela natureza das atividades, mas, excêntrico, Itamar não admitiu outra solução. Como as tarefas de assessora consumiam grande parte do seu tempo, o dia a dia da TV Minas acabou ficando nas mãos do diretor-administrativo, Mário Parreiras.

Após duas administrações conturbadas, de Newton Cardoso e de Itamar Franco, era justificável que a vitória de Aécio Neves para o governo de Minas fosse cercada de grandes expectativas pela população e, em especial, pelos que atuavam na TV Minas. Como a emissora havia sido criada por seu avô, acreditava-se que, finalmente, seus muitos e graves problemas poderiam ser equacionados. Problemas que ameaçavam até mesmo a sua permanência no ar.²⁵⁷

vendida pelo governador anterior, Eduardo Azeredo. Para mais informações consultar Rocha e Noronha (1998: 50).

²⁵⁵ O principal desses “vícios” era a cultura de viver à custa dos cofres estaduais, seja através de verbas publicitárias, seja mediante a complementação salarial de jornalistas contratados como assessores. O governante que não aceitasse essa situação, passava a enfrentar denúncias que acabavam por indispor-lo com a população. Para um aprofundamento sobre o assunto, consultar Carrato (1996).

²⁵⁶ O deputado federal Luís Alberto Almeida Monteiro, do PDT, era pastor da Igreja Universal do Reino de Deus.

²⁵⁷ Por descuido da gestão anterior, não foi importada, no devido prazo, uma válvula sobressalente da marca Thompson, essencial para o funcionamento dos transmissores da emissora, localizados na Serra do Curral, em Belo Horizonte. Como importações desse tipo levam tempo, o processo teve que ser realizado, no início de minha gestão, na forma de urgência-urgentíssima. Mesmo assim, enquanto a válvula não chegava (a importação levou quatro meses), vivemos momentos de grande ansiedade, temendo que uma chuva mais forte, característica do verão, danificasse a válvula em funcionamento e tirasse a emissora do ar.

Minha escolha para a direção da TV Minas não causou surpresa. Além de ter integrado a equipe de Transição em Comunicação do governo Aécio Neves, trazia na bagagem 26 anos de experiência como jornalista e uma relação de confiança com o governador eleito. Minha ligação com a emissora também era antiga. Além de ter lutado por sua criação, havia participado do grupo que, tendo à frente o ex-reitor da UFMG e ex-ministro da Cultura, Aloísio Pimenta, denunciou o sucateamento que o então governador Newton Cardoso estava promovendo em todo o sistema estatal de comunicação (TV Minas, Rádio Inconfidência e Imprensa Oficial).

No governo Itamar Franco, a Fundação TV Minas Cultural e Educativa integrava o sistema operacional da Secretaria de Estado de Governo. Em outras palavras, mais “chapa branca”, impossível. Uma primeira conquista do secretário de Estado da Cultura de Aécio, o ex-ministro Luís Roberto do Nascimento Silva, foi ter conseguido que a emissora voltasse a integrar o sistema operacional da Cultura. Essa, aliás, foi uma das condições que colocou para aceitar o cargo.

8.2.3. Do caos à nova grade de programação

Os ventos propícios, no entanto, pararam aí.²⁵⁸ A dotação orçamentária anual da TV Minas que era de R\$ 13 milhões, reduziu-se a menos de um terço. Em virtude do “choque de gestão” – termo disseminado pelo governo para simbolizar a marca da “eficiência financeira” do mandato de Aécio Neves – no período em que dirigi a emissora, seu orçamento não foi além de R\$ 3,6 milhões anuais.

Na TV Minas sobravam problemas. Do subsolo, onde se localizava a garagem, ao 11º andar, onde estava o gabinete da presidência, as dificuldades eram de toda ordem. A mais visível era a falta de recursos. O orçamento mensal não cobria as despesas básicas: aluguel, folha de pagamento, água, luz, telefone, satélite, combustível e manutenção dos carros da emissora. Dos mais de 400 funcionários (o Departamento de Pessoal não sabia exatamente o número), 380 eram contratados através de duas cooperativas de trabalho, em desrespeito ao que determinava o Estatuto da emissora, que exigia que todos fossem concursados. Antes de completar um mês no cargo, já havia recebido a visita dos Sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas, reivindicando salários de mercado para seus associados, e também do Ministério Público, exigindo que fossem encerrados os contratos de pessoal via cooperativas. O

²⁵⁸ Além de minha experiência e reflexão, as informações sobre a realidade da Rede Minas, nesta página e nas seguintes, acompanham, de perto, o texto que publiquei em 2009, na Revista de Comunicação da UFSCAR supracitada.

descumprimento implicaria multa diária de R\$ 5 mil, além das penalidades legais para a dirigente da emissora.

Nesse primeiro momento, foi estabelecido, como norte para a gestão, a redução dos gastos, a regularização dos contratos de trabalho e a melhoria da programação. No início de 2003, a TV Minas havia regredido a menos de cinco horas diárias de programação própria, incluídas as reprises. Dois dos seus programas poderiam ser considerados razoáveis. Os demais ficavam abaixo do aceitável. Mas, se faltavam bons programas, sobravam colaboradores, em especial na área administrativa, numa nítida inversão de prioridades. Ao mesmo tempo em que se tratou de localizar e conhecer um por um desses colaboradores (tarefa nada simples, pois muitos não compareciam ao serviço), buscou-se adequar o quadro funcional às necessidades da emissora. Depois de muita insistência e, apesar da má vontade da Secretaria de Estado de Planejamento, as duas cooperativas que atuavam na emissora foram substituídas por contratos administrativos, com o governador comprometendo-se com a realização de concurso público, o primeiro na história da emissora.

Por mais que se economizasse, as contas não fechavam. Apesar de uma programação reduzida, a TV Minas dispunha de três estúdios, dezenas de cinegrafistas, jornalistas, técnicos e de uma frota de 21 veículos. Na documentação constava que essa frota havia passado recentemente por revisão e que os pneus de todos os veículos eram novos. A simples observação dos veículos desmentia a papelada. Pior ainda: os gastos com combustível e oficina eram exorbitantes!²⁵⁹A demissão do diretor-administrativo, Mário Parreiras, permitiu que se tomasse conhecimento de vários outros problemas: o setor de Projetos Especiais (a produtora de vídeo) da TV estava desativado há quase um ano. Mesmo assim, mais de 60 pessoas continuavam recebendo os maiores salários pagos pela casa. Não faltava nem mesmo quem recebesse dois salários por mês: um como cooperativado e outro através dos Projetos Especiais.

O prédio onde funcionava (e funciona) a TV Minas, além do aluguel alto (R\$ 100 mil/mês mais condomínio de R\$ 10 mil) para o orçamento de que se dispunha, era inadequado às atividades de uma televisão. Os estúdios não possuíam espaço e pé direito

²⁵⁹ Foram necessários dois meses para que esse problema ficasse esclarecido. O diretor-administrativo, através de terceiros, possuía uma frota de táxi. Era essa empresa que utilizava o abastecimento, as revisões, os pneus e até mesmo motoristas da emissora. A descoberta, aliada aos outros desmandos que foram identificados, provocou a saída desse senhor. Quando comuniquei o fato à irmã do governador, Andrea Neves, que, na prática, era a pessoa que comandava a área de comunicação do Governo, levei uma enorme reprimenda. O diretor era “cota” do ex-governador Itamar Franco, em troca do apoio à candidatura de Aécio Neves ao Palácio da Liberdade. Sem saber, havia criado um problema político para o governador.

suficientes, sem contar que o caminhão de externa não entrava na garagem. Jornalistas, cinegrafistas e motoristas não dispunham de seguro contra acidentes. O mesmo se repetindo em relação aos veículos.

A razão de ser de uma emissora de TV é a sua programação. Essa verdade acaciana, no entanto, não encontrava repercussão na TV Minas. Programas ao vivo eram poucos e, mesmo assim, apenas de segundas a sextas-feiras. A emissora não tinha um telejornal matinal. Os mesmos entrevistados se repetiam em dois ou três programas num mesmo dia, por falta de entrosamento entre as equipes de produção. Não faltava nem mesmo apresentador fazendo *merchandising* de produtos, prática vedada pelo Estatuto das TVs Educativas. Apesar dos enormes problemas administrativos, foi priorizada a construção de uma nova grade de programação. Ela funcionaria como a alavanca para redimensionar a emissora. Um telejornal matinal, o “Sete e Meia”, foi criado, além de sete novos programas,²⁶⁰ contemplando diversas faixas de horários e públicos. Os programas existentes foram reformulados.²⁶¹ Buscou-se uma cara nova para a TV, resgatando o que havia de melhor em sua história: a logomarca em vermelho, preto e branco e a voz feminina para as chamadas institucionais. A interprogramação também foi completamente reestruturada.

O lançamento da nova grade de programação aconteceu antes de completar um ano à frente da emissora. Com ela, a TV Minas saiu da condição de traço de audiência (ou seja, menos de 1%) para ocupar o terceiro lugar na preferência dos telespectadores. Era a única, ao lado da TV Globo local, a contar com três telejornais diários. Em alguns horários, a emissora chegou a assumir a liderança, como no final da tarde (com o *talk show* “Brasil das Gerais”), na hora do almoço, com uma programação esportiva diferenciada, e, nas noites de domingo, com musicais e reportagens especiais. O programa de *clips* musicais “A cor do Som”, exibido nas madrugadas, também rapidamente despontou entre os preferidos do público jovem. A TV Minas estava 24 horas no ar, sendo 14 com programação própria.

Todas as vezes que perguntei ao governador sobre o que estava achando da nova programação, ele nada respondeu, alegando falta de tempo para assistir televisão. A irmã do

²⁶⁰ Os programas criados foram: Noturno (música instrumental), Harmonia (música erudita), Nøs (psicanálise), A cor do som (*clips* musicais), Especial Rede Minas (reportagens), Jornal dos Esportes e Direitos do Consumidor (voltado para a conscientização sobre os direitos e deveres dos cidadãos/consumidores).

²⁶¹ Os programas reestruturados foram: Arrumação (música e humor), Alto Falante (rock e música jovem alternativa), Mais Ação (esportes radicais), Jornais Minas (1º e 2º edições), Agenda (cultura), Brasil das Gerais (*talk show*), Livro Aberto (literatura) Opinião Minas (entrevistas) e Jornal Visual (informativo na linguagem de libras, destinado a portadores de deficiência auditiva). Foram estabelecidas, também, parcerias com associações e ONGs como a Rede Jovem de Cidadania que passou a exibir, semanalmente, pela emissora, programa homônimo, voltado para a conscientização dos jovens sobre meio ambiente, educação, mídia e consumo.

governador, Andrea Neves,²⁶² também nunca teve tempo para assistir à TV Minas, mas isso não a impedia de, com frequência, telefonar ou me convocar ao seu gabinete para reclamar do conteúdo de reportagens, de programas ou de pessoas que haviam sido entrevistadas. “Você está fazendo uma TV do governo ou da oposição?”, questionava.

Consegui, através do cargo que ocupava na ABEPEC, estabelecer um intercâmbio de programação com as emissoras educativas da Bahia, do Pará e do Rio Grande do Sul. A TV Minas veiculava programas dessas emissoras e nossos programas eram transmitidos por elas. Em algumas situações, como já abordado no capítulo anterior, a TV Minas chegou a assumir a condição de cabeça de rede de um grupo de emissoras educativas. A parceria com a TVE da Bahia e do Pará foi também a fórmula encontrada para relativizar a pressão que a TV Cultura e a TVE do Rio de Janeiro exerciam sobre a TV Minas. Apesar da qualidade da programação, a TV Cultura e a TVE continuavam agindo como se só elas tivessem programação de qualidade e pudessem funcionar como cabeças de rede.

A nova grade de programação passou a atrair também o interesse de nomes consagrados no cenário regional, como a jornalista Leila Ferreira, o ex-jogador e comentarista de futebol Dadá Maravilha e dirigentes esportivos como Zezé Perrela. Um ano antes, a emissora simplesmente não era considerada. Aqui vale um parêntese. Cabia à TV Globo a exclusividade para a transmissão do campeonato brasileiro e de qualquer partida de futebol, mesmo as amistosas. O acerto da TV Globo com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e os times era tão draconiano que nem as partidas que ela decidia não colocar no ar eram liberadas para que as emissoras educativas as veiculassem. Após uma desavença com a direção da CBF, Zezé Perrela, dirigente do Cruzeiro, procurou a TV Minas para oferecer, sem custos, a transmissão da partida, ao vivo, entre o seu time e o Cabofriense, direto de Cabo Frio (RJ). O resultado foi que na noite da quarta-feira, 22 de janeiro de 2004, a TV Minas bateu todos os recordes de audiência no horário.

8.2.4. Emissoras comerciais partem para o ataque

O sucesso da programação da TV Minas começou a incomodar as emissoras comerciais. A primeira a ir se queixar com o governador foi a TV Globo, seguida pela TV Alterosa. O resultado dessas reclamações veio em forma de mais cortes no orçamento. Com o

²⁶² Oficialmente, o cargo da irmã do governador era a presidência do Serviço Voluntário de Assistência Social do Estado (Servas). Na prática, ela atuava como eminência parda, controlando quase tudo na administração, em especial, as questões ligadas à comunicação.

objetivo de tentar reverter esse quadro, participei de várias reuniões na Secretaria de Planejamento, onde ouvi do titular da Pasta, Antônio Anastasia, que se a TV Minas não tinha recursos, o problema não era dele. A partir daí, buscando alternativas, mergulhei na análise da história contábil da emissora. Nela, verifiquei que na gestão de Itamar Franco, a TV Minas tinha sido dotada de uma produtora de vídeo. Com os recursos provenientes da produção de vídeos para o mercado, era possível buscar o equilíbrio financeiro.

Reativar a produtora de vídeo da TV Minas mostrou-se a solução. Paralelo a essa medida, a direção da TV Minas passou a solicitar do governo que também fosse incluída na verba oficial destinada às TVs. Não havia motivo para o governo anunciar – e o governo Aécio Neves sempre foi um grande anunciante – nas emissoras comerciais e deixar os veículos do Estado de fora. A essa luta, se somou o então presidente da Rádio Inconfidência, José Alberto da Fonseca, às voltas com problemas semelhantes. A luta contou também com o decisivo apoio do secretário da Cultura, Luiz Roberto do Nascimento Silva.

Além da nova grade de programação, dos *spots* da interprogramação, a TV Minas passava a veicular a propaganda oficial, o que muito contribuiu para que outros anunciantes se interessassem em associar suas marcas a ela. Foi assim, por exemplo, com a Fiat Automóveis. Acostumada com a existência, há décadas, de TV Pública na Europa, a montadora italiana não viu problema em veicular um institucional onde não se falava em preço ou venda de carro. No institucional que a produtora da TV Minas fez para a Fiat, o destaque era o compromisso da empresa com o desenvolvimento de Minas Gerais. Estava aberto um novo caminho para os institucionais de empresas nas emissoras não comerciais. A TV Cultura já havia feito alguns trabalhos nessa linha, mas veicular o institucional de um peso-pesado como a Fiat foi primazia da TV Minas. Rapidamente, a grade da interprogramação da emissora passava a exibir institucionais que não vendiam nada e nem prometiam o paraíso na terra. Os telespectadores apoiavam, a julgar pelo conteúdo das cartas e e-mails que não paravam de chegar.

Todos os recursos obtidos com a produção de vídeos institucionais eram investidos na manutenção e ampliação dos programas da TV Minas. Foi assim que se tornou possível a realização de programas especiais de reportagens com uma hora de duração, a cobertura de eventos (música, moda, esportes radicais, festas juninas, carnaval etc.) em diversos pontos do estado e do País. De tudo isso, o que mais se destacou foi a realização, durante o mês de março de 2004, da série de programas intitulada “Ditadura Nunca Mais”.

A decisão de resgatar a história dos “anos de chumbo”²⁶³ havia sido da ABEPEC. As 21 emissoras que a integravam se comprometeram com a proposta, lançada pela TV Cultura. Na prática, no entanto, apenas a TV Minas e a TVE do Rio de Janeiro honraram o compromisso. As demais, alegando falta de recursos, fizeram um ou outro programa e ficou por isso mesmo. Apesar do sucesso dos programas, elogiados pelas universidades, entidades estudantis, Instituto dos Arquitetos, Ordem dos Advogados, Sindicatos dos Médicos, dos Professores, dos Economistas e dos Jornalistas, na ótica da irmã do governador, “a TV Minas estava indo longe demais”. Como se não bastasse “tirar” anúncios das outras emissoras, a TV Educativa estava, em sua opinião, revolvendo uma história que era “melhor esquecer”. Some-se a isso que o programa de entrevista realizado com o jornalista Mino Carta, no qual ele abordou a atuação dos principais veículos de comunicação durante a ditadura, irritou profundamente os representantes da TV Globo e da Editora Abril, que foram se queixar e pedir providências contra a direção da TV Minas diretamente com o governador.

8.2.6. O drible do Governo na TV Minas e no Ministério Público e as reivindicações das “afiliadas”

De volta às questões relativas à administração, era preciso enfrentar um duplo desafio: cumprir a lei, ao mesmo tempo em que era necessário lutar para alterá-la, pois a legislação que regia (e ainda rege) as emissoras educativas constitui-se em uma camisa de forças. Três pontos mostravam-se essenciais: criar um ordenamento jurídico compatível com a realidade dessas TVs, garantir independência para o jornalismo e a programação e um orçamento à prova de contingenciamentos. Em síntese, era preciso alterar em profundidade a natureza da TV Minas.

Antes de completar um ano à frente da emissora, representantes do Ministério Público Estadual (MP) exigiram a realização de concurso para a contratação de funcionários. Inicialmente, o MP deu prazo de 90 dias para que todos os terceirizados fossem substituídos por concursados, sob ameaça de multa e de tirar a emissora do ar. Como a decisão de realizar concurso público tinha de partir do governo estadual, o assunto foi levado às instâncias superiores. Depois de várias reuniões, ficou decidido que um projeto propondo a realização

²⁶³ Em 2004, o golpe civil militar estava completando 40 anos e a direção da ABEPEC entendeu que era chegado o momento de contar essa história para as gerações mais jovens.

do concurso seria enviado à Assembleia Legislativa. Tão logo fosse aprovado, o concurso seria realizado. A proposta foi levada ao MP, que a aceitou.

Passados alguns meses, o MP percebeu que o governo não tinha intenção de cumprir o acordo. Mesmo contando com folgada maioria na Assembleia, o Governo do Estado não movia uma palha para que o projeto fosse colocado em votação. E, enquanto não fosse votado, não poderia haver concurso. Na tentativa de viabilizá-lo, a direção da TV Minas conseguiu que fosse criada e instalada uma Frente Parlamentar em Apoio às Emissoras Educativas e Culturais, presidida pelo deputado estadual Domingos Sávio (PSDB). Foi um dos integrantes dessa Frente que certa vez, reservadamente, alertou: “o concurso não vai sair. Não interessa ao governo”.

A maioria dos funcionários da TV Minas era contrária à realização do concurso. De um total de 400, menos de 30 eram efetivos. Os demais já haviam experimentado todo tipo de vínculo – de terceirizações a contratos administrativos – e não acreditavam que pudessem ser aprovados. Nessa situação estavam tanto “colaboradores” com 15 anos de casa e que trabalhavam duro até os apadrinhados políticos que iam lá de vez em quando. Uma das alternativas apresentadas ao governo pela direção da TV Minas foi que as provas incluíssem tanto a parte teórica quanto a prática, além de análise de currículo. A proposta visava reduzir as insatisfações e evitar a aprovação, em setores cruciais, de quem não tinha experiência.

Das emissoras educativas e culturais brasileiras, a TV Minas era a que, pelo menos no papel, possuía o maior número de afiliadas, para as quais a programação chegava sem custos. Como a programação da TV Minas passou a fazer sucesso, o número de emissoras interessadas em retransmiti-la aumentou vertiginosamente. Junto com a boa notícia de que a rede de afiliadas estava crescendo, chegavam também informações sobre desmandos e abusos. Emissoras “educativas” da Zona da Mata de Minas Gerais veiculavam nos intervalos da programação, anúncios de bebidas e de cigarros. As TVs educativas não podem e não devem veicular esse tipo de publicidade. Do Sul de Minas vinham informações que algumas emissoras “educativas” estavam levando ao ar, diariamente, programas religiosos e de televentas, ambos igualmente proibidos pelo estatuto da emissora.

A direção da TV Minas cansou de enviar ofícios ao Ministério das Comunicações, à Anatel e a essas emissoras solicitando providências. Pelas cartas de telespectadores que continuavam chegando, os ofícios não surtiram efeito. Diante da situação, buscou-se um novo caminho, através da realização, em Belo Horizonte, em agosto de 2004, do I Encontro das Emissoras Afiliadas da TV Minas. Oficialmente, a pauta do evento era apresentar a esses

dirigentes a nova grade de programação da emissora educativa. Na prática, o encontro era pretexto para o Departamento Jurídico dar seu recado: quem não cumprisse as determinações da TV Minas no que se refere à programação perderia o direito de exibi-la. O encontro teve a participação de quase 300 afiliadas. Praticamente todas confirmaram as irregularidades. Como se isso não bastasse, vários dos presentes exigiram que fosse retomada a remuneração pelos programas que exibiam, sob a ameaça de tirar a Rede Minas do ar em todo o estado. O argumento era um só: “sempre foi assim”.

Infelizmente, o argumento era verdadeiro. Os governos anteriores pagavam a estas emissoras “educativas” pela exibição dos programas da TV Minas.²⁶⁴ O pagamento incluía até uma emissora da capital federal, a TV Apoio, que se considerava “porta-voz dos mineiros no planalto central”.²⁶⁵ Certamente, o governador Aécio Neves não iria querer que a programação da TV Minas saísse do ar. A direção da emissora, por sua vez, não aceitava pagar para que a programação que produzia fosse exibida. Além de tratar-se de uma inversão de valores, a emissora não dispunha de recursos. Nos meses seguintes, foram muitas as reuniões convocadas pelo Palácio da Liberdade para discutir o assunto. Enquanto permaneci à frente da TV Minas, a posição da emissora se manteve: não aceitar pressão das afiliadas, em sua maioria nas mãos de ex-prefeitos e ex-deputados ou de “laranjas” desses políticos.

Diante de tantos e tão diversificados problemas, a direção da TV Minas decidiu que, para comemorar os seus 20 anos, em dezembro de 2004, além dos festejos de praxe, seria realizado um ciclo de debates sobre o presente e o futuro das TVs Educativas. Ciclo que reuniu, na segunda semana de dezembro, os principais nomes mineiros e nacionais do setor.²⁶⁶ Durante quatro dias, o teatro da Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte, esteve lotado. A TV Minas transmitiu, ao vivo, os debates, cujo principal objetivo era sensibilizar governo e opinião pública para a importância das TVs educativas.

Na época, o governo chegou a sinalizar que iria resolver os problemas da emissora. No início de fevereiro de 2005, durante o Festival de Cinema de Tiradentes, no entanto, o secretário de Cultura, Luiz Roberto do Nascimento Silva informou, aos seus auxiliares diretos, que estava demissionário. Ele explicou que tinha tido acesso ao orçamento de sua pasta para aquele ano e que, ao invés de recomposição, os recursos estavam ainda menores.

²⁶⁴ O pagamento se dava através de publicidade do governo estadual e das empresas estatais mineiras, de deduções na conta de luz ou através de valores repassados periodicamente a essas emissoras a título de “apoio”.

²⁶⁵ No último ano de governo de Itamar Franco, o pagamento mensal à TV Apoio foi de R\$ 35 mil.

²⁶⁶ O ciclo de debates foi gravado e transcrito com o objetivo de ser transformado em livro. Os custos seriam pagos pelo Instituto Itaú Cultural. As gestões posteriores não se interessaram pelo material e o livro não foi publicado.

No caso da TV Minas, os cortes eram drásticos. Sem recursos e debaixo de pressão cerrada da irmã do governador, não havia alternativa a não ser seguir o mesmo caminho.

8.2.7. TV Minas e ADTV, parceria inadequada e feita às pressas

No final de 2005, já na gestão de Antônio Achilles, que me sucedeu, a Rede Minas assinou termo de parceria com a Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV), uma organização social de interesse público (OSCIP),²⁶⁷ adotando um modelo administrativo-gerencial que já havia sido colocado em prática na TV Educativa do Rio de Janeiro, no governo Fernando Henrique Cardoso. O objetivo era dar agilidade às atividades da emissora, mas, na prática o que se fez foi privatizar o processo de produção e programação, transferindo a responsabilidade pela contratação de funcionários para essa OSCIP. Ao contrário do que se espera de uma organização com tais características, os integrantes da ADTV estavam longe de possuir experiência na área e independência em relação ao governo de Minas, pois ela havia sido criada especialmente para “atender” à TV Minas,²⁶⁸ com a maioria de seus membros sendo composta por amigos e colaboradores da irmã do governador Aécio Neves. Em outras palavras, com essa associação, a TV Minas mudava para continuar como antes.

Nas gestões seguintes, de José Eduardo Gonçalves e de Hugo Teixeira, não se falou mais em concurso público. E mesmo o orçamento da emissora sendo, aos poucos recomposto, a programação retroagiu às seis horas diárias. Já o número de funcionários cresceu com, pelo menos, 80 novos contratados. No início de 2012, no entanto, o Ministério Público Estadual voltou à carga e deu um ultimato à Fundação TV Minas e ao Governo do Estado. Se o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2004 não fosse cumprido, a emissora seria tirada do ar. Como o governo já tinha esgotado todos os recursos possíveis, não teve outro caminho a não ser enviar para a Assembleia Legislativa o projeto de lei nº 3.252/2012 contendo os termos do concurso público a ser realizado.

²⁶⁷ OSCIP é a sigla de Organização Social de Interesse Público, uma organização não governamental. No caso da ADTV, o estranho é que ela foi criada por “inspiração” do próprio governo de Minas.

²⁶⁸ A Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV) foi fundada em 4 de outubro de 2005, em Belo Horizonte. De acordo com o publicado em seu site <<http://www.adtv.org>>, trata-se “de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado”. A ADTV passou a funcionar sem possuir, sequer, endereço e telefone próprios. Utilizava os da Fundação TV Minas Cultural e Educativa.

O projeto recebeu muitas críticas, a começar pelas formuladas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG) que, pela primeira vez, resolveu se pronunciar sobre o tema. Além de anunciar seu apoio à realização do concurso, enfatizou que o projeto do governo,

(...) Burla o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a emissora e o Ministério Público Estadual (MPE) em 2004, pois cria 88 cargos comissionados e 159 funções gratificadas, sendo 14 temporárias, uma vez que para preenchimento desses cargos e funções não é necessário a realização de concurso público. (“Projeto de lei para concurso público cria cabide de emprego” Pauta²⁶⁹. Ano XXVIII nº 177- agosto-setembro/2012: 6)

A TV Minas foi condenada a pagar R\$ 5 milhões em multa pelas irregularidades cometidas. Em novembro de 2013, a situação da emissora havia se deteriorado mais. O SJPMG mantinha a posição favorável ao concurso, mas contestava os termos do edital publicado pelo Governo do Estado e a própria presença da ADTV na emissora, considerando-a “uma afronta à lei, que proíbe a terceirização de mão de obra para atividades fim” (“Sindicato contesta edital e adia concurso”. Pauta, ano XXIX, nº 182, out.-nov./2012). O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, determinou a imediata extinção da ADTV, aplicando-lhe uma multa de R\$ 4 milhões. O concurso está previsto para acontecer em 15 de dezembro de 2013 (Idem).

A blindagem proporcionada pela mídia comercial mineira a todos os atos do Governo do Estado garante o silêncio sobre a real situação da TV Minas que, de resto, nunca deixaram de combater. Para os telespectadores mais atentos, não deixa de ser estranho a TV Minas estar substituindo as produções locais por programas da TV Cultura e alguns poucos da TV Brasil. Mas não é por falta de recursos que o governo de Minas não resolve a situação. Afinal, quem pôde investir mais de R\$ 1 bilhão 600 mil na construção do novo Centro Administrativo do Estado,²⁷⁰ uma obra não prioritária, inaugurada em meados de 2010, não tem como alegar problemas financeiros.

Apesar de histórias e trajetórias diferentes, a TV Cultura e a TV Minas oferecem um retrato detalhado dos problemas que as emissoras não comerciais enfrentaram no Brasil. A TV Cultura foi criada em função de interesses das elites paulistas, que não se preocuparam em pagar pelo canal, quando poderiam tê-lo obtido sem custos. Já a TV Minas só se tornou

²⁶⁹ Publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

²⁷⁰ A imprensa mineira não divulgou o custo final da obra, mas esse dado pode ser obtido na reportagem “A Cidade administrativa e ‘o povo que paga’”, assinada por José de Souza Castro, publicado na revista eletrônica <<http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=1434>>, em 02/02/2010, acesso em 21/12/2012. De acordo com a reportagem, o custo final da Cidade Administrativa ainda deve aumentar, porque o governo enfrenta na Justiça ações contra desapropriações no local.

realidade quando Tancredo vislumbrou a chance de disputar a Presidência da República. O fato de a TV Cultura possuir, legalmente, independência administrativa e financeira não impediu que administrações tão diversas como as de Paulo Maluf e Mário Covas investissem contra ela. Truculento, o grupo malufista quis submetê-la ao arrepio da lei; Covas, democrático, preferiu ficar bem com as emissoras comerciais a bancar a cobrança, aprovada em lei, da taxa de R\$ 1,00 que garantiria a independência financeira da TV Cultura. Já o governador Hélio Garcia, para não desagradar aos Diários Associados e à Rede Globo, preferiu alterar a legislação que criou a TV Minas, transformando-a em “repartição pública”.

A missão educativa e a formação crítica dos cidadãos, tarefas essenciais dessas emissoras, raramente foram levadas em conta, a ponto de o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, exigir explicações da TV Cultura sobre a cobertura de uma greve de professores e da irmã do governador de Minas, Andrea Neves, frequentemente questionar se o que estava sendo feito era “uma TV do governo ou da oposição”. Em outras palavras, atitudes desse tipo revelam a presença de vícios que caracterizam e marcam a história brasileira, a exemplo do patrimonialismo, do mandonismo e do clientelismo, enfim, do descompromisso com a coisa pública.

Quando João Sayad decidiu terceirizar a maior parte das atividades da TV Cultura, não se preocupou em consultar os paulistas. O mesmo se deu em relação à TV Minas, quando o governo Aécio Neves “estimulou” a criação de uma OSCIP para contratar mão de obra, em flagrante desrespeito às determinações do Ministério Público. Em outras palavras, as várias décadas de existência de TVs Educativas no Brasil e a própria criação da TV Brasil, a TV Pública brasileira, tema do próximo capítulo, não foram suficientes para que nossas elites e mesmo a maioria da população entendam a relevância e o papel que essas emissoras devem ter.

Capítulo 9

TV Brasil e os desafios atuais

Ao sancionar, em 7 de abril de 2008, a Lei nº 11.625, que instituiu “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, explorados pelo Poder Estatal ou outorgados a entidades de sua administração indireta, além de autorizar a constituição da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva culminava um processo de décadas de lutas no país (Ramos, 2012). Lutas que tiveram como precursores Roquette-Pinto, Tude Souza, a TV idealizada pela Rádio Nacional, muito do que havia sido feito pela TV Cultura, pela TVE do Rio de Janeiro e, mesmo pontualmente, por emissoras não comerciais espalhadas pelo país. Lutas que foram impulsionadas também, ao longo das últimas décadas, por variados movimentos sociais em prol da democratização da comunicação no Brasil.

As características da história brasileira, como mostrado nos capítulos anteriores, acabaram levando ao surgimento de uma TV Pública, a TV Brasil, por vias tortuosas. O que deixou marcas na própria constituição da emissora. O objetivo deste capítulo que aborda a fase da visibilidade da TV Pública no país é, portanto, estudar a TV Brasil e as ações que tiveram lugar entre 2003 e 2007, antecedendo à sua criação, bem como analisar o seu ordenamento jurídico, responsável por muitas das suas virtudes, mas também por alguns de seus vícios. É igualmente objetivo enfatizar a importância de um Marco Regulatório para a Comunicação no país, sem o qual a própria missão de uma TV Pública fica comprometida.

As discussões em torno de uma TV Pública no Brasil ganharam alguma visibilidade na campanha presidencial de 2002, na medida em que esse era um compromisso do Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação. Também o seminário “O desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade” realizado pela TVE do Rio de Janeiro, em junho de 2003, no primeiro ano do governo Lula, pode ser considerado uma iniciativa importante, na medida em que reuniu, sob os auspícios do governo federal, pela primeira vez na história do país, representantes das principais emissoras públicas de TV do mundo e dirigentes das TVs educativas brasileiras e da TV Cultura. Os debates foram publicados em livro homônimo. Na apresentação desse livro, Luiz Gushiken, então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social afirmava:

O governo brasileiro tem plena consciência da necessidade do país contar com uma rede pública de televisão educativa sintonizada com o projeto de

mudança desejado por toda a sociedade, um projeto de construção de um país-cidadão. (Gushiken *in* Carmona; Flora, 2005: 5)

Pouco depois, eclodiriam as denúncias sobre o “mensalão”, envolvendo petistas e partidos da base aliada, e o governo Lula acabou se vendo acuado pela mídia comercial, que passou a ecoar as críticas da oposição e não raro cerrou fileiras com a oposição. O próprio Gushiken foi obrigado a deixar o cargo. Assim, o tema só voltou à pauta em 2006. Por iniciativa do governo federal, a partir de uma série de discussões envolvendo o Ministério da Cultura, através de sua secretaria do Audiovisual e da Agência Nacional do Cinema, a Radiobras e a TVE do Rio de Janeiro, foi elaborado um diagnóstico do campo público de televisão no país que, em certa medida, acabou funcionando como uma espécie de guia para o I Fórum Nacional de TVs Públicas. O texto do ministro da Cultura, Gilberto Gil, na abertura desse diagnóstico, é preciso:

No Brasil, vivemos uma inversão do que ocorreu em muitos países desenvolvidos, onde o público antecedeu o privado, ou foi simultâneo a ele, países onde a cidadania antecedeu o consumo de massas, e onde se afirmou com mais facilidade o lugar da TV pública. (Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Minc, Brasília, DF, 2006: 5)

O Fórum era, portanto, na visão do ministro Gilberto Gil o espaço adequado onde poderiam ser discutidas, formuladas e enunciadas as questões essenciais para o desenvolvimento da TV Pública brasileira. Questões que passavam a ser tratadas, no âmbito federal com um atraso de, no mínimo, seis décadas. O assunto só entrou efetivamente em pauta quando, no início de 2007, entidades que reuniam emissoras de rádio e televisão do chamado campo público como a ABTU, a ABCCOM e, sobretudo, a ABEPEC aceitaram o convite da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura e foi realizado, em Brasília, de 11 a 14 de abril de 2007, o I Fórum Nacional das TVs Públicas. Também se incluía nesse processo a Radiobras, empresa de rádio e televisão criada pelo governo federal durante a ditadura civil-militar, mas que, no primeiro governo Lula, tinha, embora não institucionalmente, se aproximado muito do modelo de empresa pública com razoável grau de autonomia do governo.²⁷¹

9.1. O anúncio de Hélio Costa e as reações dentro do governo e junto aos movimentos sociais

O I Fórum Nacional de TV Públicas foi, paradoxalmente, atravessado no início de 2007 por uma iniciativa do então recentemente reeleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

²⁷¹ Sobre esse processo de mudança na Radiobras, ver o relato de seu presidente na época, em Bucci (2008).

que determinou ao seu ministro das Comunicações, Hélio Costa, a tomada de providências para criação de uma “televisão pública” no Brasil. O ministro, antigo correspondente da Rede da Rede Globo de Televisão nos Estados Unidos, nos anos 1970, anunciou, em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, no dia 3 de abril de 2007, a criação de um grupo de trabalho para dar forma ao projeto da televisão pública, antecipando que, no futuro formato digital, ela teria três canais de programação: um educativo, outro cultural, um terceiro dedicado à cidadania, com o quarto canal reservado para a Radiobras.

O anúncio, dadas as conhecidas vinculações políticas e empresariais do ministro Hélio Costa com as emissoras comerciais – sendo ele próprio detentor de outorga de rádio e televisão no estado de Minas Gerais, pelo qual se elegera senador –, gerou imediata reação das entidades que estavam organizando o I Fórum Nacional de TVs Públicas. A reação envolveu também os movimentos sociais comprometidos com a questão e o próprio Ministério da Cultura, até então o responsável, no governo, pela viabilização política e financeira do evento. Muito se tem indagado, na academia e fora dela, sobre as razões concretas que levaram o presidente Lula a propor, naquele momento, a criação de uma TV Pública. Pesquisadores como Ramos (2012) têm a convicção de que depois de no primeiro mandato ter mantido o que acreditava ser uma relação equilibrada com as empresas de comunicação, em especial com as de radiodifusão, Lula saiu do processo eleitoral de 2006 com a certeza de que “fora mais uma vez vítima de críticas injustas e preconceituosas por parte da mídia partidarizada, alinhada com a oposição” (Ramos, 2012: 8). Tenha sido ou não essa a motivação presidencial, o certo é que as declarações de Hélio Costa geraram imediata reação crítica dos segmentos sociais envolvidos com a organização do I Fórum e foram incorporadas pelo Ministério da Cultura.

Diante desse quadro, a decisão do presidente da República foi no sentido de isolar o ministro das Comunicações do processo de criação de uma televisão pública nos moldes anunciados e indicar para representar a Presidência da República no I Fórum Nacional de TVs Públicas, o novo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins. A presença de Martins nesse processo acabou revestindo-se de grande importância para a definição do modelo institucional que viria a ter a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Além de tornar-se um dos principais conselheiros do presidente Lula no segundo mandato, ele conhecia por dentro o trabalho da mídia comercial, pois, além de décadas de atuação na área, tinha sido diretor de Jornalismo da TV Globo em Brasília, cargo

do qual fora afastado por não concordar com a política editorial da empresa na eleição presidencial de 2006. A ida de Martins para o governo tinha o objetivo de melhorar as relações entre a Presidência da República e a imprensa.

A visão sobre como deveria ser a TV Pública brasileira não era a mesma em se tratando do Ministério da Cultura e da Secom. Para o secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, por exemplo, ela deveria ser uma espécie de convergência de todo o campo público em um novo modelo de televisão, alternativo ao comercial. Segundo ele, essa TV Pública, organicamente ligada à sociedade,

Poderia e deveria ampliar seu leque de prestação de serviços, conjugando programações para diferentes meios como a TV, o rádio, a telefonia celular e a internet, como também para outros espaços e equipamentos educativo-culturais, de maneira a estar próxima da escola, da universidade, dos centros de pesquisa, de centros culturais e comunitários, sindicatos e fundações. Ou seja, articulada ao mais amplo espectro institucional possível para o desenvolvimento de conteúdos e serviços voltados ao atendimento da população. Para que avancemos nessa direção é urgentemente necessária uma maior articulação interna do setor. (Senna *apud* V.A., 2006: 10-11)

Senna afirmava ainda que:

Hoje, no país, temos centenas de canais públicos de televisão que não dialogam entre si, que não cooperam, que por vezes se consideram concorrentes. Temos as TVs educativas e culturais abertas e, no cabo, as universitárias, as comunitárias e as institucionais dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Conjugadas, essas emissoras podem estabelecer redes capazes de produzir e transmitir conteúdos de imensa riqueza e diversidade, funcionando em bases articuladas democraticamente, que respeitem suas especificidades, mas cuja resultante seria a constituição de malhas de troca e conexão de programações. Do mesmo jeito que o cidadão percebe o poder público como um todo na cadeia articulada entre municípios, estados e a União, o telespectador deveria poder estabelecer a conexão entre as diversas TVs do campo público, num processo de formação de amplas bases de audiência que beneficiaria a todos.” (Idem)

Na fala de Sena, como destaca Ramos (2012), é possível perceber a ideia de um modelo de televisão e rádio públicos diversificado e descentralizado, para o qual até mesmo a TV Cultura de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta, ente de direito privado, dispunha-se a contribuir com seu *status* de mais bem sucedida experiência de televisão de serviço público no Brasil, agregando-se a outras experiências mais recentes, economicamente mais frágeis e sem o reconhecimento de programação que caracterizava a emissora paulista. Não era essa, entretanto, a ideia geral da Presidência da República. Para a Presidência, a TV Pública nasceria, como efetivamente aconteceu, da estrutura centralizada da Radiobras, à qual se somaria a TV Educativa do Rio de Janeiro, mantida pela Associação de Comunicação

Educativa Roquette-Pinto (ACERP), vinculada ao Ministério da Educação, resultante do antigo sistema de radiodifusão educativa originário dos anos 1970. Para a Presidência da República não havia necessariamente, como havia para o Ministério da Cultura, um campo público convergente de radiodifusão. Havia, sim, a oportunidade de se criar uma rede pública de radiodifusão em moldes mais centralizados, a partir de Brasília, diante do qual as emissoras representadas na ABEPEC, ABCCOM, ABTA e Astral eram, ainda que sem qualquer demérito político, entes periféricos.

9.2. A Lei nº 11.652 e a estrutura da EBC

Na realidade, o modelo a ser adotado pela TV Pública brasileira nunca alcançou unanimidade. Foi nesse contexto que a Presidência da República propôs o modelo institucional do que viria a ser a EBC e que se materializaria na Medida Provisória nº 398, de 2007, que, depois de discutida e votada pelo Congresso Nacional, transformou-se na Lei nº 11.625, de 7 de abril de 2008. Entre a edição do decreto que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC),²⁷² à qual a TV Brasil²⁷³ integra, e sua conversão em lei, não faltou, por parte da mídia comercial brasileira, todo tipo de comportamento hostil, desde ignorá-la até desqualificá-la por completo. Perdeu-se, assim, por parte da sociedade, uma rara oportunidade para que a proposta pudesse ter sido debatida e aprimorada. Até porque, se a proposta governamental possuía muitas virtudes, não se pode desconhecer que, igualmente, apresentava problemas.

O ponto de partida para esta análise é o estatuto jurídico da TV Brasil, pois é através dele que se pode entender a missão²⁷⁴ atribuída à emissora. No que concerne à sua administração, a EBC (Artigo 12 e 13) é administrada pelo Conselho de Administração, pela

²⁷² A EBC é composta pelo portal EBC, pela Agência Brasil de Notícias, pela Radioagência Nacional, por seis emissoras de rádio – Rádio Nacional FM Brasília, Rádio Nacional AM Brasília, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro, Rádio MEC FM Rio de Janeiro, Rádio MEC AM Rio de Janeiro e Rádio MEC AM Brasília, pela TV Brasil e TV Brasil Internacional.

²⁷³ A EBC foi criada pelo governo federal em 25 de outubro de 2007, quando da publicação no Diário Oficial da União, do decreto nº 6.246 de 24 de outubro de 2007. Criação autorizada em 10 de outubro de 2007, por meio da Medida Provisória nº 398, convertida na Lei nº 11.652 de 7 de abril de 2008. Seu estatuto social foi aprovado pelo Decreto nº 6.689 de 10 de dezembro de 2008.

²⁷⁴ Sobre a missão da TV pública, consultar Portales (s/d: 124) e Rincón (*et al.*, 2002: 128-129).

10 As emissoras de televisão e rádio operadas pela EBC são hoje: TV Brasil (com geradoras próprias em Brasília, Rio de Janeiro (a antiga TV Educativa), São Paulo e São Luiz, no Maranhão (também uma antiga TV Educativa); TV Brasil Internacional, Rádio Nacional AM Brasília, Rádio Nacional FM Brasília, Rádio Nacional AM Rio de Janeiro, Rádio MEC AM Rio de Janeiro, Rádio MEC FM Rio de Janeiro, Rádio Nacional do Alto Solimões e Rádio Nacional da Amazônia, além de duas agências de notícias, a Agência Brasil e a Radioagência Nacional.

Diretoria Executiva, contando ainda em sua estrutura com um Conselho Fiscal e o Conselho Curador. O Conselho de Administração, nomeado pelo Presidente da República, é integrado pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que é o seu presidente; pelo diretor-presidente da diretoria executiva; por conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; por conselheiro indicado pelo Ministro de Estado indicado pelo Ministério das Comunicações; e por conselheiro indicado nos termos do Estatuto da EBC. Quanto à Diretoria Executiva (Artigo 19), ela é composta por um Diretor-Presidente e um Diretor Geral, nomeados pelo Presidente da República e até 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. De acordo com o § 2º do Artigo 19, o mandato do Diretor-Presidente será de 4 (quatro) anos, podendo, entretanto, ser destituído nas hipóteses legais ou se receber 2 (dois) votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de 12 (doze) meses, emitidos com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre ambos. Esse processo de destituição (§ 3º do Artigo 19) é aplicável aos demais membros da Diretoria Executiva.

O Artigo 21, da Lei nº 11.652/2008, “institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta” e “autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC”. Em seu Artigo 2º, a lei remete ao Artigo 223 da Constituição, para estabelecer como seu primeiro princípio a “complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal”. O Artigo 5º autoriza o Poder Executivo a criar “a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.” Já nesses artigos, algumas dificuldades se fazem presentes. Quando o artigo 223 da Constituição estabelece a “complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal”, isso pode ser entendido, por exemplo, como um setor tendo 90% e os demais 5%. Tal ambiguidade não é fruto do acaso, mas da correlação de forças que marcou o trabalho de elaboração da Constituição de 1988, com os setores ligados à radiodifusão comercial tendo predominado, em que pese avanços conseguidos pelos defensores do sistema público. Dito de outra forma, esse artigo da Constituição, apesar de considerado pelos defensores do sistema público, como garantia de espaço, pode, na prática, cristalizar uma posição caudatária. Até porque, não há como negar que a situação atual da TV Brasil, a emissora pública brasileira, é complementar a das emissoras comerciais, mesmo que as emissoras comerciais representem mais de 90% da audiência em todo o país.

Quanto ao artigo 5º, o fato de a EBC estar vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República estabelece-se uma relação que não é a mais adequada quando se pensa em uma TV pública. Esse, aliás, segundo Ramos é “o principal vício normativo da EBC” (Ramos, 2012: 12). Afinal, trata-se do órgão responsável pela comunicação de governo, pela relação do governo com a imprensa e demais instituições de comunicação, dentre elas as agências de publicidade que mediam as verbas de propaganda governamentais. Essa vinculação administrativa, e não hierárquica, seria mais lógica, e politicamente mais adequada, caso se desse com o Ministério da Cultura, ou com o Ministério das Comunicações. O exemplo britânico, nesse sentido, é importante de ser observado. A vinculação da BBC não é com o aparato de comunicação social do gabinete do primeiro-ministro, mas com o Ministério da Cultura, Comunicação e Esporte (*Department for Culture, Media and Sport*).

No entanto, para se entender por que a EBC acabou tendo essa vinculação é necessário remontar ao ocorrido no período que antecedeu ao I Fórum Nacional de TVs Públicas. O próprio I Fórum nasceu de uma demanda do chamado campo público de rádio e televisão. Demanda que foi acolhida, no âmbito do Poder Executivo, pelo Ministério da Cultura, com forte apoio do Ministro Gilberto Gil e execução pela Secretaria do Audiovisual, comandada por Orlando Senna. Nesse processo, entra em cena, na condição de ministro chefe da Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, como a liderança que, no governo, tomaria o lugar do Ministro das Comunicações como interlocutor do Ministério da Cultura na condução do Fórum. Martins, em função das disputas que se processavam dentro do próprio governo, se tornou o efetivo condutor do processo que levaria à criação da EBC, e isto está expresso no modelo adotado.

Como assinala Ramos,

(...) Sem a decidida intervenção do ministro Franklin Martins durante e após os debates que levaram à criação da EBC, inclusive no Congresso Nacional, dificilmente a empresa teria sido criada, engolfada por eventuais disputas intragoverno e, no flanco externo, pela forte oposição do empresariado da radiodifusão comercial. Mais difícil até parece ter sido a disputa intragoverno, que colocou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República contra o Ministério da Cultura, ou vice-versa, pelo controle político da futura empresa. (Ramos, 2012: 19)

O resultado desse confronto acabou gerando outro problema, com a EBC sendo virtualmente dividida em duas, no momento em que se estabeleceu na Lei que caberia ao presidente da República nomear não apenas o diretor-presidente, mas também o diretor-geral. Essa contradição surgiu para que a presidência da EBC fosse preenchida por indicação da

Presidência da República e a diretoria geral pelo Ministério da Cultura. Com isso, era como se fossem existir duas EBC: a do jornalismo, do diretor-presidente, cargo para o qual foi nomeada a jornalista Tereza Cruvinel; e a da cultura audiovisual, do Diretor Geral, cargo para o qual foi nomeado o cineasta Orlando Senna.

Esse arranjo revelou-se tão instável que, alguns meses depois de assumir, em junho de 2008, Senna renunciou ao cargo. Menos de um ano depois, o diretor de programação e conteúdo, o também cineasta Leopoldo Nunes, ligado ao Ministério da Cultura, foi demitido. A partir de então, a Direção Geral tornou-se, na prática, um apêndice da presidência da empresa, embora permaneça na Lei a prerrogativa de nomeação pelo Presidente da República. A própria nomeação dos dois dirigentes máximos da EBC constitui-se também em problema, na medida em que a prerrogativa dessa nomeação é exclusiva do Presidente da República.

9.3. Empresa estatal e pública, marcas distintiva da EBC

Em seis anos de existência, a TV Brasil já deu mostras de que é um modelo viável, mas isso não afasta a necessidade de que esse modelo passe por ajustes, a fim de que alcance a efetiva autonomia política, administrativa e financeira. Em função disso, o próximo passo, neste capítulo, será a discussão de alguns pontos dessa legislação e também a discussão sobre a ausência de marco legal para a radiodifusão, aspectos que dificultam ou mesmo impedem o funcionamento da TV Brasil como uma efetiva emissora pública. Essa discussão, igualmente, seguirá, de perto, as considerações feitas por Ramos (2012).

Quanto às competências da EBC, o Artigo 8º da lei que a criou estabelece, entre outras: “I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal; VI - prestar serviços no campo da radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal; e VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC.

A materialização desses serviços se deu através da TV Brasil e da EBC Serviços, duas entidades pertencentes à EBC, que possuem emissoras de TV, com finalidades e atribuições diferentes. Enquanto a TV Brasil é a emissora pública, a TV NBR, gerida pela EBC Serviços, é a emissora responsável pela transmissão de atos e matérias do governo federal. Em que pese

organizadas em empresas distintas, o fato de se alojarem sob o mesmo guarda-chuva, a EBC, não deixa de ser fator gerador de problemas e críticas, em especial diante da força do patrimonialismo e da escassa tradição brasileira de separação entre público e privado.

No mesmo artigo VIII, do estatuto da EBC, essa questão é resolvida pela afirmação de que ela tem “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”; e, pelo artigo IX, ao assinalar que a EBC conta com “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira”. No que diz respeito à participação da sociedade na administração e funcionamento da EBC, ela se dá por meio do Conselho Curador (artigo 15 do Estatuto da EBC), que define esse conselho como sendo um órgão “de natureza consultiva e deliberativa”, integrado por “22 (vinte e dois) membros, designados pelo presidente da República”. Seus titulares são escolhidos (§ 1º) “dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público”.

O Conselho Curador tem quatro níveis de representação: a) do Poder Executivo; b) do Poder Legislativo; c) dos funcionários da empresa; e, d) da sociedade civil. Essa representação da sociedade civil, que totaliza 15 (quinze) membros, será escolhida, nos termos do Inciso IV do §1º, “segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro”. Quanto aos representantes do Governo, são 4 (quatro): o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social, à qual a EBC está subordinada; o Ministro da Cultura; o Ministro da Educação; e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm 1 (um) representante de cada Casa legislativa; e a representação dos funcionários é de 1 (um) membro. Os representantes da sociedade civil e do Congresso Nacional têm mandatos de 4 (quatro) anos, renováveis uma única vez. O representante dos funcionários tem mandato de 2 (dois) anos, não renovável. Os ministros representantes do Governo não têm mandato definido, permanecendo no Conselho Curador enquanto estiverem em seus cargos.

Cabe ao Conselho Curador ainda (§ 1º do Artigo 17) coordenar o processo de consulta pública para a renovação dos seus membros representantes da sociedade civil. Essas indicações (§ 2º) poderão ser formalizadas por entidades constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, “ainda que parcialmente”, à “promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia”; “à educação ou à

pesquisa”; “a promoção da cultura ou das artes”; “à defesa do patrimônio histórico ou artístico”; “à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente”; “à representação sindical, classista e profissional”. Não serão consideradas indicações (§ 3º) originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a “disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais”.

Ainda no que se refere à participação do cidadão, o Artigo 20 estabelece que a EBC “contará com 1 (uma) Ouvidoria”, para “exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações dos telespectadores e radiouvintes referentes à programação”. O Ouvidor é nomeado pelo Diretor-Presidente da EBC, para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução, e somente perderá seu mandato nas hipóteses de renúncia ou de processo judicial com decisão definitiva.

A existência do Conselho Curador, com diferenciados níveis de representação, é, sem dúvida, importante, mas ele, por si só, não consegue garantir a autonomia política, administrativa e financeira da empresa. O Conselho é essencial, no entanto, para se garantir presença e participação dos diversos segmentos/movimentos sociais na vida da EBC. Afinal, foram esses movimentos que mantiveram, ao longo das últimas décadas, a demanda de que era preciso dotar o país de um sistema de radiodifusão de serviço público, não comercial, capaz de oferecer ao cidadão informação, entretenimento e lazer diferenciados em relação às emissoras comerciais hegemônicas.

Nesse aspecto, como assinala Ramos (2012), é importante destacar as ideias de *serviço público* e de *não comercial*, para lembrar que, não obstante o enunciado do Artigo 223 da Constituição Federal, o ambiente normativo do rádio e da televisão no Brasil não comporta um sistema privado.

O que nele existe é, mediante o uso de outorgas de concessão e permissão pela União, uma *radiodifusão prestada em regime público, como serviço público*, sendo que uma maioria presta o serviço de forma comercial, tendo a publicidade como sua forma primordial de financiamento, enquanto uma minoria, que se convencionou chamar de campo público, presta o serviço sem fins comerciais, mediante fontes diversificadas, não publicitárias, em geral insuficientes, de financiamento. (Ramos, 2012: 16-17, grifo nosso)

Na visão de Ramos, portanto, o que diferencia a TV Brasil, emissora de televisão da EBC, da TV Globo ou da Record, por exemplo, não é a determinação constitucional de sua complementaridade; uma sendo pública e as outras, privadas. Todas são emissoras

prestadoras de um mesmo serviço público, embora formas empresariais e de financiamento diferentes, e, principalmente, com propostas muito diferentes de programação. Segundo ele,

O que deve ser a marca distintiva da EBC e suas emissoras de rádio e televisão não é, pois, seu caráter público em oposição ao privado, mas, sim, seu caráter estatal, porque nascida das prerrogativas da União, por iniciativa do Poder Executivo. Logo, estatal, sim; pública, por consequência. Mas, jamais governamental, como, aliás, está expresso no Inciso VIII e IX, do Artigo 2º da Lei, que afirmam a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal e asseguram a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão. (Ramos, 2012: 17)

E se essa visão contribui para alterar radicalmente a dicotomia que, historicamente, foi sendo construída no Brasil – na qual público e estatal seriam instâncias distintas, não raro opostas – a radiodifusão comercial não mede esforços para continuar contrapondo público a estatal, atribuindo ao Estado – e a tudo que lhe diz respeito – o sinal negativo, enquanto os aspectos positivos seriam virtudes, quase que exclusivas, do mercado. No início de novembro de 2013, por exemplo, o estatal, na acepção negativa, voltou a ser explorado, com ênfase, por representantes do sistema de mídia comercial.

A TV UOL, que integra o portal de mesmo nome,²⁷⁵ divulgou vídeo no qual, em tom de deboche, é feita ácida crítica à TV NBR. Com o título de “Na TV estatal, Dilma é como Sílvio Santos, derruba a programação a toda hora”, o vídeo define a emissora como sendo “paleolítico republicano”.²⁷⁶ A comparação entre a presidente Dilma Rousseff e o empresário da radiodifusão e apresentador de programa de auditório, Sílvio Santos, se justificaria pelo fato de que ambos “derrubam a programação na hora que querem”; no caso da presidente, “para a transmissão de solenidades e discursos sem interesse”.

Para “provar” o que diz, o vídeo exibido pela TV UOL apresenta imagens de ministros e autoridades cochilando ou falando ao celular durante essas solenidades. O vídeo assinala, ainda, que a TV NBR acompanha a presidente em suas viagens ao exterior, insinuando que a emissora está sendo usada para interesses pessoais e que isso custa caro para o contribuinte. A TV Brasil também é citada nesse vídeo, que a ela se refere como sendo “a outra televisão da EBC”, que “mesmo não sendo tão governista, integra o sistema estatal de comunicação no país”. O vídeo conclui com a seguinte afirmação: “cada país tem a TV

²⁷⁵ O grupo Folha de S. Paulo é um dos principais acionistas do portal UOL (Universo Online S.A.) A versão eletrônica do jornal Folha de S. Paulo é disponibilizada, sem custos extras, para todo assinante UOL.

²⁷⁶ O vídeo foi veiculado pela TV UOL em 05/12/2013 e ficou em exibição na *home* do portal das 13h às 6h do dia seguinte. Após esse horário, ele passou a integrar o acervo da TV UOL, disponível para acessos, mas sem a visibilidade que a *home* oferece. As citações nesse parágrafo foram retiradas desse vídeo. Para assistir à íntegra do vídeo, acessar: <<http://tvuol.uol.com.br/assistir.htm?video=em-tv-estatal-dilma-e-como-silvio-santos-derruba-a-programacao-toda-hora-04020E9C376ECCB94326>>.

estatal que merece”. As críticas à EBC e a própria citação da TV Brasil não são frutos do acaso, da mesma forma que caracterizá-la como “emissora estatal” aponta para a disposição da mídia comercial brasileira de voltar à carga. Afinal, não se deve perder de vista que, em 2014, haverá eleição para presidente da República, governos estaduais, Congresso Nacional e legislativos estaduais.

9.4. Financiamento, um gargalo para a EBC

No que se refere à constituição e dotação orçamentária, a EBC está organizada (Artigo 9º) “sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) serão de titularidade da União”. Quanto aos recursos financeiros necessários à existência e desenvolvimento da EBC, eles serão constituídos de várias fontes: (Artigo 11º): “I - de dotações orçamentárias; II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta lei; III - de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no Artigo 32 desta lei; IV - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos, e outras atividades inerentes à comunicação; V - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; VI - de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projeto; VII - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços; VIII - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006; IX - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas; X - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar; XI - de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta Lei”.

Em que pese a multiplicidade de fontes previstas para a obtenção de recursos necessários ao financiamento da EBC, a ausência de uma tradição brasileira no que se refere ao financiamento dos meios de comunicação públicos surge como um problema e um desafio. Segundo Ramos (2012),

O que mais chama a atenção na relação política e administrativa da EBC com a Presidência da República é a circunstância dela ser responsável, ainda

que sob contrato de prestação de serviços,²⁷⁷ pela produção de um canal inteiro de programação do governo, o NBR, destinado à distribuição por operadoras de televisão por assinatura e por redes abertas de satélite, além de produzir também, sob contrato, os programas semanais de rádio Café com o Presidente; Bom dia, Ministro; Brasil em Pauta, além de a Voz do Brasil, tradicional programa de rádio diário, transmitido em cadeia nacional, às 19h, com noticiário reservado aos poderes executivo, legislativo e judiciário. E se, pode-se argumentar, que esse tipo de prestação de serviço é parte importante do processo de sustentação financeira da empresa, do seu modelo de negócios, não se pode deixar também de argumentar que ele cria, para dentro da empresa, uma forte presença política do governo, muitas vezes difícil de administrar à luz de outras prioridades, como cria, para fora da empresa, na relação com o público, uma imagem de dependência, seja esta real ou não. Parafraçando o conhecido aforismo romano, à EBC não basta ser autônoma, tem que parecer autônoma. (Ramos, 2012: 18)

Essa relação com a Presidência da República e a sustentação via recursos da EBC Serviços não se apresenta das mais adequadas, uma vez que pode contribuir para reduzir a autonomia da TV Brasil dependendo da visão sobre o assunto que se possa vir a ter. Nesse aspecto, verifica-se que o financiamento da TV Brasil é um tema que merece atenção, pois esse é um dos principais gargalos em se tratando de qualquer TV Pública.

Se à primeira vista o orçamento da EBC pode parecer expressivo, é importante salientar que ele envolve tanto a estrutura pública quanto a parte estatal da EBC, complicando não só sua execução como sua fiscalização. Dos R\$ 460 milhões de orçamento da EBC em 2012, por exemplo, apenas R\$ 190 milhões destinaram-se à TV Brasil (Priolli, Gabriel. “A luta contra o traço”. Carta Capital, ano XVIII, nº 728, análise sobre a TV Brasil e a TV Cultura: 37). Como assinala o ex-presidente da TV Cultura e da ABEPEC, Cunha Lima (2008: 177) sem a garantia de financiamento, não há como se falar efetivamente em autonomia administrativa e em TV Pública. A história brasileira mostra, por outro lado, que nenhum governante, independente de sigla partidária, enfrentou essa questão.

No caso da TV Cultura de São Paulo, a que Cunha Lima faz referência, é importante lembrar que uma lei instituindo a cobrança de R\$ 1 nas contas de luz foi aprovada pela Assembleia Legislativa, mas não foi sancionada pelo então governador Mário Covas, que preferiu não se indispor com a mídia comercial. Em se tratando da legislação que criou a EBC, não há registro de que o governo Lula tenha tido intenção de estabelecer essa cobrança. E, mesmo se tivesse optado por esse caminho, não há certeza de que esse item teria sido aprovado pelo Congresso Nacional, dada a força dos representantes da mídia comercial.

²⁷⁷ Para a produção desses programas, a EBC conta com uma Diretoria de Captação e Serviços, que administra a EBC Serviços.

É importante observar, ainda, que se difundiu, ao longo das seis décadas de presença da mídia comercial no Brasil, a equivocada visão de que a TV comercial, aberta, pode ser assistida, sem custos, por quem quer que seja, bastando para isso, ter um aparelho televisivo conectado a uma fonte de energia. A realidade, no entanto, é outra. A programação televisiva das emissoras comerciais abertas tem custo para o telespectador, a começar pelos custos de divulgação e marketing embutidos no preço final dos produtos e serviços anunciados. Em se tratando do Brasil, onde os governos, em todos os níveis, são grandes anunciantes nessas emissoras, parte dos impostos que os cidadãos pagam é destinada a esses veículos. Por último, mas não menos importante, é preciso destacar os empréstimos e perdões de dívidas realizados pelo governo federal em se tratando dessas emissoras. Nesse sentido, o perdão da cobrança de impostos das Organizações Globo em se tratando da Fundação Roberto Marinho e do Canal Futura, realizado pelo segundo governo Lula, detalhados no capítulo 6, é exemplar.

9.5. Marco regulatório e a articulação da EBC com os demais canais do campo público

Ao todo, o Brasil conta atualmente com mais de 300 canais de TV não comerciais, entre educativos, comunitários, legislativos, universitários e institucionais. Um dos papéis de uma TV Pública seria articular esses canais se ela tivesse assumido um modelo mais próximo do preconizado por Senna e pelo Ministério da Cultura, mas isto não aconteceu. A TV Brasil acabou assumindo uma postura mais centralizada. Se o número de emissoras do campo público impressiona, em comum todos enfrentam problemas: legislação ultrapassada ou excessivamente draconiana, falta de recursos para investir em jornalismo e programação e pouca audiência. Essa pulverização, além de representar gastos de recursos e energia, tem contribuído para colocar água no moinho dos novos e velhos inimigos das TVs não comerciais.

Para enfrentar esses problemas, estabelecer um marco legal para a radiodifusão brasileira é o próximo passo que precisa a ser dado. Pouco antes do término do segundo governo Lula, Franklin Martins entregou ao presidente uma espécie de anteprojeto de uma lei geral para o setor.²⁷⁸ A entrega aconteceu depois que o governo federal realizou um

²⁷⁸ O anteprojeto da Lei Geral de Comunicação foi preparado por uma comissão interministerial presidida pela Casa Civil. De acordo com Franklin Martins, no anteprojeto estavam presentes propostas de regulamentação de artigos do capítulo 5 da Constituição brasileira que, “há anos dormem em algum canto”, a exemplo dos capítulos 220, 221 e 223.

seminário internacional sobre mídia pública, que reuniu especialistas de seis países e serviu para dar visibilidade nacional ao assunto.²⁷⁹ O anteprojeto da Lei Geral de Comunicação também foi entregue à presidente Dilma Rousseff, no início de seu governo, e a expectativa da TV Brasil, das demais emissoras do campo público e dos movimentos sociais era de que ela desse andamento ao assunto – o que, até o momento, não aconteceu. Nos dois primeiros anos de sua administração, o tema sequer figurou entre as prioridades do Ministério das Comunicações e do seu titular, Paulo Bernardo.

Aos seis anos de existência, a EBC e a TV Brasil têm dados provas que vieram para ficar e nada indica que isso não seja verdade. E se a própria existência delas significa um enorme ganho em termos de uma radiodifusão mais democrática no Brasil, seus aspectos positivos não podem se limitar-se a isso. Os problemas que a estrutura da EBC e da TV Brasil apresentam precisam ser corrigidos. Além dos vícios já citados em seu ordenamento jurídico, ela se ressentida de salários incompatíveis – que quase provocaram uma greve no final de 2012 (Priolli, Gabriel. “A luta contra o traço”. Carta Capital, nº 728 de 19/12/2012: 36-39). Some-se a isso que a TV Brasil ainda é mais conhecida pelos programas que herdou da TV Educativa do Rio de Janeiro do que pelas muitas novidades que lançou. Aliás, junto com sua própria criação, um dos maiores desafios com o qual a TV Pública brasileira se depara é exatamente tornar-se conhecida, abandonando a situação de traço de audiência (média abaixo de 1%) que a persegue. Situação que, não raro, motiva os adversários a sugerirem o seu fim, sob o pretexto de “economia do dinheiro público”. O que esses críticos não mencionam, por razões óbvias, é que a pouca audiência da TV Brasil não está ligada à qualidade de sua programação e, sim, a questões estruturais, como a sua fraca presença nos canais abertos, a necessidade de melhoria da qualidade técnica do seu sinal e à falta de investimentos em sua divulgação.

Às exceções de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, onde pode ser assistida em canal aberto, a TV Brasil só está disponível para quem possui antena parabólica ou é assinante de alguma modalidade de televisão paga. Além de uma enorme distorção – a TV Pública só é acessível, na maioria dos estados brasileiros, para quem pode pagar – ela aponta para o descaso do governo federal com o setor. Oficialmente, faltariam, no espectro eletromagnético, espaço nas principais capitais brasileiras para o lançamento de um novo

²⁷⁹ O “Seminário Internacional Comunicação Eletrônica e Convergência de Mídia” teve lugar em Brasília, nos dias 9 e 10 de novembro de 2011 e reuniu 300 convidados, entre especialistas internacionais, representantes do poder público brasileiro, empresários e organizações sociais. Mesmo tendo recebido cobertura mínima por parte da mídia comercial, o debate pode ser acompanhado, ao vivo, pelo canal governamental NBR.

canal televisivo aberto, razão pela qual a TV Brasil deverá aguardar pela implantação do sistema digital na área pública. Só que essa implantação tem se mostrado lenta e marcada por todo tipo de obstáculos, dos quais se destacam dois: o impasse jurídico envolvendo a Contribuição para Fomento da Comunicação Pública, criada como parte dos recursos do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel) e a instalação do Operador Nacional de Rede Pública, a estrutura técnica que permitirá abrigar os mais de 300 canais públicos existentes em uma mesma faixa de televisão digital aberta.

As empresas de telecomunicação não aceitam que os recursos do Fistel sejam usados na comunicação pública e, em 2009, recorreram à Justiça. Enquanto o assunto se arrasta nas esferas judiciais, os depósitos em juízo somam mais de R\$ 1,25 bilhão (Priolli, Gabriel. “A luta contra o traço”. Carta Capital, nº 728 de 19/12/2012: 37), que estão deixando de financiar o reequipamento e a programação dos canais públicos. Esse dinheiro também faz falta para viabilizar o operador de rede que, na prática, viria garantir a multiprogramação e a interatividade nas emissoras públicas.

O governo rebate as críticas sobre sua inércia no setor com o argumento de que no início de dezembro de 2012 começaram, em João Pessoa (PB), os testes de funcionalidade do sistema digital envolvendo as TVs Públicas e o operador de rede no país (Idem). Cem famílias de três bairros populares da capital paraibana foram selecionadas para utilizar o controle remoto para sintonizar canais de TV e acessar benefícios como os do Programa Bolsa Família ou serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Os testes deveriam ter acabado em meados de 2013, mas um longo caminho precisará ser percorrido até que a nova tecnologia esteja em plena operação, com serviços interativos e o conteúdo dos canais públicos disponíveis em toda a federação. O custo de implantação do operador de rede chega a R\$ 650 milhões, com sua manutenção demandando R\$ 150 milhões por ano (Idem). Se até lá os problemas envolvendo a utilização, pelas emissoras públicas, dos recursos do Fistel não estiverem resolvidos, a implantação do operador de rede continuará sendo um sonho distante.

Enquanto não se cumpre a promessa feita pela tecnologia digital de criar um forte setor público na televisão, com canais bem equipados e bem programados, com uma vasta diversidade de conteúdos educativos, culturais e de interesse social, as emissoras não comerciais no Brasil seguem enfrentando problemas. A TV Brasil, federal, e a estadual TV Cultura, maiores fornecedoras de programas, trilham caminhos distintos, em torno dos quais gravitam as demais emissoras do campo não comercial. Para o diretor-presidente da TV

Brasil, jornalista Nelson Breve, o principal desafio da emissora atualmente é superar o traço de audiência.

Depois da TV Lula, nossa questão é a TV Traço. Vencemos a batalha da legitimidade, da desconfiança sobre o nosso papel, e agora temos de responder a outro questionamento, se vale a pena gastar dinheiro público para manter uma televisão pouco assistida. (Priolli, Gabriel. “A luta contra o traço”. Carta Capital, nº 728 de 19/12/2012: 37)

Enquanto a TV Brasil luta contra o desconhecimento, a TV Cultura enfrenta a repercussão negativa produzida pelas mudanças adotadas em sua gestão. Para Teresa Otundo (2012),

A TV Cultura tem uma administração ineficaz e politizada. (...) As sucessões na direção da emissora tem sido políticas e o profissionalismo que fazia com que a Cultura tivesse relevância e influência se perdeu. Ela virou um anexo do Palácio dos Bandeirantes. (“Pesquisadora sobre TV lança livro”. O Estado de S. Paulo, 17/09/2012)

As demais emissoras educativas não estão imunes a esses problemas. O sistema educativo, com poucas exceções, sofre o peso da ingerência estatal, dos interesses partidários e do combate permanente das TVs comerciais. A TV Cultura, em postura nitidamente de oposição ao trabalho desenvolvido pela TV Brasil, segue caminho próprio, cada vez mais distante das demais emissoras não comerciais no país. Apesar de comemorar atualmente a presença em 24 unidades da federação²⁸⁰ e de estar associada a 44 TVs, esses números apresentados pela TV Brasil estão longe de indicar capilaridade.

Se o governo não tem, no momento, condição de ampliar os recursos para a TV Brasil, está em suas mãos contribuir para viabilizar uma programação de primeira linha para a emissora. A título de exemplo, a inclusão na lei federal de incentivo à cultura (Lei Rouanet) de item determinando a obrigatoriedade de todo projeto por ela chancelado permitir exibição pela TV Pública alteraria substancialmente essa programação. Outro exemplo de como a TV Brasil poderia garantir novidades e qualidade para sua grade de programação seria através de uma legislação que possibilitasse que todo espetáculo cultural ou show bancado por recursos públicos (municipais, estaduais e federal) tivesse prioridade para ser por ela exibido. Caso uma legislação nesses moldes estivesse em vigor, o show dos cantores Gilberto Gil e Stevie Wonder, na praia de Copacabana, na noite de 25 de dezembro de 2012, poderia ter sido assistido ao vivo pela TV Brasil como um presente de Natal para todos os brasileiros. Mesmo a Prefeitura do Rio de Janeiro tendo desembolsado R\$ 7 milhões pelo show (“Show de Gil e Wonder deixa a desejar”. O Tempo, caderno “Magazine”: 8), ele foi visto apenas pelos

²⁸⁰ Faltam aderir apenas Amapá, Rondônia e Santa Catarina.

assinantes do canal Multishow, da operadora Globosat.²⁸¹ Para a maioria da população, nada de mais aconteceu. Para quem acompanha o que se passa na área da televisão no Brasil, tratou-se de mais um exemplo de apropriação privada de um investimento público.

A exibição do show de natal de Gilberto Gil e de Stevie Wonder, além da TV Brasil, poderia ter sido acompanhada também pelos canais Comunitários, Universitários e Legislativos que compõem o chamado campo público de televisão. Canais que têm cobrado agilidade e apoio da TV Brasil por não disporem de recursos para viabilizar uma programação capaz de atrair e entusiasmar o telespectador, além de ressentirem-se de restritos à televisão por assinatura. O projeto do operador de rede é a chance desses canais chegarem ao sinal aberto e de expandirem seu alcance, além de obter recursos para superar a fragilidade de suas programações. Mas poucos acreditam nessa possibilidade, como é o caso do presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, Paulo Miranda que, com ou sem operador de rede, cobra mais apoio do governo federal:

É muito difícil acreditar que o projeto do operador de rede vai sair, mas temos de manter a esperança. (...) A EBC tem a responsabilidade de fortalecer o campo público, que está na lei que a constituiu. Mas ela está muito amarrada, tanto pelo corte de dinheiro como pelo posicionamento da Secretaria de Comunicação, que só quer saber da grande mídia. (Priolli, Gabriel. “A luta contra o traço”. Carta Capital, ano XVIII, nº 728, análise sobre a TV Brasil e a TV Cultura: 37)

9.6. A “inquietante inércia” do governo federal

Para vários especialistas em comunicação social, o ano de 2012 ficou marcado pela “inquietante inércia” do governo federal em relação ao setor, como a situação foi descrita por Venício Lima (*in* “Regulação em debate: o tamanho do nosso atraso”. Observatório da Imprensa, 31/07/2012, nº 771). Salvo o decreto que regulamentou a Lei de Acesso à Informação (Decreto nº 7.724 de 16/05/2012) e a norma do Ministério das Comunicações que regulamenta o Canal da Cidadania (previsto no Decreto nº 5.820/2006 para a transmissão de programações das comunidades locais, e para a divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal), não houve praticamente nada de novo.

²⁸¹ De propriedade das Organizações Globo, a Globosat é uma empresa brasileira considerada a maior programadora de TV por assinatura da América Latina. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, suas atividades tiveram início em 19 de outubro de 1991. Ao todo, são 46 canais, 35 em SD e 10 em HD, sendo 2 com transmissão para o exterior. Entre os principais canais da Globosat estão: Globo News, Canal Brasil, GNT, Multishow, Bis, Sport TV, Canal Futura e Big Brother Brasil.

Preocupado com esse quadro, Lima, no balanço de 2012 que elaborou para o Observatório da Imprensa (Idem), questionou onde estão, por exemplo, as mais de 600 propostas envolvendo a democratização da comunicação aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), e encaminhadas ao governo federal em dezembro de 2009. Ele questionou, igualmente, onde está o projeto de Marco Regulatório para a Mídia Brasileira elaborado no fim do governo Lula e encaminhado pelo ministro Franklin Martins ao ministro das Comunicações Paulo Bernardo em janeiro de 2011.

É o mesmo Venício Lima quem ainda assinala que,

Uma leitura equivocada das normas legais de distribuição de recursos publicitários pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) vem sufocando financeiramente a chamada mídia alternativa e consolidando ainda mais a concentração de grupos oligopolísticos. A mídia alternativa, por óbvio, não tem condições de competir com a grande mídia se aplicados apenas os chamados “critérios técnicos” de audiência e CPM (custo por mil). Se fossem cumpridos os princípios constitucionais (muitos ainda não regulamentados), o critério de distribuição de recursos deveria ser “a máxima dispersão da propriedade” (Edwin Baker), isto é, a garantia de que mais vozes fossem ouvidas no espaço público promovendo a diversidade e a pluralidade – vale dizer, mais liberdade de expressão. (“Regulação em debate: o tamanho do nosso atraso”. Observatório da Imprensa, 31/07/2012, nº 771)

Mas não é somente o balanço de 2012 que causa preocupação. Em 1º de janeiro de 2013, o país completou 10 anos de governos pós-neoliberais e nem mesmo uma década, onde inequívocos avanços aconteceram em diversos outros setores, foi suficiente para que uma nova realidade em relação aos meios de comunicação tivesse lugar. Como explicar esta contradição na atual realidade brasileira? Para Venício Lima (*in* “Não foi fácil, e nunca será”. Observatório da Imprensa, edição 727, 31/12/2012), uma linha de entendimento possível deve ser buscada através da análise do posicionamento de cada um dos atores que, de fato, interferem na disputa pela formulação das políticas públicas para o setor: governo, empresários da mídia (inclusive operadores de telefonia e fabricantes de equipamento eletroeletrônico), parlamentares e os integrantes da chamada sociedade civil organizada.

Do anteprojeto de Regulação da Mídia entregue pelo ministro Franklin Martins à presidente Dilma Rousseff constam os principais pontos de o que seria esta legislação: fim da concentração do mercado, estímulo à regionalização da produção de conteúdo, proibição de que políticos e seus parentes possam ser proprietário de veículos de comunicação e regulamentação do direito de resposta. Na avaliação da mídia comercial e dos partidos de oposição, essas medidas nada mais seriam do que a instituição da “censura por parte do

governo”. Como já foi visto no capítulo 1, em países democráticos como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão, tão admirados pela mídia comercial e pelos partidos de oposição no Brasil, itens como os sugeridos estão presentes há mais de quatro décadas. E neles não houve quem os considerasse censura, controle da mídia ou algo incompatível com a democracia. Cada dia fica mais nítido, nesses países, que nem mesmo a mídia impressa pode ficar isenta de regulação ou apenas se autorregular. Vale dizer: a sociedade precisa dispor de mecanismos para se defender da mídia, especialmente quando ela se mostra incompatível com a democracia.

Para o ex-ministro Franklin Martins, o marco regulatório das comunicações não é nada além do que diz a Constituição. Ele enfatiza que “não existe nada no nosso anteprojeto que não esteja previsto na Constituição. O anteprojeto, no fundamental, transforma em texto legal as diretrizes da Constituição” (Idem). De acordo com ele, o processo de convergência de mídias é uma realidade e, mais cedo ou mais tarde, o governo terá de tratar dele. Caso contrário, o mercado o fará. “E quando o mercado decide, prevalece a lei do mais forte. O setor de telefonia fatura 13 vezes mais que o de radiodifusão. Quanto mais tempo levar para regular, maior será a força deles para se impor nessa discussão.” (Idem).

Além da posição contrária dos empresários da mídia, o governo sabe que no Congresso Nacional se encontram adversários de peso de qualquer medida envolvendo regulação da mídia. Além de dezenas de parlamentares serem concessionários de emissoras de rádio e televisão – a começar por José Sarney que, por três vezes já presidiu o Senado –, desde a criação da ABERT, em meados dos anos de 1960, é patente o poder que o *lobby* empresarial, incluindo também as empresas de telecomunicações, possui no Legislativo brasileiro.

Atualmente, no Brasil, o desafio maior para os movimentos que lutam em prol da democratização da comunicação é conseguir romper o boicote sistemático da mídia comercial a essa temática. Romper esse boicote é uma luta mais complicada do que qualquer outra, uma vez que o cidadão comum depende das informações da mídia comercial, que é hegemônica, para conhecer os seus direitos em relação a uma comunicação democrática. Como os meios de comunicação comerciais sistematicamente cerceiam tais informações, torna-se difícil despertar para o assunto e, sobretudo, posicionar-se.

Esse boicote é o responsável, também, pela dificuldade que todo movimento que visa a democratização da mídia encontra para crescer e se fortalecer. A título de exemplo, pode-se citar a pouca repercussão que acabou tendo a criação da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação, em abril de 2012, cuja expectativa era a de que tivesse um papel relevante no encaminhamento de questões relativas às comunicações na Câmara dos Deputados. Apesar do esforço dos seus integrantes, ela não recebeu cobertura da mídia comercial hegemônica, o que facilitou para que fosse praticamente ignorada pela direção da Casa e pela própria sociedade.

Apesar das dificuldades, em 2012, os movimentos sociais que integram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) realizaram duas ações de peso. A primeira aconteceu em maio, quando foi lançado um manifesto²⁸² cobrando do governo federal o início da consulta pública sobre a proposta de regulação da mídia. Para os integrantes desse Fórum,

Passados um ano e meio desde o início desse governo, a ausência de uma postura ativa do governo neste debate faz com que avancem no tabuleiro as forças conservadoras contrárias a qualquer mudança. A postura do Ministério [das Comunicações] deixa transparecer que o tema não é prioridade e que há pouca disposição em comprar briga com o empresariado do setor.²⁸³

A outra mobilização importante foi o lançamento da campanha nacional “Para expressar a liberdade - Uma nova lei para um novo tempo”, acompanhada de vários eventos regionais. Dessa forma, movimentos sociais e a mídia alternativa têm procurado enfrentar o boicote sistemático da mídia comercial, o que aponta para a construção de um espaço público embrionário, no qual circulam informações que não estão disponíveis nas fontes dominantes.

É nesse contexto que a TV Brasil tem muito a contribuir e a avançar, seja em seu ordenamento jurídico, seja em termos de sua atuação. Daí a necessidade de que seja adotada uma legislação antimonopolista em termos dos meios de comunicação, ou, dito em outros termos, um Marco Regulatório para a Mídia. A conquista desse Marco Regulatório, por sua vez, só será conseguida a partir da pressão dos movimentos sociais e da disposição do governo para enfrentar a questão, pois só ele tem força para efetivamente se contrapor aos grandes interesses econômicos nacionais e internacionais. Atuação que precisa ter o cuidado

²⁸² A íntegra do manifesto pode ser consultada no site <<http://www.intervozes.org.br>>.

²⁸³ O título do manifesto é “Hesitação do Governo Federal na área da comunicação dá espaço para arbitrariedades da grande mídia”, e foi lançado em Salvador (BA), no dia 25 de maio de 2012.

de sempre separar o que é interesse de todos de quaisquer outros interesses. O processo, sem dúvida, exige atenção, participação e permanente acompanhamento por parte da população, especialmente porque o oposto significa permanecer sem instrumentos com os quais se possam enfrentar os interesses da mídia comercial.

Nesse sentido, a criação da TV Brasil, a primeira emissora brasileira capaz de cumprir as tarefas que se espera de um veículo público, representou uma importante vitória nessa luta de muitas décadas. Vitória que não pode ser subestimada, pois significa a possibilidade de liderar uma rede em que haja, efetivamente, espaço para o contraditório, para o pensamento plural e para os que não têm voz e vez na mídia comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou traçar a história da TV Pública no Brasil, história desconhecida pela maioria das pessoas e propositalmente esquecida por alguns. Até então, o que se tinha, sob o título de história da televisão, era a trajetória de uma modalidade de emissora, a TV Comercial, mesmo assim marcada por omissões, exageros e distorções. Para contar essa história, fez-se necessário conceituar o que é uma emissora pública. A discussão sobre as principais concepções existentes sobre o tema é uma tentativa de contribuir para apontar o equívoco que se comete ao se fazer a cisão entre público e estatal, como se toda emissora pública no Brasil, dada a legislação que rege o setor, não fosse, também, estatal.

Igualmente importante para esta pesquisa foi a percepção sobre o tempo “lento” da história, como o da TV Pública no Brasil, em oposição aos acontecimentos “rápidos” da trajetória da TV Comercial. O tempo “lento” é característico dos processos que tiveram dificuldades para encontrar o seu lugar, não porque não fossem necessários, mas porque a sua presença representava, como foi o caso, uma ameaça a interesses estabelecidos e/ou em processo de estabelecimento. Enquanto a TV planejada por Roquette-Pinto visava a educação para amplos contingentes, a emissora que Assis Chateaubriand implantou visava, sobretudo, a supremacia frente aos “inimigos”. Entre esses inimigos estavam Getúlio Vargas e, mesmo sem ser dito, também Roquette-Pinto, com sua obsessão em ensinar e educar a tantos quanto possível, num país em que a exclusão teimava em continuar sendo a marca social.

A modernização econômica, que teve início com a Revolução de 1930, não conseguiu remover as estruturas e mentalidades tradicionais existentes. Daí a dificuldade da elite brasileira, mesmo nos anos 1950, de assimilar, aceitar e apoiar projetos que visassem uma educação para todos. Nesse sentido, a TV improvisada que Chateaubriand colocou no ar, em setembro de 1950, não representava ameaça a esses interesses. Já a TV minuciosamente pensada e planejada por Roquette-Pinto não teve lugar, com seu projeto “morrendo” em alguma gaveta do Palácio da Guanabara, sede da Prefeitura do Distrito Federal. O fato de Chateaubriand ser, na época, um empresário de porte e de Roquette-Pinto ser “apenas” um cientista, mesmo que consagrado, ao invés de explicar esta situação, apenas confirma os valores e as exclusões característicos da realidade de então.

A Rádio Nacional, emissora estatal líder de audiência nos anos de 1940 e de 1950, também não conseguiu colocar no ar o seu canal de televisão. Tecnicamente, outra vez, não

havia como desqualificar o projeto, mas, politicamente, ele foi inviabilizado. Temendo as ameaças de Chateaubriand de colocar seus veículos “contra o governo”, Juscelino Kubitschek, o mesmo que acabou cassando a concessão do canal para a TV de Roquette-Pinto, jamais assinou a autorização para a entrada no ar da TV da Rádio Nacional.

A própria Rádio Nacional enfrentou o peso da “história rápida”. Mesmo tendo sido a primeira emissora brasileira de interesse público, dada a qualidade de sua programação, compromisso com a educação e a cultura e distância em relação ao mercado, acabou tendo esses aspectos “esquecidos”. Dela, com raras exceções, a história passou a registrar apenas a excelência de seus cantores e cantoras e o “fato” de ser emissora “governista”. Aceitou-se como verdade a palavra de seus adversários e concorrentes. Observando-a, com o distanciamento de décadas, no entanto, é possível verificar que a Rádio Nacional representou o limite que o Estado de então conseguiu chegar em se tratando da comunicação social. Não é por acaso que os problemas que as forças desenvolvimentistas que estavam no poder passam a enfrentar a partir de meados da década de 1950 têm reflexos tão grandes na Rádio Nacional, a ponto de significarem a sua lenta agonia.

A vitória do movimento de março de 1964, com a chegada ao poder das forças conservadoras, recoloca em cena a questão da educação das massas, mas por outra perspectiva. Tratava-se não mais de educar para a cidadania, mas de adestrar para o trabalho. Afinal, o Brasil tinha “urgência” em crescer. Nesse novo contexto, a importância dos recursos audiovisuais para a educação é reconhecida e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) reserva 98 canais de televisão para essa finalidade, uma vitória para os defensores dessa ideia, mas que durou pouco. Quase simultaneamente ao anúncio do MEC, foi divulgada uma portaria proibindo publicidade nessas emissoras. Como o governo não liberou verba para que fossem implantadas e geridas, elas não passavam, na década seguinte, de algumas poucas, espalhadas pelo país e sem qualquer conexão.

Enquanto isso, o governo de São Paulo adquiriu, de Assis Chateaubriand, nesse período, sua segunda emissora na capital, a TV Cultura, com o objetivo de destiná-la à educação e à cultura. Mesmo com os 98 canais do MEC disponíveis, a elite paulista, sempre refratária ao poder central, preferiu pagar pela emissora, mais preocupada em socorrer Chateaubriand, em apuros financeiros e empresariais, do que com a educação e a cultura propriamente ditas. Em que pese esse início truncado, a TV Cultura acabou se transformando no que de mais próximo chegou a existir no país em termos de uma emissora pública até a criação da TV Brasil. O reconhecimento nacional e internacional que sua programação

passou a merecer não a impediu de enfrentar todo tipo de pressão contra sua autonomia. Pressões que vieram tanto de políticos com perfil nitidamente autoritário, como os ligados a Paulo Maluf, quanto de democratas reconhecidos como Mário Covas. Covas, por exemplo, foi o responsável pela não sanção da lei que autorizava a cobrança pelo poder público de uma taxa na conta de luz para financiar as atividades da emissora.

Se essa cobrança tivesse sido instituída, a história das emissoras não comerciais no Brasil teria, indiscutivelmente, trilhado caminho diferente. A campanha cerrada que a mídia comercial paulista moveu contra essa cobrança dá a medida de como era fundamental, para o setor, continuar travando a existência de emissoras que não visavam o lucro. Em outras palavras, já que não era mais possível impedir a existência das TVs educativas e culturais que existissem apenas como figuração, “traços de audiência”, sem representar ameaça a seus interesses.

A morte de Chateaubriand não alterou o combate que as emissoras comerciais faziam às TVs Educativas, indicando que não se tratava de um problema deste ou daquele empresário, mas uma visão de mundo, de uma convicção que os setores dominantes tinham acerca da sociedade e dos limites que a inclusão social poderia ter. Assim, Roberto Marinho assume, através de suas Organizações Globo, o posto deixado por Chateaubriand e dá início a combates mais requintados e, sobretudo, mais duros, a qualquer avanço envolvendo as emissoras educativas. Contando com o apoio decisivo dos militares, que haviam chegado ao poder, o que ele pretendia era ocupar o lugar dessas emissoras, especialmente se observado o rentabilíssimo filão que a educação a distância passava a se constituir em todo o mundo. Marinho pretendia, como foi denunciado com todas as letras na época, assumir o controle da educação no Brasil, transformando suas empresas em uma espécie de “ministério privado” do setor. Suas investidas não foram bem sucedidas, como esta pesquisa descreveu, o que não impediu, a ele e suas empresas, de manterem o combate. A própria criação do Canal Futura, das Organizações Globo, a primeira emissora privada brasileira voltada para a educação e a cultura, foi a maneira que encontrou para mostrar que a Globo sabia fazer e fazia melhor que as TVs Educativas. Curiosamente, ao lado do combate permanente que a mídia comercial, Marinho à frente, moveu contra qualquer tentativa de as emissoras educativas viabilizarem-se financeiramente, as Organizações Globo, através da Fundação Roberto Marinho, tentaram instituir uma nova modalidade de emissora no país: a TV de assistência social. Foi com esse argumento que a Fundação Roberto Marinho pleiteou e acabou conseguindo, no segundo

governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o perdão de impostos devidos, além de outras vantagens.

É importante destacar que o conceito TV Pública só ganha algum relevo no Brasil a partir de meados dos anos de 1990, com a entrada em cena da ABEPEC, uma espécie de versão pública do *lobby* criado pelas emissoras de radiodifusão comerciais, em 1962, a ABERT. Até então, coube praticamente a essas emissoras educativas levar adiante a luta em prol de uma comunicação não comercial. O fato de a liderança na ABEPEC ter ficado com a TV Cultura deu origem a muitos problemas internos, a exemplo da disputa com a TV Educativa do Rio de Janeiro, emissora do governo federal, ligada ao Ministério da Educação. Em última instância, o governo de São Paulo e o governo federal travaram uma queda de braços em relação a quem caberia liderar a Rede Pública de Televisão. São Paulo perdeu, o que explica, em certa medida, o desinteresse com que os últimos ocupantes do Palácio Bandeirantes têm tratado a TV Cultura, a ponto de, na prática, estarem privatizando-a.

É inegável, por outro lado, que a ABEPEC, juntamente com a Legislação do Cabo, de 1995, propiciaram um patamar novo não só para as emissoras educativas, mas para as centenas de emissoras que surgiram em todo o país, beneficiando-se do carregamento obrigatório e gratuito (*must carry*) por parte das operadoras de TVs pagas. Entraram em cena TVs que, mesmo não podendo ser consideradas públicas no sentido estrito do termo, também não podiam ser classificadas como comerciais. Emissoras que vão desempenhar um importante papel quando da realização do I Fórum Nacional das TVs Públicas, que antecedeu à criação da EBC e da TV Brasil. O campo público de televisão, antes restrito às emissoras educativas, ganhou, assim, um reforço substancial, mesmo que dele também fizesse parte emissoras identificadas com o “coronelismo eletrônico”. Vale dizer, emissoras cuja existência se devia ao fato de garantirem a formação da opinião pública e do voto favorável aos interesses de seus concessionários.

Apesar de ter assumido o governo com o compromisso de extirpar essa prática, Fernando Henrique Cardoso, ao lado de Sarney, passaram para a história como os presidentes que mais concessões “clientelistas” de rádio e TVs liberaram para seus correligionários e aliados políticos. Para além dessa constatação, é importante observar ainda que a exclusão da maioria do “banquete civilizatório”, como assinala Marques de Melo (2011), é uma visão que marcou a colônia, atravessou o império e chegou à República, na qual, em graus diferenciados, se mantém. A cimentá-la estão as ideias liberais, ou um certo liberalismo, assimilado à sua maneira por nossas elites que, ao lado da aversão ao Estado e da quase

divinização do mercado, incluiu temperos próprios nesse processo como o patrimonialismo, a cordialidade, o clientelismo, o “jeitinho” e o tráfico de influências, enfim um trato nada republicano no que diz respeito à coisa pública.

Escrevendo sobre a presença das ideias liberais entre nós, Schwarz (2000) defendeu o ponto de vista que essas ideias estavam fora do lugar. Afinal, no passado os liberais brasileiros não viam nenhuma contradição em defender tais ideias e, ao mesmo tempo, o estatuto da escravidão. Esse enviesamento, esse “fora do lugar” dessas ideias, atualizando-se o argumento, explica o combate que a TV Brasil vem enfrentando pelas emissoras comerciais desde o seu lançamento e, igualmente, parece estar na origem de suas muitas virtudes, mas também de seus vícios. A TV Brasil, e a própria EBC, da qual é parte, representam a culminância de uma luta de seis décadas. Em função da trajetória lenta e tortuosa que a ideia de emissoras não comerciais teve que enfrentar aqui, a própria TV Brasil traz, em sua constituição, tais marcas. Marcas que, de resto, devem ser alteradas para evitar que possa vir a ser alvo, no futuro, de cerceamentos de quaisquer naturezas.

No Brasil, em função da pouca tradição democrática, quando se pensa em censura, o que o senso comum imagina, em primeiro lugar, é a censura estatal. Essa é uma forma de censura, mas seguramente não é a única. A democracia brasileira praticamente eliminou esse tipo de censura, mas tem dado mostras que consegue conviver com formas mais sutis de cerceamento, como o econômico e o exercido pelos proprietários da mídia comercial, “os donos do poder”, sempre atentos a não permitir a divulgação de ideias contrárias aos seus interesses e/ou convicções.

É dentro desse contexto que, se uma TV Pública era necessária no passado, ela torna-se fundamental agora, quando está em pauta exatamente o alargamento da democracia no país, com a chegada de milhões de pessoas ao “banquete civilizatório”. A TV Brasil, a TV Pública brasileira, pode e precisa produzir o contraponto às “ideias fora do lugar” em nossa sociedade. Articulada com as centenas de emissoras que integram o campo público de televisão, a ela cabe liderar a oferta de um cardápio variado, voltado para os interesses da cidadania e da cultura, diverso dos apelos consumistas das emissoras comerciais.

Ao fim e ao cabo, a história “lenta” da TV Pública no Brasil revela os problemas, as lutas, as marchas e contramarchas que as ideias voltadas para a cidadania e a inclusão social enfrentaram. Conhecer essa história é uma forma de colocar “as ideias no lugar”. É também uma maneira de atuar no presente e, talvez, de pensar o próprio futuro que se almeja para essas emissoras.

REFERÊNCIAS

ALEX. *Carta aberta a Gilson Amado*. Jornal do Comércio, 13 de fevereiro de 1964.

AMARC – *Querem Calar a Voz do Povo 2: a violência contra rádios comunitárias no Brasil*. Disponível em: <http://legislaciones.amarc.org/Brasil_Dossier_vers_2005_3.doc>. Acesso em fevereiro de 2006.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. *Prestadoras de TV por Assinatura, área de prestação de serviço, população, número de domicílios urbanos e status, segundo UF, tecnologia e município*. 2006a. Disponível em: <www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/tv_assinatura/panorama/rel_panoramacap03.pdf>. Acesso em janeiro de 2009.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. *Sistemas Interativos*. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/sis/SistemasInterativos.asp>>. Acesso em janeiro de 2009.

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. *Consulta de Projetos Audiovisuais*. Disponível em: <http://www.app1.ancine.gov.br/ancine/sistema/exec/proj_audio1.cfm>. Acesso em fevereiro de 2005.

ARONCHI, José Carlos. *Gêneros e Formatos na Televisão Brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.

FAMILIA AMADO, Genealogia. Disponível em: <<http://familia-amadogenealogia.blogspot.com/2009/01/gilson-amado.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2010.

ARAÚJO, V. M. V. B. (2008), TV Pública no Brasil: história, regulamentação e a criação da TV Brasil. In: Colóquio Internacional Televisão e Realidade. Disponível em: <<http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Valeria%20Vilas%20Boas.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2009.

BAGDIKIAN, Bem H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitscheck: Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BEZERRA, Wagner. *Manual do telespectador insatisfeito*. São Paulo: Summus, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

BOLAÑO, César. *Indústria Cultural Informação e Capitalismo*. Aracaju (mimeo.), 1977.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Mercado Brasileiro de Televisão*. 2ª ed. rev. e ampl. São Cristóvão, SE: UFS; São Paulo: EDUC, 2004.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (orgs.). *Rede Globo, 40 Anos de Poder e Hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

_____; _____. O público brasileiro de televisão. In *Revista Brasileira de Comunicação*, nº 56, São Paulo. Republicado em *Cadernos UFS/Comunicação*, nº 1, Aracaju, 1997.

_____; _____. Televisão e Economia. In *Economia Política das Telecomunicações da Informação e da Comunicação*. *Revista Intercom*, nº 4, São Paulo. 1995.

BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

BORELLI, Silvia H.S.; PRIOLLI, Gabriel. (orgs.). *A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. *Comunicação e Educação: questões delicadas na interface*. São Paulo: Hacker, 2001.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Imprensa Oficial, 1988.

BRITTOS, Valério. *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia*. Salvador: Editora da UFBA 2000.

_____. Os 50 anos da TV Brasileira e a Fase da Multiplicidade da Oferta. In: *Observatório- Revista do Obercom*, nº 1, Lisboa, 2000.

BRITTOS, Valério; Bolaño, César Ricardo Siqueira. *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Jinkings Editores Associados, 1996.

_____. *A TV aos 50: Criticando a Televisão Brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. A TV pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento. In: *Caderno de Debates*, vol. 1. *Diagnóstico do campo público de televisão*. I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

_____. *Em Brasília, 19 horas: A guerra entre a chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CABRAL, Sérgio. *No tempo de Almirante: uma história do rádio e da MPB*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRL, 1999.

CAPARELLI, Sergio. *Televisão e Capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

_____; LIMA, Venício. *Desafios da Pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004

_____. *TVs Universitárias no Brasil: um espaço para a comunicação comunitária*. Porto Alegre: Annual Conference of International Association for Media and Communication.

_____. *Televisão Digital e Inclusão Social*. São Paulo: ECA. Encontro da Alaic sobre o Relatório Mac Bride, paper, 2005a.

_____. “Globo e Educação: um casamento que deu certo”. In: BOLAÑO, César; BRITTO, Valério. *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulos, 2005.

_____; BARBOSA FILHO, André; TOME, Takashi. *Mídias Digitais, Convergência Tecnológica e Inclusão Social*. São Paulo: Paulinas, 2005.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.

CARMONA, BETH (org.) *O desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro, TVE Rede Brasil, 2003.

CARRATO, Ângela. “A TV Pública e seus inimigos”, *Anais do V Encontro latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura*. Salvador, 2005.

CARRATO, Ângela. Possibilidades para a TV pública no Brasil: uma reflexão a partir da experiência da Public Broadcasting System (PBS). In *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *A ‘amena’ casa de Assis*. O jornal O Estado de Minas na década de 1960. Dissertação de mestrado. UnB. Faculdade de Comunicação, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Cosette (org.). *Cartografia do audiovisual brasileiro*. Um estudo quali-quantitativo de TV e cinema. Fundação Padre Urbano Thiesen. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2005.

CASTRO, Daniel. Cunhado de Edir Macedo monta rede de TV. *Folha de São Paulo*. São Paulo: 29 jun. 2002. Online, disponível em: <<http://www1.uol.com.br/cgibin/>

bibliot/arquivo.cgi?html=fsp2002&banner=bannersarqfolha>. Acesso em fevereiro de 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

CLARK, Walter. *O campeão de audiência: uma autobiografia*. São Paulo: Best Seller, 1991.

COSTA, Sylvio; BRENER, Jayme. Dossiê das Concessões de TV. *Observatório da Imprensa*. Online: jun. 1997 (reprodução de uma série de matérias originalmente publicadas no jornal Correio Braziliense). Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mat2008d.htm>>. Acesso em fevereiro de 2008.

CUNHA LIMA, Jorge da. *Uma história da TV Cultura*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, Imprensa Oficial, 2008.

DA MATTA, Roberto. "Cidadania: A questão da cidadania num universo relacional". In: *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FILHO, Daniel. *O circo eletrônico: fazendo TV no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FILHO, Daniel. *Antes que me esqueçam*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

DOMINGUES, Herón. *Rádio Nacional: 20 anos de liderança a serviço do Brasil (1936-1956)*. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, 1956.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes: Petrópolis, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUARTE, Luiz Guilherme. *É pagar para ver: A TV por assinatura em foco*. São Paulo: Summus, 1996.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ESQUENAZI, Rose. *No túnel do tempo: uma memória afetiva da TV brasileira*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder; formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000. 2.v.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavista. *História da comunicação: Rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, C. C. *et al.* Renovação das concessões de rádio e TV: a questão dos critérios de renovação e a morna democracia brasileira. In: *X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, São Luís, MA. Artigo. São Luís: Intercom, 2008, p. 1-11. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0687-1.pdf>. Consultado em 10 de outubro de 2009.

FERREIRA, Paulo César. *Pilares via satélite: da Rádio Nacional à Rede Globo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

GOMES, Dias. *Apenas um subversivo: autobiografia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GOULART, Ana Paula; RIBEIRO, Igor Sacramento, ROXO, Marco (Orgs.). *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1981.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cultura, 2012*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador. EDUFBA, 2001.

JAMBEIRO, Othon. *A televisão no Brasil e a regulamentação de suas finalidades educativas e culturais*. Revista da FAEEBA. Salvador: Faculdade de Educação, Uneb, 1996.

JÚNIOR, Gonçalo Silva. *País da TV: a história da televisão brasileira contada por Gonçalo Silva Junior*. São Paulo: Conrad, 2001.

KEHL, Maria Rita. *Reflexões para uma história da TV Globo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.

KRAMER, Sonia. *Leitura e escrita de professores: da prática de pesquisa à prática de formação*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.7, p.19-41, jan./abr., 1998.

LAGO, Mário. *Bagaço de beira de estrada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LEAL FILHO, Laurindo. *Atrás das câmeras: relações entre cultura, Estado e televisão*. São Paulo: Summus, 1988.

LEAL FILHO, Laurindo. *A melhor TV do mundo: O modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus, 1997.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEYS, Colin. *A Política a serviço do mercado: Democracia neoliberal e interesse público*. São Paulo: Record, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Venício A. *Regulação das comunicações: História, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. *Política de comunicações: um balanço dos governos Lula (2003-2010)*. São Paulo: Publisher, 2012.

Lima, Venício. “Os vetos de Jango que a ABERT derrubou”, in *Observatório da Imprensa*, nº 702, 10/07/2012.

LOBATO, Daniela Hoffmann. *TVE-RS: a televisão estatal entre a missão de serviço público*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LOBATO, Elvira. Igreja Universal compra mais uma TV. *Folha de S. Paulo*. SP: Folha da Manhã, 5 nov. 1996, p. 1-12.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

INTERVOZES. *Concessões de Rádio e TV: onde a democracia ainda não chegou*. Novembro, 2007, p. 1-2. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/revistas-cartilhas-e-manuais/revista_concessoes_web.pdf>. Consultado em 8 de maio de 2009.

MACIEL, Leandro Silvio Katzer Rezende. *Projeto “João da Silva” – pioneirismo em teleducação matemática*. Disponível em: <http://limc.ufrj.br/hitem4/papers/6.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

MACIEL, Leandro Silvio Katzer Rezende. “A conquista”: uma História da educação à distância pela televisão e o movimento da matemática moderna no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado Acadêmico em educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em educação Matemática, Universidade Bandeirantes, São Paulo, 2009.

- MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- MAGALHAES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: historia das instituições educativas*. Bragança Paulista/Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús; GERMÁN Rey. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.
- MARTIN, Nuria Beloso. *Os novos desafios da cidadania*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- MATTOS, David José Lessa (Org). *Pioneiros do rádio e da TV no Brasil*. São Paulo: Códex, 2004.
- MATTOS, Sérgio. *A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)*. Salvador: Ed. PAS-Edições Ianamá, 2000.
- MELO, José Marques de. Observatório da Imprensa, edição 610, em 05/10/2010.
- MESQUITA, L. O modelo de TV pública da BBC. In: Carmona, B.; Flora, M. *et al.* (org.). *O desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.
- MILANEZ, Liana. *TVE: cenas de uma história*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Relação dos Sócios das Emissoras de Rádio e Televisão*. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em mar. 2004.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1991.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MUNTEAL, Oswaldo. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MURCE, Renato. *Bastidores do rádio: fragmentos do Rádio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- NETO, Francisco José da Silveira Lobo. Gilson Amado. In FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. BRITTO, Jader Medeiros (ORG). *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC- Inep, 2002. p. 420-424.
- NOVAIS, Adauto (Ed). *Rede Imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Cláudia Maria Silva de. *Quando canta o Brasil: A Rádio nacional e a construção da identidade popular: 1936-1945*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1996.

RADIOBRÁS. *TV nacional*. Disponível em: <www.radiobras.gov.br/tvnacional2/tvnac>. Acesso em dezembro de 2005.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Susy (orgs.). *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007.

RAMOS, Murilo César. *O barbeiro, a cultura e a radiodifusão pública*. Disponível em terramagazine.com.br, em 02/01/2007.

RAMOS, Murilo. TV por Assinatura: Segunda onda de globalização da televisão brasileira in: MORAIS, Denis (org). *Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea*. Campo Grande: Letra Viva, 1997.

REIMÃO, Sandra. *Em Instantes – Notas sobre a programação da TV Brasileira (1965-1995)*. São Paulo: UMEESP, 2001.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2007.

RENAULT, Letícia. *Comunicação e Política nos canais de televisão do poder legislativo no Brasil*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2004.

RIBEIRO, Santuza & BOTELHO, Isaura. *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1979.

RINCÓN, Omar (org.) *Televisão pública: do consumidor ao cidadão. Proyecto Latinoamericano de médios de comunicación*. Equador/São Paulo, 2002.

ROCHA, Amara. *Nas ondas da modernização: o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

SAMARA, Eni M. “A história da família no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, vol. 9, nº 17, 1988/89.

SAMPAIO, Mário Ferraz. *História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo: Memórias de um pioneiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Joaquim Ferreira. *Um homem chamado Maria*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SANTOS, Romilson Marco dos. *TV Globo e o documentário Muito Além do cidadão Kane: Confronto na representação da realidade dos fatos a partir dos produtos telejornalísticos*. São Paulo: Annablume, 2010.

SANTOS, Teotônio dos. *Evolução histórica do Brasil - da colônia à crise da Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo, 2005, v. 1, p. 77-101

_____. *O setor audiovisual brasileiro: entre o local e o internacional*. Eptic, Online, v. VII, n. 1, p. 96-135, 2005.

SARAIVA, Terezinha. *Educação a distância no Brasil: lições de história*. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

SAROLDI, Luiz Carlos & MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Nacional: O Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.

SATO, Fabiane; SIQUEIRA, Marcelo AGUILERA, Yuri. *A visão dos assinantes de TV a cabo sobre o CNU*. Monografia. Campo Grande: UFMS, 2000. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br/arquivos.asp>>. Acesso em janeiro de 2006.

SCALOPPE, M. de O. M. As potencialidades e responsabilidades da Televisão Pública no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Artigo. Intercom, 2003, p. 1-9. Disponível em <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP07_scaloppe.pdf>. Consultado em 9 de abril de 2009.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMONO, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre. (Org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

SODRÉ, Bruno. *PBS: Um modelo de TV Pública*. Brasília: Casa das Musas, 2007.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: EDUNB, 2000.

- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou novas classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE RADIODIFUSÃO. Revisão das normas de concessão, permissão e autorização. *Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática*. Brasília: Edições Câmara, 2009.
- PRIOLLI, Gabriel. “Vinte velinhas para a Rede Globo”. In: *Lua Nova*. Vol. 1, nº 4, São Paulo, 1985.
- SILVEIRA, ÉRICO. *PBS. Public Broadcasting System: o modelo de televisão pública americano*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UnB - Faculdade de Comunicação, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.
- SCORSIM, E. M. *Estatuto dos Serviços de Televisão por Radiodifusão*. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo*. São Paulo: Harbra, 1999.
- TORVES, José Carlos. *Televisão Pública*. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2007.
- TV CULTURA. *Jornalismo Público: Guia de Princípios*. São Paulo: Gráfica da Fundação Padre Anchieta, 2004.
- TRINDADE LIMA, Nísia; MIRANDA de Sá, Dominichi (orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008.
- VILLAS Boas, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre a escrita da vida*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- V.A. I Fórum Nacional de TVs Públicas, Caderno de Debates, *Diagnóstico do Campo Público de Televisão*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006, pp. 10-11.
- V.A. As potencialidades e responsabilidades da Televisão Pública no Brasil. In: *Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares a Comunicação*. Artigo. INTERCOM, 2003, p.1-9. Disponível em <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP07_scaloppe.pdf>. Consultado em 9 de abril de 2010.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.

XAVIER, Ricardo. *Almanaque da TV: 50 anos de memória e informação*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

DECRETOS E LEIS

BRASIL. *Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962*. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4117.htm>>. Acesso em: 01/08/2007.

_____. *Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963*. Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D52795.htm>. Acesso em 01 de agosto de 2007.

_____. Ministério das Comunicações. *Portaria nº 139 de 9 de março de 1973*. Normas Técnicas e Jurídicas para Repetição e Retransmissão de Televisão. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/sites/700/719/00000718.pdf>>. Acesso em 2 de agosto de 2007.

_____. *Decreto nº 81.600 de 25 de abril de 1978*. Aprova o Regulamento dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81600.htm>. Acesso em 2 de agosto de 200